

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LAHIR SHORT DE AZEVEDO

ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DE TREINAMENTO
(UM MODELO EMERGENTE NA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA E SUA APLICAÇÃO AO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO)

MONOGRAFIA APRESENTADA À
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMI
NISTRAÇÃO PÚBLICA PARA A OE
TENÇÃO DE GRAU DE MESTRE EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RIO DE JANEIRO, 15 de dezembro de 1978

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

197905 921

T/KBAP A994a



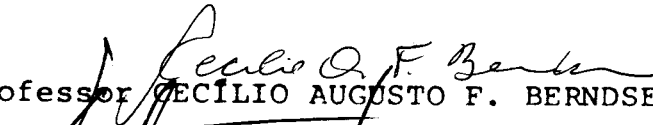
1000005771

ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DE TREINAMENTO
(UM MODELO EMERGENTE NA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA E SUA APLICAÇÃO AO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO)

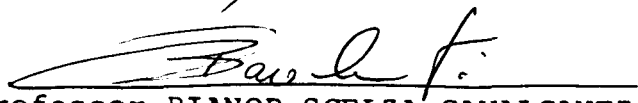
MONOGRAFIA DE MESTRADO APRESENTADA POR
LAHIR SHORT DE AZEVEDO

E APROVADA EM 23/04/79

PELA COMISSÃO JULGADORA


Professor CECÍLIO AUGUSTO F. BERNDSEN


Professor PAULO VIEIRA DA SILVA


Professor BIANOR SCELZA CAVALCANTI

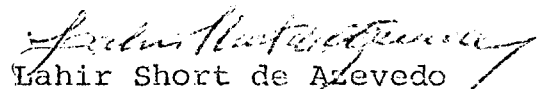
AGRADECIMENTO

Na elaboração desta monografia, tive o raro privilégio de ser orientado, sucessivamente, pelos professores EVALDO MACEDO DE OLIVEIRA e PAULO VIEIRA DA SILVA, do Departamento de Administração, da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, da Universidade de Brasília, ambos duplamente pós-graduados, já que conquistaram, com excepcional brilhantismo, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, os graus correspondentes ao mestrado e ao doutoramento.

Devo ao primeiro a orientação que me conduziu à elaboração e aprovação do projeto de minha monografia. Ausente do País o professor EVALDO MACEDO DE OLIVEIRA, a fim de defender sua tese de doutoramento, substituiu-o o professor PAULO VIEIRA DA SILVA, de quem recebi segura orientação, que me proporcionou a aprovação da versão preliminar deste trabalho, ora apresentado em versão final.

A ambos homenageio fraternal e comovidamente, assim como agradeço, com orgulho e desvanecimento, os conselhos que generosamente continuaram a me proporcionar, com inextinguível zelo e competência, na fase de preparação da versão definitiva, por cujas eventuais deficiências sou, obviamente, o único e confesso responsável.

BRASÍLIA, 14 de dezembro de 1978


Lahir Short de Azevedo

O propósito deste trabalho foi o de estudar sistematicamente a problemática dos estágios supervisionados de treinamento -- curriculares e extracurriculares -- capazes de concorrer para a melhor formação profissional e humana dos alunos dos cursos superiores de graduação, especialmente dos cursos de Administração.

A metodologia adotada foi a de conjugar enfoques teóricos e práticos na elaboração do trabalho, exercitando-se, de um lado, a análise de conteúdo de documentos de caráter institucional e, de outro, anotando-se percepções sobre experiências relativas a esse tipo de estágio, através de entrevistas estruturadas com questões para resposta livre.

Como resultado dos procedimentos adotados, a análise evidenciou a existência de um modelo emergente de estágios supervisionados de treinamento nos cursos de graduação da Universidade de Brasília, organizado em harmonia com a política nacional de estágios supervisionados, o qual vem sendo aplicado no seu curso regular de graduação em Administração.

As conclusões que resultam das informações e dados analisados referem-se à política nacional de estágios supervisionados para o ensino superior de graduação; aos estágios proporcionáveis a alunos dos cursos regulares de graduação, em geral, e dos cursos de Administração, em especial; ao modelo de estágios supervisionados de treinamento emergente na Universidade de Brasília, e à sua aplicação ao curso de graduação em Administração.

Destacam-se entre as conclusões as seguintes: (a) a política nacional de ensino superior tem sido objeto de estudos sistemáticos e de diretrizes e planos de ação com vistas à sua implementação em coordenação com as instituições de ensino superior; (b) o princípio da indissociabilidade das atividades substantivas do ensino superior (ensino-pesquisa-extensão) incorpora-se devidamente àquela política; (c) ainda não existe uma formulação completa de uma política nacional de estágios supervisionados para o ensino superior de graduação; (d) a ausência dessa formulação é a principal responsável pelo surgimento desordenado de normas oficiais freqüentemente superpostas, contraditórias, heterogêneas e incompletas, dadas a público em sucessivos decretos federais; (e) a previsão de estágios curriculares obrigatórios e a fixação de sua duração mínima, embora deixadas a critério das instituições de ensino superior, são atividades da competência legal do Conselho Federal de Educação.

Í N D I C E

Introdução	1
Capítulo 1	15
Estágios supervisionados de treinamento para <u>alu</u> nos de Cursos Superiores de Graduação	
Capítulo 2	61
Os estágios supervisionados de treinamento na <u>Política</u> Nacional de Ensino Superior	
Capítulo 3	126
O modelo de estágio supervisionado de treinamento emergente nos cursos de graduação da Universidade de Brasília e as perspectivas de seu <u>aperfeiçoamen</u> to gradativo	
Capítulo 4	168
Aplicação do modelo emergente na Universidade de Brasília aos estágios supervisionados de <u>treinamen</u> to do Curso de Graduação em Administração	
Sumário e Conclusões	183
Bibliografia	
Lista de Ilustrações (Quadros, Gráficos, Tabelas e Esquemas)	
Apêndice e Anexos (Pasta Complementar)	

L I S T A D E I L U S T R A Ç Õ E S

(Quadros, Gráficos, Tabelas e Esquemas)

CAPÍTULO Nº 1

Tabela nº 1 - Duração dos Cursos Superiores de Graduação, à qual se condiciona a duração dos estágios curriculares (tabela anexa à Portaria nº 159/65, do Ministro da Educação e Cultura).

Quadro nº 1 - Campo de estágio profissional nos principais setores de atividades.

CAPÍTULO Nº 2

Gráfico nº 1 - Sistema de Ensino Superior (Atividades-fim).

Quadro nº 2 - Diretrizes de Ação do DAU.

Quadro nº 3 - Integração de elementos de programação do CRUTAC a nível de Universidade.

Quadro nº 4 - Mecanismo de planejamento e retroalimentação do Sistema CRUTAC.

Quadro nº 5 - Compatibilização das atividades específicas e interprofissionais no Programa de Ação do CRUTAC.

Quadro nº 6 - Objetivos gerais do Sistema de Integração Escola-Empresa-Governo.

Quadro nº 7 - O Sistema de Integração Escola-Empresa-Governo.

Quadro nº 8 - Posição dos Agentes de Integração em um Sistema de várias Instituições de Ensino Superior, com setor produtivo diversificado.

Quadro nº 9 - Deslocamento da Coordenação Regional para o caso de apenas uma Instituição de Ensino Superior na região de influência.

CAPÍTULO Nº 3

Esquema nº 1 - Universidade de Brasília: I) Administração Superior; II) Administração de Unidades e Órgãos Suplementares.

Quadro nº 10 - Fluxo de Retroalimentação dos Organismos Específicos de Educação.

Quadro nº 11 - Funções dos Organismos das Universidades.

Gráfico nº 3 - Interação do Órgão Central da Universidade e Organismos Relacionados.

Gráfico nº 4 - Organograma Teórico de Órgão Central de Extensão de Universidade.

CAPÍTULO Nº 4

Esquema nº 2 - Sinopse dos mínimos de conteúdo e duração aprovados sucessivamente pelo Conselho Federal de Educação para os currículos das habilitações específicas do Curso de Graduação em Administração, evidenciando-se especialmente as disposições sobre os respectivos estágios supervisionados de treinamento.

Esquema nº 3 - Desdobramento do esquema anterior, nas partes relacionadas diretamente com os estágios supervisionados de treinamento das habilitações específicas em Administração Pública e em Administração de Empresas: síntese dos requisitos e dos procedimentos formais necessários à matrícula em estágio supervisionado e ao registro de seus resultados nos históricos escolares, por intermédio da Diretoria de Assuntos Acadêmicos e do Centro de Processamento de Dados da UnB.

Apêndice nº 1 (vinculado ao Capítulo nº 2) -

A participação do CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO nas atribuições e responsabilidades do Ministério da Educação e Cultura e suas repercussões na Política de Estágios Supervisionados de Treinamento dos Cursos Superiores de Graduação (especificamente dos estágios curriculares).

Apêndice nº 2 (vinculado ao Capítulo nº 4) .-

Regulamento dos Estágios Supervisionados de Treinamento dos Alunos do Curso de Graduação em Administração da Universidade de Brasília (Projeto).

Anexo nº 1 - Formulário para entrevistas com alunos do ciclo profissional do Curso de Graduação em Administração da UnB que estejam cumprindo estágio supervisionado de treinamento ou já o tenham concluído para efeitos curriculares.

Anexo nº 2 - Formulário para avaliação de estagiários pelos respectivos supervisores.

Anexo nº 3 - Relação nominal das pessoas entrevistadas.

Anexo nº 4 - Decreto nº 75.778, de 26 de maio de 1975, que dispõe sobre estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal.

Anexo nº 5 - Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo.

INTRODUÇÃO

Sumário Específico

Visão preliminar da situação atual dos Estágios

Supervisionados de Treinamento ao nível

dos cursos superiores de graduação

Proposição de conceitos

Objetivos e estrutura

Metodologia

Notas

Introdução

A reconhecida atualidade do tema desta monografia e a objetividade que comporta o seu desenvolvimento dispensam, a rigor, elucubrações históricas, incursões literárias e devaneios poéticos.

Não obstante, assinale-se, pelo menos, que a poesia, em sua universal filosofia e arguta capacidade de desvendar e antecipar todas as verdades, até mesmo as mais pragmáticas, inspirou, ao maior vate da língua portuguesa, belos e famosos versos, que encerram conceitos lapidares, implicitamente aplicáveis ao tema que constitui o fulcro deste trabalho, isto é, o estágio de treinamento profissional:

"A disciplina militar prestante
Não se aprende Senhor na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando".

Eximindo-se de outras digressões, o autor situa, desde logo, o estudo inicial dos estágios supervisionados de treinamento ao nível dos cursos superiores de graduação e no contexto da realidade brasileira contemporânea.

As raízes dos Estágios Supervisionados de Treinamento encontram-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - enunciadora do salutar princípio de que "o ensino superior será ministrado em estabelecimentos agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional" (art. 67).

O Conselho Federal de Educação (CFE), órgão normativo da educação nacional, cuja criação, em substituição ao antigo Conselho Nacional de Educação, mas com mais amplas e importantes atribuições, foi uma das mais felizes inspirações daquela histórica lei, procurou, desde logo, vitalizar o importante preceito. As Portarias s/nº, de 04/12/1962, e 228, de 27/12/1962, subscritas pelo Ministro da Educação e Cultura, ambas homologatórias, com fundamento no art. 70 da LDB, de currículos mínimos de cursos superiores, explicitaram, em termos genéricos, que "o treinamento profissional constitui exigência comum a todos os cursos" (referindo-se aos cursos de graduação cujos currículos mínimos então aprovaram explicitamente). O primeiro dos referidos atos também especifica, por exemplo, que "a ministração das matérias pedagógicas, para fins de licenciatura, não exclui um ano, pelo menos, de trabalho de classe, por parte do alu

no, não só nos Colégios de Aplicação, como em escolas médias cre denciadas, a fim de que seja cumprida a exigência de treinamento profissional, prevista no art. 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

Nessa mesma linha de orientação, o conselheiro Joaquim Faria Góis, no Parecer nº 397/62, aprovado pelo CFE, formulou o seguinte conceito de currículo mínimo:

"A expressão currículo mínimo deve ser entendida, ao nosso ver, em termos de possibilitar o primeiro contato com a profis são a aprender, a estudar as teorias e técnicas que lhe são per tinentes e a aproveitar ao máximo as aquisições que a aprendi zagem em serviço vai ensejar".

Esse conceito considera, em última análise, o treinamento pro fissional, requerido pela LDB, como suscetível de atendimento, nos currículos mínimos dos cursos de graduação, pela aprendizagem em serviço, por sua vez componente fundamental dos estágios supervi sionados de treinamento.

A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (conhecida como Lei de Reforma Universitária), consigna, também, importantes preceitos que, em seu espírito (mens legis), sugerem inequivocamente a inclu são de estágios supervisionados de treinamento nos currículos dos cursos superiores de graduação:

"Art. 11. As universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

.....
e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas funda mentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técni co-profissionais".

.....
"Art. 18. Além dos cursos correspondentes a profissões regu ladas em lei, as universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros para atender às exigências de sua pro gramação específica e fazer face às peculiaridades do mercado de trabalho regional".

.....
"Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho".

Realmente, as especiais e simultâneas preocupações da Reforma Universitária com a formação técnico-profissional, as necessidades e peculiaridades do mercado de trabalho e a diversificação dos cur sos profissionais em habilitações específicas, estas últimas capa zes de atender até mesmo à demanda de emergentes profissões, ocupa

ções e especializações, envolvem também o propósito de assegurar maior flexibilidade à aprovação de novos currículos de cursos de graduação, nos quais são suscetíveis de inclusão exigências e diretrizes explícitas sobre o cumprimento de estágios supervisionados de treinamento.

A ênfase que a Política Nacional de Educação atribui à formação técnico-profissional corresponde, também, à crescente importância que universalmente se reconhece à profissionalização em nível superior, a cuja eficácia são imprescindíveis os estágios supervisionados de treinamento. O genial Albert Einstein preocupou-se com a relevância da questão, sobre a qual pontificou:¹

"A escola tem sido sempre o mais importante veículo de transmissão, entre as gerações, dos tesouros da cultura e tradição. Nos dias atuais, é um fator mais importante ainda do que foi no passado, pois, nas condições do progresso tecnológico, o poder da família, como transmissora da tradição e cultura, vem sendo enfraquecido; e, hoje, a continuidade normal da existência da sociedade depende mais da escola do que acontecia outrora".

.....
 "Aquele que consegue as bases de uma certa profissão e chega a uma independência no pensamento e no trabalho, certamente encontrará seu caminho e será capaz de adaptar-se às mudanças e ao progresso muito melhor do que aquele que recebeu uma educação baseada no acúmulo de detalhadas informações sobre um certo e limitado setor da ciência".

Visão preliminar da situação atual dos Estágios

Supervisionados de Treinamento ao nível

dos cursos superiores de graduação

Robert C. Regnier, reconhecendo, embora, que os estágios supervisionados de treinamento são uma das formas de desenvolvimento de recursos humanos, lamenta que algumas organizações ainda o confundam com atividade de assistência social (ou simples bolsa de trabalho, no sentido restrito da expressão): chegam ao extremo de incluir as respectivas despesas em seus orçamentos no item "Assistência Social".²

1. As notas estão lançadas no fim da Introdução, seguindo-se a orientação facultada pela "Norma brasileira para Referências Bibliográficas", item 3, alínea d, in Normalização da documentação no Brasil, documento aprovado pelo IBBD e pela ABNT. 2 ed. Rio de Janeiro, CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS e IBBD, p.93-4.

Mesmo os estágios supervisionados de treinamento formalmente classificados como curriculares nem sempre alcançam, em sua execução, qualificação compatível com seus objetivos.

A fortiori, os estágios supervisionados de treinamento cumpridos a título extracurricular freqüentemente ressentem-se de adequação às necessidades da formação profissional dos alunos dos cursos superiores de graduação, os quais os aceitam movidos mais por necessidades sócio-econômicas que pela expectativa de que concorram para proporcionar-lhes melhor preparação para suas futuras atividades profissionais.

Por vezes, transparece, mesmo, certa deficiência de conscientização da existência e da obrigatoriedade dos estágios curriculares:

a) O Caderno das profissões,³ editado conjuntamente pelo Jornal do Brasil e pela empresa Shell do Brasil, nenhuma referência faz à existência de estágios curriculares e obrigatórios em inúmeros cursos superiores de graduação (envolvendo as respectivas habilitações específicas), sobre os quais se propõe a oferecer valiosas, atualizadas e minuciosas informações (detalhando cada profissão em suas características fundamentais, atribuições e regulamentação, inclusive discriminando as matérias e/ou disciplinas que integram os respectivos mínimos de conteúdo, como aprovados inicialmente ou mediante revisão, pelo Conselho Federal de Educação, mas fazendo tabula rasa da atividade, igualmente curricular, prescrita pelo CFE, sob a denominação de "Estágio Supervisionado", ou expressão equivalente).

Note-se que se trata de publicação cujo objetivo é possibilitar que os estudantes conheçam a realidade do mercado de trabalho da região onde vivem, levando-os a procurar cursos que sejam efetivamente úteis ao desenvolvimento econômico do País. Com tiragem de trezentos mil exemplares, distribuídos no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Recife e Curitiba, fornece informações sobre 71 carreiras, 179 habilitações e 435 especializações acessíveis aos universitários.

b) O Manual de profissões: cursos de nível superior incide na mesma omissão, ainda que um dos objetivos de seu autor seja evidenciar que a falta de informações sobre os cursos de nível superior se apresenta como obstáculo ao melhor desenvolvimento da estrutura educacional, uma vez que restringe a visão daqueles que desejam escolher uma carreira.⁴

c) Em formulários de avaliação e em roteiros de entrevistas de candidatos a empregos, há, normalmente, itens ou subfatores relativos a atividades extracurriculares e a disciplinas curriculares, mas não se encontram, habitualmente, itens pertinentes explicitamente a estágios supervisionados de treinamento, o que reflete a tendência de incluí-los no elenco das atividades extracurriculares, sejam eles curriculares ou extracurriculares.

Ciente dessa impropriedade, João Bosco Lodi aconselha que:⁵

a) no formulário de proposta de trabalho, se atribua ênfase especial aos dados sobre os estágios supervisionados de treinamento, item que interessaria simultaneamente à história educacional e à história profissional do candidato;

b) nos questionários de avaliação de candidatos, se incluam conceitos numericamente ponderáveis, em termos de graus e notas, capazes de valorizar deliberadamente os estágios que tenham realizado quando estudantes.

A reportagem publicada em dos mais conceituados matutinos do País,⁶ sob o expressivo título "Estou formado, agora vou estudar (extrato falado do impasse educacional)", ilustra a importância que cumpre atribuir aos estágios supervisionados de treinamento, no consenso, inclusive, dos próprios estudantes universitários.

O repórter entrevistou, no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, 80 universitários formandos em fins de 1976 (15 em Direito, 11 em Engenharia, 8 em Economia, 8 em Comunicação, 7 em Medicina, 6 em Arquitetura, 6 em Administração, 5 em Letras, 4 em Psicologia, 3 em Sociologia, 2 em Agronomia, 1 em Veterinária, 1 em Nutricionismo, 1 em Física, 1 em Matemática e 1 em Geografia). Cinquenta por cento (50%) disseram que o curso não os preparou, "é péssimo"; 20% o consideraram razoável, e apenas 15% o deram como satisfatório; 27,5% declararam que pretendem fazer cursos de pós-graduação e 3,75% outro curso qualquer; 26,25% revelaram que os cursos que estavam concluindo não eram os que desejavam realmente seguir; 6,25% declararam pretender ensinar na própria escola ou em estabelecimento de ensino congênere; 6,25% não haviam ainda decidido o rumo a tomar e só 35% admitiram - muitos sem ilusões a respeito das dificuldades que enfrentariam - começar logo a trabalhar em suas profissões.

Não devendo alongar demasiadamente esta Introdução, o autor exime-se de comentar os seguintes excertos, que bem exprimem as principais conclusões do repórter e a percepção dos recém-formados sobre seus cursos, em geral, e, especificamente, sobre estágios que lhes foram proporcionados:

"Os jovens que estão saindo das escolas superiores para um mercado de trabalho que não tem condições de absorver sequer a minoria que se considera apta ou é forçada a começar logo a trabalhar, se sentem despreparados e não sabem muito bem o que vão fazer. Parte considerável descarta de saída — argumentando com a fragilidade dos cursos — a possibilidade de seguir, a curto ou médio prazo, a carreira escolhida. O que se ouve deles é a confissão de que, para ousarem a disputa de um lugar no restrito mercado empregador, precisam fazer novos cursos, de preferência, numa crítica implícita à qualidade do ensino que receberam, uma pós-graduação no exterior" (comentários do repórter).

"Conquistado o diploma, o formando está diante da realidade: é quase impossível — a grande maioria constata — arranjar em prego se não se tiver feito um estágio prolongado durante o curso. As deficiências do aprendizado afloram ao impacto de um mercado de trabalho que, com exceção para as carreiras mais estritamente técnicas, apresenta-se estrangulado. A atitude a tomar na abordagem da guerra por um lugar de profissional é muitas vezes a da fuga, freqüentemente na forma de um curso de pós-graduação, postulado até mesmo por aqueles que consideraram o ensino na faculdade plenamente satisfatório" (comentários do repórter).

"Trabalhei alguns meses, como estagiária, no setor de pesquisa, onde não encontrei o menor estímulo. Cheguei a ficar re-voltada, percebendo que nada do que aprendia em teoria na faculdade se aplicava à prática. Numa segunda tentativa, no setor de organização e métodos, me senti mais à vontade, embora confirmando a impressão de que a gente só aprende realmente quando faz estágio. Em geral, é quase impossível arranjar em prego depois de formado, se não se tiver feito pelo menos um estágio prolongado, paralelo ao curso. Desse modo, há muita gente com péssimas perspectivas de futuro profissional" (Bacharelada em Administração).

"No curso, o que poderíamos chamar feijão-com-arroz, foi bem dado. Mesmo sem um curso de pós-graduação me sinto preparado para enfrentar a vida profissional, pois já tenho experiência de trabalho. Isso conta demais. O curso, em si, é apenas uma base. Tem muitas falhas e a mais grave é a falta de um mínimo de aplicação prática dos currículos (formando em Economia).

As atuais críticas dos estudantes universitários ao ensino predominantemente teórico, reiteradas na reportagem acima resumida, remontam, aliás, a várias décadas. Confirma-o o depoimento bem-humorado de Paulo Sá:⁷

"Lembramo-nos de que, nos tempos em que fizemos o curso de engenharia, os poucos laboratórios existentes tinham, quase todos, um 'invisível' aviso nas portas: 'É proibida a entrada de alunos'".

"As poucas noções práticas que tínhamos eram quase sempre limitadas ao fato de assistirmos às experiências feitas pelo professor, às quais nenhum acesso tínhamos".

"Havia, a propósito, uma anedota clássica, que afirmava que, no ensino 'prático' de química, os únicos reagentes utilizados eram a celulose e a grafite (o papel e o lápis) com os quais se escreviam as reações".

Registre-se, de qualquer modo, o fato alvissareiro de que outro matutino⁸ patrocinou, nos últimos dias de 1976, campanha publicitária, com o principal objetivo de conscientizar os empresários do valor da colaboração dos estudantes estagiários e cujo slogan foi o seguinte: "Abra a porta. Acredite no estagiário".

Como adverte Paulo Nathanael Pereira de Souza, "pode-se prever que, em futuro próximo, a pressão dos estudantes para a obtenção de estágios tenderá a crescer violentamente. É uma consequência inevitável da consciência desenvolvimentista que impregnou, nos últimos tempos, a sociedade brasileira. Urge que o Poder Público se acautele para não ser surpreendido pelo fenômeno. Há que estimar os quantitativos da demanda e que prever os meios para o seu atendimento."⁹

Tenha-se, ainda, presente, em reforço a essa grave advertência, a necessidade imperiosa de que os estágios supervisionados de treinamento destinados aos alunos dos cursos superiores de graduação, sobretudo quando curriculares, se revistam de qualificação em grau compatível com seus reais objetivos.

Quanto aos próprios estudantes universitários, cumpre-lhes lutar, mediante os meios legítimos de que disponham, pelas aspirações e reivindicações pertinentes à ampliação, em termos qualitativos e quantitativos, das oportunidades de estágios supervisionados de treinamento de que necessitam crescentemente. Para isto, devem valer-se, inclusive, da voz e do voto de seus representantes legais nos Departamentos docentes e demais órgãos colegiados das instituições de ensino superior, bem como mobilizar-se em prol da consecução daqueles específicos e relevantes interesses de sua classe.

Proposição de conceitos

Em benefício da clareza e precisão deste trabalho, propõe-se a adoção, ainda que a título convencional, de conceitos básicos, sem os quais vocábulos e expressões essenciais ao estudo, compreensão e discussão do assunto poderiam ser tomados em sentido equívoco, em lugar de convenientemente unívoco.

É óbvio que estas proposições preliminares não exauzem o glosário que o tema requer. Mas o autor procurará encontrar outras soluções para novos problemas conceituais que surjam no desenvolvimento deste estudo.

Mesmo quanto aos estágios curriculares, não há, ainda, a uniformidade e a coerência desejáveis em sua nomenclatura. O Conselho Federal de Educação utiliza, para expressar a mesma idéia central de estágio curricular, expressões diversas, a seguir declinadas exemplificativamente e na ordem decrescente de sua incidência nas resoluções aprobatórias de currículos mínimos: Estágio Supervisionado, Estágio Curricular, Estágio de Prática Forense e Organização Judiciária, Estágio Prático, Estágio Clínico e Internato.

Variações de nomenclatura, consignadas em atos normativos baixados pelo Poder Público, também ocorrem nos estágios destinados a alunos dos cursos superiores de graduação, sem explícita definição de sua natureza (curricular ou extracurricular), por instituições, oficiais ou particulares, que oferecem campos de estágios ou se propõem a incentivá-los. A título de exemplo, o autor relaciona as seguintes denominações, algumas delas coincidentes com as usadas relativamente aos estágios tipicamente curriculares: Estágio, Estágio Prático, Estágio Remunerado, Estágio de Complementação Educacional e Prática Profissional, Bolsa de Complementação Educacional, Bolsa de Estágio, Bolsa de Estudo e Bolsa de Trabalho.

Diante dessa imprecisão semântica, propõe-se que, no desenvolvimento deste estudo:

a) A expressão estágios curriculares designe precisamente os estágios que, incluídos sob diferentes denominações, nos currículos mínimos e/ou plenos de cursos superiores de graduação, com fundamento na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e em normas aprovadas pelo Conselho Federal de Educação, quer em caráter obrigatório (como acontece geralmente), quer em caráter facultativo (como ocasional

mente pode ocorrer), proporcionem aos estagiários créditos e conceitos, sendo, assim, atividades normativa e didaticamente consideradas integrantes da formação acadêmica e profissional, e devendo, pois, revestir-se, necessariamente, de suficiente qualificação, refletida em seus conteúdos, objetivos, condições de recrutamento, seleção, duração, acompanhamento e avaliação;

b) A expressão estágios extracurriculares designe, em princípio, estágios que, recebendo diversas denominações, não são explicitamente considerados curriculares (se bem que muitos deles sejam suscetíveis de assumir, mediante entendimentos entre as instituições de ensino e as partes concedentes, qualificação suficiente ao reconhecimento de sua equivalência aos estágios curriculares, por alcançarem, em sua implementação, os indispensáveis pressupostos, a critério das instituições de ensino superior a que se vinculem os estagiários);

c) Considerando não serem rígidas e estanques as linhas que, quanto ao conteúdo e demais características essenciais, distinguem os estágios curriculares dos extracurriculares, a expressão estágios supervisionados de treinamento aplique-se genericamente a todas as modalidades e formas de estágios, quer curriculares, quer extracurriculares (há, por exemplo, Bolsas de Trabalho que, pela qualificação das atividades a que correspondem, em órgãos do Ministério da Educação que as concedem, podem, desde que atendidas determinadas exigências adjetivas, ser consideradas equivalentes substantivamente a estágios curriculares).

Com estas proposições, procura-se flexibilizar convenientemente, sob o ponto de vista conceitual, os estágios supervisionados de treinamento, a fim de que se ajustem à tendência de sua expansão, como se vem manifestando em nosso ensino superior de graduação, quer qualitativa, quer quantitativamente, tendência que corresponde, pelo menos em parte, aos atuais imperativos da formação profissional e humana dos estudantes de nível universitário. Na verdade, torna-se necessário oferecer a cada aluno dos cursos de graduação, qualquer que seja sua opção profissional ou acadêmica, e a estrutura do respectivo currículo quanto à obrigatoriedade de atividades estagiárias, pelo menos uma oportunidade de realizar estágio supervisionado de treinamento, suficientemente qualificado. A esse mínimo, acrescente-se a possibilidade da realização de estágios sucessivos, que resultem em novas e profícuas experiências para os

estagiários, desde que se assegure prioridade aos alunos carecedores e em condições de cumprirem convenientemente a obrigação do estágio curricular.

Essa denominação genérica — Estágios Supervisionados de Treinamento — é consignada no título deste trabalho justamente para evidenciar, desde logo, o propósito deliberado do autor de não cingir seu estudo aos estágios classificados explicitamente como curriculares, e sim, estendê-lo aos estágios extracurriculares, frequentemente suscetíveis de assumir qualificação suficiente ao reconhecimento de sua equivalência aos estágios curriculares.

Objetivos e estrutura

O autor se propõe a alcançar, no desenvolvimento deste estudo, os seguintes objetivos principais:

a) realizar estudo sistemático da natureza, características e formas dos estágios supervisionados de treinamento, existentes em âmbito nacional e capazes de concorrer para a melhor formação acadêmica e profissional dos alunos dos cursos superiores de graduação, em geral, e dos cursos de graduação em Administração, em especial;

b) analisar os fundamentos teóricos e identificar as diretrizes e os mais importantes aspectos, em termos de planejamento e implementação, da emergente Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento, pela qual é principal responsável o Ministério da Educação e Cultura, convenientemente articulado com as instituições de ensino superior e outras instituições também interessadas no assunto;

c) evidenciar a existência de um modelo emergente de estágios supervisionados de treinamento nos cursos de graduação da Universidade de Brasília (harmônico, em alto grau, com a Política Nacional a que se refere a alínea b, e, sob certos aspectos, dela precursor), descrevê-lo em suas características principais e apresentar uma prospecção de suas tendências, considerando, inclusive, os diferentes elos (políticos, pedagógicos, financeiros, técnicos, jurídicos e administrativos) que vinculam a UnB a outras Instituições, notadamente ao próprio Ministério da Educação e Cultura, sem prejuízo de sua autonomia (nos termos em que a definem a legislação especial do ensino superior e o art. 3º do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, referente à Reforma Administrativa Federal);

d) destacar, a título exemplificativo de suas frutíferas potencialidades, os principais resultados, já obtidos ou esperados, da aplicação do modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento emergente na Universidade de Brasília, ao seu Curso de Graduação em Administração, responsável pela formação acadêmica dos Bacharéis em Administração e profissional dos Técnicos de Administração, em cujo currículo mínimo figura obrigatoriamente a atividade de "Estágio Supervisionado", por decisão do Conselho Federal de Educação.

Cada uma dessas alíneas corresponde essencialmente aos temas específicos dos quatro capítulos em que se desdobra o texto desta monografia.

Cumprindo, ainda, mencionar que complementam e enriquecem este estudo os dois seguintes Apêndices, resultantes de árduas pesquisas que se revelaram indispensáveis não só à constituição do acervo do material reunido pelo autor, como também à cristalização e fundamentação de suas idéias, no plano conceutivo, e à comprovação de que se assentam em dados factuais, no plano pragmático:

Apêndice nº 1 - Trabalho inédito, de exclusiva responsabilidade do autor, intitulado: "A participação do Conselho Federal de Educação nas atribuições e responsabilidades do Ministério da Educação e Cultura e suas repercussões na Política de Estágios Supervisionados de Treinamento dos Cursos Superiores de Graduação (especificamente dos estágios curriculares)". Vincula-se predominantemente ao tema do Capítulo 2.

Apêndice nº 2 - Trabalho ainda não divulgado, de exclusiva responsabilidade do autor, intitulado: "Regulamento dos Estágios Supervisionados de Treinamento dos Alunos do Curso de Graduação em Administração da Universidade de Brasília". Vincula-se predominantemente ao tema do Capítulo 4.

Metodologia

O autor adotou metodologia predominantemente descritiva, comportando, inclusive, os enfoques histórico, jurídico-legal, administrativo, comparativo e analítico. Em sua instrumentação, recorreu à documentação, à observação sistemática, a entrevistas e questionários.

Quanto às suas observações, o autor as pôde efetuar de modo sistemático e participante, graças à circunstância de vir exercen

do, sem prejuízo de suas funções docentes e demais encargos acadêmicos, a coordenação dos estágios supervisionados de treinamento do Curso de Graduação em Administração da Universidade de Brasília, por delegação da chefia do Departamento de Administração e na qualidade de membro da respectiva Comissão Especial de Seleção e Avaliação de Estagiários. Deve, mesmo, mencionar que, em muitas oportunidades, transcendeu os limites desta última função a fim de oferecer sua cooperação ao estudo de problemas mais amplos, que afetavam também os estágios de outros cursos, bem como aos entendimentos preliminares sobre convênios pelos quais a Fundação Universidade de Brasília tem ampliado expressivamente os campos de estágios à disposição de seus diversos cursos de graduação.

O relevo que o monografista atribui aos métodos que adotou em contra apoio nos conceitos de João Bosco Lodi:¹⁰

"Não há método mais importante de coleta de dados do que a observação, onde as informações estão percebidas e inferidas sem necessidade de verbalização. A observação não exclui, no entanto, a entrevista, porque esta traz informações de caráter subjetivo, por exemplo, opiniões, que não são obtidas da pura observação. A entrevista está, pois, inserida no contexto dos métodos de investigação, completa os outros métodos e é por eles completada".

Concretamente, as entrevistas efetuadas pelo autor envolveram:

a) doze personalidades, com altas responsabilidades em Instituições voltadas para os problemas educacionais, inclusive os que se relacionam com a Política Nacional do Ensino Superior, em geral, e a emergente Política de Estágios Supervisionados de Treinamento, em especial;

b) professores orientadores de alunos estagiários do Curso de Graduação em Administração da Universidade de Brasília;

c) alunos estagiários ou ex-estagiários do referido Curso.

As entrevistas a que se referem as alíneas a e b foram acentuadamente abertas, não só em atenção ao status dos entrevistados, como porque convinha à variedade e especificidade dos temas tratados, embora tenham comportado um plano básico e específico, convenientemente testado pelo autor.

Já as entrevistas efetuadas com alunos estagiários e ex-estagiários, inclusive bacharelados, comportaram extenso e minucioso questionário, o qual incluiu, em seus itens, solicitação de justificação

das respectivas respostas, além de algumas perguntas abertas, de caráter opinativo (exemplar desse questionário figura em anexo).

Também foi utilizado um questionário de avaliação de alunos es tagiários do Curso de Graduação em Administração da Universidade de Brasília pelos respectivos supervisores (nas organizações que se constituíram nos respectivos campos de estágio). Exemplar desse questionário encontra-se igualmente em anexo.

Quer das entrevistas, quer dos questionários, resultaram dados que foram convenientemente utilizados neste trabalho, sobretudo na elaboração, pelo monografista, do "Regulamento dos Estágios Supervisionados dos Alunos do Curso de Graduação em Administração da Universidade de Brasília" (Apêndice nº 2).

Acresce que os dados e novos insights resultantes das entrevistas e questionários proporcionaram ao autor a percepção mais nítida de fatos e relações extremamente úteis, senão indispensáveis, ao planejamento e à elaboração deste estudo. Algumas das perguntas e respectivas respostas desempenharam, mesmo, a latere, significativas funções latentes, que conduziram, por vezes, o autor a novas idéias, relações e conclusões impressentidas quando elaborou aqueles instrumentos de análise. Nesse sentido, o autor pôde incorporar aos seus procedimentos o método heurístico, que supõe diálogo e progressiva construção da verdade, a partir de dados fragmentários. Como acentua Marialice M. Foracchi, "a atitude intelectual do investigador é heurística, no sentido em que tenta aprofundar o conteúdo da descoberta e no sentido de oferecer direção insuspeitada à explanação".¹¹

Mas o autor também não deixou de utilizar ótica específica e pessoal de análise dos fatos e de suas projeções, já que "fatos não se agridem; cabe identificá-los e raciocinar (e agir, acrescentar-se) a partir deles", na observação de Carlos Castelo Branco,¹² repor tando-se ao pensamento de destacado político brasileiro.

Notas à Introdução

- 1 Apud NISKIER, Arnaldo. Reforma do ensino de 1º e 2º graus: a nova escola. Rio de Janeiro, Bruguera, 1971, p.117
- 2 REGNIER, Robert C. Formação de pessoal: comunicação e treinamento. Coordenadora Ed. de Brasília. Brasília, 1971, p.50 e 56
- 3 CADERNO DE PROFISSÕES: as 71 opções universitárias para sua escolha. Edição conjunta JORNAL DO BRASIL/SHEEL BRASIL. Rio de Janeiro, 1976
- 4 COSTA, Carlos Augusto Rodrigues. 2 ed. Rio de Janeiro, APEC, 1976
- 5 LODI, João Bosco. A entrevista: teoria e prática. São Paulo, Pioneira, 1971, p.120 e 146
- 6 JORNAL DO BRASIL de 11.12.1976, Caderno B, p.4-5
- 7 SÁ, Paulo. A avaliação das escolas superiores. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1977, p.23
- 8 JORNAL DE BRASÍLIA de 19.12.1976, notícia sob o título: "Em favor do estagiário, a nova campanha do JBr"
- 9 SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de . "A importância do estágio na formação profissional". Educação (publicação do Ministério da Educação e Cultura), Ano 5, n. 19 (Jan.-mar. 1976), p.83-92 (tema desenvolvido no III Encontro Nacional de Programas CRUTACs)
- 10 LODI, João Bosco. A entrevista: teoria e prática. São Paulo, Pioneira, 1971, p.27
- 11 FORACCHI, Marialice M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, p.14
- 12 JORNAL DO BRASIL, n. 226, ano de 1976, Caderno A, p.2, "Coluna do Castelo"

C A P Í T U L O 1

ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DE TREINAMENTO PARA ALUNOS DE CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO

Sumário Específico

- 1.1. Conceituação dos estágios curriculares
- 1.2. Estudo genérico dos aspectos jurídico-legais e normativos dos estágios curriculares
 - 1.2.1. Duração dos cursos superiores de graduação
 - 1.2.2. Duração dos estágios curriculares
 - 1.2.3. Decisões mais significativas do CFE sobre conteúdo e duração de estágios curriculares de diversos cursos superiores
- 1.3. Os estágios curriculares das habilitações específicas do Curso de Graduação em Administração: aspectos jurídico-legais e normativos
- 1.4. O estágio curricular do Curso de Graduação em Direito: aspectos jurídico-legais e normativos
- 1.5. Tendências descentralizadoras do CFE no processo decisório relativo a estágios curriculares
- 1.6. Conceituação e normalização dos estágios extracurriculares
 - 1.6.1. Aspectos normativos oriundos do Poder Público
 - 1.6.2. Aspectos normativos complementares oriundos de instituições incrementadoras e intermediárias da concessão de estágios supervisionados de treinamento
- 1.7. Universalização dos estágios supervisionados de treinamento
- Notas ao Capítulo

1. Estágios Supervisionados de Treinamento para Alunos de Cursos Superiores de Graduação

Este capítulo visa precipuamente a estudar, de modo sistemático e em âmbito nacional, os Estágios Supervisionados de Treinamento proporcionáveis, quer em caráter obrigatório, quer facultativo, aos alunos dos cursos superiores de graduação, em geral, com destaque mais especial para aqueles que se situam na área da Administração.

Preocupa-se, inclusive, em analisar, comparar e, tanto quanto possível, integrar os estágios curriculares e os extracurriculares — espécies do mesmo gênero — para o qual se propôs justificadamente, na Introdução, a denominação geral de Estágios Supervisionados de Treinamento.

Finalmente, visa a permitir que, a partir da avaliação da presente situação dos Estágios Supervisionados de Treinamento e da percepção dos graves problemas que se delineiam nessa área de interesse específico do Ensino Superior (abordados rapidamente na Introdução), se analise, segura e criticamente, a emergente Política Nacional de Estágios e os resultados iniciais de sua implementação (tema central do Capítulo 2).

1.1. Conceituação dos estágios curriculares

Como afirma Newton Sucupira, a Portaria nº 159, de 14 de junho de 1965, do Ministro da Educação e Cultura, ao estabelecer inicialmente, a título experimental, a duração de cursos superiores em horas-aula, embora tenha incluído disposições genéricas sobre a duração dos estágios curriculares, não os conceituou. Afigura-se-lhe, todavia, que o estágio curricular constitui essencialmente uma aprendizagem pela prática das atividades correspondentes ao campo profissional do curso, um tipo de "learning by doing", controlado e orientado por professores.¹

1. As notas estão lançadas no fim de cada Capítulo, seguindo-se orientação facultada pela "Norma brasileira para Referências Bibliográficas", item 3, alínea d, in Normalização da documentação no Brasil, documento aprovado pelo IBBD e pela ABNT. 2 ed. Rio de Janeiro, CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS e IBBD, p. 93-4.

Dessa mesma imprecisão se ressentem os mínimos de conteúdo aprovados para os cursos de graduação por resoluções do CFE, nas partes em que cuidam especificamente da previsão de atividades estagiárias. Tal circunstância é, inclusive, a raiz da diversidade de nomenclatura usada nos pareceres e resoluções sobre mínimos de conteúdo e duração de cursos de graduação, em que se incluem disposições que nem sempre guardam a desejável sistemática sobre estágios curriculares, o que reflete certo grau de perplexidade que ainda envolve o assunto. Por exemplo, nos currículos mínimos que publicou até 1975, o CFE atribuiu a estágios curriculares as seguintes diversas denominações, enunciadas na ordem decrescente da frequência com que foram empregadas: estágio supervisionado, estágio curricular, estágio, estágio prático, estágio escolar, estágio de prática forense, estágio de exercício clínico (para os cursos de Odontologia) e internato (para os cursos de Medicina).

Note-se que nem sempre o CFE tem previsto expressamente, nos mínimos de conteúdo e duração dos cursos superiores de graduação, atividades correspondentes a estágio curricular, o que não impede, antes enseja, que as Instituições de Ensino Superior, considerem a conveniência da medida ao elaborarem os currículos plenos dos respectivos cursos.

Consoante levantamento constante de publicação do MEC,² dentre 64 currículos mínimos aprovados pelo CFE para cursos superiores de graduação até 1975, houve expressa previsão de atividades de estágio curricular para 21 cursos.

Não obstante, o autor, em abordagem inicial do conceito de estágio curricular, já antecipou que assim classifica as atividades que, previstas sob diferentes denominações nos currículos mínimos e/ou plenos de cursos superiores de graduação, proporcionem aos estagiários créditos e conceitos, sendo, pois, normativa e didaticamente consideradas integrantes da formação acadêmica e profissional, e devendo, pois, revestir-se necessariamente de grau suficiente de qualificação, refletida em seus conteúdos, objetivos, condições de recrutamento, seleção, duração, acompanhamento e avaliação (p. 9).

Em linhas gerais, essa concepção dos estágios curriculares coincide com a enunciada recentemente pela Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que "dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante

do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências": os estágios, quando curriculares, devem propiciar, em seu desenvolvimento, a comple mentação do ensino e da aprendizagem e serem planejados, executa dos, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em ins trumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aper feiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento huma no (§ 1º do art. 3º, combinado com o § 2º do art. 1º).

Já agora, o autor pode evidenciar outras características, que considera relevantes, dos estágios curriculares:

a) Sua obrigatoriedade, estabelecida pelo CFE nos mínimos de conteúdo e duração dos cursos superiores de graduação e/ou pelas Instituições de Ensino Superior nos currículos plenos dos mesmos cursos (ressalve-se a hipótese excepcional, mas não inviável, de o estágio figurar no currículo de determinado curso, ou de uma de suas habilitações específicas, como atividade eletiva, a qual, de qualquer modo, manifestada a escolha, se converte em obrigatória);

b) Sua supervisão pedagógica, a ser exercida habitualmente por intermédio de um dos professores do curso, na qualidade de Orientador do estagiário, em cujas atribuições se inclui necessariamente a aprovação do plano de estágio (em sua fase curricular, pelo menos), o reconhecimento de sua validade (pela atribuição dos créditos cor respondentes) e sua avaliação final (pela atribuição de conceito e/ou menção);

c) Sua avaliação, que abrange os aspectos de treinamento pro fissional e de formação acadêmica. A responsabilidade pela avalia ção sob o primeiro aspecto cabe preliminarmente à organização con cedente do estágio, por intermédio do(s) supervisor(es) do estagiá rio, e objetiva verificar seus graus de aproveitamento e rendimento nas atividades que dão conteúdo ao estágio. A responsabilidade pe la avaliação sob o segundo aspecto cabe exclusivamente à Institui ção de Ensino, por intermédio basicamente do Professor Orientador, e objetiva precipuamente verificar o grau em que as atividades de sen volvidas pelo estagiário, em cumprimento ao plano de estágio, correspondem aos objetivos por este último visados;

d) O estágio curricular não cria, por si mesmo, vínculo empre gatício de qualquer natureza, o que não impede que, em circunstân cias excepcionais, a relação empregatícia a ele preexistente sirva

de veículo à sua estruturação, desde que o trabalho a ser executado durante sua vigência se relacione diretamente com o curso e que se preservem integralmente seus pressupostos, seus objetivos e suas exigências específicas. De outro modo, o estudante obrigado com determinada organização por contrato de trabalho para o exercício de atividades que, no todo ou em parte, se liguem imediatamente à sua futura área de atuação profissional, e freqüentemente com sérias responsabilidades familiares e sociais, ver-se-ia na contingência de interromper seu curso (justamente em sua fase conclusiva), diante da impossibilidade material (salvo pela rescisão, praticamente inviável, de seu contrato de trabalho), de compatibilizar suas obrigações e responsabilidades com a realização, em outra organização, de atividades estagiárias, durante, pelo menos, um semestre letivo. Nesse sentido, são ilustrativas as informações de Marialice M. Foracchi, a seguir sintetizadas:³

"O trabalho representa, de modo parcial ou total e para cerca de mais de metade da população universitária investigada, a garantia efetiva de manter-se como estudante. Com relação ao trabalho, a população estudantil assim se distribui: 34% trabalham em atividades que consideram relacionadas com o curso; 25% trabalham em atividades que não consideram relacionadas com o curso; 36% são mantidos pela família; 2% são comissionados (matrículas resultantes de convênios culturais, por exemplo) e 3% têm Bolsa de estudo. No total 59% dos estudantes trabalha para manter-se nos estudos".

O autor é o primeiro a ressaltar o caráter de excepcionalidade e as necessárias cautelas de que esse procedimento deve revestir-se, porquanto, como bem observa a autora acima citada:⁴

"O estudante que trabalha não pode impedir que sua atividade esteja cindida entre o emprego e o estudo, na medida em que um é condição do outro. Com isso, a aprendizagem, assim como o emprego, só podem ser parciais, tanto no que diz respeito ao aproveitamento, tanto no que se relacione com a experiência obtida, num ou noutro setor. Portanto um é condição do outro porque ambos, em si mesmos, são parciais e incompletos".

e) Sob o ponto de vista da retribuição pecuniária, o estágio curricular pode, em princípio, ser prestado quer a título oneroso, quer a título gratuito, já que as normas que lhe são específicas omitem a obrigatoriedade daquela espécie de retribuição. Note-se, porém, que a citada Lei nº 6.494/77, quando se refere aos estágios de modo geral, considera potestativa a concessão aos estagiários de "(...) bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser accordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, devendo

do o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra aciden
tes pessoais" (art. 49).

Torna-se oportuno explicitar que se excluem da classificação
de estágios supervisionados de treinamento e, especificamente, de
estágios curriculares, como conceituados e estudados neste trabalho:

a) os "trabalhos práticos" e os "estágios supervisionados" li
gados exclusivamente a atividades de laboratório e de campo inte
grantes da programação de determinada disciplina curricular;

b) os "microestágios", expressão por vezes empregada no senti
do de programas limitados de visitas ou de simples observação, se
gundo interesses curriculares;

c) o exercício da função de monitor, prevista no art. 41 da Lei
nº 5.540/68 e regulada pelo Decreto nº 66.315, de 13.03.1970, bem
como por disposições estatutárias e regimentais das Instituições
de Ensino Superior, já que corresponde ao desempenho de atividades
auxiliares em aulas, pesquisas e outros encargos técnico-didáticos
de determinada disciplina, proporcionando ao aluno que voluntaria
mente delas se desincumba remuneração específica e certificado com
valor acadêmico.

1.2. Estudo genérico dos aspectos jurídico-legais e normativos dos estágios curriculares

Em virtude de preceito da vigente Constituição Federal (art.
89, item XVII, alínea r, e respectivo parágrafo único), compete pri
vativamente à União (por intermédio, obviamente, do Congresso Nacio
nal, em conjugação com o Poder Executivo, cujo Chefe exerce a fa
culdade de vetar ou sancionar projetos de lei), legislar sobre con
dições de capacidade para o exercício das profissões liberais e
técnico-científicas.

Nessa prerrogativa da União compreende-se, entre outras, a atri
buição de estabelecer requisitos para a formação profissional de ní
vel superior (3º grau do ensino), inclusive para a realização de
determinados estudos e o desenvolvimento de determinadas atividades
acadêmicas.

O Congresso Nacional, com o assentimento do Poder Executivo Fe
deral, optou, em princípio, pela alternativa de deferir o exercício
daquela atribuição ao Conselho Federal de Educação, nos termos da

Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média (conhecida como Lei de Reforma Universitária), cujo art. 26 incumbe o CFE de fixar (no sentido de aprovar) o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões regulamentadas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional (a critério do próprio CFE), bem como de cursos que as universidades e os estabelecimentos isolados organizem para atender às exigências de sua programação específica e fazer face às peculiaridades do mercado de trabalho regional (ampliando, assim, notavelmente as atribuições e responsabilidades que ao CFE anteriormente deferira, nessa área, a Lei nº 4.024/61 - de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Assinale-se a natureza e a significação da evolução alcançada pela segunda das citadas leis: "a noção tradicional do diploma como algo que assegura privilégios ao seu portador, a nova lei contrapõe a idéia da formação superior como uma exigência da sociedade para o trabalho em determinado setor".⁵

No uso das atribuições que lhe confere o art. 26 da Lei nº 5.540/68, e na qualidade que legalmente lhe é reconhecida de mais alto e autorizado intérprete, no âmbito administrativo, das leis sobre o ensino, o Conselho Federal de Educação tem entendido que, em sua competência para aprovar os currículos mínimos e a duração mínima dos cursos superiores, está implícita a de decidir: a) sobre a inclusão no conteúdo dos mesmos currículos não só de matérias, como também de atividades que habitualmente tem denominado "estágios supervisionados" (ou expressão equivalente); b) sobre a duração das atividades.

Esse entendimento, no que se refere especificamente às atividades estagiárias, resulta dos conceitos de currículo mínimo e de matéria, estabelecidos pelo próprio CFE, mediante as "Normas para aplicação dos novos currículos mínimos" (propostas pelo Parecer nº 85/70, aprovado em 02.02.70, e aplicáveis não só aos currículos mínimos de cursos que sejam criados, como também à revisão dos currículos dos cursos anteriormente existentes);

a) Currículo mínimo: é o núcleo de matérias fixado pelo CFE, na forma do art. 26 da Lei nº 5.540/68, considerado o mínimo indispensável para uma adequada formação profissional.

b) desdobramento das matérias em disciplinas: às Universidades e aos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior é lícito desdobrar as matérias do currículo mínimo em disciplinas anuais ou semestrais, ou ainda, em períodos letivos especiais a serem definidos em Regimento.

O CFE admite, pois, a existência, nos currículos mínimos, de matérias multidisciplinares, suscetíveis de desdobramento, nos currículos plenos, em duas ou mais disciplinas. Aliás, já anteriormente, o CFE explicitara que os conteúdos curriculares mínimos seriam apresentados sob a forma de matérias (e não de disciplinas), com o sentido de matéria-prima a ser retrabalhada em cada plano particular (Indicação nº 8/68, aprovada em 04.06.68, de cuja revisão, após a Lei nº 5.540/68, resultaram as normas a que se refere o citado Parer nº 85/70).

Sendo os estágios curriculares atividades, por sua natureza, multidisciplinares (mais que qualquer matéria do currículo mínimo), com a singularidade de permearem o ensino, a extensão e a pesquisa, evidencia-se que este último entendimento do CFE confirma que, em princípio, constitui igualmente sua atribuição decidir sobre a inclusão, nos currículos mínimos dos cursos superiores, não só de matérias, como, também, de estágios pedagogicamente supervisionados.

Essa integração dos estágios supervisionados, ainda que sob de nominações formalmente diversas (estágio, estágio prático, prática pedagógica, estágio clínico, internato, estágio de prática forense e organização judiciária etc), nos mínimos de conteúdo e duração dos cursos superiores, representa expressivo indicador da importância fundamental que já se atribui aos estágios curriculares na formação dos alunos dos cursos de nível superior, a título de treinamento profissional. É justamente o propósito de evidenciar a importância crucial dos estágios curriculares que leva o CFE a prevê-los enfaticamente, com o caráter, sobretudo, de treinamento profissional, em artigos específicos das resoluções aprovatórias dos currículos mínimos, em lugar de englobá-los no elenco das matérias curriculares. Não obstante, freqüentemente a previsão de estágios nos currículos mínimos tem sido despercebida até mesmo pelos responsáveis por publicações especializadas que tratam da formação profissional em nível superior (como já se acentuou e exemplificou na Introdução).

Embora habitualmente os estágios curriculares sejam definidos como obrigatórios, é possível, sob o ponto de vista normativo, que figurem excepcionalmente como optativos em partes diversificadas de

currículos mínimos (constituídas por matérias, e eventualmente por estágios, "das quais os estabelecimentos escolherão tantas quantas forem determinadas pelo CFE"), ou em algumas habilitações específicas de certos cursos. Por exemplo, o estágio curricular previsto sob a forma "Prática de Ensino na Escola de 1º Grau", que é obrigatório para a habilitação específica em "Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais", torna-se optativo para as demais habilitações específicas do Curso de Pedagogia.⁶

As atividades de estágio curricular são suscetíveis de cumprimento em um ou mais períodos letivos regulares (semestrais, por exemplo), considerada, naturalmente, a duração total mínima daquelas atividades. Podem, também, estender-se a período letivo especial (quando previsto no calendário da instituição de ensino), com óbvias vantagens, sob o ponto de vista de sua flexibilidade, porquanto o estagiário terá, então, a possibilidade de desonerar-se do estudo de disciplinas cursáveis nos períodos regulares e concentrar-se no estágio curricular, sendo-lhe, até mesmo, possível cumpri-lo em organização situada em lugar diverso da sede da instituição de ensino. Na Universidade de Brasília, por exemplo, o período letivo especial, inserido entre o segundo período letivo regular de um ano escolar e o primeiro do ano escolar subsequente, comporta a inscrição de alunos em pelo menos uma das etapas do estágio curricular (aplicação interpretativa das normas resultantes da aprovação, pelo CFE, do Parecer nº 85/70).

Acentue-se, ainda, que, na composição dos currículos dos cursos superiores de graduação, as próprias instituições de ensino superior poderão incluir, se o CFE não o tiver feito nos respectivos currículos mínimos, atividades de estágio, a fim de atender a exigências de sua programação específica ou a peculiaridades regionais, desde que sejam obedecidos os princípios de flexibilidade e sobriedade e guardada a relação com a natureza e objetivos do curso (como se depreende, também, das normas resultantes da aprovação do citado parecer). Por exemplo, nos currículos plenos dos cursos de graduação em Biblioteconomia, em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, incluem-se, atualmente, atividades obrigatórias de estágio, embora não tenham sido previstas explicitamente nos currículos mínimos dos cursos de graduação em Biblioteconomia e em Ciências Econômicas, em termos nacionais, pelo CFE. Esse mesmo procedimento, pelo qual a criação de estágio

curricular, em cursos de determinada instituição de ensino superior, tem origem endógena (por independender de prévia resolução do CFE), é extensível a outras áreas de formação profissional, com os seguintes fundamentos legais e normativos, além do Parecer nº 85/70: a) no art. 67 da Lei nº 4.024/61 (de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), enunciador do princípio de que o ensino superior será ministrado com a cooperação de institutos de pesquisa e de centros de treinamento profissional; b) em resoluções do Ministro da Educação e Cultura (Portarias s/nº, de 04.12.62, e 228, de 27.12.62, elaboradas pelo CFE), explicitadoras da orientação segundo a qual constitui exigência comum a todos os cursos superiores o treinamento profissional (do qual, obviamente, são instrumentos hábeis os estágios curriculares, pedagogicamente supervisionados).

Quanto à duração dos estágios curriculares, cumpre apontar-lhe a singularidade de que tem sido estabelecida pelo Conselho Federal de Educação em termos de duração máxima, ainda que aqueles estágios integrem, por definição, conteúdos curriculares mínimos de cursos superiores, em relação aos quais cabe ao Conselho estabelecer a respectiva duração mínima.

Torna-se, assim, oportuno justificar essa aparente contradição e estudar suas importantes repercussões sobre os aspectos normativos dos estágios curriculares. Nesse sentido, o autor se propõe a analisar crítica e sucessivamente, com vistas a aprofundar o estudo dos estágios curriculares: 1º) os problemas, realmente intrincados, da duração dos cursos superiores; 2º) os problemas de duração dos estágios curriculares; 3º) as decisões mais significativas do CFE sobre conteúdo e duração de estágios curriculares de diversos cursos superiores.

1.2.1. Duração dos cursos superiores de graduação

Consoante as já citadas Normas para aplicação dos novos currículos mínimos, "a duração dos cursos, expressa em horas-aula, é fixada em termos de duração mínima, com observância dos limites máximos e mínimos de execução dos cursos, estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação" (item 8).

A atual obrigatoriedade da fixação, pelo CFE, da duração mínima dos cursos superiores decorre de mandamento da Lei nº 5.540/68 (art. 26).

Anteriormente, a Lei nº 4.024/61 previa a fixação, pelo CFE, de determinada e única duração para cada modalidade de cursos superiores (art. 70), sem admitir, portanto, a flexibilidade decorrente do sistema de duração mínima endossado pela Lei nº 5.540/68).

Note-se, porém, que nenhuma dessas leis definiu em que unidade de tempo seria explicitada a duração dos cursos: se em dias ou em horas. Sobre este aspecto particular da questão, as Normas em exame, ao optarem pelo sistema de horas-aula, retomaram o critério proposto no Parecer nº 52/65, aprovado pelo CFE e de que resultou a Portaria nº 195/65, do Ministro da Educação e Cultura, que fixa a duração de cursos superiores de graduação.

A fundamentação teórica do sistema de horas-aula, adotado experimentalmente em 1965 e definitivamente logo após a vigência da Lei nº 5.540/68, é, em síntese, a seguinte:

a) Sob o ponto de vista do ritmo em que podem cumprir satisfatoriamente o currículo, existem três categorias fundamentais de estudantes a considerar em qualquer planejamento didático: os rápidos, os médios e os lentos;

b) Deve-se criar um sistema que absorva a todos e permita a cada um desenvolver o seu próprio teor de excelência;

c) A adotar-se o critério de duração única expressa em anos letivos (mínimo de 180 dias, consoante dispunha o art. 72 da LDB, omitindo, porém, a duração de cada dia em termos horários), ignoram-se todas aquelas condicionantes do processo educativo e termina-se por organizar cursos que são muito rápidos para os alunos lentos e muito lentos para os alunos rápidos ("too fast to the slow, too slow to the fast", na citação do Parecer nº 85/70).

Por outro lado, sua configuração pragmática deriva das seguintes diretrizes e conceitos técnicos:

a) A duração de um curso é o tempo necessário à execução do currículo respectivo em ritmo que assegure aproveitamento satisfatório e possa, tanto quanto possível, ajustar-se às diferenças de meios, escolas e alunos. Implica, pois, não só quantidade de tempo (tempo útil), como ritmo de execução do curso (tempo total), que repousa basicamente sobre a carga diária do trabalho. Daí a necessidade de que a duração de cada curso seja fixada em horas-aula, com indicação do tempo útil e do tempo total;

b) Tempo útil de um curso é o mínimo de horas-aula necessárias para execução de seu currículo. Não admite redução, embora comporte ampliação. Não serão computadas para integralização do tempo útil de um curso as horas correspondentes a: provas e exames; estudos e exercícios de iniciativa individual; estágios supervisionados, no que exceda a um décimo do número de horas fixa do para o curso; outras atividades que o estabelecimento, pelo órgão próprio de sua administração escolar, exclua expressamente do conceito de horas-aula;

c) Tempo total é o período compreendido entre a primeira matrícula e a conclusão do curso. É variável e resultará, em cada caso, do ritmo com que seja feita a integralização anual do tempo útil, observado o seguinte quadro de referências, que constituem alternativas de integralização anual:

1^a alternativa: limite máximo (anual);

2^a alternativa: termo médio (anual);

3^a alternativa: limite mínimo (anual).

Conhecido o tempo útil, é preciso determinar o tempo total com que se completa a duração de um curso. Seus limites máximo e mínimo de execução são aqueles acima ou abaixo dos quais se entende que o ensino pode entrar em dispersão (ritmo muito lento, podendo conduzir à duração máxima do curso) ou em excessiva concentração (ritmo muito rápido, podendo conduzir à duração mínima do curso). Entre os limites máximo e mínimo está o termo médio, isto é, aquele em que o tempo total corresponde funcionalmente ao tempo útil e, portanto, o currículo se cumpre sem acréscimo ou redução de ano ou dia regular.

A partir do termo médio (em que a duração total do curso corresponde exatamente ao seu tempo útil) e até o limite máximo de integralização anual do tempo útil, a ampliação do tempo total se obtém pela diminuição das horas semanais de atividades, desde que se cumpram os 180 dias mínimos legalmente estabelecidos para o ano letivo.

A partir do termo médio e até o limite mínimo de integralização anual do tempo útil a redução do tempo total se obtém pelo aumento das horas semanais de atividades ou dos dias do ano letivo, ou ainda, de ambos.

Observações: a) em nenhuma hipótese, poderá o ano letivo ser inferior a 180 dias de trabalho escolar efetivo (Leis nºs 4.024/61 e 464/69, esta última complementando a Lei nº 5.540/68); b) a diminuição e o aumento do trabalho escolar se farão nas seguintes hipóteses: como norma geral do estabelecimento; como possibilidade de variação entre alunos (neste caso, vários ritmos de integralização anual do tempo útil poderão coexistir no mesmo estabelecimento; c) nos cursos que funcionem em horário noturno, recomenda-se a diminuição das horas diárias de trabalho escolar e conseqüente ampliação do tempo total; d) nos casos em que seja admitida a redução do tempo total, para todos os alunos ou parte deles, a medida dependerá de que se evidencie sua exeqüibilidade, sem quebra dos padrões do ensino.

A título ilustrativo, o autor resume, a seguir, os passos necessários à determinação, no caso concreto dos cursos de Engenharia, de suas características temporais, em harmonia com os conceitos acima expostos:

C U R S O S	T E M P O Ú T I L	Duração - Horas		
		Tempo-Total Integralização anual		
		Limite Mínimo	Termo Médio	Limite Máximo
ENGENHARIA (Civil, de Minas, Me cânica, Na val, Quími ca etc)	3.600 h.	400 h.	720 h.	900 h.

1º passo - Tomou-se para base de cálculo do tempo útil o ano letivo mínimo de 180 dias (que corresponde a 30 semanas de 6 dias úteis: $6 \text{ d} \times 30 \text{ s} = 180 \text{ d}$);

2º passo - Em se tratando de cursos que tradicionalmente vinham sendo ministrados no regime seriado em 5 anos, isto é, em 150 semanas ($30 \text{ s} \times 5 \text{ a} = 150 \text{ s}$), partiu-se de uma semana média de 24 horas-aula (estabelecida mediante pesquisa junto a cursos e professores de engenharia), encontrando-se, desde logo, o tempo útil de 3.600 horas ($24 \text{ h} \times 150 \text{ s} = 3.600 \text{ h}$), que corresponde a 720 horas como termo médio de integralização anual: $\frac{3.600 \text{ horas}}{5 \text{ anos}} = 720 \text{ horas}$;

3º passo - Admitindo-se uma ampliação do tempo total até $4/5$ do termo médio, ou seja, de 5 anos para 9 anos ($5 \text{ a} + 4/5 \text{ de } 5 \text{ a} = 9 \text{ a}$), essa integralização anual terá o limite mínimo de 400 horas-aula: $\frac{3.600 \text{ horas-aula}}{9 \text{ anos}} = 400 \text{ horas-aula}$;

4º passo - Admitindo-se uma redução do tempo total até $1/5$ do termo médio, ou seja, de 5 anos para 4 anos ($5 \text{ a} - 1/5 \text{ de } 5 \text{ a} = 4 \text{ a}$), essa integralização anual terá o limite máximo de 900 horas-aula: $\frac{3.600 \text{ horas-aula}}{4 \text{ anos}} = 900 \text{ horas-aula}$.

Em suma, os citados cursos de engenharia terão a carga horária mínima (expressa por seu tempo útil) de 3.600 horas-aula.

Em ritmo normal, serão ministrados em 5 anos, mediante a integralização anual de 720 horas-aula (no caso, termo médio). Em termos de períodos semestrais (e não anuais), estes valores passariam a 10 semestres, mediante a integralização semestral de 360 horas-aula.

Em ritmo lento, serão ministrados em 9 anos, no máximo, mediante a integralização anual de 400 horas-aula (no caso, limite mínimo). Em termos de períodos semestrais (e não anuais), estes valores passariam a 18 semestres, mediante a integralização semestral de 200 horas-aula.

Em ritmo rápido, serão ministrados em 4 anos, no máximo, mediante a integralização anual de 900 horas-aula (no caso, limite máximo). Em termos de períodos semestrais (e não anuais), estes valores passariam a 8 semestres, mediante a integralização semestral de 450 horas-aula.

O problema da duração mínima dos cursos superiores de graduação comporta, ainda, outras observações importantes:

a) O caráter experimental com que foi expedida a Portaria Ministerial nº 159, de 14.06.1965, antes da vigência da Lei nº 5.540/68, enseja ao CFE flexibilidade para aprovar, quer quanto a novos cursos, quer quanto a cursos já existentes, cujos mínimos de conteúdo e duração deva estabelecer ou alterar, valores numéricos correspondentes a tempo útil e a tempo total de integralização anual (com suas subdivisões em termo médio, limite máximo e limite mínimo) coincidentes, ou não, com os basicamente previstos no quadro anexo àquele ato;

b) Mais recentemente, o CFE tem preferido a fórmula de estabelecer o mínimo de duração dos cursos sobre cujos currículos se manifesta (inicialmente ou a título de revisão) em n horas-aula, integralizáveis em certo número de anos, em média, mas admitindo variações até um máximo ou um mínimo de anos. No caso, por exemplo, do curso de formação profissional de Nutricionistas, estabeleceu a duração mínima de 2.880 horas (tempo útil), "integralizando-se em um tempo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos, sendo a duração média de 4 anos". Mediante enunciados semelhantes, mais flexíveis e harmônicos com o espírito da Lei de Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), o CFE enseja maior diversidade de alternativas para a execução de currículos plenos em termos de sua integralização anual, ao mesmo tempo em que evidencia sua posição contrária à padronização de cursos com base no limite máximo de integralização anual, procedimento que, apesar de acarretar excessiva dispersão dos cursos, vinha sendo adotado por algumas instituições de ensino superior, preocupadas mais com seus interesses materiais que com o teor de excelência do ensino e as melhores alternativas que realmente deveriam oferecer a seus alunos.

c) Considerando que o tempo útil, expresso em horas-aula, das diferentes modalidades de cursos superiores de graduação é estabelecido legalmente pelo CFE em termos de duração mínima, as instituições de ensino superior têm, à vista de peculiaridades dos currículos plenos específicos dos respectivos cursos, a faculdade de ampliar-lhes o tempo útil, desde que reajustem convenientemente, quanto à sua integralização anual, os respectivos termo médio e limites mínimo e máximo, de tal modo que não se alterem as previsões quanto às suas durações média, máxima e mínimas expressas em anos. Obviamente, aquele

reajustamento será obtido mediante conveniente e nova definição do número de horas-aula por semana e/ou ampliação do número de dias (e conseqüentemente de semanas) integrantes do ano letivo. Confirmam-no as expressões de Valnir Chagas:⁷

"Mínimo deve ser o currículo e mínima também a duração que o CFE venha a estabelecer para os cursos de sua competência. Tudo indica, portanto, que aos acréscimos feitos pelas universidades e escolas no plano de conteúdo deve corresponder algum aumento das horas de trabalho".

1.2.2. Duração dos estágios curriculares

A análise, em termos gerais, da duração dos cursos superiores de graduação tornou-se indispensável ao estudo, em termos mais específicos, da duração dos estágios curriculares, em virtude do alto grau de correlação dessas questões, derivado da integração daqueles estágios ao conteúdo e à ministração dos cursos, bem como da orientação geral estabelecida pelo Ministério da Educação e Cultura, por inspiração do CFE, no sentido de que "não serão computadas para integralização do tempo útil as horas correspondentes a estágios supervisionados no que excedam a 1/10 do número de horas (tempo útil) fixadas para o curso" (art. 2º, parágrafo único, da Portaria Ministerial nº 159/65, alicerçada no Parecer nº 52/65, com as ressalvas com que o CFE o aprovara). Essa orientação foi endossada, pelo menos implicitamente, pela Lei nº 5.540/68, que passou a exigir a aprovação, para os cursos superiores de graduação, não somente de mínimos de conteúdo (como já o previa a Lei nº 4.024/61), como também de duração mínima, o que levou o CFE a preconizar a adoção, em caráter definitivo, do sistema de duração daqueles cursos em horas-aula e a ratificar, em termos normativos gerais, a sistemática consignada naquele ato ministerial, inclusive quanto à duração dos estágios curriculares (Parecer nº 85/70).

Observe-se, a latere, que a autorização do cômputo, ainda que apenas parcialmente, na integralização do tempo útil dos cursos superiores de graduação, das horas correspondentes a estágios curriculares, deixou de acatar, sob esse aspecto específico, o Parecer nº 52/65, de autoria do conselheiro Valnir Chagas, que excluía essa contagem, quer total, quer parcialmente. Mas, em harmonia com o ponto de vista afinal vencedor, a décima parte da duração em horas-aula (no sentido geral de horas de atividade) dos cursos de graduação (isto é, do seu tempo útil) passou a representar, como regra geral, ainda

que comportando alguma flexibilidade, o máximo permitido para efeito de integração dos estágios curriculares no tempo útil dos cursos.

Ainda que as normas gerais relativas à duração dos cursos superiores de graduação conduzam à determinação da duração máxima dos respectivos estágios curriculares, os estágios supervisionados de treinamento, habitualmente proporcionados, por múltiplas instituições, governamentais ou particulares, aos alunos daquele grau do ensino, raramente deixam de ter, na prática, duração bem superior ao limite das horas de atividade que lhes são realmente computáveis curricularmente. Exemplificativamente: o aluno que se comprometa, com uma daquelas instituições, a cumprir estágio supervisionado de treinamento com duração prevista para 6 meses (ou 180 dias), como ocorre habitualmente, completará, ao término do estágio, no regime usual de 4 horas diárias ou 20 semanais, cerca de 480 horas de atividades (20 horas x 4 semanas x 6 meses). Não obstante, se a duração (tempo útil) do seu curso é de 2.700 horas, somente poderá computar, a título de estágio curricular e como parcela integrante daquele total, 270 horas, não sendo curricularmente computáveis as 210 horas excedentes.

Como corolário dessa conclusão, pode-se afirmar que seria inócua praticamente qualquer iniciativa complementar das instituições de ensino superior no sentido de estabelecerem duração mínima, inferior a 1/10 do tempo útil de seus cursos, para os respectivos estágios curriculares, ao ensejo da aprovação dos currículos plenos daqueles cursos ou da regulamentação, por atos internos, dos respectivos estágios.

O limite máximo de duração, expresso em horas, dos estágios curriculares, deduzível das normas gerais sobre duração mínima dos cursos superiores de graduação, corresponde conceitualmente ao que, na concepção do autor, se pode denominar tempo útil específico do estágio curricular.

Se bem que tenha sido enunciado inicialmente o critério geral de calcular aquele limite máximo como equivalente a 1/10 da duração ou tempo útil do respectivo curso, o próprio CFE, em decisões mais recentes, tem flexibilizado aquele critério, consoante a natureza e as necessidades dos diferentes cursos cujos currículos mínimos tem aprovado, a título inicial ou de revisão periódica.

Por outro lado, é admissível, sob o ponto de vista normativo, que o estágio curricular seja ampliado em sua duração, na medida em que seja igualmente ampliada a duração ou tempo útil do respectivo

curso, a juízo das instituições de ensino superior que o ministrem, já que apenas lhes é vedado reduzir o número de horas-aula minimamente estabelecido pelo CFE para cada curso. Por exemplo, se determinada instituição de ensino superior, por motivos peculiares (como a ampliação do currículo pleno de um de seus cursos de graduação ou a majoração do número de horas-aula de algumas de suas disciplinas), eleva o respectivo tempo útil de 2.700 horas-aula para 3.000 horas-aula, e se a duração máxima do respectivo estágio curricular corresponde a 1/10 da duração do curso, o tempo útil específico do estágio curricular poderá ser elevado de 270 horas para 300 horas.

O conceito de tempo total, com limites de integralização anual (ajustável, quando for o caso, à integralização semestral), estabelecido para os cursos superiores de graduação, também pode ser entendido especificamente aos estágios curriculares, com o mesmo propósito fundamental de evitar sua excessiva concentração ou dispersão. A título ilustrativo: os estágios curriculares cujo tempo útil específico seja de 270 horas de atividades (por integrarem cursos de 2.700 horas-aula de tempo útil), deverão cingir-se, na concepção do autor, aos seguintes limites de integralização (considerando-se que o ano letivo equivale a, pelo menos, 180 dias ou a 30 semanas de 6 dias úteis e o semestre letivo equivale a, pelo menos, 90 dias úteis ou a 15 semanas de 6 dias úteis):

Limite mínimo (1 semestre letivo)	90 dias (ou 15 semanas), a que corresponderia a média de 3 horas diárias de atividades reconhecíveis curricularmente $\frac{(270 \text{ horas})}{90 \text{ dias}}$
Limite máximo (2 semestres letivos)	180 dias (ou 30 semanas), a que corresponderia a média de 1 1/2 horas por dia de atividades reconhecíveis curricularmente $\frac{(270 \text{ horas})}{180 \text{ dias}}$
Termo médio (1 1/2 semestre letivo)	135 dias (ou 22 1/2 semanas), a que corresponderia a média de 2 horas diárias de atividades reconhecíveis curricularmente $\frac{(270 \text{ horas})}{135 \text{ dias}}$

A delimitação da integralização do tempo útil específico dos estágios curriculares, como idealizada na folha anterior, além de evitar sua excessiva concentração ou dispersão, ofereceria secundariamente, a juízo do autor, as seguintes vantagens:

a) Dentre as 4 horas diárias de atividades de estágios supervisionados de treinamento prestadas, como é habitual, às instituições que os oferecem, somente seriam computadas curricularmente as que correspondessem a atividades suficientemente qualificadas, em consonância com as exigências imanentes aos estágios curriculares e assim expressamente reconhecidas nos planos pertinentes àqueles estágios, desde que em número não inferior a duas horas. Assim se distinguiriam convenientemente, no conjunto das atividades programadas nos estágios supervisionados de treinamento, as aceitas como tipicamente curriculares das que, por serem rotineiras ou pouco expressivas no treinamento dos estagiários, seriam classificadas como extra curriculares;

b) Os estágios curriculares, quando não se completassem em apenas um semestre letivo (90 dias úteis), seriam necessariamente concluídos no primeiro ou nos dois primeiros semestre(s) letivo(s) subseqüente(s), já que sua realização em tempo total superior a 3 semestres letivos seria incompatível, em todos os casos, com o limite máximo de sua integralização. Como exemplo ilustrativo do acerto desta afirmação, podemos considerar a hipótese extrema dos estágios curriculares correspondentes a cursos cuja duração tradicional era de 6 anos e cujo tempo útil pode alcançar atualmente 5.400 horas-aula. Mesmo nesta hipótese, teríamos (considerando que o tempo útil específico do estágio curricular seria de 540 horas):

Limite mínimo: $\frac{540 \text{ horas}}{90 \text{ dias}} = \text{Média de 6 horas diárias de atividade}$
des,
sendo 90 dias a duração mínima de um semestre letivo;

Limite máximo: $\frac{540 \text{ horas}}{270 \text{ dias}} = \text{Média de 2 horas diárias de atividade}$
des,
sendo 270 dias a duração mínima de 3 semestres letivos consecutivos;

Termo médio : $\frac{540 \text{ horas}}{180 \text{ dias}} = \text{Média de 3 horas diárias de atividade}$
des,
sendo 180 dias a duração mínima de 2 semestres letivos consecutivos.

Assim sendo, a hipótese da conclusão do estágio curricular no 4º semestre letivo, a contar consecutivamente daquele em que tenha sido iniciado, conduziria, realmente, mesmo no caso de cursos de maior duração, a um excesso do tempo total específico do respectivo estágio curricular.

Em conclusão, os estágios curriculares dos cursos de graduação, consoante seus tempos úteis específicos, são suscetíveis de cumprimento no tempo total de: a) um semestre letivo; b) 2 semestres letivos consecutivos; c) 3 semestres letivos consecutivos, no máximo.

1.2.3. Decisões mais significativas do CFE sobre conteúdo e duração de estágios curriculares de diversos cursos superiores

O objetivo principal da Indicação do Ministro da Educação e Cultura estudada pelo CFE no parecer nº 52/65, foi, declaradamente, promover a plena utilização da capacidade ociosa que então se verificava em Instituições de Ensino Superior (apesar da pressão exercida pelos candidatos não aprovados nos concursos vestibulares que eram considerados "excedentes"), afim de aumentar a oferta de profissionais de nível superior no mercado de trabalho.

A orientação preconizada pelo CFE em seus estudos, de cuja aprovação final resultou a Portaria Ministerial nº 159/65, que adotou, então ainda em caráter experimental, o sistema de horas-aula para traduzir a duração dos cursos superiores de graduação, consistiu em optar pela conciliação, tanto quanto possível, do crescimento quantitativo do ensino superior com sua indispensável qualificação, da qual constitui, sem dúvida, fator de crescente importância, o estágio curricular.

Com a vigência da Lei nº 5.540/68 (Reforma Universitária), complementada pelo Decreto-lei nº 464, de 11.02.1969, o CFE encontrou ainda mais sólidas razões para perseverar naquela orientação, plenamente compatível, de resto, com a implementação do sistema de créditos e de matrícula por disciplinas.

Por questão de coerência, seria lícita a expectativa de que o CFE abrangesse, desde logo, em suas preocupações com o nível de qualidade dos cursos superiores de graduação, os respectivos estágios curriculares, além de estender, também, a estes o critério de expressar sua duração sempre em horas-aula, tanto mais quanto uma de suas mais importantes atribuições consiste em "manter estudos permanentes

sobre currículos e fixar (no sentido de aprovar e rever sempre que necessário) o currículo mínimo dos cursos superiores correspondentes a profissões regulamentadas por lei e outras também necessárias ao desenvolvimento nacional" (art. 39, item XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 64.902, de 22.07.1969).

Com o propósito de melhor evidenciar a posição, em termos práticos, do Conselho Federal de Educação relativamente a esses importantes aspectos normativos dos estágios curriculares, isto é, seu conteúdo e sua duração (fatores, ainda que não exclusivos, de sua qualificação), focalizam-se, a seguir, exemplificativamente, algumas das resoluções aprobatórias de mínimos de conteúdo e duração de cursos superiores de graduação, em que o CFE abordou, mais detidamente que em relação à maioria dos outros cursos, aqueles aspectos. Essas resoluções e os pareceres em que se fundamentam referem-se aos estágios curriculares das diversas habilitações específicas do Curso de Graduação em Administração (destacado no próprio título desta monografia) e ao estágio de Prática Forense e Organização Judiciária do Curso de Graduação em Direito (pelas singularidades de que se revestiu sua inclusão no respectivo currículo mínimo).

As observações e comentários do autor sobre os estágios curriculares dos Cursos de Graduação em Administração e Direito são também apresentadas com a intenção de oferecer alguns parâmetros para a análise específica, não comportada pelas dimensões desta monografia, de estágios curriculares de outros cursos superiores de graduação.

1.3. Os estágios curriculares das habilitações específicas do Curso de Graduação em Administração

O fato de o CFE somente ter cogitado em 1966 da aprovação do currículo mínimo do Curso de Graduação em Administração (reconhecendo, desde logo, as duas primeiras de suas atuais quatro habilitações específicas), decorreu das circunstâncias seguintes:

a) Na vigência da Lei nº 4.024/61 (LDB), cabia ao CFE "fixar o currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício de profissão liberal";

b) Os cursos de graduação em Administração, existentes no Brasil desde 1952 (quando o primeiro deles começou a funcionar na Es

cola Brasileira de Administração Pública, então instituída na Fundação Getúlio Vargas com a colaboração das Nações Unidas), somente passaram a atender à condição mencionada na alínea a a partir da vigência da Lei nº 4.769, de 09.09.1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração como de nível superior pelos Bacharéis em Administração (sem distinções quanto às habilitações específicas), lei cujo Regulamento foi aprovado pelo Decreto nº 61.934, de 22.12.1967.

Os mínimos de conteúdo e duração das habilitações específicas em Administração Pública e em Administração de Empresas foram aprovados pelo CFE em 1966 (Parecer nº 307/66 e consequente Resolução s/nº, de 08.07.1966), ao passo que os mínimos de conteúdo e duração das modalidades Administração Hospitalar e Comércio Exterior somente o foram posterior e separadamente, por intermédio das Resoluções nºs 18, de 12.07.1973, e 21, de 18.08.1973, respectivamente.

Para as quatro habilitações específicas do Curso de Graduação em Administração o CFE estabeleceu uniformemente o tempo útil (duração mínima) de 2.700 horas-aula, havendo determinado, quanto à sua integralização:

a) para as habilitações específicas em Administração Pública e em Administração de Empresas, a observância, na integralização anual daquelas 2.700 horas-aula, do seguinte quadro de referência:

Limite mínimo - 338 horas-aula (anuais)

Limite médio - 675 horas-aula (anuais)

Limite máximo - 772 horas-aula (anuais)

b) para as habilitações específicas em Administração Hospitalar e em Comércio Exterior, sua integralização no mínimo de 3 anos e no máximo de 7 anos (não havendo explicitado o limite médio, quer em anos, quer em horas-aula).

Note-se que, nos casos das modalidades Administração Pública e Administração de Empresas, o limite-médio em horas-aula é facilmente conversível em anos letivos: $\frac{2.700 \text{ horas-aula}}{675 \text{ horas-aula}} = 4 \text{ anos}$

Considerando-se a homologia existente entre as quatro habilitações específicas, é lícito afirmar que:

a) as habilitações específicas em Administração Pública e em Administração de Empresas devem ser integralizadas no mínimo de 3 anos e no máximo de 7 anos letivos (como é estabelecido explicita

mente para as habilitações específicas em Administração Hospitalar e em Comércio Exterior), embora, se fosse aplicado o sistema da Portaria Ministerial nº 159/65, o cálculo nos conduziria a resultados um pouco diversos para aquelas primeiras habilitações:

$$\begin{aligned} \text{Integralização mínima em anos} &= \frac{2.700 \text{ horas-aula}}{772 \text{ horas-aula}} = 3 \frac{384}{772} = \\ &= 3 \frac{1}{2} \text{ anos letivos (aproximadamente)} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Integralização máxima em anos} &= \frac{2.700 \text{ horas-aula}}{338 \text{ horas-aula}} = 7 \frac{334}{338} = \\ &= 8 \text{ anos letivos (aproximadamente)} \end{aligned}$$

b) para as habilitações específicas em Administração Hospitalar e em Comércio Exterior, o limite médio para a integralização anual é de 675 horas-aula e para integralização total é de 4 anos letivos (como é estabelecido explicitamente para as habilitações específicas em Administração Pública e em Administração de Empresas).

As decisões do CFE não são uniformes relativamente à exigência, para essas quatro habilitações específicas, de estágios curriculares, apresentando também variações quanto a alguns aspectos que os configuram.

Para as habilitações específicas em Administração Pública e Administração de Empresas, a exigência do CFE consiste em "um estágio supervisionado de seis meses, junto a órgãos do serviço público ou a empresa privada (segundo a opção do aluno por uma dessas habilitações).

Para a habilitação específica em Administração Hospitalar, a exigência do CFE consiste na "realização, no último semestre do curso, de estágio supervisionado em hospital aprovado pelo Conselho de Educação competente" (isto é, pelo CFE ou Conselho Estadual de Educação, consoante a vinculação do curso seja a Instituição de Ensino vinculada ao Sistema Federal ou a Sistema Estadual).

Para a habilitação específica em Comércio Exterior, o CFE não estabelece expressamente a exigência de Estágio Supervisionado. Considerando, porém, que as quatro referidas habilitações são homólogas, já que se vinculam fundamentalmente à mesma formação profissional, é forçoso entender que os currículos plenos pertinentes a essa habilitação específica devem consignar a obrigatoriedade do estágio curricular.

Outros aspectos que configuram os estágios curriculares a serem obrigatoriamente incluídos nos currículos plenos das quatro re^uferidas habilitações específicas, são, também, suscetíveis de harmonização, mediante a aplicação do princípio da homologia às habilitações específicas da formação profissional de nível superior na área da Administração:

a) Período(s) letivo(s) em que o estágio deve ser realizado:

O CFE somente tornou expresso que o Estágio Supervisionado deve ser realizado "no último semestre do curso" para a habilitação específica em Administração Hospitalar, havendo silenciado, sob esse aspecto, quanto às três demais habilitações.

Por homologia, é possível entender-se — sobretudo no sistema que adota como unidade a hora-aula para a duração dos cursos e o cômputo de créditos, para a respectiva integralização, com a conseqüente flexibilidade do tempo total de duração do curso para cada aluno (desde que obedecidos os limites mínimo e máximo fixados pelo CFE para a duração total do curso) — que o estágio curricular não deve necessariamente iniciar-se e concluir-se "no último semestre do curso". Na verdade, pode ocorrer que alunos matriculados no "último semestre" do curso (no sentido de que estejam, então, cursando seu oitavo semestre letivo de estudos) não tenham obtido, até então, a mesma progressão no curso (podem ter conquistado, até o penúltimo semestre, total diferente de créditos, faltando-lhes, assim, maior ou menor número de créditos, ou maior ou menor número de disciplinas, para concluírem o Curso de Administração, na habilitação específica de sua opção).

Torna-se, assim, mais aconselhável (em nome da homologia, da isonomia e da lógica) que prevaleça o critério de exigir-se que o início do estágio curricular somente ocorra quando os alunos do Curso de Graduação em Administração (qualquer que seja a habilitação específica que pretendam) tenham cursado determinada(s) disciplina(s), como pré-requisito(s) do estágio curricular e conquista do determinado número de créditos (exigências que devem corresponder ao nível de estudos equivalentes, pelo menos, ao início do penúltimo período semestral de estudos no ritmo normal em que o curso deve ser efetuado, isto é, considerado o termo médio de sua integralização anual, que para o Curso de Administração corresponde a $\frac{2.700 \text{ horas-aula}}{4 \text{ anos}} = 675 \text{ horas-aula por ano}$, ou $\frac{675 \text{ h.a}}{2} = 337,5 \text{ horas-aula por período semestral}$; este cálculo também poderia ser

efetuado multiplicando-se 22,5 h.a. — carga média semanal dos Cursos de Administração, como considerada pelo CFE — por 15 — número de semanas do período letivo semestral, resultado que corresponderia também a 337,5 horas-aula). No início do penúltimo dos 8 períodos letivos regulares que corresponde ao tempo total (em ritmo médio) do Curso de Graduação em Administração, o aluno deve ter cursado em horas-aula úteis $337,5 \text{ h.a.} \times 6 \text{ períodos} = 2.025 \text{ horas-aula}$, que equivalem, no sistema de créditos da UnB ($15 \text{ h.a.} = 1 \text{ crédito}$), a $\frac{2.025 \text{ h.a.}}{15 \text{ h.a.}} = 135 \text{ créditos}$. Faltam-lhe, assim, para terminar o curso, que totaliza 180 créditos (ou 2.700 horas-aula, no mínimo), 45 créditos ($180 - 135$), neles incluídos os 18 créditos correspondentes ao estágio curricular, o que lhes possibilita cumprir o estágio curricular no 7º e/ou 8º período(s) letivo(s) regular(s).

b) Duração do Estágio Curricular:

O CFE somente tornou expressa a duração, em termos curriculares, dos Estágios Supervisionados para a habilitação específica em Administração Pública e em Administração de Empresas, fixando-a em 6 (seis) meses, "respeitado o disposto no art. 2º, parágrafo único, letra c, da Portaria Ministerial nº 159/65" (isto é, somente poderão ser computadas, a título de estágio curricular, na integralização do tempo útil do curso, o equivalente, no mínimo, a 1/10 deste último).

Considerando que, para todas as quatro habilitações específicas, o tempo útil (ou a duração mínima) do Curso de Administração é de 2.700 horas-aula, por decisão uniforme do CFE, os respectivos estágios curriculares somente poderão ser computados no tempo útil do curso até o limite de 270 horas-aula, desprezando-se, para efeito de validação curricular, as horas que tenham sido dedicadas a atividades estagiárias além desse limite.

Na realidade, o CFE teria sido mais coerente se, ao estabelecer o tempo-útil (atual duração mínima) das quatro habilitações específicas do Curso de Administração e a duração dos Estágios Supervisionados em Administração Pública e Administração de Empresas, se houvesse reportado à mesma unidade de tempo (horas-aula), o que teria tornado despicienda a referência a "seis meses" para a duração dos Estágios Supervisionados daquelas duas primeiras habilitações específicas. A rigor, a duração de "6 meses" para o Estágio Supervisionado equivaleria a 1/8 da duração normal do curso (consi

derado o seu ritmo médio de integralização), isto porque esta última é de 4 anos ou 8 semestres (a duração de 4 anos, além de expressa pelo CFE "para efeito de enquadramento do diplomado no Serviço Público Federal", é a que resulta da divisão de $\frac{\text{Tempo útil}}{\text{limite-médio}} = \dots$

$$\frac{2.700 \text{ h.a.}}{675 \text{ h.a.}} = 4 \text{ anos}.$$

Se prevalecesse a referência a "seis meses" para a duração do Estágio Supervisionado, essa expressão equivaleria, assim, a rigor, a $\frac{1}{8}$ do tempo-útil (atual duração mínima) do curso, isto é, a $\frac{2.700 \text{ h.a.}}{8 \text{ anos}} = 337,5$ horas-aula.

Mais uma vez, a observação do princípio da homologia conduz à solução mais acertada e uniforme: prevalece para as quatro habilitações específicas, em termos de duração máxima do estágio curricular, o quantitativo de 270 horas-aula, que corresponde ao critério da Portaria Ministerial nº 159/65.

Outra particularidade que merece ser apontada no contexto dos currículos mínimos das habilitações específicas do Curso de Graduação em Administração: para Administração Hospitalar, exige-se a matéria Prática Hospitalar, além do cumprimento do estágio curricular.

As considerações e conclusões acima, baseadas na homologia das quatro habilitações específicas já aprovadas para o Curso de Graduação em Administração, são aplicáveis, mutatis mutandi, a cursos especializados que, na área da Administração, tenham sido ou venham a ser instituídos, com a aprovação do Conselho Federal de Educação, nos termos do art. 18 da Lei nº 5.540/68, isto é, sejam organizados por Instituições de Ensino Superior para atender a exigências de sua programação específica e fazer face à peculiaridade do mercado de trabalho. Desses cursos, constituem exemplos os seguintes:

a) Curso Superior de Tecnólogo em Administração Rural (Parecer nº 2.537/75, do CFE);

b) Curso Superior de Administração, com ênfase em Análise de Sistemas (Parecer nº 4.386/76, do CFE);

c) Curso Superior de Administração, com ênfase em Administração Hoteleira (Parecer nº 4.441/76, do CFE).

A fim de possibilitar a comparação do Curso de Graduação em Administração (consideradas suas habilitações específicas e também seus cursos especializados) com outros Cursos Superiores de Graduação, sob os aspectos relacionados com sua duração, e, consequentemente, com a duração dos respectivos estágios curriculares, o autor o situa convenientemente na Tabela anexa à Portaria Ministerial nº 159, de 14.06.1965, como ilustra a folha seguinte (Tabela nº 1).⁺

1.4. O estágio curricular do Curso de Graduação em Direito: aspectos jurídico-legais e normativos

Este estágio apresenta peculiaridades que merecem ser explicitadas e que o tornam suscetível de observações significativas.

Conforme já se acentuou, os estágios curriculares de outros cursos superiores de graduação têm sido incluídos nos respectivos currículos por iniciativa do CFE ou até mesmo das próprias Instituições de Ensino (nos casos em que os incluem nos currículos plenos, apesar de não constarem dos respectivos currículos mínimos), no uso, basicamente, de atribuições originariamente conferidas pela Lei nº 5.540/68 e extensivamente interpretadas.

No caso do Curso de Graduação em Direito, há a singularidade de lei especial — a de nº 5.842, de 06.12.72 — haver disposto expressamente sobre estágio obrigatório de Prática Forense e Organização Judiciária (alterando o sistema da Lei nº 4.215, de 27.04.63, que exigia, para fins de inscrição no quadro de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, exame de ordem, comprovação de exercício e resultado de estágio profissional).

Essa singularidade torna indispensável que se ponha em evidência o tratamento dispensado pelo CFE ao Estágio de Prática Forense e Organização Judiciária, ao dar cumprimento à incumbência de elaborar e aprovar a respectiva regulamentação que expressamente lhe conferiu a Lei nº 5.842/72, circunstância que o colocou na contingência de estudar detidamente o assunto e sobre ele estabelecer minuciosamente as normas que, em sua qualidade de órgão normativo da educação nacional, considerou as mais acertadas para regerem aquele estágio.

O autor, ao resumir o texto da Resolução nº 15, de 02.03.72, que regulamenta o estágio curricular de Prática Forense e Organização Judiciária, separadamente, portanto, da Resolução nº 3/72, que

+ Cujas três colunas intermediárias correspondem, respectivamente, a limite mínimo, termo médio e limite máximo.

TABELA Nº 1

Portaria MEC-159, de 14.06.65 (DOU 23.06.65)*

(1) CURSOS ¹⁹⁰	Tempo útil	Duração-Horas			Enquadramento Anos
		Tempo Total — Integralização anual			
1. Medicina	5.400	540	900	1.080	6
2. Música, composição e regência.	4.320	432	720	864	6
3. Arquitetura e Urbanismo, Psicologia (psicólogos)	4.050	450	810	1.013	5
4. Engenharia Civil, Engenharia de Minas, Engenharia Mecânica, Engenharia Naval, Engenharia Química, Engenheiros Eletricistas, Engenheiros Metalurgistas, Música - Canto, Música - Instrumento	3.600	400	720	900	5
5. Direito	3.300	330	660	825	5
6. Agronomia, Enfermagem de Saúde Pública, Enfermagem Obstétrica, Farmácia (farmacêutico, bioquímico), História Natural (licenciatura), Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia (bacharelado), Psicologia (licenciatura)	3.240	463	810	926	4
7. Ciências Biológicas (licenciatura), Física (licenciatura), Geologia (geólogos), Química (licenciatura), Química ou Química Industrial, Serviço Social	2.280	410	720	823	4
8. Atuária, Ciências Sociais (licenciatura), Contador (Ciências Contábeis), Desenho (licenciatura), Economia, Filosofia (licenciatura), Geografia (licenciatura), História (licenciatura), Letras (licenciatura), Matemática (licenciatura), Música (licenciatura), Pedagogia (bacharelado), Pedagogia (licenciatura)	2.700	338	675	772	4
9. Ciências (licenciatura de 1º ciclo), Enfermagem (curso geral), Farmácia (curso geral), Obstetrícia	2.430	486	810	972	3
10. Engenharia de Operação, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Música - direção de cena lírica, Nutricionistas	2.160	432	720	864	4
11. Biblioteconomia, Educação Física e Técnica Desportiva, Jornalismo, Letras (licenciatura do 1º ciclo)	2.025	338	675	810	3
12. Orientação Educacional	1.215	486	810	810	1,5

190. V. Res. CFE n. 1/72, que altera a duração mínima de alguns cursos de licenciaturas.

OBS.: no grupo nº 8 inclui-se o curso de ADMINISTRAÇÃO (habilitações específicas em A. Pub., A. Emp., A. Hospit. e Com. Ext., conforme Par. CFE 307/66, 307/66, 788/73 e 1081/73, respectivamente.

*Tabela transcrita do livro: Brasil. Leis, decretos etc. Ensino Superior: legislação e jurisprudência. Seleção, organização e notas de Guido Ivan de Carvalho. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais. 1975

aprovou o currículo mínimo do Curso de Graduação em Direito (em substituição ao Parecer nº 215/62 e conseqüente Resolução s/nº, de ... 04.12.62, do MEC), acentua a possibilidade da extrapolação dessas normas, com as necessárias adaptações, à regulamentação de estágios curriculares de outros cursos superiores de graduação, consideradas, obviamente, as respectivas peculiaridades. Na realidade, o CFE, ainda que seja, em princípio, contrário à centralização, em sua esfera de competência, da regulamentação dos estágios curriculares, ofereceu, se bem que por força da contribuição que lhe foi demandada específica e diretamente pela Lei nº 5.842/72, importante parâmetro à regulamentação dos estágios curriculares dos cursos superiores de graduação em geral, em seus aspectos substantivos e adjetivos.

Consoante a regulamentação aprovada pelo CFE (fundamentada no Parecer nº 225/73), que o monografista considera eqüivaler, singularmente, ao mínimo de conteúdo e duração do estágio curricular do Curso de Graduação em Direito:

a) o estágio de Prática Forense e Organização Judiciária será desenvolvido nas próprias Faculdades de Direito (desde que oficialmente reconhecidas), a partir dos dois últimos anos letivos, sem prejuízo do mínimo de duração de 2.700 horas de atividades fixado pelo Parecer nº 162/72 (e conseqüente Resolução nº 3/72);

b) terá a duração de 300 horas de atividades, mas a frequência mínima exigível às suas aulas (práticas) e demais atividades é de 75%, ou 225 horas-aula;

c) os programas de estágio serão organizados pela Faculdade, versarão matéria essencialmente prática (não abrangida pelo currículo mínimo) e propiciarão um adequado conhecimento profissional de seus problemas e responsabilidades, especialmente as de ordem ética;

d) os referidos programas serão desenvolvidos através de aulas práticas, visitas ou comparecimento a cartórios, audiências, secretarias e tribunais, pesquisas de jurisprudência e participação em processos simulados;

e) o estágio será coordenado por um ou mais professores militantes na advocacia, aos quais incumbirá, também, redigir os relatórios trimestrais sobre os trabalhos executados pelos alunos, remetendo-os ao órgão competente do estabelecimento;

f) a comprovação do resultado do estágio será feita de acordo com as normas traçadas no regimento da faculdade, perante a Congregação (ou órgão colegiado competente), com a presença de um representante da Ordem dos Advogados;

g) as faculdades deverão incluir em seus regimentos normas que disciplinem minudentemente os estágios previstos na Lei nº 5.842/72, submetendo-os, no prazo de 60 dias, à aprovação do colegiado competente; sem essa aprovação, não poderão ser instalados nem postos a funcionar os referidos estágios.

1.5. Tendências descentralizadoras no processo decisório dos estágios curriculares

A regulamentação minuciosa, pelo Conselho Federal de Educação e por imperativo legal, do estágio curricular do Curso de Graduação em Direito constitui, no contexto normativo dos estágios curriculares, uma exceção aberta em 1972, mas que não prosperou, por motivos que o autor identifica como irrecusáveis. Na verdade, já são suficientemente graves as responsabilidades que, na área dos estágios curriculares, o Conselho tem assumido quanto ao estabelecimento de algumas de suas diretrizes para cada um dos cursos superiores de graduação, ao aprovar os respectivos currículos mínimos, em cumprimento a disposições da Lei nº 5.540/68.

O próprio CFE tem demonstrado, por sua comedida interferência direta na área dos estágios curriculares, que está cômscio da inconveniência de avocar todas as decisões pertinentes a seus aspectos normativos, bem como da impossibilidade de suportar as novas responsabilidades que tal centralização lhe acarretaria, dada a complexidade e multiplicidade das atribuições que já lhe são legal ou regulamentarmente conferidas na área pedagógica e educacional, como principal órgão normativo da educação nacional e intérprete das leis que fixam as respectivas diretrizes e bases e da legislação do ensino em geral, como se demonstra exaustivamente no estudo sobre "A participação do CFE nas atribuições e responsabilidades do MEC e suas repercussões na Política de Estágios Supervisionados de Treinamento dos Cursos Superiores de Graduação (especificamente dos estágios curriculares)", estudo que constitui o Apêndice nº 1 desta monografia.

Acresce que é manifestamente crescente e irreversível a tendência à universalização dos estágios supervisionados de treinamento, curriculares ou extracurriculares, como eficazes instrumentos da integração do conteúdo dos cursos superiores de graduação, acentuadamente teóricos, com as necessidades pragmáticas do exercício profissional, sujeito a constantes pressões inovadoras. Confirma-o, inclusive, a recente Lei nº 6.494, de 07.12.1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau.

Por outro lado, a centralização pelo CFE da regulamentação dos estágios curriculares dos cursos de graduação, em moldes análogos aos dos estágios de Prática Forense e Organização Judiciária, além de materialmente impraticável, seria antipedagógica, porquanto inibiria o exercício da criatividade e a realização de novas experiências naquela área por parte das Instituições de Ensino Superior, em assunto para cujo trato específico são as mais indicadas, quer pelo normal exercício de sua autonomia, quer pelo maior e mais direto conhecimento das condições ecológicas que as envolvem. Os fatores socioeconômicos e culturais constituem, pois, importantes variáveis a serem consideradas no estabelecimento e na implementação de suas políticas específicas e, por natureza dinâmicas, de estágios curriculares.

A tendência descentralizadora do CFE quanto às decisões que envolvam estágios curriculares já se manifestam nas seguintes recomendações, resumidas pelo autor à vista das "Normas sobre a aplicação dos novos currículos mínimos" (Parecer nº 85/70):

a) Os currículos mínimos aprovados pelo CFE para os cursos superiores de graduação podem ser complementados com matéria(s) — ou estágio(s) — para atender a exigências de sua programação específica, a peculiaridades regionais e a diferenças individuais dos alunos;

b) Essa complementação deverá obedecer aos princípios de flexibilidade e sobriedade e guardar relação com a natureza e objetivos do curso.

Essa orientação do CFE deve acentuar-se daqui por diante em face, inclusive, da Lei nº 6.494/77, a qual, quando se refere aos estágios curriculares, preconiza que obedçam às seguintes diretrizes, que facilitarão, decerto, seu ordenamento mais minucioso pelas próprias Instituições de Ensino Superior: os estágios curricula

res devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano (art. 3º, § 1º, combinado com o art. 1º, § 2º).

A progressiva descentralização das decisões normativas sobre estágios curriculares conduzirá à consolidação, sob aquele aspecto, de uma orientação endógena relativamente às Instituições de Ensino Superior. Por outras palavras, as normas reguladoras dos estágios curriculares serão predominantemente traçadas por iniciativa das próprias Instituições de Ensino Superior, no ritmo e nas condições que cada uma delas considere mais consentâneos com suas peculiaridades, com o grau de sua evolução institucional e com seus planos de ação, estabelecidos especificamente em função das regiões geo-econômicas de que constituem polos de desenvolvimento e de atendimento das aspirações e necessidades das respectivas comunidades.

Acentue-se que os estágios curriculares constituem, tanto ou mais que as matérias do curso (ou disciplinas em que estas se desdobrem), atividades multidisciplinares, vinculadas não só ao ensino, como à extensão e até mesmo à pesquisa, áreas diretamente dependentes dos cuidados e da ação dinâmica das próprias Instituições de Ensino Superior, as quais podem e devem receber a colaboração, quanto à criação e consolidação de campos de estágios, de outros agentes que participam do sistema geral de estágios supervisionados de treinamento (tais como o Instituto Euvaldo Lodi, os Centros de Integração Escola-Empresa, a Fundação Projeto Rondon, os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária, a Operação Mauã, o Programa Especial de Bolsas de Trabalho do MEC e o conjunto de órgãos e entidades que integram a Administração Pública, Direta ou Indireta), desde que aquelas Instituições não deixem de assumir a plenitude de suas responsabilidades básicas pela autenticidade e eficácia do sistema de estágios curriculares.

Já a orientação exógena em relação às Instituições de Ensino Superior, que resultaria de uma excessiva centralização pelo CFE — admissível apenas por hipótese — das decisões normativas sobre os estágios curriculares, tornando-os — por sua sistemática inclusão nos currículos mínimos de todos os cursos superiores de graduação e sujeição a diretrizes estabelecidas a priori — automática,

uniforme e genericamente compulsórios em âmbito nacional, acarretaria o risco de os estágios curriculares se disfuncionalizarem em cursos onde poderiam ser cumpridos formalmente, ou até mesmo artificialmente, mas não substantivamente, nas condições que conceitualmente lhes são iminentes, dada a possível existência de Instituições de Ensino Superior sediadas em cidades ou regiões que ainda não disponham, em relação a todos os seus cursos e com a necessária amplitude, de campos de estágios que atendam, a curto ou médio prazos, aos requisitos indispensáveis à efetiva implementação do sistema.

No estágio atual em que se encontra a questão, prevalece uma orientação mista (ou intermediária entre a exógena e a endógena), já que o CFE tem consignado, em muitos dos currículos mínimos de cursos superiores de graduação que aprova (inicialmente ou a título de atualização), diretrizes que normativamente reputa essenciais para os estágios curriculares, mesmo quando a isso não está legal e expressamente obrigado, tornando-as, assim, obrigatórias em âmbito nacional, mas dando oportunidade às Instituições de Ensino Superior de lhes complementarem mais minuciosamente a regulamentação.

A exigência de estágio curricular vem constituindo, mesmo, uma praxe do CFE, quer na revisão de alguns dos antigos currículos mínimos, quer na aprovação de currículos de novos cursos, como já observava em 1969 o conselheiro Valnir Chagas (Parecer nº 252/69). Essa orientação encontra apoio, inclusive, em uma das atribuições regimentais do Conselho: "manter estudos permanentes sobre currículos e fixar o currículo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões regulamentadas e a outras também necessárias ao desenvolvimento nacional" (art. 3º, item XIX, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 64.902, de 29.07.1969).

Uma outra razão que tem concorrido para essa interferência, ainda que parcial, do CFE é, seguramente, a retração que se observa, por parte das Instituições de Ensino Superior, quanto à inclusão, por sua própria iniciativa, nas partes dos currículos plenos de seus cursos complementares aos currículos mínimos, de estágios obrigatórios, quando assim o considerem necessário, conveniente e oportuno (ou até mesmo de estágios curriculares optativos, a título de experiência pedagógica, cujos resultados condicionariam sua oportuna transformação em estágios obrigatórios).

Na medida, porém, em que as Instituições de Ensino Superior im

plante infra-estruturas que proporcionem apoio efetivo a seus sistemas específicos de estágios curriculares, firmar-se-á, consoante a convicção do autor, a prevalência da orientação endógena no processo decisório pertinente aos estágios curriculares, sob o influxo, inclusive, da recente Lei nº 6.494, de 07.12.1977, em cuja elaboração e redação, na fase final de sua tramitação no Congresso Nacional, muito influenciaram os órgãos técnicos do Ministério da Educação e Cultura, que presentemente ultima sua regulamentação.

Dada a importância dessa lei para o sistema de estágio supervisionado de treinamento (curriculares e extracurriculares), o monografista a reproduz em um dos Anexos a este estudo.

1.6. Conceituação e normalização dos estágios extracurriculares

O autor, em abordagem inicial do conceito de estágio extracurricular, já antecipou que assim classifica os estágios que, recebendo diversas denominações, não são explicitamente considerados curriculares, se bem que muitos deles sejam suscetíveis de assumir, mediante entendimentos entre as instituições de ensino superior e as instituições que promovem sua concessão ou os concedem diretamente, qualificação suficiente ao reconhecimento de sua equivalência aos estágios curriculares, por alcançarem, em sua implementação, os indispensáveis pressupostos, a critério das instituições de ensino superior a que se vinculem os estagiários (f. 9).

Nesta seção são descritos sumariamente conteúdos, objetivos e outros aspectos expressivos de estágios extracurriculares (no sentido em que o autor os conceitua), potencialmente capazes de, por intermédio de sua intencional qualificação e adequação, ampliar os campos e as oportunidades de seleção e realização de estágios tipicamente curriculares.

O autor pretende ater-se às principais normas e informações relativas ao conteúdo e aos objetivos explícitos dos estágios extracurriculares, consoante atos baixados pelo Poder Público ou a orientação adotada por conceituadas instituições incrementadoras e intermediárias do oferecimento de estágios supervisionados de treinamento a estudantes universitários e seu satisfatório desempenho como importante fator de formação profissional, ainda quando não os exijam explicitamente os currículos dos respectivos cursos superiores de graduação.

1.6.1. Aspectos normativos oriundos do Poder Público

O estudo, sob o enfoque descritivo, dos estágios extracurriculares harmoniza-se com a ordem cronológica da indexação dos atos normativos expedidos pelo Poder Público, ou por órgãos que o integram, sobre estágios supervisionados de treinamento. Adota-se a ordem cronológica em benefício da racionalidade e da continuidade histórica da análise a que se propõe o autor:

Portaria nº 1.002, de 29.09.1967, do então Ministro do Trabalho e Previdência Social - Institui nas empresas a categoria de Estagiário a ser integrada por alunos das Faculdades ou escolas de nível colegial.

Conteúdo dos estágios: não explícito; implícito nos objetivos.

Objetivos dos estágios: entrosamento empresa-escola, visando à formação e ao aperfeiçoamento técnico profissional.

Bolsa de Complementação Educacional: dos respectivos contratos-padrão constarão obrigatoriamente:

- a) a duração e o objetivo da bolsa que deverão coincidir com programas estabelecidos pelas Faculdades ou Escolas Técnicas;⁸
- b) o valor da bolsa, oferecido pela empresa;
- c) a obrigação da empresa de fazer, para os bolsistas, seguro de acidentes pessoais ocorridos no local de estágio;
- d) o horário do estágio;

Inexistência de vínculo empregatício: os estagiários contratados através de bolsas de complementação educacional não terão, para quaisquer efeitos, vínculo empregatício com as empresas, cabendo a estas apenas o pagamento da bolsa, durante o período de estágio.

Carteira de estagiário: a expedição de Carteira Profissional de Estagiário, por especialidade, será feita pelo Ministério do Trabalho através de seus órgãos próprios, mediante a apresentação de declaração fornecida pelo Diretor do estabelecimento de ensino interessado.

Decreto nº 64.918, de 31.07.1969, alterado pelo Decreto nº 65.525, de 21.10.1969 - Cria a Operação Mauã (OPEMA), diretamente subordinada ao Ministério dos Transportes (antes desse decreto, a criação da OPEMA fora objeto da Portaria Ministerial nº 1.089, de 06.08.68).

Destinando-se a promover a presença universitária na comunidade dos transportes, a OPEMA tem os seguintes objetivos:

a) possibilitar aos universitários oportunidades para conhecerem as modalidades de trabalho de cada especialidade nos diferentes ramos industriais;

b) obtenção de estágios de serviço que lhes assegurem uma antecipação tecnológica, um conhecimento empresarial e uma vivência profissional; .

c) integração mútua de empresa-escola;

d) absorção, pelo mercado de trabalho, dos recém-formados.

Objetivos dos estágios: a) integrar os universitários na problemática dos transportes; b) proporcionar aos estagiários oportunidades de treinamento e pesquisa dentro das técnicas em uso nos diferentes centros do País; c) aplicação prática dos conhecimentos teóricos ministrados na escola.

Modalidades dos estágios: a) de férias: serão levados a efeito nos meses de janeiro, fevereiro e julho, com a finalidade de proporcionar aos universitários conhecimentos práticos e objetivos sobre suas futuras funções; b) contínuos: serão realizados em qualquer época do ano e visam à prestação de serviço e à execução de tarefas que exijam uma maior permanência na empresa.

A OPEMA, mediante convênios com autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas ou órgãos da Administração Pública Direta, se propõe a colocar estagiários em suas dependências ou em áreas regionais em que atuem, devendo os estagiários desenvolver atividades relacionadas com seus estudos e prestar serviços técnicos compreendidos em sua especialidade acadêmica, tais como: levantamento e análise de dados para projetos, desenhos de anteprojetos e projetos, estudos econômicos e administrativos, além de receber os ensinamentos que se fizerem necessários ao bom andamento dos trabalhos da entidade conveniente.

O Decreto nº 64.918/69 permite a dispensa de ponto, pelo máximo de 30 dias por ano, para os servidores civis dos Órgãos Federais Centralizados, das Autarquias, Sociedades de Economia Mista e das Empresas Públicas que integrem as diferentes atividades da OPEMA, quer como participantes universitários, quer como técnicos ou professores.

Decreto-lei nº 863, de 19.09.69, alterado pela Lei nº 5.731, de ... 08.11.1971, e regulamentado pelo Decreto nº 70.763, de 26.02.1972 - Autoriza o Poder Executivo a instituir, nos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, um programa especial de Bolsas de Estudo a acadêmicos de Medicina de Faculdade oficial ou reconhecida.

Conteúdo dos estágios: atividades correspondentes às dos "internos", previstas no currículo mínimo dos Cursos de Graduação em Medicina.

Normas específicas: prevê-se a elaboração de diretrizes, instruções complementares e programas de concurso.

Decreto-lei nº 916, de 07.10.1969 - Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC), com o objetivo de ajustar a ação governamental às necessidades das populações interioranas, mediante trabalho associado e integrado das universidades junto aos demais órgãos e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e entidades privadas.

Conteúdo dos estágios: não explícito; implícito nos objetivos.

Objetivos dos estágios: a) promover o treinamento rural dos estudantes universitários, em períodos de estágios, no exercício das atividades específicas dos respectivos currículos; b) proporcionar, aos estudantes estagiários, com o assessoramento de professores e técnicos, as condições necessárias ao estudo e à solução dos problemas da comunidade, mediante a adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio.

Informações complementares: a) a localização dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTACs) é objeto do Plano de Trabalho de Extensão Universitária;⁹ b) O Decreto nº 70.982, de 08.07.1972, cuida da dispensa de ponto aos servidos públicos que participarem, como universitários, das atividades e estágios dos CRUTACs, "por prazo só excepcionalmente superior a 30 dias, com todos os direitos e vantagens do exercício do cargo ou função".

Decreto nº 66.546, de 11.05.1970 - Institui a Coordenação do "Projeto Integração", destinada à implementação de programas de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias.

Conteúdo dos estágios: não explícito; implícito nos objetivos.

Objetivos dos estágios: proporcionar, especialmente a estudantes de engenharia, tecnologia, economia e administração, oportunidade de praticar, em órgãos e entidades públicas, o exercício de atividades pertinentes às respectivas especialidades.

Ressalve-se que: a) o art. 6º prevê a aprovação de Normas de Execução, por ato conjunto dos Ministros do Planejamento e Coordenação Geral e da Educação e Cultura, ato que não foi expedido; b) é provável a revogação desse decreto pelo que deverá consubstanciar a regulamentação da Lei nº 6.494/77.

Decreto nº 67.506, de 06.11.1970 - Cria o PROJETO RONDON (PRO); Lei nº 6.310, de 15.12.1975 - Transforma o Projeto Rondon em FUNDAÇÃO PROJETO RONDON (a qual continua vinculada ao Ministério do Interior, nos termos do art. 3º do Decreto-lei nº 900, de 29.09.1969, isto é, sujeita à supervisão ministerial de que tratam os artigos 19 e 26 do Decreto-lei nº 200, de 25.02.1967).

Objetivos da Fundação Projeto Rondon: possibilitar, incrementar e desenvolver o aprendizado dos universitários brasileiros, levando-os a praticar seus conhecimentos teóricos em áreas ecológicas diversas das de sua origem, proporcionando, além da prática em cada ramo específico, o conhecimento da realidade nacional.

Programas da Fundação Projeto Rondon: além das Operações (Nacional, Regional e Especial), constituem seus programas: Estágio Remunerado, Interiorização e Formação de Mão-de-Obra e Campi Avançados.

Objetivos da Operação Nacional: a) intercâmbio de universitários entre as diversas regiões, proporcionando-lhes o conhecimento da realidade brasileira, a participação no processo de desenvolvimento nacional e a oportunidade de exercitar-se na prática de sua profissão; b) proporcionar aos universitários participação ativa e consciente no desenvolvimento das comunidades em que atuem, mediante o desenvolvimento de trabalhos integrados nos planos, programas, projetos e atividades dos órgãos públicos federais, estaduais e locais.¹⁰

Objetivos do Programa Estágio Remunerado: a) propiciar ao universitário vivência do funcionamento da máquina governamental, o que lhe proporcionará conhecimentos úteis no futuro exercício de sua profissão; b) por outro lado, o Programa beneficia estudantes que necessitam de recursos financeiros para o custeio de seus estudos.

Informações complementares: são intuitos da Superintendência da Fundação Projeto Rondon: a) caracterizar o Estágio Remunerado como "Bolsa de Complementação Educacional" e compatibilizá-lo, na medida do possível, com a formação profissional do estudante; b) desenvolver Operações que possam ser consideradas estágios profissionalizantes, visando assegurar o cômputo de créditos para os participantes (quando sujeitos à prestação de estágios curriculares).¹¹

Campi Avançados: como extensão das atividades da Fundação Projeto Rondon, têm sido instalados, em caráter permanente, em regiões carentes do País, Campi Avançados, mediante convênios de Instituições de Ensino Superior com o Ministério do Interior, que custeia o transporte de professores e alunos e as despesas de sua manutenção.¹² Consoante a natureza dessas atividades, suas condições de desenvolvimento e sua duração, é possível o reconhecimento de sua equivalência à prestação de estágios supervisionados de treinamento.¹³

Os Campi Avançados constituem áreas de ensino e treinamento aplicado, com supervisão sistemática e trabalhos de ação comunitária, em colaboração com os diversos setores da Administração Federal, Estadual, Municipal e Órgãos Empresariais.

Decreto nº 69.927, de 19.01.1972 - Institui, em caráter nacional, o programa "Bolsa de Trabalho" (com o objetivo de integrar o estudante brasileiro no processo de desenvolvimento do País).

Conteúdo dos estágios: consoante o art. 9º, "haverá direta e necessária relação entre a formação escolar seguida pelo estudante e as tarefas que lhe forem cometidas no órgão ou entidade onde preste serviços para que seja considerado estagiário, sem vínculo de emprego".

Objetivos dos estágios: proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidade de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares, nos quais possam incorporar hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo ou de ação nas diferentes especialidades.

Ressalve-se que: a) o art. 1º prevê a expedição de portaria conjunta pelos Ministérios da Educação e Cultura e do Trabalho a fim de disciplinar o funcionamento do Programa, ato que não foi expedido; b) é provável a revogação desse decreto pelo que deverá consolidar a regulamentação da Lei nº 6.494/77.

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal - Manual do Estagiário (aprovado antes da vigência do Decreto nº 75.778/75)¹⁴

Conteúdo dos estágios: não explícito; implícito nos objetivos;

Objetivos dos estágios: a) propiciar aos estudantes contatos com os métodos de trabalho e de pesquisas empregados na área da Administração Fiscal, estimulando-lhes o interesse para os assuntos relacionados com a sua área de atuação; b) colaborar com as Escolas na complementação didática dos currículos profissionalizantes, possibilitando a verificação prática de ensinamentos teóricos; c) integrar, periodicamente contingentes de estudantes que possam concorrer para o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho das suas repartições, ou para a melhoria do grau de atendimento a contribuintes dos tributos federais; d) tomar parte efetivamente no esforço governamental de promover a participação de estudantes no processo de desenvolvimento econômico-social do País.

Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) - Manual de Desenvolvimento do Pessoal - Princípios Gerais de Estágio (resumo do documento) aprovado para vigorar a partir de 01.01.1975)

Conceituação dos estágios: é o treinamento remunerado concedido pela Empresa, por tempo determinado, a alunos de cursos superiores de graduação e de cursos técnicos especializados de 2º grau, constituindo-se numa complementação da formação escolar; é conceituado como mão-de-obra em potencial que, em contato com seu futuro campo de especialização, se aprimora para ser mão-de-obra efetiva.

Objetivos dos estágios: a) favorecer a integração entre a Empresa e a Universidade ou Escola Técnica; b) oferecer oportunidade de desenvolvimento profissional a estudantes de nível superior e médio; c) possibilitar à empresa submeter a treinamento sistemático pessoal eventualmente aproveitável em seus serviços.

Decreto nº 75.778, de 26.05.1975 - Dispõe sobre o estágio de estudante de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau no Serviço Público Federal; Instrução Normativa nº 52, de 31.03.1976, do DASP (expedida em cumprimento ao art. 13 do decreto e destinada a orientar os dirigentes de órgãos de pessoal na execução do decreto, além de aprovar nove modelos de formulários pertinentes à rotina do sistema, inclusive modelo de convênio)

Conteúdo: estágio de "Complementação educacional e de prática profissional", devendo ser planejado e desenvolvido em harmonia com os programas escolares.

Objetivo: proporcionar aos estudantes experiência prática na linha de sua formação profissional.

Informação complementar: o decreto, explícito quanto às suas áreas de aplicação (órgãos da Administração Federal Direta e Autárquica), não se aplica (obrigatoriamente, pelo menos) às empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas ao Governo Federal.

Considerando a importância do Decreto nº 75.778/75 para o sistema normativo de estágios na área da Administração Federal (pelo menos enquanto se aguarda a regulamentação da Lei nº 6.494/77, que não é auto-aplicável), o monografista o transcreve na íntegra em um dos anexos a este trabalho.

Lei nº 6.494, de 07.12.1977 - Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau.

As indicações a seguir sumariadas referem-se aos estágios extracurriculares (considerando que as disposições da lei em epígrafe explícitas quanto aos estágios curriculares já foram objeto de referências no lugar próprio).

Conteúdo: não explícito; implícito nos objetivos.

Objetivos: a) proporcionar experiência prática na linha de formação profissional; b) propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem (mesmo quando não explicitamente curriculares, os estágios devem ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano).

Informações complementares: a) os estágios podem assumir a forma de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social ou de ação comunitária; b) os estágios não criam vínculo empregatício de qualquer natureza e os estagiários poderão receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, devendo ser segurados contra acidentes pessoais; c) os termos de compromisso entre os estagiários e as partes concedentes dos estágios serão assinados com a intervenção obrigatória das instituições de ensino.

1.6.2. Aspectos normativos complementares oriundos de instituições incrementadoras e intermediárias da concessão de estágios

Diversas sociedades civis e entidades públicas propõem-se a promover a integração escola-empresa, sob múltiplas formas, inclusive incrementando e intermediando estágios supervisionados de treinamento de alunos de cursos superiores de graduação em empresas (privadas ou públicas) e em órgãos governamentais em geral:

O Centro de Integração Escola-Empresa de São Paulo (CIE-E), criado em 21.02.1964 pelo empresariado do Estado de São Paulo, tem por principal objetivo promover a integração escola-empresa, sob suas múltiplas formas, inclusive de estágios de estudantes.

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL), criado sob os auspícios da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), tem por principal objetivo promover a integração dos meios universitários e industrial, com a colaboração e a participação das Confederações Regionais da Indústria.

Consoante o Manual de Estágio Supervisionado do IEL, os estágios devem proporcionar ao estudante universitário experiência, a fim de melhor prepará-lo para o exercício futuro de sua profissão, na medida em que os ensinamentos teóricos da Universidade possam ser complementados por um aprendizado prático nas Empresas. Esta complementação significa que a atividade do estudante na empresa deve estar baseada numa programação mínima, sob supervisão de técnicos e professores, de modo a assegurar o relacionamento entre o estágio e o curso universitário.

Desse modo, o CIE-E e o IEL têm concorrido aprecialmente para o desenvolvimento do sistema de estágios nas empresas privadas facultados pela Portaria nº 1.002, de 29.09.1967, do então Ministro do Trabalho e Previdência Social, cujas diretrizes gerais incorporaram às suas normas e procedimentos.

Ambas essas organizações, de reconhecido interesse social e de tentoras de apreciável experiência na intermediação, na área de estágios supervisionados de treinamento, entre Instituições de Ensino Superior e campos de estágios, deverão ajustar sua atuação às normas que regulamentarão a Lei nº 6.494/77.

Em semelhante contingência estarão igualmente, no que se refere às respectivas atividades de intermediação de estágios supervisionados de treinamento, a Operação Mauá (OPEMA), a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTACs) e a Fundação Roberto Simonsen.

O autor se reserva para estudar mais minuciosamente as atividades do CIE-E, do IEL e dos CRUTACs, na área dos estágios supervisionados de treinamento, inclusive quanto a seus aspectos normativos específicos, em seções do capítulo seguinte, dada a sua expressão no contexto da política nacional de estágios supervisionados de treinamento, traçada e desenvolvida sob a responsabilidade precípua do Ministério da Educação e Cultura.

1.7. Universalização dos estágios supervisionados de treinamento

O Quadro nº 1 - Campo de Estágio Profissional nos Principais Setores de Atividades - reflete expressivamente a irreversível tendência à universalização dos estágios supervisionados de treinamento (curriculares ou extracurriculares), quer na dimensão dos diferentes setores de atividades, quer na dimensão das múltiplas opções profissionais a nível dos cursos superiores de graduação.

Acentue-se, porém, que a pletórica, desordenada e superposta legislação e normas complementares sobre estágios supervisionados de treinamento, oriundas do Poder Público e de entidades que se propõem a incrementar sua concessão, afetando sensivelmente o desenvolvimento e o rendimento das atividades estagiárias, quer nas organizações públicas, quer nas particulares, requer urgente e veementemente melhor sistematização, que poderá advir da iminente regulamentação da Lei nº 6.494/77, assunto que será objeto de uma das seções do capítulo seguinte, no qual também se discutirá o mérito e o conteúdo da própria lei.

Transcrita de: MEC/DAU. Coleção de documentos sobre a extensão universitária Nº 1. Brasília, DDD, 1976. Doc. 4 - "O Estágio: Integração escola-empresa-governo", elaborado por Hamilton Savl

- 2.2.4. Programas dos Centros Integrados Escola-Empresa (CIE-E)
- 2.2.5. Projetos de serviços especiais e programas de ação comunitária implementados diretamente pelas Instituições de Ensino Superior
- 2.2.6. Projetos Estratégicos Governamentais e Projetos de interesse local
- 2.3. Objetivos e vantagens, em termos ideais, dos Estágios Supervisionados de Treinamento a nível de Cursos Superiores de Graduação
 - 2.3.1. Objetivos
 - 2.3.2. Vantagens
- 2.4. Críticas e sugestões pertinentes à Política de Estágios Supervisionados de Treinamento
 - 2.4.1. Síntese da Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento
 - 2.4.2. Críticas
 - 2.4.3. Sugestões
- 2.5. Exame crítico da Lei nº 6.494, de 07.12.1977, e sugestões sobre aspectos fundamentais de sua regulamentação
 - 2.5.1. Exame crítico
 - 2.5.2. Sugestões

2. Os Estágios Supervisionados de Treinamento na Política Nacional de Ensino Superior

Constituem objetivos fundamentais deste Capítulo:

1º) Identificar e sistematizar os fundamentos teóricos e as diretrizes da emergente Política de Estágios Supervisionados de Treinamento no contexto da Política Nacional de Ensino Superior, pelas quais é precipuamente responsável o Ministério da Educação e Cultura, em coordenação com as Instituições de Ensino Superior e, quanto à primeira, também com as entidades de fins altruísticos que procuram incrementar e intermediar a concessão daqueles estágios aos alunos dos cursos superiores de graduação;

2º) Analisar os principais Projetos e Programas de Estágios Supervisionados de Treinamento, existentes, em âmbito nacional ou regional, ao nível dos Cursos Superiores de Graduação;

3º) Estudar os objetivos gerais e a importância, sob diversas óticas, dos estágios supervisionados de treinamento destinados aos alunos dos cursos superiores de graduação;

4º) Apresentar críticas e sugestões pertinentes à emergente Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento;

5º) Estudar criticamente a Lei nº 6.494, de 07.12.1977, e aduzir ponderações sobre aspectos fundamentais de sua iminente regulamentação.

2.1. Fundamentos teóricos e diretrizes da emergente Política de Estágios Supervisionados de Treinamento no contexto da Política Nacional de Ensino Superior

2.1.1. Atribuições e responsabilidades do Ministério da Educação e Cultura, em geral, e do Conselho Federal de Educação, em particular

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), embora tenha resultado do desdobramento, ocorrido no segundo período governamental do Presidente Getúlio Vargas e sob a égide da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, do antigo Ministério da Educação e Saúde,¹ continua sendo um dos Ministérios mais acentuadamente multifuncionais, tendo em vista o seu extenso e complexo elenco de atribuições e responsabilidade, as quais envolvem, notadamente, a área da Edu

cação — científica, tecnológica, artística e literária, considerados seus diversos graus e ramos — a área da cultura (em suas multiformes manifestações), a área dos Desportos e a área da preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.²

Em termos gerais, cumpre-lhe promover a consecução dos fins do Sistema Nacional de Educação, estabelecidos pela Lei nº 4.024, de 20.12.1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), entre os quais se incluem os seguintes, mais diretamente ligados ao assunto deste trabalho: a) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; b) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum.

Quando Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga assim sumariou os objetivos educacionais: a) a auto-realização individual; b) a qualificação para o trabalho; c) o exercício consciente da cidadania.³

Ainda que se limitassem à educação sistemática, as atribuições e responsabilidades do MEC já seriam extremamente graves, considerando-se a multiplicidade dos objetivos de cuja concretização e operacionalização depende a consecução, ainda que em parte, dos fins educacionais. Estes, na verdade, são ilimitados: o fim da educação é mais educação, no dizer magistral de John Dewey.

Destaque-se, de qualquer modo, que o ensino superior brasileiro tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário (Lei nº 5.540/68).

Quanto ao Conselho Federal de Educação (CFE), o monografista reporta-se ao incluso estudo, original e de sua exclusiva autoria, sobre "A participação do CFE nas atribuições e responsabilidades do MEC e suas repercussões na Política de Estágios Supervisionados de Treinamento dos Cursos Superiores de Graduação (especificamente dos Estágios Curriculares)", o qual constitui o Apêndice nº 1, que complementa convenientemente este Capítulo. Deve-se esta iniciativa ao fato de que no Capítulo 1 as referências às atribuições e resoluções do CFE centraram-se na aprovação dos mínimos de conteúdo e duração dos cursos superiores de graduação (envolvendo a possibilidade de previsão de estágios curriculares), quando a problemática dos estágios supervisionados de treinamento transcende esses as

pectos para vincular-se à própria Política Nacional de Ensino Superior, e, conseqüentemente, no contexto desta última, à emergente Política de Estágios Supervisionados de Treinamento.

Cumpré, porém, destacar, desde logo, ainda que sumariamente, as mais relevantes atribuições do CFE: a) normativas, quanto aos sistemas de ensino, notadamente o do Ensino Superior, mantido predominantemente pela União Federal; b) de interpretação, no âmbito administrativo, das leis federais do ensino; c) de participação na elaboração dos Planos Setoriais de Educação e Cultura.

2.1.2. Política Nacional Integrada de Educação

Devendo os Estágios Supervisionados de Treinamento constituir uma das mais absorventes preocupações da política educacional, torna-se indispensável estudar, ainda que a largos traços, esta última, com ênfase na área do ensino superior, a fim de nela situar convenientemente os estágios dos alunos dos cursos superiores de graduação, quer em termos presentes, quer quanto aos seus prováveis e novos rumos.

Os objetivos finais da Política Educacional são definidos amplamente no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e mais minuciosamente no II Plano Setorial da Educação e Cultura (II PSEC).

O II PND, referindo-se às perspectivas e prioridades da economia e sociedade brasileiras no fim da presente década (Capítulo X), prescreve que "apoio será igualmente levado ao setor privado na área da capacidade gerencial, treinamento de executivos e treinamento profissional, além do esforço em absorção da nova tecnologia em pesquisa".

O II PSEC (1975-79), que constitui desdobramento do II PND, con-signa o Programa de Treinamento Profissional, ao qual se vincula, por sua vez, o Projeto XVI - Integração Escola-Empresa-Governo, cujo Subprojeto de Treinamento Profissional (elaborado pelo DAU) se desdobra em: a) Estágios Supervisionados (como os do convênio MEC-IEL); b) Cursos Integrados.

Além dos projetos voltados para a interação escola-empresa-governo, cumpre destacar o relativo à integração das universidades nas comunidades.

Ao cuidar da inovação e renovação do ensino, o II PSEC enuncia, entre outros, os seguintes propósitos: a) consolidar os cursos integrados e expandir a experiência para outras áreas e instituições; b) expandir os programas de estágio profissional para universitários na empresa e no meio rural.

Em documento sobre a Política Nacional Integrada de Educação,⁴ em cuja terceira parte cuida especificamente do balizamento dessa política, o MEC inclui entre as metas qualitativas do ensino superior: a) desenvolver a pesquisa, intimamente associada à extensão, de modo a assegurar à universidade uma função renovadora e participante; b) promover a extensão, com o aproveitamento intensivo e orientado de estágios curriculares; c) desenvolver programas integradores ensino-ocupação, de modo a reduzir a disparidade entre o ensino formal e o trabalho.

Referindo-se aos aspectos espaciais, de regionalização ou zoneamento do ensino, o MEC preconiza que "enquanto formadoras de força de trabalho qualificado, as instituições de ensino superior deverão entrosar-se com os agentes econômicos que respondem a essas necessidades nacionais ou regionais, conforme o caso, mas sem se converterem em seus instrumentos".

Obviamente, essa recomendação aplica-se quer à formação profissional de nível superior, em geral, quer à aceitação, pelas Instituições de Ensino Superior, de ofertas de estágios supervisionados de treinamento oriundas daqueles agentes econômicos, em especial.

Como o próprio ex-Ministro Ney Braga teve ensejo de acentuar, o desenvolvimento nacional requer, na área da educação, providências tendentes a: a) aperfeiçoar o ensino básico; b) resolver o problema da educação para o trabalho; c) fortalecer a pesquisa científica e tecnológica; d) tornar efetiva a integração escola-empresas.^{3a}

2.1.3. A emergente Política de Estágios Supervisionados de Treinamento no contexto da Política Nacional de Ensino Superior

As crescentes preocupações do MEC com os Estágios Supervisionados de Treinamento a nível dos cursos superiores de graduação têm-se refletido não só em documentos oficiais (além do II PND e do II PSEC), como também em estudos e artigos, doutrinários e técnicos, dados à publicidade pelo Departamento de Documentação e Divulgação (DDD) e oriundos, em grande parte, do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), inclusive da respectiva Coordenação de

Extensão Universitária (CODAE), alguns sob a responsabilidade pessoal de seus dirigentes, coordenadores ou assessores.⁵

A análise minuciosa e a sistematização de toda essa documentação, que corresponde ao ideário e aos planos de ação do MEC na área do ensino superior, proporcionam ao pesquisador melhor percepção e visualização dos fundamentos teóricos, diretrizes e tendências da emergente e inovadora Política de Estágios Supervisionados de Treinamento no contexto da Política Nacional de Ensino Superior.

O autor continuará a reportar-se, quando necessário, neste e em capítulos seguintes, a esses importantes documentos, identificando-os devida e convenientemente mediante notas (apostas em fim de capítulo, como já o fez nas de nºs 3 e 4).

O Sistema de Ensino Superior e os Estágios Supervisionados de Treinamento

No estudo intitulado O sistema de ensino superior,⁶ abordam-se as três atividades-fim ou substantivas do Sistema de Ensino Superior, que representam faces do ensino em sentido amplo e cuja indissociabilidade é erigida em princípio fundamental pela Lei nº 5.540/68: a) o ensino (ensino-transmissão); b) a pesquisa (ensino-investigação); c) a extensão (ensino em forma aplicada).

Reconhece-se que, ao lado do ensino teórico, se vem desenvolvendo o ensino prático, em consequência da melhoria qualitativa do magistério e dos melhores equipamentos proporcionados às Instituições de Ensino Superior. Aduz-se, porém, que a consolidação da aprendizagem deve-se operar, sobretudo, por intermédio dos estágios supervisionados de treinamento, cuja distinção do ensino prático se estabelece nos seguintes termos:

"Algumas vezes ainda são confundidas as funções do estágio e do ensino prático. Deve-se levar em conta que no estágio o estudante já se encontra em fase de conclusão do aprendizado, mais livre da tutela direta do docente, podendo, inclusive, ser supervisionado por profissionais dos locais que servem como campos de estágio. Vale destacar que o estágio, em toda a sua potencialidade, ainda não foi descoberto por nossas Instituições de Ensino Superior. O estágio é realmente um dos mais fortes mecanismos de retroalimentação da estrutura universitária, na medida em que é devidamente programado e valorizado".⁷

Quanto à extensão, observa-se, em síntese, que corresponde a uma idéia filosófica de abertura permanente (e não episódica ou excepcional) e voluntária da Universidade ao meio. Reconhece-se, ademais, que os estágios supervisionados de treinamento estabelecem fácil e frutífera ligação do ensino propriamente dito com os mecanismos da extensão.

O Gráfico nº 1 - Sistema de Ensino Superior (Atividades-fim) - traduz, com clareza, o princípio da indissociabilidade do trinômio ensino-pesquisa-extensão, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância da íntima ligação dos estágios supervisionados de treinamento com as atividades da extensão, entre as quais inclui os programas de ação comunitária, os projetos estratégicos, a prestação de serviços e os projetos de interesse local. Permite, ainda, que melhor se compreenda o alcance, em termos pragmáticos, de outras inovadoras disposições da Lei nº 5.540/68, a seguir transcritas, já que aquela ilustração tipifica os serviços especiais integrantes das atividades de extensão:

"Art. 20. As Universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados de pesquisa que lhes são inerentes".

.....

"Art. 40. As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento".

.....

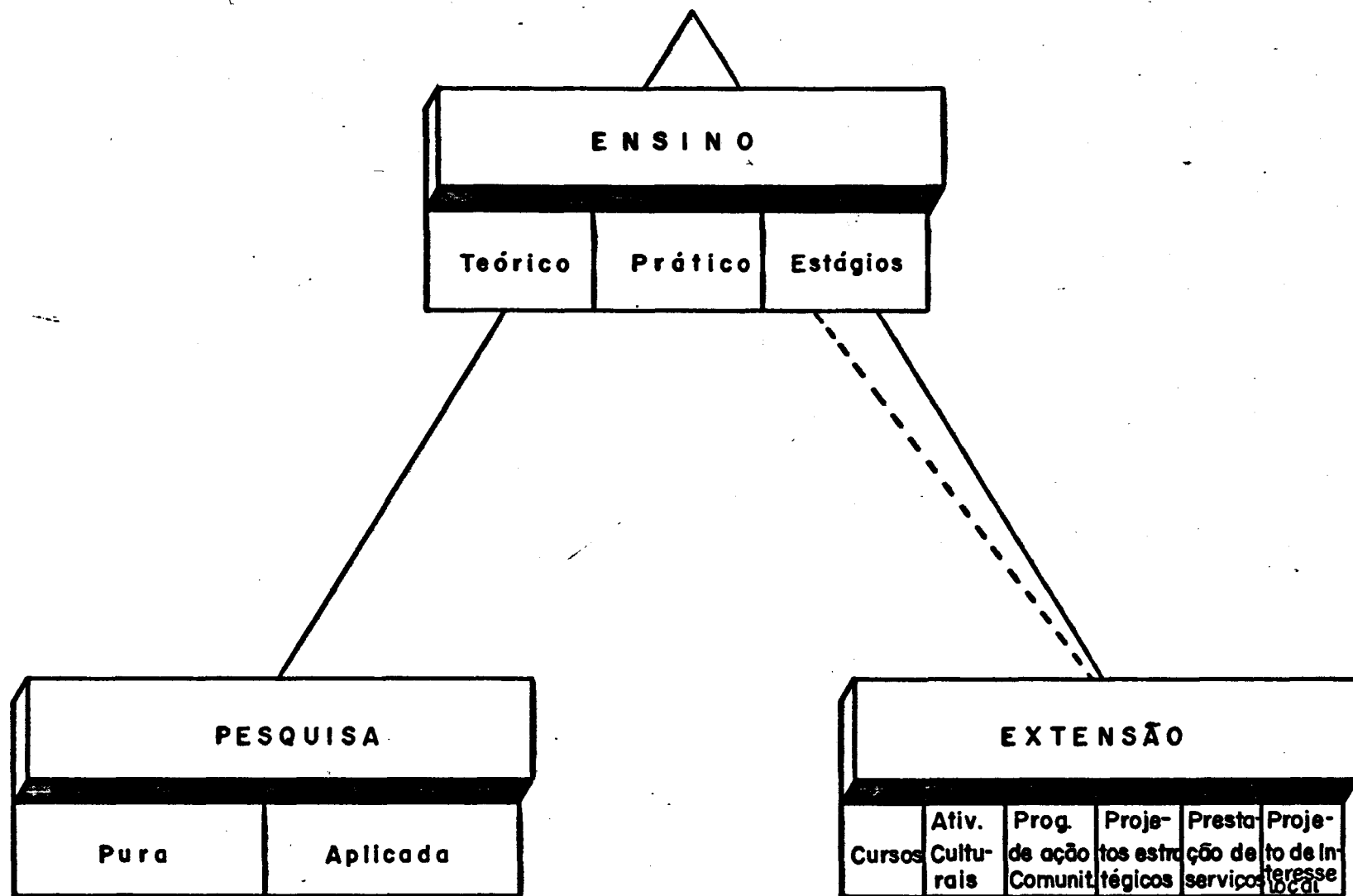
Como acentua Juracy C. Marques, os serviços especiais visam a atender, na linha das aspirações humanas de bem-estar e padrões dignos de vida, as necessidades das populações definidas como clientelas das atividades de extensão. Desse modo, a Universidade estabelece contato direto com os problemas de realidade que ela pretende ensinar a resolver. Em suma, "é através dos serviços especiais que a pesquisa e o ensino se alimentam com os integrantes capazes de nutri-los de forma salutar".⁸

Diretrizes de Ação do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) e Estágios Supervisionados de Treinamento

O DAU é o órgão central de direção do Sistema de Ensino Superior. Cabe-lhe, no MEC, planejar, programar e instrumentar a Política

SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR

(ATIVIDADE FIM)



Reproduzido da publicação mimeografada: SOUSA, Edson Machado. O sistema de ensino superior. MEC/DAU, Goiânia, 1976.

GRÁFICO Nº 1

ca Nacional de Ensino Superior, inclusive nos aspectos mais essenciais pertinentes aos Estágios Supervisionados de Treinamento.

Evidenciam-se no documento ainda em exame⁹ diretrizes de ação já desencadeada e da mais alta importância para a implementação da Política Nacional de Educação e, no contexto desta, da emergente Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento ao nível dos cursos superiores de graduação.

O monografista relaciona as diretrizes de ação que mais diretamente se vinculam aos Estágios Supervisionados de Treinamento e na ordem da importância que, sob esse ângulo, lhes atribui:

- a) Promover a extensão como forma de ensino e como instrumento de retroalimentação do sistema (de ensino superior)

Na verdade, as atividades de extensão, quer sob a forma de ação comunitária, quer sob a de prestação de serviços especiais, proporcionam informações, conhecimentos, experiências e vivências capazes, por sua vez, de motivar, sugerir, abrir e desencadear novas perspectivas e alternativas ao ensino e à pesquisa, realimentando, assim, mediante mecanismo de feed-back, o Sistema de Ensino Superior, constituído, notadamente, pelas funções ou atividades-fim integrantes do trinômio ensino-pesquisa-extensão. Oferecem especificamente às universidades melhor e mais amplo conhecimento dos respectivos meios, assim como valiosas oportunidades de identificação de problemas, cuja solução reclamará estudos, pesquisas e atividades de que poderão participar cooperativamente professores e alunos.

A extensão, como bem acentua Olindo Antônio Toaldo:

"Coloca a Universidade, sobretudo seus Departamentos, em condições de enriquecer seus planos de ensino com uma dimensão viva e atualizada. Permite-lhe, em particular, o estabelecimento de objetivos operacionais mais realistas e melhor implementados, fornecendo aos estudantes aqueles elementos e aquele saber de que necessitam para desempenhar, a contento, o seu mister sócio-profissional. Nessa mesma linha didática, viabiliza-se a possibilidade de oferecer um conteúdo programático não apenas extraído de livros, mas baseado em experiências reais e ilustrado com fatos ambientais".¹⁰

Ao contrário do que ocorre com as agências de assistência social, não compete às Instituições de Ensino Superior prestar serviços à comunidade dissociados das funções básicas de ensino e pesquisa, e sim, estender-lhe essas atividades, sob a forma de serviços especiais e cursos, comportando os primeiros, inclusive, programas de estágios supervisionados de treinamento.

O autor, coerentemente com essa orientação, perfilha os seguintes conceitos no desenvolvimento desta monografia:

Extensão Universitária

"É toda atividade integrada ao processo de ensino-aprendizagem, planejada e coordenada pelas Instituições de Ensino Superior, executada por alunos com supervisão docente, sob a forma de ação comunitária ou de prestação de serviços à comunidade".10a

Comunidade

"É considerada como uma unidade compreendendo a população que vive numa determinada área geográfica, com sua infra-estrutura, suas instituições e seus interesses comuns. Inclui a parte desenvolvida ou em vias de desenvolvimento e a carente de assistência e de promoção. Numa comunidade todos são responsáveis pelo bem-estar de todos. Por isso, todos devem participar do processo de desenvolvimento. A extensão universitária deve voltar-se, naturalmente, para a promoção das áreas carentes da comunidade. Nesse sentido, comunidade é o fenômeno globalizante da parcela da sociedade carente de desenvolvimento em todas as suas dimensões: aspectos econômicos, sociais, educacionais, sanitários etc".11

- b) Consolidação de uma Política de Estágio que dê permanência ao relacionamento da Instituição de Ensino Superior com seu meio

Tendo presente o próprio conceito da extensão universitária, a respectiva política, sobretudo quando considerada sob os aspectos mais específicos e de maior repercussão social da prestação de serviços especiais à comunidade, deve exteriorizar-se por intermédio de projetos e ações a serem objeto de planejamento sistemático e contínua implementação, capazes de assegurar permanente e frutífero relacionamento da Instituição de Ensino Superior com o meio em que se insere. Com vistas à consecução mais eficiente e eficaz desse objetivo, deve consolidar-se e afirmar-se crescentemente uma política de estágios supervisionados de treinamento que leve em consideração as peculiaridades da Instituição de Ensino e de seu meio, inclusive porque os estágios constituem indispensáveis instrumentos de compatibilização da extensão com o ensino e a pesquisa.

A propósito das distorções que, por vezes, comprometem o sistema de estágios supervisionados de treinamento, torna-se oportuno transcrever as observações e atentar para as adverências de Ana Rita Dantas Suassuna:

"Com o apelido de estágio se faz praticamente tudo. Por exemplo: se o aluno recebe uma bolsa para prestar serviços administrativos se diz que está fazendo um estágio; se o aluno visita ou observa o funcionamento de uma Instituição logo se chama isto de estágio; se o aluno desenvolve numa empresa uma atividade de qualquer, mesmo desvinculada de sua formação profissional específica, dá-se a esta o nome de estágio".¹²

A autora acima citada, assessora do DAU, afirma que o estágio chega a desfigurar-se a ponto de receber, de parte de grupos de estudantes, a classificação de "MVP" (ou seja, "Método de Viração Própria"). Preconiza, por isso, uma revisão da política de estágio e sua articulação com a política de extensão da Universidade: esta precisa conceituar com clareza o estágio, compatibilizando-o com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de que realmente desempenhe a sua função complementar do ensino e da aprendizagem. Sustenta, em suma, que a adoção de uma política positiva de estágio supõe que se lhe atribua um corpo filosófico, programático e operacional, que inclua o nível de escolaridade dos alunos, a programação, a supervisão e a avaliação.¹³

No mesmo sentido, Olindo Antônio Toaldo menciona o caso de certa firma concessionária de automóveis, que solicitou vários acadêmicos de medicina, pretensamente para prestar serviços médicos aos seus funcionários e respectivos familiares. Na realidade, deu-lhes por tarefa a venda de automóveis à classe médica, por julgar mais eficiente o resultado em virtude da afinidade entre vendedores e compradores.¹⁴

c) Desenvolver a Pesquisa, de modo a garantir, à Instituição de Ensino Superior, uma função de participação e renovação

A pesquisa não deve limitar suas fontes de inspiração aos livros e laboratórios.

Carecendo de identificar, estudar e solucionar, coordenadamente com as atividades de ensino e extensão, sucessivos e novos problemas, cumpre-lhe também voltar-se para o meio-ambiente e investigar sua realidade.

Por intermédio da ação crítica e criadora que lhe é imanente, a pesquisa converte-se, assim, em um dos instrumentos de estudo e ação de que se vale a Instituição de Ensino Superior para desempenhar sua função participativa e renovadora do meio-ambiente em que se insere.

- d) Capacitação, em larga escala, do corpo docente, através dos Cursos de Pós-Graduação - doutorado e mestrado, de especialização e aperfeiçoamento (esta diretriz leva em conta as necessidades imediatas das universidades e as exigências do meio social, tanto do ângulo do conteúdo, como da perspectiva didática. A isso se propõe o Plano Nacional de Pós-Graduação)

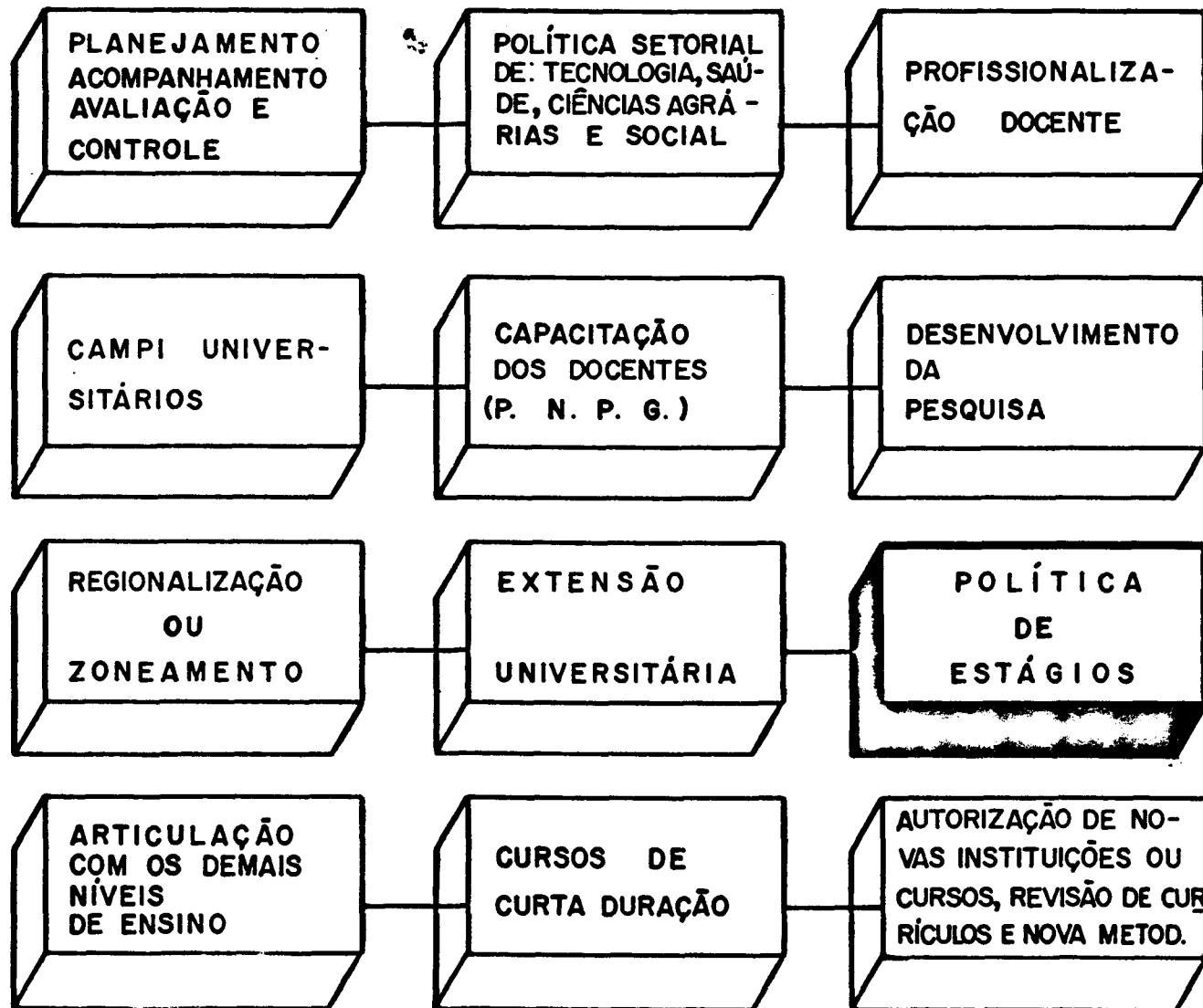
O monografista considera que os docentes pós-graduados recebem formação profissional sistemática e ampla, capaz de conscientizá-los plenamente da importância de suas múltiplas e complexas atividades universitárias em cujo contexto estão habilitados a adotar atitudes e comportamentos condizentes com a valorização, em igual nível de importância, das três atividades-fim ou substantivas do Ensino Superior (ensino propriamente dito, pesquisa e extensão). A cresce que os professores pós-graduados aderem definitivamente, em regra geral, ao regime de trabalho de dedicação exclusiva, ideal para que sejam plena e harmonicamente exercidas aquelas atividades, para cuja compatibilização e parcial desempenho podem concorrer, supletiva e expressivamente, os estágios supervisionados de treinamento.

O Quadro nº 2 - Diretrizes de Ação do DAU - visualiza suas áreas de atuação direta ou por intermédio da CODAE. Cumpre destacar, por suas ligações mais imediatas com esta monografia, as seguintes áreas nele explicitamente representadas: a) Extensão Universitária; b) Política de Estágios; c) Campi Universitários; d) Desenvolvimento da Pesquisa; e) Capacitação dos Docentes (Plano Nacional de Pós-Graduação).

Plano de Trabalho de Extensão Universitária¹⁵

Trata-se de plano que procura definir a forma pela qual as Instituições de Ensino Superior, respeitadas suas peculiaridades, melhor desempenhem suas atividades extensionistas, como já conceituadas teoricamente. Nele se especificam, inclusive, as atividades da Coordenação de Extensão Universitária (CODAE), instituída no Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do Ministério da Educação e Cultura:

DIRETRIZES DE AÇÃO DO DAU



Reproduzido da publicação mimeografada: SOUSA, Edson Machado.
O sistema de ensino superior. MEC/DAU, Goiânia, 1976.

- a) Programação de estágios;
- b) Programas de Extensão dos Campi Avançados (Fundação Projeto Rondon);
- c) Programa CRUTAC (Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária);
- d) Programas com os Centros Integrados Escola-Empresa (CIE-E);
- e) Programa de Intercâmbio Comunidade-Universidade;
- f) Intercâmbio com a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES);
- g) Programa e Acompanhamento a Cursos de Extensão.

Recomenda-se no mesmo documento que as atividades de extensão sejam programadas a nível de Instituição de Ensino Superior, tendo como ponto de partida os programas dos Departamentos docentes ou Cursos, devidamente compatibilizados com os Planos, Programas ou Projetos de Instituições ou Comunidades do local onde ocorre a ação extensionista.

Considera-se, ainda, que os estágios supervisionados de treinamento, por complementarem o ensino e a aprendizagem, devem ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico ou cultural, científico e de relacionamento humano (expressões que se incorporaram à Lei nº 6.494/77, em sua redação definitiva).

Preconiza-se, finalmente, que o Sistema de Ensino Superior introduza o estágio supervisionado de treinamento como atividade obrigatória (curricular, portanto) e participe, efetivamente, de sua programação, evitando, assim, a evasão dos alunos das atividades escolares em busca simplesmente de oportunidades de trabalho e de retribuição pecuniária. A Instituição de Ensino Superior deve ir à empresa e nela colocar o aluno como estagiário, livrando-o da contingência, quando já satisfaz as condições necessárias ao cumprimento do estágio, de simplesmente procurar emprego e retribuição pecuniária, o que resulta em redução do tempo que dedica às atividades discentes e do próprio rendimento escolar.

O Gráfico nº 2 - Agentes de integração do sistema de ensino com os setores do sistema produtivo (meio) - ilustra expressivamente a dinâmica do relacionamento entre o Sistema de Ensino Superior (do qual são partes integrantes as Instituições de Ensino Superior) e o Sistema Produtivo, representado pelos setores Básico, de Serviços e da Indústria de Transformação.

A colocação de alunos em campos de estágios vinculados a cada um desses setores realiza-se alternativamente, por intermédio, em geral, de entidades de fins altruísticos, que incluem em seus objetivos incentivar e intermediar a concessão de estágios supervisionados de treinamento, transformando-se, assim, em agentes de integração entre o Sistema de Ensino e o Sistema Produtivo (IEL, OPEMA, PRO, CIE-E, CRUTACs etc), sem prejuízo das oportunidades de estágios proporcionadas diretamente pelas Instituições de Ensino Superior (mediante veículos próprios, sobretudo nas áreas de serviços especiais e de ação comunitária) e do sistema de concessão de Bolsas de Trabalho, nos termos do Decreto nº 69.927/72 (a que se fez referência no Capítulo 1).

2.2. Análise dos principais Projetos e Programas que proporcionam Estágios Supervisionados de Treinamento desenvolvidos a nível de Cursos Superiores de Graduação, em âmbito nacional, regional ou local

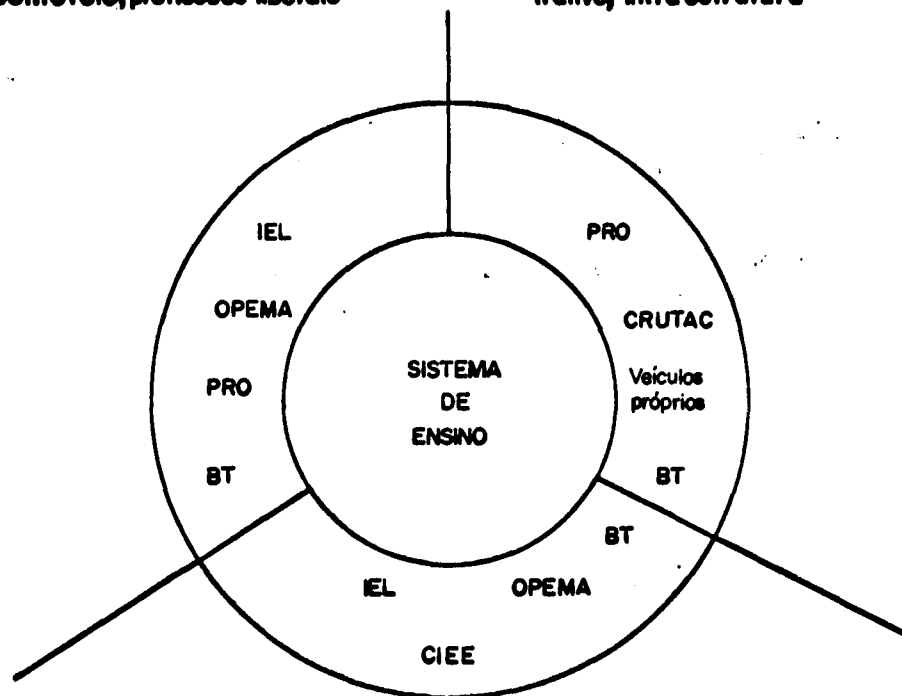
2.2.1. Programas de Extensão dos "Campi" Avançados (Fundação Projeto Rondon)

No Capítulo 1 o autor prestou informações preliminares sobre as atividades da Fundação Projeto Rondon relacionadas com suas Operações e programas capazes de proporcionar oportunidades de estágios supervisionados de treinamento, inclusive nos Campi Avançados. Estes funcionam em áreas carentes do País — na Amazônia Legal, no Centro Oeste, no Nordeste e no Sudeste — nos termos de convênios de Instituições de Ensino Superior com o Ministério do Interior (MINTER) e constituem áreas de ensino e treinamento aplicado, com supervisão sistemática e desenvolvimento de trabalhos de ação comunitária, em colaboração com setores da Administração Federal, Estadual, Municipal e Órgãos Empresariais.

AGENTES DE INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO COM OS SETORES DO SISTEMA PRODUTIVO (meio)

SETOR DE SERVIÇOS- Saúde,
educação, comércio, profissões liberais

SETOR BÁSICO- Agropecuário, ex-
trativo, infraestrutura



INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - construção civil, metalurgia, mecânica, materiais elétricos, madeira, couros, química, produtos plásticos, têxtil, produtos alimentares etc.

Siglas:

PRO	- Projeto Rondon (Fundação)
CRUTAC	- Centro Rural Universitário de Treinamento Acadêmico Comunitário
BT	- Bolsa de Trabalho
OPEMA	- Operação Mauã
IEL	- Instituto Euvaldo Lodi
CIEE	- Centro de Integração Escola-Empresa

Transcrito de: MEC/DAU. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária n.1. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1976. Documento n. 4 - "O estágio na integração escola-empresa-governo". elaborado pelo Prof. Hamilton Savi.

Os Campi Avançados caracterizam-se pela presença permanente de universitários e professores no desempenho de atividades que visam ao desenvolvimento das microrregiões em que são sediados. Os trabalhos discentes neles desenvolvidos são suscetíveis de reconhecimento como atividades estagiárias e curriculares, desde que atendidos os necessários requisitos, sumariados no Capítulo 1.

São os seguintes os Campi Avançados atualmente existentes (identificados pelas localidades em que se situam suas sedes):

- | | |
|--------------------|---------------------------|
| 1. Roraima | 12. Irecê |
| 2. Tefé | 13. Picos |
| 3. Parintins | 14. Imperatriz |
| 4. Médio Araguaia | 15. Humaitá |
| 5. Rondônia | 16. Alto Solimões |
| 6. Cruzeiro do Sul | 17. Itaituba |
| 7. Xapuri | 18. Amapá |
| 8. Santarém | 19. Cáceres |
| 9. Altamira | 20. Vale do Jequitinhonha |
| 10. Marabá | 21. Parnaíba |
| 11. Barreiras | 22. Limoeiro do Norte |

Seus objetivos fundamentais, para cuja consecução os programas de estágios supervisionados de treinamento constituem instrumentos indispensáveis, assim se enunciam:¹⁶

- a) proporcionar à região melhores condições de se transformar em polos de desenvolvimento;
- b) proporcionar educação de base;
- c) dar condições aos universitários de obterem ensinamentos através da prática, mediante a execução de trabalhos e projetos junto à comunidade;
- d) criar meios para adequação do exercício profissional às peculiaridades da região e à política de fixação de técnicos;
- e) cooperar com órgãos públicos federais, regionais ou municipais, bem como com órgãos privados, sob a forma de projetos, estudos, pesquisas e serviços, com vistas à implantação de programas específicos para o desenvolvimento local integrado;
- f) propiciar o engajamento dos grupos populacionais, a interação do homem ao meio, desenvolvendo as lideranças necessárias à continuidade do processo de desenvolvimento das comunidades, contribuindo, assim, para melhorar o nível de vida da população do interior brasileiro;

g) trazer à universidade a perfeita visão da realidade brasileira;

h) contribuir para a integração da instituição universitária às comunidades brasileiras;

i) ser veículo de aprimoramento da formação social da comunidade como forma representativa da potencialidade de sua instituição universitária;

j) contribuir para melhorar o nível de vida da população, sendo ponto de partida para o desenvolvimento do espírito comunitário;

l) possibilitar que a universidade estenda à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados das pesquisas que lhe são inerentes.

2.2.2. Programa CRUTAC (Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária)

O autor reporta-se às informações preliminares, constantes do Capítulo 1, sobre os Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTACs) e a respectiva Comissão Incentivadora (CINCRUTAC), bem como sobre os objetivos dos estágios supervisionados de treinamento proporcionados por aqueles Centros.

O Programa CRUTAC inclui-se entre as atividades de ação comunitária coordenadas pelo DAU (Ministério da Educação e Cultura). Suas finalidades, que comportam intrinsecamente a implementação de excelentes programas de estágios supervisionados de treinamento, são as seguintes:¹⁷

a) treinamento em áreas rurais, devidamente preparadas, de estudantes concluintes dos diversos cursos universitários, sob a forma de estágio supervisionado;

b) prestação de serviços multiprofissionais às comunidades, visando à promoção do homem e ao desenvolvimento coletivo;

c) integração com todos os serviços municipais, estaduais, federais ou particulares, de modo a assegurar o rendimento máximo do trabalho e evitar a dispersão de recursos;

d) dar o caráter de permanência aos trabalhos, sem solução de continuidade, mediante rodízio de equipes;

e) execução de projetos específicos, de interesse local.

Observe-se que o CRUTAC corporifica a aplicação da idéia de extensão à área rural do distrito geo-educacional correspondente à Instituição de Ensino Superior. Distingue-se do Campus Avançado pelas peculiaridades de seus objetivos, programas e métodos de trabalho. Acresce que: a) limita-se à área rural do distrito geo-educacional da Instituição de Ensino Superior, enquanto o Campus Avançado a projeta para região distante de sua sede; b) vincula-se, por intermédio da Instituição de Ensino Superior, ao MEC, enquanto que a Fundação Projeto Rondon e os Campi Avançados situam-se na órbita administrativa do MINTER.

As seguintes ilustrações visualizam as fases de programação, execução e controle das atividades dos CRUTACs, suscetíveis, não obstante, dos ajustamentos reclamados pelas peculiaridades das Instituições de Ensino Superior, públicas ou particulares, vinculadas ao Programa:

Quadro nº 3 - Integração de elementos de programação do CRUTAC a nível de Universidade.

Cumpra-se destacar a participação coordenada de professores e alunos, estes últimos como estagiários, orientados por aqueles;

Quadro nº 4 - Mecanismo de planejamento e retroalimentação do Sistema CRUTAC.

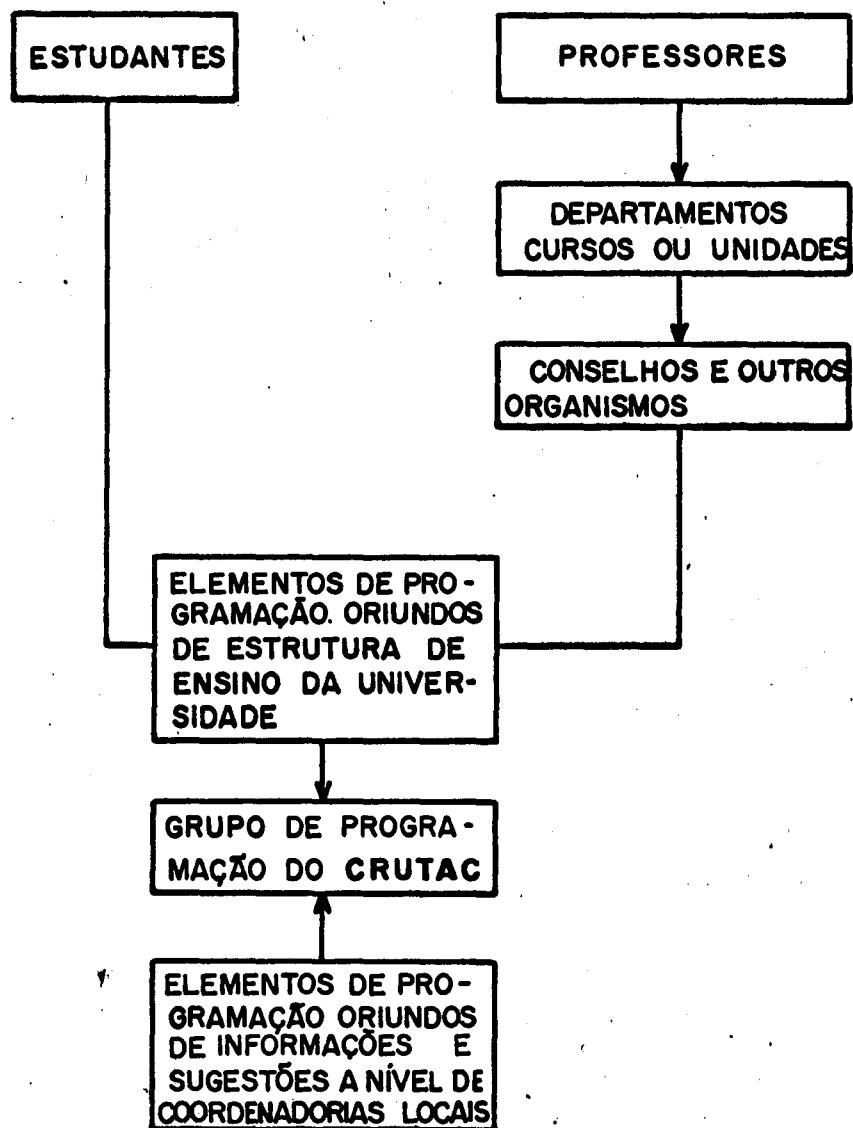
Assinale-se que são necessariamente harmônicos e integrados a programação das Universidades e o Programa de Ação do CRUTAC.

A avaliação dos resultados do Programa de Ação do CRUTAC assegura o fluxo de informações que constitui o feed-back do Sistema, cujos indutos principais são constituídos por: a) diagnósticos e sugestões a nível de comunidade; b) programa das Instituições (em geral) que atuam nas áreas em que se desenvolvem as ações comunitárias; d) Programação da Universidade.

Quadro nº 5 - Compatibilização das atividades específicas e interprofissionais no Programa de Ação do CRUTAC.

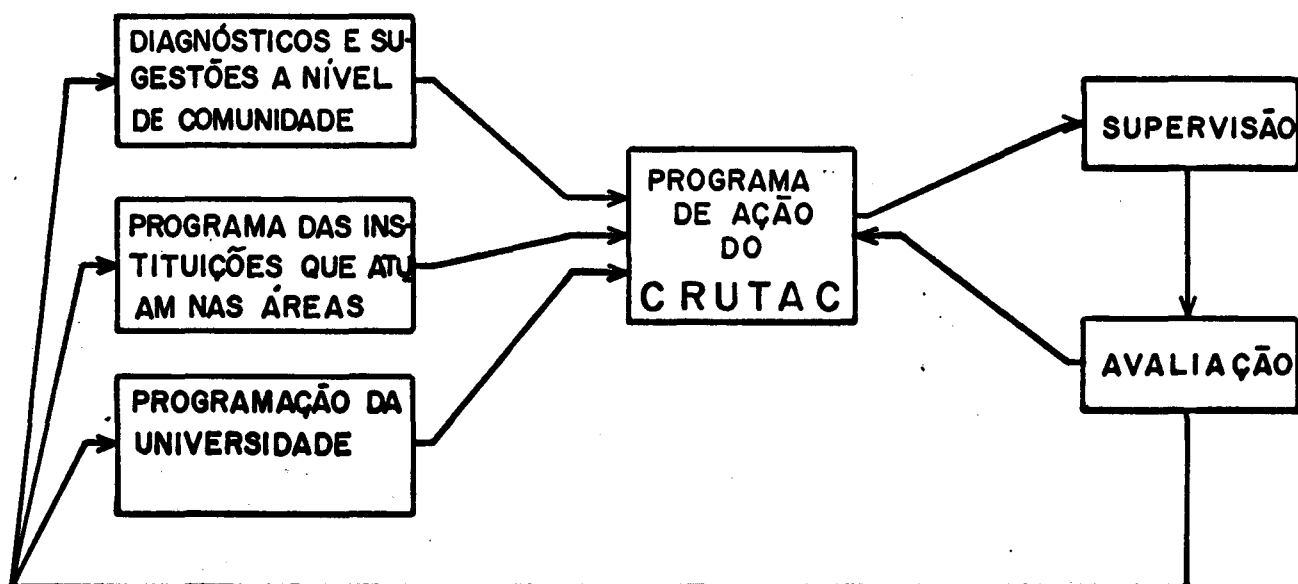
Certo número de atividades específicas se agrupam, segundo as conveniências do processo cooperativo, em Projetos Interprofissionais, os quais se coordenam ao nível do Programa de Ação do CRUTAC.

INTEGRAÇÃO DE ELEMENTOS DE PROGRAMAÇÃO A NÍVEL DE UNIVERSIDADE



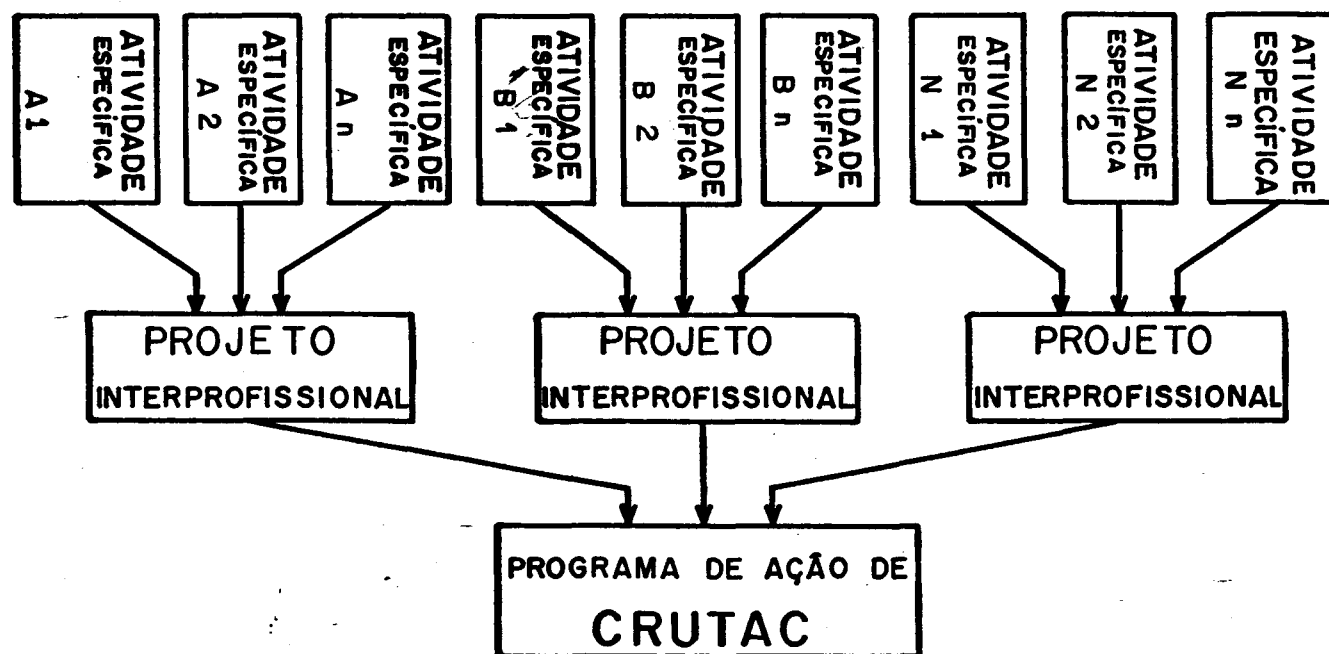
Transcrito de: ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Considerações sobre o planejamento do CRUTAC. Brasília, Ed. Universitária, 1974.

MECANISMO DE PLANEJAMENTO E RETROALIMENTAÇÃO DO SISTEMA



Transcrito de: ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Considerações sobre o planejamento do CRUTAC. Brasília, Ed. Universitária, 1974

COMPATIBILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES



Transcrito de: ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Considerações sobre o planejamento do CRUTAC. Brasília, Ed. Universitária, 1974.

2.2.3. Subprojeto do DAU - Programa de Treinamento Profissional, vinculado ao Projeto nº 16 - Integração Escola-Empresa- Governo, do II PSEC (1975-79)

O Subprojeto em epígrafe desdobra-se formalmente em: a) Estágios Supervisionados; b) Cursos Integrados.

Estágios Supervisionados a que se refere o Convênio MEC-DAU/IEL de 1975

O I Plano Setorial de Educação e Cultura (I PSEC - 1972-74) — resultante do desdobramento, na área da Educação, do Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo — apresentou sólida e extensa justificação para o Subprojeto inicial pertinente à integração Escola-Empresa-Governo.

Tendo em vista a relevância dos fundamentos então apresentados, o monografista julga indispensável incorporar ao texto deste capítulo a seguinte condensação daquela justificação:

A constante evolução científico-tecnológica do Século XX, obrigando a indústria e as outras atividades de produção e serviço a uma permanente remodelação de seus métodos de trabalho e de seus equipamentos, lançou um desafio à Universidade, que não pode oferecer a seus estudantes ambientes de trabalho prático comparáveis àqueles com que o profissional se defrontará.

Queixam-se nossos empresários de que os recém-formados apresentam-se defasados em relação aos modernos equipamentos e técnicas que estes exigem, devendo realizar em serviço o treinamento que poderiam ter efetuado concomitantemente com os estudos de graduação.

Todavia, é impossível à Universidade dispor de todos os recursos da moderna tecnologia, que envolvem instrumentos modernos, de alto preço e suscetíveis de rápida obsolescência. Como compatibilizar as necessidades efetivas da entidade profissional, particularmente em certas áreas tecnológicas, e as limitações resultantes da escassez de meios materiais das Instituições de Ensino Superior?

A fórmula encontrada é a de colaboração mútua entre os organismos empresariais — que dispõem dos meios materiais e técnicos requeridos para o treinamento atualizado dos profissionais que empregam — e as entidades educacionais, responsáveis pela formação global do futuro profissional.

Não se pode atribuir à empresa exclusiva responsabilidade pela formação de seus técnicos, sem regredir-se às fórmulas artesanais da Idade Média. Efetivamente, a formação de um profissional de nível superior é muito mais complexa que aquela representada pela simples qualificação para manipular determinado equipamento ou por em marcha um método previamente testado e estabelecido. A formação universitária dá informações gerais

e específicas, cria atitudes mentais, ensinando a pensar e a criar pelo raciocínio lógico fórmulas especiais de avanço nas diferentes áreas, ao mesmo tempo em que desenvolve habilidades específicas. É só esta última qualificação que a escola, no seu mais amplo sentido, procura na cooperação que pede à empresa.

A participação encorajadora do Governo nessa integração, criando a fórmula do convênio entre as três partes igualmente interessadas, visa, antes de tudo, à consolidação da atitude e da iniciativa que, a prazo mais ou menos curto, deverão estender-se a todo o País.

Esse Subprojeto inicial foi elaborado em consequência dos estudos que antecederam a Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), por quanto uma das recomendações do respectivo Grupo de Trabalho preconizara a cooperação do empresariado nacional com as Universidades, com vistas aos programas de desenvolvimento.

Seus objetivos fundamentais assim se enunciaram:

- a) a realização de cursos, parte na universidade e parte na empresa;
- b) a utilização de laboratórios, oficinas e instalações das indústrias e empresas em geral, para estágios, remunerados ou não, de estudantes universitários;
- c) o aproveitamento dos laboratórios ou serviços específicos das Instituições de Ensino Superior para a realização de atividades necessárias às empresas e compatíveis com o nível da aprendizagem universitária.

As cláusulas substantivas do convênio MEC-DAU/IEL, destinado à execução parcial do Projeto Integração Escola-Empresa-Governo, vinculado ao II PSEC (1975-79), a seguir sumariadas pelo monografista, corporificam aquele sistema integrativo, deliberadamente centralizado sob o aspecto normativo e descentralizado em sua execução:

- a) a execução do Programa de Treinamento Profissional- Estágio Supervisionado far-se-á conjuntamente pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), por intermédio de seu Núcleo Central (sediado no Rio de Janeiro) e seus Núcleos Regionais, de um lado, e das Instituições de Ensino Superior, por intermédio de seus Grupos de Integração, de outro lado;
- b) ao IEL, através de seus Núcleos Regionais, caberá a celebração de termos de colaboração com as Universidades Federais e empresas;
- c) os Núcleos Regionais do IEL terão como atribuição o levantamento de vagas para estágios de universitários nas empresas, devendo trabalhar em estreita ligação com os Grupos de Integração das

Universidades Federais, que terão como atribuições o recrutamento, seleção, treinamento e avaliação dos estagiários;

d) ao Núcleo Central do IEL, caberá o acompanhamento, controle, supervisão e avaliação do Programa junto aos Núcleos Regionais, de acordo com as diretrizes emanadas do DAU, assim como prestar consultoria, quando solicitada por aqueles Núcleos;

e) ao DAU, através da CODAE, caberá a orientação, controle e avaliação geral do Programa e proporcionar consultoria quando solicitada pelo IEL e pelas Instituições de Ensino Superior;

f) o IEL obriga-se a prestar informações referentes ao desenvolvimento das atividades do programa, quando solicitadas pelo DAU, devendo apresentar relatório ao final do exercício.

A título de desdobramento do convênio MEC-DAU/IEL, têm sido criados, regionalmente ou setorialmente, Centro de Integração Universidade-Indústria (CIUNIs), mediante convênios celebrados entre o IEL e Instituições de Ensino Superior.

Desses convênios constam as obrigações das partes contratantes, dentre as quais cumpre destacar as pertinentes diretamente aos estágios supervisionados de treinamento cuja concessão pelas empresas industriais o IEL se propõe a incentivar e intermediar. Assim procedendo, o autor visa a complementar as informações, constantes do Capítulo 1, sobre a criação e a finalidade daquele Instituto e os objetivos gerais que procura imprimir aos referidos estágios, em harmonia com a concepção da necessidade de melhor integração entre as Instituições de Ensino Superior e as Empresas.

Nesse sentido, constituem obrigações específicas do IEL, como membro dos CIUNIs:

a) promover estágios de treinamento atitudinal e profissional de estudantes, de forma a lhes conferir uma antecipação tecnológica, um conhecimento empresarial e uma vivência profissional;

b) prestar assistência contínua aos estagiários nas empresas através da atuação específica de supervisores de estágios em atividade nas mesmas;

c) elaborar e distribuir em tempo hábil os formulários de Relatórios de Estágios, a serem preenchidos pelos estagiários.

Por outro lado, são obrigações das Instituições de Ensino Superior, como membros dos CIUNIs:

a) elaborar os projetos para implantação e funcionamento dos CIUNIs (preferencialmente em suas dependências);

b) proceder à inscrição dos candidatos às vagas de estágios oferecidas, observadas as normas e formulários próprios;

c) selecionar os candidatos inscritos segundo seus próprios critérios e/ou da Equipe de Coordenação de Estágios das empresas e divulgar os resultados, convocando os selecionados para assinatura do Termo de Compromisso entre os candidatos e o CIUNI.

Normas mais minuciosas, cobrindo outros aspectos do assunto, constam do Regulamento de Estágios do IEL, mencionado no Capítulo 1.

As seguintes ilustrações, de autoria de Hamilton Savi¹⁸, refletem concepções relativas à integração escola-empresa-governo, ajustando-se, conseqüentemente, ao programa de estágios supervisionados de treinamento resultante do convênio MEC-DAU/IEL:

Quadro nº 6 - Objetivos gerais do Sistema de Integração Escola-Empresa-Governo.

O Sistema de Integração Escola-Empresa-Governo, envolvendo o interrelacionamento dos Sistemas de Ensino Superior e de Produção, visa a concorrer para o desenvolvimento científico, sócio-econômico e tecnológico do País, cujas diretrizes são estabelecidas no planejamento governamental. Uma das condições básicas desse desenvolvimento é o equilíbrio entre a oferta do Sistema de Ensino Superior e a demanda do Sistema Produtivo, inclusive na área específica dos estágios supervisionados de treinamento, que constituem o objetivo fundamental do convênio MEC-DAU/IEL.

Quadro nº 7 - O Sistema de Integração Escola-Empresa-Governo.

Sob o aspecto normativo, o Sistema é centralizado. No caso em exame, a Coordenação Regional é exercida por intermédio dos Núcleos Regionais (ou dos CIUNIS) do IEL, em estreita articulação com as Instituições de Ensino Superior (que participam, como o IEL, dos Grupos de Integração) e com as Empresas (onde devem funcionar Equipes de Coordenação).

Aos Núcleos Regionais (ou aos CIUNIS) do IEL cabe, sobretudo, efetuar o levantamento e promover a oferta de vagas de estágiários pelas empresas existentes nas respectivas regiões de influência.

Aos Grupos de Integração cabe, principalmente, assegurar o recrutamento, a seleção, o treinamento e a avaliação dos estágiários.

As Empresas (onde devem constituir-se Equipes de Coordenação de Estágios, melhor se diria Equipes de Supervisão de Estágios), compete, notadamente, dar assistência contínua aos estagiários, por intermédio de supervisores.

A necessidade de equilíbrio da oferta de estagiários (por parte do Sistema de Ensino Superior) e da demanda de estagiários (por parte do Sistema Produtivo), também se expressa no Quadro em exame.

Observe-se, porém, a divergência da nomenclatura utilizada no mesmo Quadro e a adotada pelo monografista e pelas Instituições de Ensino Superior em geral: em relação aos estagiários, cumpre às Instituições de Ensino Superior proporcionar-lhes os orientadores (funções atribuídas a professores) e às empresas designar os respectivos supervisores (e não ao contrário).

Quadro nº 8 - Posição dos Agentes de Integração em um Sistema de várias Instituições de Ensino Superior, com setor produtivo diversificado.

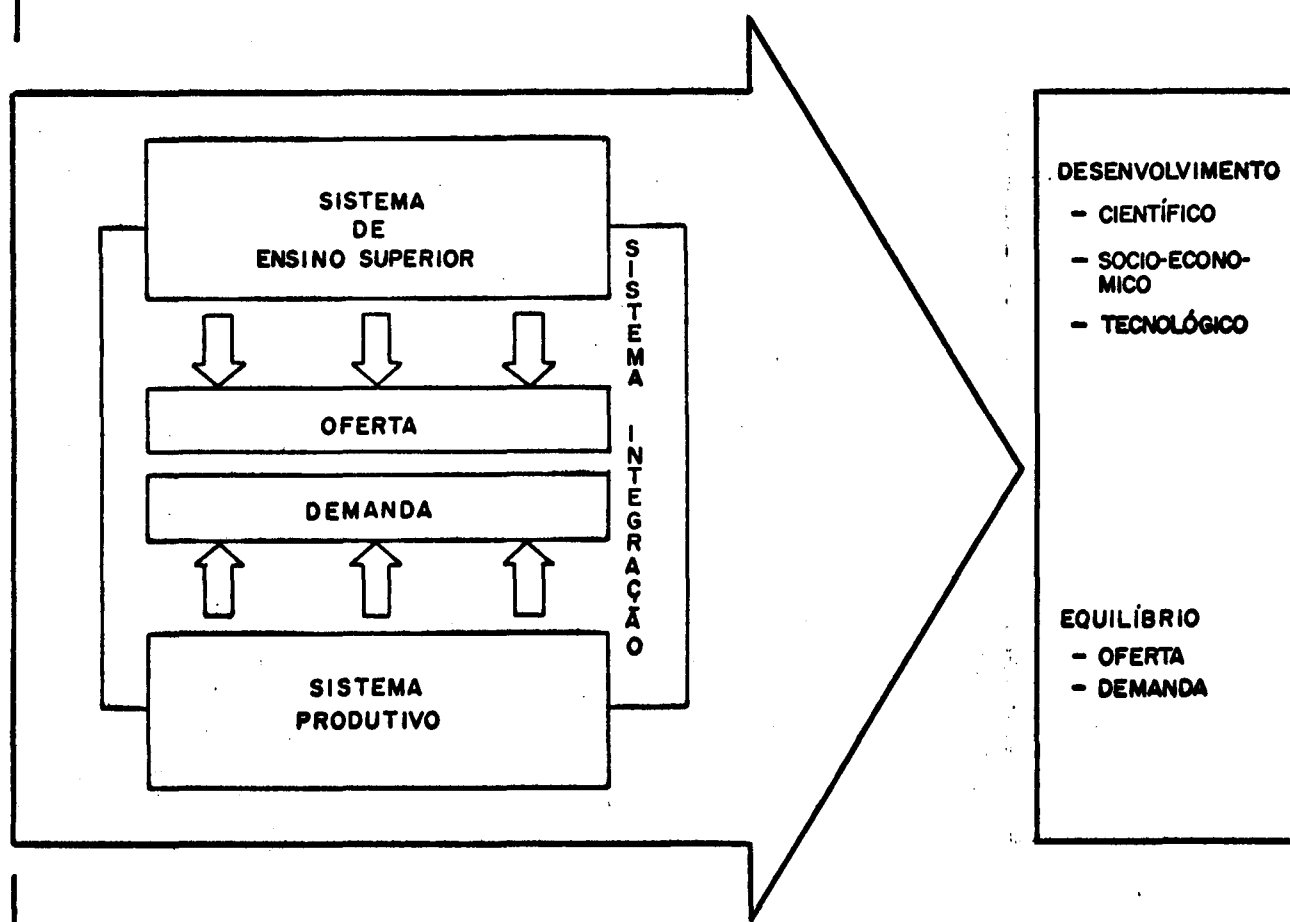
Em situação mais complexa, a integração entre o Sistema de Ensino Superior (representado regionalmente por várias Instituições, quer Universidades, quer Estabelecimentos Isolados) e o Sistema Produtivo (envolvendo setores diversificados, como o básico, o de transformação e o de serviços), pode comportar diversos e específicos Agentes de Integração (constituídos por diferentes Núcleos Regionais, Grupos de Integração e Equipes de Coordenação), por cujo intermédio se implementam os diversos programas de estágios supervisionados de treinamento nos moldes da integração escola-empresa-governo.

Em Brasília, por exemplo, há a seguinte diversificação: o CIUNI I - DF resultou de convênio do IEL com a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e o CIUNI II - DF de convênio do IEL com o Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB).

Quadro nº 9 - Deslocamento da Coordenação Regional para o caso de apenas uma Instituição de Ensino Superior na região de influência.

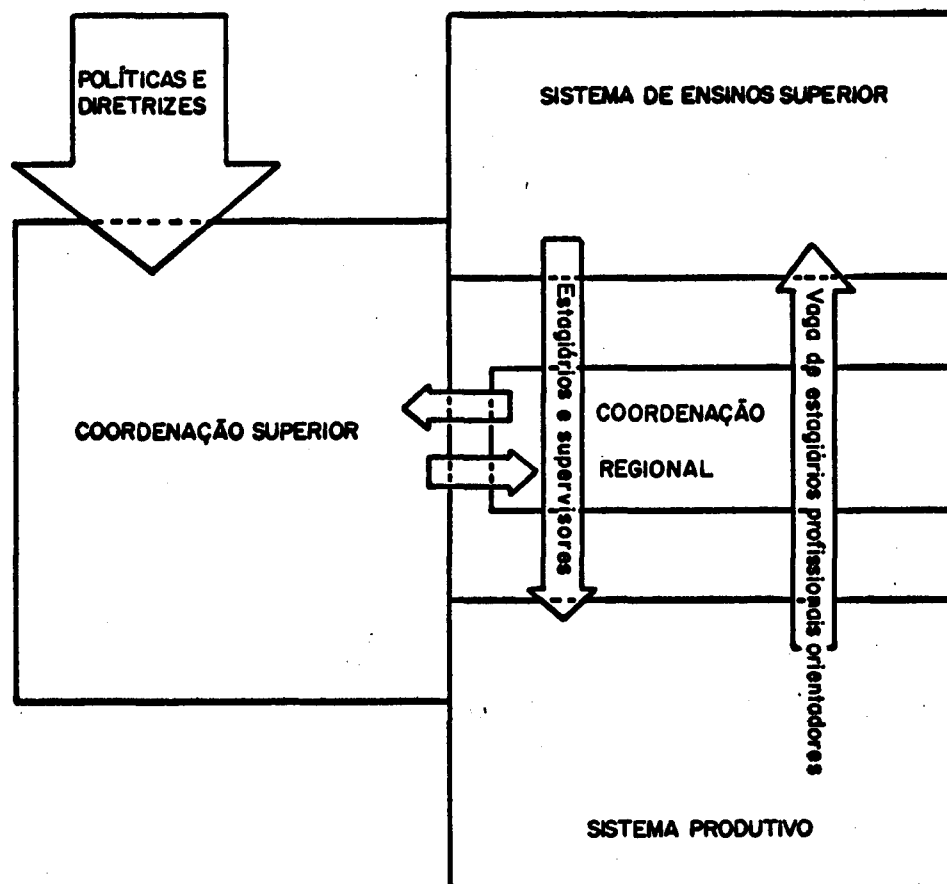
Em situação mais singela que a visualizada no quadro anterior, a integração entre os Sistemas de Ensino e de Produção realiza-se satisfatoriamente, apenas por intermédio de um único Agente, representado neste Quadro pela Coordenação Regional do IEL.

OBJETIVOS GERAIS DO SISTEMA INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA-GOVERNO



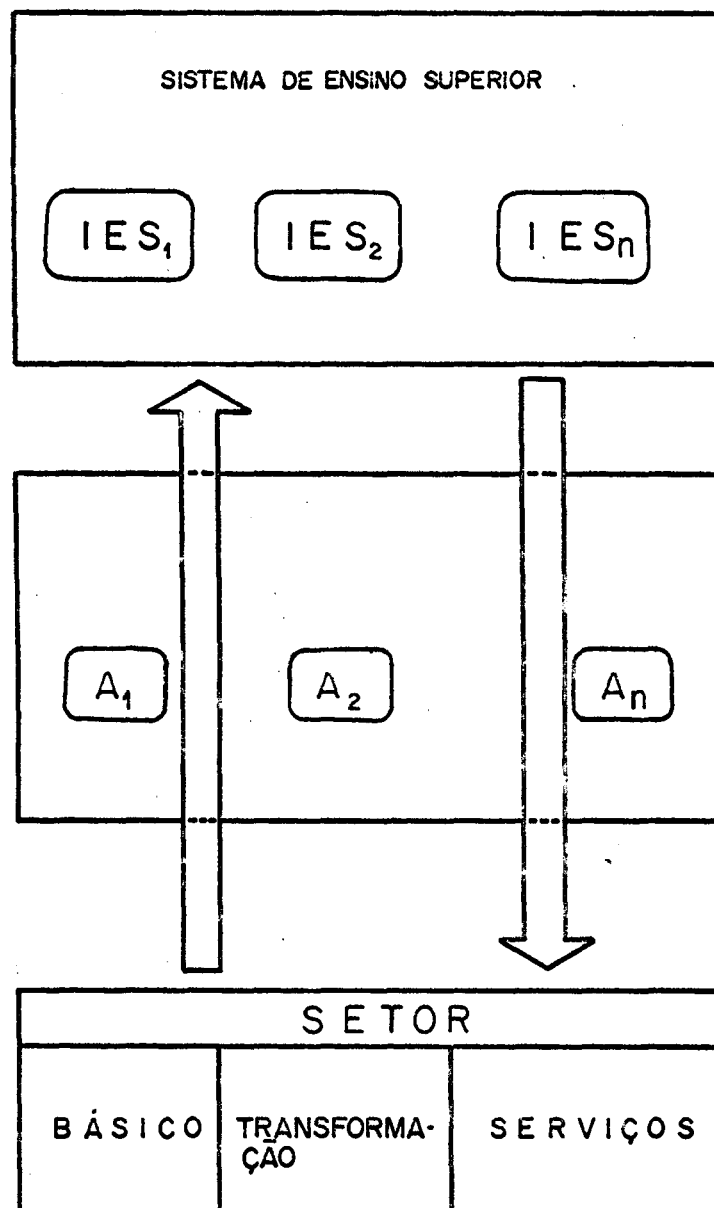
Obs.: Transcrito de: MEC/DAU. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária n. 1. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1976. Documento n.4 - "O estágio na integração escola-empresa-governo", elaborado pelo Prof. Hamilton Savi..

O SISTEMA DE INTEGRAÇÃO ESCOLA-EMPRESA-GO-VERNO



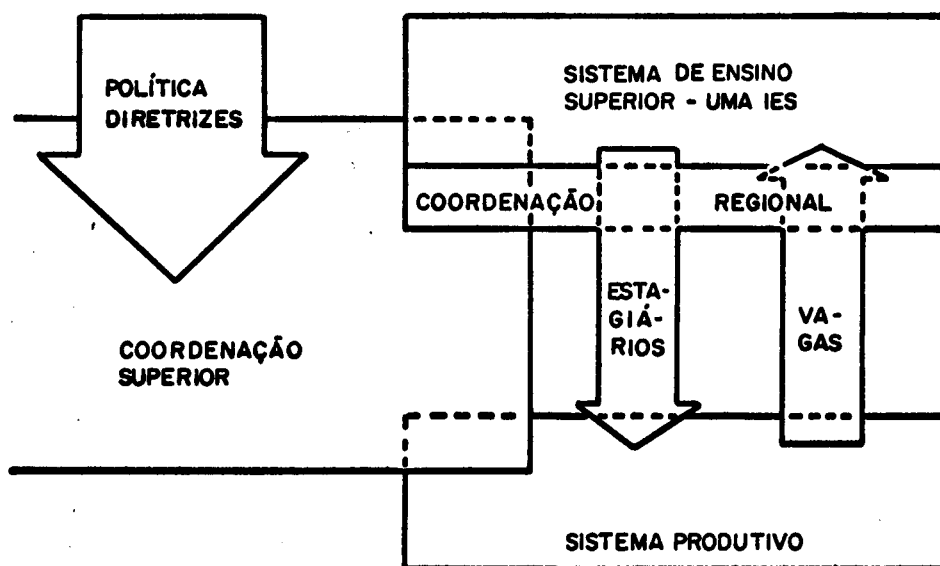
Obs.: Transcrito de: MEC/DAU. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária n. 1. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1976. Documento n. 4 "O estágio na integração escola-empresa-governo", elaborado pelo Prof. Hamilton Savi .

POSIÇÃO DOS AGENTES DE INTEGRAÇÃO EM UM SISTEMA DE VÁRIAS IES, COM SETOR PRODUTIVO DIVERSIFICADO



Transcrito de: MFC/DAU. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária n. 1. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1976. Documento n. 4 - "O contágio na integração escola-empresa-governo", elaborado pelo Prof. Hamilton Savi.

DESLOCAMENTO DE COORDENAÇÃO REGIONAL PARA O CASO DE APENAS UMA IES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA



Sigla :

IES - Instituição de Ensino Superior

Transcrito de: MEC/DAU. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária n. 1. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1976. Documento n. 4 - "O estágio na integração escola-empresa-governo", elaborado pelo Professor Hamilton Savi.

As experiências-piloto dos Cursos Integrados a que se refere o Convênio MEC-DAU/IEL de 1972

Como esclarece o Departamento de Documentação e Divulgação (DDD) do MEC, responsável pela edição das Recomendações para a implantação de cursos integrados¹⁹, estas foram adaptadas do Manual do Curso Integrado, elaborado pelo IEL, entidade que colaborou com o DAU na execução do Projeto nº 16 - Integração Escola-Empresa- Governo, em decorrência do convênio MEC-DAU/IEL firmado em dezembro de 1972.

Reportando-se basicamente àquela publicação oficial, o monografia passa a condensar as informações que considera fundamentais à caracterização da inovadora modalidade de estágios supervisionados de treinamento representada pelos Cursos Integrados:

Desde o começo deste século, atenção especial tem sido dada em vários países à integração do processo educativo à realidade profissional, engajando universidade e empresa mediante a realização de programas de cooperação.

Inspirado no programa de ensino do Sunderland Technical College, da Inglaterra, em que as indústrias participavam, permitindo aos estudantes a realização de estágios em suas dependências (1903), Hermann-Schneider, professor do Curso de Engenharia da Universidade de Cincinnati, implantou nos Estados Unidos da América, em 1906, a primeira experiência em que eram alternados períodos de estudos na Universidade com períodos de estágios em atividades correlatas nas empresas locais, à qual se denominou educação cooperativa (Cooperative Education).

A partir de 1909, outras instituições universitárias norte-americanas adotaram a educação cooperativa em moldes análogos ao programa da Universidade de Cincinnati, intercalando às aulas ministradas nas escolas estágios práticos efetuados em empresas industriais. Assim é que o aprendizado recebido nas escolas pelos alunos era reforçado e enriquecido pelas responsabilidades resultantes dos estágios, pelos novos conhecimentos e práticas neles adquiridos, permitindo-lhes avaliar e melhorar sua adaptação à profissão que visavam exercer.

A tendência atual é no sentido de aumentar a área de aplicação dos Cursos Integrados, pelas óbvias vantagens resultantes do novo sistema.

No Brasil, o início do Programa Cooperativo ocorreu, relativamente às Instituições de Ensino Superior, a partir do I PSEC (1972-74), em cuja vigência surgiu o Projeto nº 16 - Integração Escola-Empresa-Governo). O II PSEC (1975-79) reafirma o apoio governamental à política de expansão dos Cursos Integrados, tendo em vista o êxito alcançado nas experiências-piloto, inspiradas na seguinte orientação básica"²⁰:

"A reformulação de procedimentos que se pretende introduzir permitirá ao professor, na área profissionalizante, permanecer sempre em contato com a realidade profissional, obrigando-o a um ensino objetivo, pois terá que colaborar com o aluno na elaboração do plano de atividades, acompanhá-lo e avaliá-lo. O contato direto com o campo de trabalho, sem o compromisso da rotina, poderá colocar o docente em ligação com problemas que ensejarão novas pesquisas tecnológicas, realizando-se, assim, um entrosamento efetivo entre escola e empresa".

Indicam-se, a seguir, as Instituições de Ensino Superior brasileiras em que os Cursos Integrados foram implantados como experiências-piloto, financiadas e acompanhadas pelo DAU:

Universidade Federal da Paraíba (Centro de Ciências e Tecnologia), em 1973;

Universidade Federal de São Carlos (Centro de Ciências e Tecnologia), também em 1973;

Universidade Federal de Santa Catarina (Departamento de Engenharia Mecânica), em 1974.

Consoante instruções elaboradas pelo DAU em novembro de 1975²¹, os Cursos Integrados deverão ser intercalados em dois períodos letivos regulares, a fim de que: a) não seja desviado o caráter de formação universitária do aluno; b) a Universidade se beneficie da experiência adquirida por alunos e professores, possibilitando uma realimentação do currículo, com base na vivência do campo profissional.

Nos termos das citadas Recomendações, os Princípios do Curso Integrado são os seguintes:

1º) O Curso Integrado é realizado em colaboração com a empresa, visando dar aos alunos complementação profissional por intermédio da realização de estágios supervisionados de treinamento, com duração mínima de um período letivo, (ainda que especial), em regime de tempo integral e sob a supervisão direta do corpo docente. Não haverá redução de carga horária curricular para permitir a realização dos estágios, e sim, compactação das disciplinas, visando à liberação de um período para a prática do estágio;

29) O Curso Integrado visa principalmente:

- a) possibilitar ao estudante universitário maior conhecimento e experiência no campo profissional, por intermédio de treinamento prático na indústria;
- b) contribuir para a redução do tempo de adaptação do recém-formado à sua atividade profissional;
- c) tornar o estudante um elo de ligação entre a escola e a indústria, de modo a possibilitar um fluxo de realimentação entre a formação acadêmica e a formação profissional;
- d) possibilitar aos estudantes melhores condições para avaliar suas habilidades frente a situações reais;
- e) propiciar a renovação e a ampliação do quadro de pessoal qualificado do setor industrial, que disporá de um sistema mais eficiente para recrutamento, seleção e treinamento de seus recursos humanos.

Segundo a percepção de Valnir Chagas²², "torna-se evidente a tendência da expansão e valorização no Brasil dos Cursos Integrados, os quais superarão, possivelmente, em diversas áreas do ensino superior, os tipos mais convencionais de estágios supervisionados de treinamento".

Confirmam-no as seguintes informações complementares, resultantes de pesquisa específica empreendida pelo autor:

- a) O sistema de trainees, assim conceituado por Robert C. Rignier²³, constitui variante dos Cursos Integrados ou mais um exemplo da educação cooperativa:

"Sistema de formação de pessoal a curto ou longo prazo, consistindo na admissão de elementos jovens que, após seleção cuidadosa e mediante estágios programados, se preparam para gerentes ou postos de responsabilidade administrativa ou técnica".

- b) Mesmo na área administrativa, o sistema de trainees já vem sendo adotado no Brasil, como, por exemplo, na TELEBRASÍLIA, onde os trainees, após rigorosa seleção, assumem obrigações contratuais, que envolvem a participação em trabalhos e em programas de treinamento de alto nível, com possibilidade, que também interessa à Empresa, de concluírem seus cursos superiores de graduação, desde que sem prejuízo de seu regime de trabalho.

- c) A PETROBRÁS também já adotou experimentalmente sistema semelhante ao da TELEBRASÍLIA, procedendo a recrutamento nos próprios campi universitários, junto aos cursos que são do seu interesse (En

genharia, Geologia, Administração etc) e a rigorosa seleção de prováveis formandos, aos quais ofereceu cargo de estagiário, a ser exercido no mesmo regime jurídico de trabalho de seus demais empregados, desde que viessem a concluir efetivamente seus cursos e se comprometessem a freqüentar, na própria Empresa, a partir de sua contratação como estagiários, curso de especialização.²⁴

d) Também o Ministério da Aeronáutica anunciou, nos últimos dias de 1976, por intermédio de vários jornais, que preencheria, até 20 de janeiro de 1977, 40 vagas existentes para Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros (EAOEAR), havendo previsto a admissão não só de engenheiros já diplomados (Engenharia Civil, Eletrônica, Elétrica, Química, Metalúrgica, de Telecomunicações e de Armamentos), com a idade máxima de 33 anos, como também de alunos de Engenharia que estivessem cursando o último ano, em condições de receberem seus diplomas até a data da matrícula naquele estágio. Os candidatos matriculados no EAOEAR seriam declarados Primeiros Tenentes Estagiários, com direitos, vantagens e remuneração inerentes ao posto (alojamento, alimentação e assistência médico-dentária) até o término do estágio, quando passariam a Oficiais da Ativa do Quadro de Engenheiros. Esse sistema apresenta, pois, sensível analogia com os estágios supervisionados de treinamento baseados nos Cursos Integrados ou na Educação Cooperativa.

2.2.4. Programas dos Centros Integrados Escola-Empresa (CIE-E)

No Capítulo 1, o autor comprometeu-se a estudar, em profundidade, a organização e as atividades dos CIE-E (assim como as do IEL e dos CRUTACs), sobretudo na área dos estágios supervisionados de treinamento e inclusive quanto aos aspectos específicos destes últimos, em seções especiais integrantes do presente Capítulo, dada a importância de que todos eles se revestem, juntamente com os Cursos Integrados, na emergente Polícita Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento.

Os estágios supervisionados de treinamento, agenciados pelos CIE-E em suas áreas de influência no território nacional e na condição de mediadores entre Instituições de Ensino Superior e empresas (industriais, comerciais, de crédito e rurais), equiparam-se qualitativamente em conteúdo aos que o IEL e os Cursos Integrados proporcionam em empresas industriais a alunos de cursos superiores de graduação, como se depreende das seguintes informações, compila

das e condensadas pelo monografista, à vista da documentação que, em pesquisa específica, compulsou e identifica convenientemente em notas apostas no final deste Capítulo:

Os Centros de Integração Empresa-Escola (CIE-E) funcionam, em âmbito nacional, sob o patrocínio das seguintes Instituições:

- a) Centro das Indústrias do Estado de São Paulo;
- b) Associação Comercial de São Paulo;
- c) Sociedade Rural Brasileira;
- d) Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo;
- e) Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Constituem suas finalidades:

- a) contribuir para o aceleramento do processo de desenvolvimento tecnológico;

- b) contribuir para o aprimoramento da formação dos quadros técnicos e administrativos, assim como da mão-de-obra especializada para as empresas industriais, comerciais, do crédito e rurais;

- c) proporcionar aos estudantes, às escolas e às empresas, um centro de integração e coordenação especializado em estudos, pesquisas e planejamento, aparelhado para prestar os seguintes serviços:

1. incentivar e promover a realização de seminários, simpósios, conferências, ciclos de debates e procedimentos afins, com o concurso de especialistas de renome nacional e internacional, visando à atualização de conhecimentos e informações de homens de empresa, administradores, técnicos, especialistas e professores em geral;

2. organizar estágios para estudantes;

3. contribuir para a criação, ampliação e manutenção de laboratórios, junto às escolas e faculdades;

- d) facilitar uma melhor compreensão nas empresas dos problemas estudantis e de formação profissional;

- e) melhorar as condições de integração da juventude estudantil no ambiente de trabalho, familiarizando-a com os problemas da realidade empresarial;

- f) concorrer para o aprimoramento das condições e programas de estudos, visando-se a obter o máximo de eficiência e objetividade na formação profissional adaptada às exigências da empresa moderna;

g) proporcionar aos estudantes um melhor conhecimento do funcionamento da empresa econômica;

h) celebrar convênios técnicos, culturais e científicos com escolas, faculdades, instituições de pesquisas, ensino e treinamento e com entidades de caráter técnico e científico.²⁵

Suas atividades institucionais básicas são as seguintes:

1. Orientação e esclarecimento, junto à Diretoria de Empresas e Executivos de Treinamento, sobre organização e administração de Serviços de Estágios em suas Empresas, com a necessária sistemática de acompanhamento;

2. Pesquisa de fontes de estágios para estudantes de nível superior e de cursos técnicos de grau médio;

3. Seleção e encaminhamento de estudantes aos estágios (para estudantes de nível superior e de cursos técnicos de grau médio);

4. Intercâmbio com as Embaixadas, a propósito de Bolsas de Estudo no Exterior;

5. Treinamento psicológico-attitudinal dos Diretores de Empresa, dos Executivos de Treinamento e dos Estudantes, a propósito dos procedimentos humanos que cercam o problema do estágio;

6. Tradução de livros técnicos e científicos de interesse para estudantes de nível superior e de cursos técnicos de grau médio;

7. Formação de biblioteca de fácil acesso aos estudantes de grau médio e de nível superior.²⁶

Os Postulados Gerais do seu Sistema de Estágios Supervisionados de Treinamento são os a seguir enunciados:

1. À medida que os homens de Empresa compreenderam que o desenvolvimento de uma Nação depende de maior entrosamento entre a técnica de produzir, a arte de administrar e a explicação científica dos comportamentos humanos, maior será a integração Empresa-Escola.

2. Somente por intermédio do Estágio de Aprendizagem-Habilitação é que será possível levar a mocidade dos bancos escolares para a vivência dos fatos, para os verdadeiros laboratórios onde se realizam as experiências necessárias.

3. Ao invés de a escola isolar-se da Empresa e formar profissionais que, mais tarde, serão compelidos a redefinir e redescobrir todo o seu conhecimento e, por assim dizer, tornar a

aprender, poderemos fazer com que o aluno seja o veículo de transmissão da experiência viva, possibilitando novas interfe_rências, corrigindo hipóteses, enriquecendo a indução, aperfei_çoando modelos e permitindo que a Empresa e a Escola colham re_cíprocos benefícios e se transformem no mais importante fator de aceleração do nosso desenvolvimento sócio-econômico.²⁷

2.2.5. Projetos de serviços especiais e programas de ação comunitária implementados diretamente pelas Instituições de Ensino Superior.

Nem todos os estágios supervisionados de treinamento proporcio_náveis aos alunos dos cursos superiores de graduação são resultan_tes de oportunidades oferecidas por empresas privadas ou por órgãos públicos, quer diretamente, quer por intermédio de Instituições de fins altruísticos que incentivam, coordenam e agenciam aquelas ofer_tas.

As suas atividades extensionistas, que compreendem serviços es peciais (inclusive a prestação de assessoramento e de assistência, nas áreas técnica e administrativa, a empresas privadas e a órgãos públicos), bem como a ação comunitária, as Instituições de Ensino Superior podem associar ou acoplar programas endógenos de estágios supervisionados de treinamento, dos quais participem seus próprios alunos, convenientemente orientados por professores.

No Gráfico nº 2 - Agentes de Integração do Sistema de Ensino com os Setores do Sistema Produtivo (meio), já objeto de análise , admite-se, aliás, essa forma de estágios supervisionados de treina_mento, a título de veículos próprios de integração das Instituições de Ensino Superior com aqueles sistemas produtivos.

2.2.6. Projetos Estratégicos Governamentais e Projetos de interesse local

O Gráfico nº 1 — Sistema de Ensino Superior (Atividades-Fim) — já comentado, inclui os Projetos Estratégicos e os Projetos de inte_resse local entre os que comportam atividades vinculadas à extensão universitária e, conseqüentemente, possibilitam que a eles se asso_ciem programas específicos de estágios supervisionados de treinamen_to.

Como exemplo de Programas Estratégicos Governamentais nessas condições, o autor indica os seguintes, observando que as oportunidades de estágios supervisionados de treinamento que deles podem derivar relacionam-se, sobretudo, aos alunos de Instituições de Ensino Superior sediadas nas respectivas áreas de atuação:

a) Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA);

b) Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE);

c) Programas Especiais na Região Centro Oeste (Desenvolvimento do Pantanal e Desenvolvimento da Região Geo-Econômica de Brasília).

Dentre os Projetos e Programas de interesse local, cumpre destacar Operações Especiais da Fundação Projeto Rondon e atividades desenvolvidas pelos CRUTACs em setores de suas regiões de influência.

Qualquer que seja sua vinculação aos Projetos e Programas acima analisados ou a outros empreendimentos, os estágios supervisionados de treinamento, na medida em que alcancem a plenitude de seus objetivos, gerais e específicos, devem contribuir significativamente para a consecução, pelos estudantes, que têm o privilégio de receber educação de nível superior, do ideal que se presume nortear as pessoas imbuídas da necessidade de auto-realização: "aprender a ser", na concepção magistral de Edgar Faure,²⁸ isto é, aprender a ser excelente profissional e pessoa autenticamente humana.

2.3. Objetivos e vantagens em termos ideais, dos Estágios Supervisionados de Treinamento a nível de Cursos Superiores de Graduação

2.3.1. Objetivos

No contexto do sistema de integração Universidade-Empresa, concebe-se que

"O estágio supervisionado de treinamento visa a estabelecer um elo entre o ensino teórico e a prática operacional das empresas; proporcionar uma experiência profissional e uma vivência nos campos de trabalho. Na Universidade ele aperfeiçoa a sua função de capacitação e formação, permitindo ao estudante integrar os conhecimentos adquiridos, os princípios e as teorias com a observação e a experimentação de métodos e processos de suas aplicações práticas, e fornecendo aos professores moti

vação e meios para atualização permanente de seus cursos; nas empresas, ele traz — especialmente se os estudantes são assistidos e orientados por seus mestres — o estímulo para o aperfeiçoamento da técnica operacional e a simplificação de determinadas tarefas, com o conseqüente aumento da produtividade. Por outro lado, a remuneração do estágio facilita a permanência do estudante na Universidade e complementa o serviço de bolsas, indispensável à democratização do ensino superior".29

O autor sistematiza, a seguir, os objetivos, que reputa prioritários, dos estágios supervisionados de treinamento, empreendendo, para isso, a síntese e a classificação dos múltiplos objetivos que já identificou, explícita ou implicitamente, ao estudar especificamente os tipos e formas que aqueles estágios assumem pragmaticamente, consoante os respectivos conceitos e instrumentos normativos:

1. Ampliar a área de integração da Universidade com as organizações, públicas e privadas, de sorte que reciprocamente se beneficiem e contribuam, em esforço conjugado, para a aceleração do desenvolvimento nacional.

Este objetivo fundamental pode desdobrar-se operacionalmente nos seguintes (apresentados pelo autor exemplificativamente, mas não exaustivamente):

1.1. Entrosar reciprocamente as Universidades e as Organizações, visando à melhor formação e ao contínuo aperfeiçoamento profissional;

1.2. Tornar o estudante um elo de ligação entre a Universidade e o sistema produtivo, de modo a favorecer o fluxo de realimentação entre a formação acadêmica e a formação profissional;

1.3. Propiciar a renovação e a ampliação do quadro de pessoal qualificado do sistema produtivo, que disporá de melhores condições para recrutar, selecionar e treinar seus recursos humanos;

1.4. Melhorar as condições de integração da juventude estudantil no ambiente de trabalho, familiarizando-a com os problemas da realidade empresarial;

1.5. Ensejar aos estagiários a aplicação de seus conhecimentos teóricos em áreas ecológicas diversas, proporcionando-lhes, além da prática em cada ramo específico de atividades, o conhecimento da realidade nacional e a participação no processo de desenvolvimento econômico-social do País;

1.6. Proporcionar aos estagiários, com o assessoramento de professores e técnicos, as condições necessárias ao estudo e à solução dos problemas da comunidade, mediante a adequação do exercício profissional às peculiaridades do meio;

1.7. Oportunizar a participação ativa e consciente dos estagiários no desenvolvimento das comunidades em que atuem, mediante o desempenho de atividades integradas nos planos, programas e projetos dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

1.8. Criar meios para a adequação do exercício profissional às peculiaridades da região e à política de fixação de técnicos.

2. Promover a participação ativa dos estudantes no processo de desenvolvimento econômico e social do País.

Este objetivo fundamental pode desdobrar-se operacionalmente nos seguintes (apresentados pelo autor ilustrativamente):

2.1. Fazer com que os estágios sejam veículos de transmissão de experiência viva, possibilitando novas interferências, corrigindo hipóteses, enriquecendo a indução, aperfeiçoando modelos e permitindo que a Empresa e a Universidade colham reciprocos benefícios e se transformem no mais importante fator de aceleração do nosso desenvolvimento sócio-econômico;

2.2. Constituir-se em instrumento de recrutamento e seleção de profissionais de nível superior para organizações públicas e privadas, mediante o reconhecimento da equivalência básica de estágios supervisionados de treinamento a estágios probatórios ou a períodos de experiência iminentes a contratos iniciais de trabalho;

2.3. Facilitar a absorção, pelo mercado de trabalho específico das profissões de nível superior, dos recém-formados.

3. Concorrer para a complementação didática dos currículos profissionalizantes, possibilitando a verificação e a aplicação prática do conteúdo teórico e especulativo do estudo acadêmico.

Este objetivo fundamental é suscetível de desdobrar-se operacionalmente nos seguintes (também indicados pelo autor a título exemplificativo):

3.1. Concorrer para o aprimoramento das condições e programas de estudos, visando-se a obter o máximo de eficiência e objetividade na formação profissional, adaptada às exigências da empresa moderna;

3.2. Imprimir à formação profissional, a título de aprimorá-la, o sentido de realismo e objetividade que o ensino formal e teórico não lhe oferece suficientemente;

3.3. Oferecer treinamento atitudinal e profissional aos estagiários, de forma a lhes conferir uma antecipação tecnológica, um conhecimento empresarial e uma vivência profissional;

3.4. Ensejar aos estagiários participação em atividades afetadas a órgãos e entidades públicas e particulares, nos quais possam incorporar hábitos de trabalho intelectual e desenvolver técnicas de estudo e ação nas diferentes especialidades;

3.5. Propiciar aos estagiários conhecimentos dos métodos de trabalho e de pesquisa empregados nas áreas de suas futuras profissões, bem como participação intensiva em sua aplicação;

3.6. Proporcionar aos estagiários oportunidades de praticar, em organizações públicas ou privadas, o exercício de atividades próprias de suas futuras profissões;

3.7. Proporcionar um adequado conhecimento da futura profissão, de seus problemas e responsabilidades, especialmente as de ordem ética;

3.8. Possibilitar aos estagiários melhores condições para que avaliem suas habilidades perante situações reais;

3.9. Contribuir para a redução do tempo de adaptação do recém-formado à sua atividade profissional.

A necessidade de maior integração entre as Universidades e as Empresas, presente nos objetivos fundamentais dos estágios supervisionados de treinamento e que constitui um dos pressupostos do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil, transcende, na realidade, o âmbito nacional. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por intermédio de sua Comissão Internacional que, sob a presidência de Edgar Faure, estudou o desenvolvimento da educação a nível mundial, recomenda:³³

"É preciso preencher o fosso que subsiste com excessiva frequência entre os estabelecimentos de ensino e as empresas, as quais constituem elemento primordial do sistema global da educação; seu papel não deve limitar-se à formação dos operários, mas estender-se, tanto quanto possível, à formação de técnicos e à pesquisa (...)

"Uma colaboração estreita entre os estabelecimentos industriais e os estabelecimentos educacionais constitui, ademais, condição essencial para que estes últimos adaptem seu ensino, tão judiciosamente quanto possível, às necessidades da economia".

2.3.2. Vantagens

O autor propõe-se a analisar as vantagens dos estágios supervisionados de treinamento sob diversos ângulos (dos estagiários, das Organizações concedentes e das Instituições de Ensino Superior), bem como sob a ótica de diversos estudiosos da questão.

Na concepção de Ana Rita Dantas Suassuna³⁰, as vantagens decorrentes dos estágios supervisionados de treinamento, quando convenientemente programados e orientados, são as seguintes:

1. Para os estagiários:

- 1.1. Possibilitam maior conhecimento e experiência no campo profissional;
- 1.2. Tornam os estagiários elementos de ligação entre a Instituição de Ensino e a comunidade;
- 1.3. Identificam os estagiários com a realidade e permitem o aprendizado direto;
- 1.4. Possibilitam maior amadurecimento intelectual e comportamental perante situações reais.

2. Para a Instituição de Ensino Superior:

- 2.1. Possibilitam o aperfeiçoamento dos métodos gerenciais;
- 2.2. Concorrem para a renovação dos métodos e do conteúdo do ensino;
- 2.3. Fortalecem o próprio Sistema de Ensino Superior.

3. Para as Organizações concedentes (campos de estágios):

- 3.1. Treinam profissionalmente, com custos reduzidos, seus futuros recursos humanos;
- 3.2. Participam diretamente do processo ensino-aprendizagem;
- 3.3. Recebem profissionais familiarizados com as exigências do mercado de trabalho.

Paulo Nathanael Pereira de Souza³¹ sustenta que a importância dos estágios supervisionados de treinamento na formação profissional decorre de que:

1. Aprimoram a formação profissional;
2. Aperfeiçoam profissionalmente os recursos humanos das empresas;
3. Contribuem para a redução dos custos operacionais, em geral, e dos custos dos produtos ou serviços, em particular;
4. Elevam o nível qualitativo do mercado de mão-de-obra especializada;
5. Propiciam o desenvolvimento de novas técnicas, novos métodos e sistemas, melhorando produtos e serviços;
6. Desenvolvem e ampliam a área da tecnologia aplicada;
7. Estimulam a pesquisa científica e tecnológica;
8. Conseqüentemente, contribuem para o desenvolvimento sôcio-econômico da Nação.

Os Centros de Integração Empresa-Escola (CIE-E) proclamam os seguintes postulados sobre as vantagens dos estágios supervisionados de treinamento:³²

1. Para os estagiários:
 - 1.1. Aceleram a formação profissional dos estagiários;
 - 1.2. Possibilitam aos estagiários a aplicação prática de seus conhecimentos teóricos;
 - 1.3. Motivam o estudo; através dele os estagiários vêm a finalidade e aplicação de seus estudos e sentem, assim, suas possibilidades;
 - 1.4. Permitem maior assimilação das matérias que estão sendo ministradas na Instituição de Ensino Superior;
 - 1.5. Facilitam e antecipam a autodefinição do estudante em face de sua futura profissão;
 - 1.6. Atenuam o impacto da passagem da vida estudantil para a vida profissional, reduzindo a situação de insegurança inicial do recém-formado;
 - 1.7. Proporcionam aos estagiários contatos com seu futuro meio profissional;
 - 1.8. Possibilitam aos estagiários que sintam as suas próprias deficiências e busquem seu aprimoramento;
 - 1.9. Permitem que os estagiários descubram a utilidade dos conceitos e o valor das hipóteses com mais objetividade;
 - 1.10. Permitem que os estagiários adquiram atitude de trabalho sistematizado, pelo desenvolvimento de consciência de produtividade;

1.11. Familiarizam os estagiários com sistemas e procedimentos usuais e propiciam contatos com pessoas de níveis e escalões diferentes, fazendo com que adquiram sensibilidade à hierarquia de pessoas, valores e motivos operacionais;

1.12. Propiciam treino de relacionamento humano;

1.13. Mediante relatórios que devem ser elaborados pelos estagiários, incentivam a observação e comunicação concisa das idéias e experiências adquiridas;

1.14. Incentivam o exercício do senso crítico e estimulam a criatividade;

1.15. Oferecem excelentes oportunidades para elaboração dos trabalhos de conclusão de Curso;

1.16. Permitem que os estagiários conheçam a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das Empresas e Instituições em geral.

2. Para as Empresas:

2.1. Aceleram a preparação efetiva e prática dos Recursos Humanos necessários ao desenvolvimento econômico e social da Nação;

2.2. Enriquecem o mercado de mão-de-obra, dotando-o de profissionais adequadamente formados, qualificados e habilitados;

2.3. Constituem eficiente processo de recrutamento e seleção, de reais vantagens técnicas e econômicas para as Empresas, que adquirem, assim, condições para, com mais segurança, programarem a ampliação e/ou a renovação de seus Quadros Técnicos e Administrativos;

2.4. Concorrem para reduzir o investimento de tempo, de meios de trabalho e de salários a que estão sujeitas as Empresas, quando da contratação de profissionais recém-formados, sem prática;

2.5. Desenvolvidos paralela e concomitantemente com os trabalhos teórico-escolares, concorrem para que o ensino ofereça melhores resultados;

2.6. Constituem complementação da formação profissional, que transforma os estudantes de hoje nos cidadãos de amanhã, verdadeiramente cômicos da dignidade do trabalho;

2.7. Abreviam muito a formação profissional e antecipam a utilização e aperfeiçoamento da mão-de-obra desejada;

2.8. Como investimento, a curto e médio prazos, os estagiários, programados e orientados, possibilitam a empresa a adoção

de novos sistemas, métodos e processos, tanto nas atividades-fim, como nas atividades-meio.

2.9. Como investimento, a curto e médio prazos, o Estágio, programado e orientado, pode-se transformar em veículo de novas tecnologias.

2.10. Como investimento, a curto e médio prazos, e Estágio, programado e orientado, pode contribuir para a melhoria de eficiência setorial e/ou global da Empresa, elevando o seu índice de produtividade, com a conseqüente redução dos custos intrínsecos específicos e operacionais.

2.4 Críticas e sugestões pertinentes à Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento

2.4.1 Síntese da Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento

A Política de Estágios Supervisionados de Treinamento, emergente no contexto da Política Nacional de Ensino Superior, é suscetível da seguinte síntese, em cuja elaboração o autor considera apenas os aspectos fundamentais dentre os que já identificou e analisou exaustivamente:

a) Refere-se aos estágios supervisionados de treinamento em geral (curriculares e extracurriculares), porque os considera amplamente, no contexto das atividades de extensão (ensino-aplicação), por sua vez indissociáveis das atividades de ensino propriamente dito (ensino-transmissão) e de pesquisa (ensino-investigação), comuns a todos os cursos e departamentos acadêmicos;

b) Considera que os estágios supervisionados de treinamento, embora se vinculem predominantemente à extensão, permeiam as três faces daquele trinômio e participam do processo de realimentação do Sistema de Ensino Superior, cujas atividades substantivas se interrelacionam e se integram, o que possibilita que as atividades específicas de cada área (inclusive os estágios supervisionados de treinamento) realimentem e beneficiem o conjunto daquelas atividades-fim;

c) Conceitua os estágios supervisionados de treinamento pela forma consignada, sob a inspiração do Ministério da Educação e Cultura, no Projeto de Lei n. 109/74, do Senado Federal, que se transformou na Lei nº 6.494, de 07.12.1977:

"Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano",

d) Concentra suas maiores preocupações nos estágios especificamente curriculares, a fim de que alcancem, com os necessários pressupostos de qualificação e eficácia, seus objetivos pedagógicos;

e) Preconiza, quanto à previsão de estágios curriculares, orientação predominantemente endógena (inclusão da obrigatoriedade de estágios nos currículos plenos dos cursos de graduação por iniciativa de cada Instituição de Ensino Superior), embora reconheça a validade, em determinadas circunstâncias, da orientação exógena (inclusão da obrigatoriedade de estágios nos mínimos de conteúdo dos cursos de graduação por decisões, em âmbito nacional, do Conselho Federal de Educação, baseadas na competência que, embora não privativamente, lhe defere implicitamente a Lei nº 5.540/68 e em atenção a motivos sumamente relevantes, como os ligados a manifesto interesse da Política Nacional de Recursos Humanos);

f) Estrutura o Sistema de Extensão, cujo órgão central, a nível ministerial, é a Coordenação de Assuntos de Extensão (CODAE), do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do MEC, a qual se articula com os órgãos centrais de extensão a nível de Instituições de Ensino Superior, em termos de planejamento, orientação, acompanhamento, avaliação e colaboração técnica e financeira, inclusive na área específica das respectivas atividades de estágios supervisionados de treinamento.

O autor enaltece todos esses aspectos fundamentais, que configuram teoricamente o surgimento de uma positiva e bem inspirada Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treina

mento.

Não obstante, cumpre-lhe, também, apresentar construtivamente críticas e sugestões que, submetidas a ampla e acurada discussão, poderão concorrer, pelo menos parcialmente, para o mais completo delineamento e o aperfeiçoamento daquela Política.

2.4.2 Críticas

Preliminarmente, cumpre ao autor reconhecer que os objetivos e as vantagens dos estágios supervisionados de treinamento, apresentados em termos ideais e teóricos na seção 2.3, não têm sido, em termos factuais, convenientemente otimizados, salvo exceções representadas por algumas realizações inovadoras, vinculadas, por exemplo, aos Cursos Integrados, aos CIE-E, ao IEL e respectivos CIUNIs, aos CRUTACs, à Fundação Projeto Rondon e a alguns de seus Campi Avançados, a outros órgãos públicos (sobretudo empresas públicas e sociedades de economia mista, menos sujeitas às normas específicas sobre estágios oriundas do Poder Executivo Federal que os órgãos integrantes da Administração Direta e das Autarquias), a algumas Instituições de Ensino Superior (em suas atividades pertinentes a serviços e à ação comunitária) e a algumas organizações privadas, inclusive empresariais.

As principais críticas do autor à Política em exame dizem respeito:

a) à preocupação excessivamente normativa que prevalece no tratamento da problemática dos estágios supervisionados de treinamento, refletida na pletórica e frequentemente superposta, ou mesmo contraditória, legislação e demais instrumentos que visam a discipliná-los, quer no setor público, quer no setor privado,

b) às consequências que dessa circunstância advêm para a efetiva e satisfatória implementação da emergente Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento.

Nesse sentido, o autor identifica até mesmo certo grau de incoerência entre a opção que faz a vigente Política Nacional de Ensino Superior em prol do primado da relevância - erigindo a profissionalização em objetivo prioritário e transferindo a uma época mais propícia a preocupação com a excelência acadêmica, nas expressões de Evaldo Macedo de Oliveira³⁴ - e as defi

ciências, muitas vezes sensíveis, em termos pragmáticos, da implementação da emergente Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento.

No que se refere à discrepância, frequentemente identificável, entre as prescrições normativas e os procedimentos reais na área dos estágios supervisionados de treinamento, reflexo e exemplo do formalismo que, em parte, também ainda domina a Administração do Ensino, em geral, são ilustrativas as seguintes considerações de Edgar Flexa Ribeiro³⁵:

"Diante de um quadro político, conjuntural, de facilidades normativas, e de outro, administrativo e estrutural, de dificuldades gerenciais, o pensamento educacional brasileiro em crise procurou compensar pelo requinte da norma tudo que não conseguiu atingir na prática. Esse procedimento é mais instintivo do que lógico; aplaca consciências doloridas, mas resulta objetivamente apenas nas vantagens táticas de uma manobra diversionista".

.....

"Tal situação se reproduz um pouco por toda parte, em matéria de educação. As normas proliferam, e o feed-back contundente da realidade é simplesmente desprezado como resistência às mudanças, anacronismo, espírito de acomodação, falta de criatividade".

Nessa mesma linha de pensamento, Tristão de Athayde³⁶ observa que

"Pior que a falta de lei é o excesso de leis e de uma falsa legalidade. (...) temos em nossa História uma rotina infeliz, segundo Pandiã Calógeras a do chamado 'paralelismo entre a lei e o fato', isto é, uma tendência proverbial ao descumprimento da lei e à supremacia do fato (inclusive em consequência desse excesso de legislação, pois, como diziam os romanos, multiplae leges pessima Res Publica)".

2.4.3 Sugestões

O autor endossa as seguintes sugestões de Ana Rita Dantas Suassuna³⁷ sobre o papel que deve ser desempenhado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) em face das atividades estagiá

rias de seus alunos, ao mesmo tempo em que passa a comentar , quando considere oportuno, suas sucessivas proposições, a algumas das quais oferece, em caráter pessoal, contribuições ou subsídios:

a) As IES devem traçar a política, diretrizes e metas dos estágios supervisionados de treinamento.

Trata-se de consequência da estruturação do Sistema de Extensão a nível ministerial (mencionada na alínea f do item 2.4.1). As políticas específicas de estágios supervisionados de treinamento das distintas IES devem balisar-se pela Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento, atendidas , porém, as peculiaridades de cada uma daquelas IES, resultantes do meio em que se inserem. Acentue-se, a título ilustrativo, as diferenças existentes entre Universidades de vocação nacional e as de vocação regional.

Torna-se imperioso evitar que, na ausência do planejamento das atividades estagiárias por parte das IES, cada um dos respectivos cursos superiores de graduação procure articular-se , isolada e diretamente, com cada uma das Organizações que constituem, efetiva ou potencialmente, campos de estágios, ou com as Instituições que incentivam e agenciam sua concessão, com vistas a pleitear, aleatória e descoordenadamente, vagas de estágios para os respectivos alunos, sobrecarregando, assim, inutilmente, os setores daquelas entidades incumbidos de administrar os respectivos estágios supervisionados de treinamento, ou até mesmo frustrando seus bons propósitos, sobretudo quando os necessários entendimentos são relegados à iniciativa dos próprios candidatos.

b) As IES devem caracterizar o estágio supervisionado de treinamento como disciplina, atribuindo-lhe crédito de acordo com os programas dos cursos.

Por outras palavras, é desejável que os estágios supervisionados de treinamento assumam feição curricular, ainda que mediante a iniciativa das IES de incluí-los nos currículos plenos dos respectivos cursos, mesmo que não integrem, por prévia decisão do Conselho Federal de Educação, os respectivos currículos

mínimos, mas somente assim devem proceder a partir do momento em que se configurem as condições intrinsecamente indispensáveis à credibilidade e à eficácia dos estágios curriculares.

Afigura-se mesmo ao autor, consoante já teve ensejo de acentuar, que os estágios curriculares assumem, na realidade, feição e valor multidisciplinar, sendo, assim, tão ou mais importantes que as disciplinas do currículo.

c) As IES devem estabelecer requisitos mínimos para os campos de estágios.

A indicação de estudantes para atividades estagiárias oferecidas por organizações públicas ou privadas não deve ser feita pelas IES automática e rotineiramente, sem que antes se certifiquem da ocorrência de indispensáveis pressupostos, dentre os quais cumpre destacar a adequação daquelas atividades às necessidades da formação profissional e humana de seus discentes, o que deve ser averiguado mesmo na hipótese de não se tratar do cumprimento de estágios explicitamente classificados como curriculares.

A possibilidade desse comportamento por parte das IES tornou-se mais efetiva em face da Lei nº 6.494, de 07.12.1977, que exige sua interveniência para a celebração de termo de compromisso entre o estudante e a organização concedente do estágio.

d) As IES devem elaborar os planos e programas de estágios.

Esta proposição prende-se à alínea c do item 2.4.1, que se reporta aos objetivos legalmente previstos para os estágios supervisionados de treinamento, quer curriculares, quer extracurriculares.

Obviamente, esta responsabilidade não pode ser atribuída às organizações concedentes de estágios, nem às Instituições que se dedicam a incentivar e agenciar sua concessão, embora devam elas fornecer indicações e sugestões úteis ao desempenho da atribuição em causa por parte das IES.

O autor se reporta aos subsídios que oferece à elaboração de programas e planos de estágios, inclusive à sua distinta conceituação, no Apêndice nº 2 desta monografia, de sua exclusiva autoria e responsabilidade (Projeto de Regulamento de Estágios

Supervisionados de Treinamento dos Alunos do Curso de Graduação em Administração da Universidade de Brasília).

Está, aliás, convicto de que se torna indispensável a aprovação, para os diferentes cursos de graduação de Planos Básicos de Estágios Supervisionados de Treinamento.

Na verdade, assim como a ministração das matérias e disciplinas que integram os currículos plenos dos diversos cursos de graduação é precedida de meticoloso planejamento, que se reflete nos respectivos planos de ensino (em planos de unidades, de subunidades e de aulas, com os respectivos cronogramas de execução), com indicações sobre a respectiva metodologia e seus critérios de avaliação, os estágios supervisionados de treinamento, sobretudo quando explicitamente curriculares, devem ser convenientemente planejados, tendo-se em vista seus objetivos, seu conteúdo, suas sucessivas etapas de execução, sua metodologia e sua avaliação. Ressalve-se que cada um desses Planos Básicos, por ser pertinente a determinado curso, deve desdobrar-se, mediante a aprovação de planos mais específicos, que melhor se compatibilizem com os diferentes campos de estágios, ou até mesmo para atender a peculiaridades de cada estágio, quando isoladamente considerado. Por outro lado, os Planos Básicos, por envolverem aspectos multidisciplinares, iminentes aos estágios supervisionados de treinamento, devem ser elaborados por equipes docentes suficientemente diversificadas para incluírem professores das disciplinas mais diretamente envolvidas.

e) As IES devem supervisionar, em conjunto com os campos de estágios, as atividades estagiárias.

f) As IES devem avaliar os resultados dos estágios supervisionados, a partir da supervisão.

As proposições, se bem que formuladas, como as demais, antes da vigência da Lei nº 6.494/77, encontram acolhida na sistemática dessa lei.

No já citado Apêndice nº 2, encontram-se subsídios, apresentados por normas minuciosas, sobre as distintas atribuições e responsabilidade dos Supervisores de Estágios e dos Orientadores de Estágios - os primeiros vinculados aos campos de

estágios e os últimos aos Departamentos acadêmicos das IES. Cumpre-lhes, no desempenho de suas funções, atuar coordenadamente. Semelhante remissão comporta a questão da avaliação dos resultados dos estágios.

g) A avaliação dos estágios supervisionados de treinamento deve concorrer para realimentar o sistema de ensino no âmbito de cada IES.

Esta proposição vincula-se à alínea b do item 2.4.1., que por sua vez é elucidativa da função realimentadora das atividades-fim do Sistema de Ensino Superior a ser desempenhada pelos estágios supervisionados de treinamento.

2.5 Exame crítico da Lei nº 6.494, de 07.12.1977, e sugestões sobre aspectos fundamentais de sua regulamentação

Em 1971, o deputado Alcir Pimenta apresentou o Projeto de Lei nº 242/C, que fundamentalmente visava corporificar em lei as disposições da Portaria nº 1.002, de 29.09.1967, do Ministro do Trabalho, a qual facultara às empresas a admissão, como estagiários, de alunos "oriundos das Faculdades ou Escolas de nível colegial, segundo condições acordadas com as respectivas Instituições de Ensino e fixadas em contratos-padrão de Bolsa de Complementação Educacional" (sem vínculo empregatício, portanto), dos quais constariam obrigatoriamente:

- a) a duração e objeto da bolsa, que deverão coincidir com programas estabelecidos pela Instituição de Ensino;
- b) o valor da bolsa, oferecido pela empresa;
- c) a obrigação da empresa de fazer, para os bolsistas, seguro de acidentes pessoais ocorridos no local de estágio;
- d) o horário de estágio.

Consoante, ainda, aquele ato ministerial, a expedição de Carteira Profissional de Estagiário, por especialidade, seria feita pelo Ministério do Trabalho, por intermédio de seus órgãos próprios e mediante apresentação de declaração fornecida pelo Diretor da Instituição de Ensino.

As reclamações de empresas que vinham admitindo estagiários, mas encontrando dificuldades por parte da fiscalização do Ministério do Trabalho (não obstante a existência da Portaria Ministerial

nº 1.002/67), levaram o Instituto de Política Econômica, a Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Conselho Regional de Economistas da 1ª Região a promover a realização, em fins de 1969, da I Conferência Brasileira de Estágio Profissional, "com a finalidade principal de embasar juridicamente o estágio profissional".

Dentre as conclusões e recomendações dessa Conferência, cumpre destacar as seguintes:

.....

3. O estágio profissional deve ser instituído sob a proteção da lei e receber incentivo do Estado, das empresas e das escolas;

.....

5. Recomenda-se ao Governo da República a instituição do estágio profissional, mediante a integração de dispositivo adequado na Consolidação das Leis do Trabalho;

6. Recomenda-se ao Poder Público o estabelecimento metódico do estágio profissional nos serviços públicos que o comportarem, mediante a institucionalização de um coordenador ou órgão próprio, normas reguladoras, dotação orçamentária específica e recursos necessários;

7. Recomenda-se às Instituições de Ensino a designação de um professor para programar e dirigir o estágio profissional de seus alunos;

.....

9. Recomenda-se a criação de um órgão nacional para normatizar, incentivar e coordenar o estágio profissional sob a forma de Fundação;

10. Recomenda-se articulação entre as Escolas e os Conselhos de Fiscalização Profissional para melhor orientação do estágio profissional;

11. Recomenda-se às grandes empresas que integrem em seu departamento de pessoal um serviço ou atividade de treinamento, ou de estágio profissional.

.....

O autor do projeto, ao justificá-lo, reconheceu que sua intenção foi consubstanciar em lei a Portaria Ministerial nº 1.002/67, com acréscimos e aperfeiçoamentos, inclusive para concretizar conclusões e recomendações daquele certame.

Este projeto inicial somente em fins de 1976 alcançou tramitação final no Senado Federal, onde, sob o nº 109/74, constituiu Projeto-substitutivo apresentado e justificado pelo senador Nelson Carneiro.

Este último projeto, que difere, sob muitos aspectos, do projeto primitivo, inclusive por haver assimilado contribuições de órgãos técnicos do Ministério da Educação e Cultura, mereceu sanção presidencial, sem qualquer veto parcial, havendo-se convertido na Lei nº 6.494, de 07.12.1977 (publicada no DOU de 09.12.77), a qual "dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º Grau e Supletivo e dá outras providências".

2.5.1. Exame crítico

Em tese, o autor considera que o Sistema de Ensino Superior brasileiro — desde, pelo menos, a Lei nº 4.024/61, e sobretudo após a Lei nº 5.540/68, instituidora da integração ensino-pesquisa-extensão, a qual pressupõe a autonomia didático-pedagógica das Instituições de Ensino Superior — superou a fase do ensino cartorial, em que a estrutura e o conteúdo dos currículos, a organização e o funcionamento dos cursos superiores eram objeto de rigoroso disciplinamento legal, que os uniformizava, tornando-os estáticos e inflexíveis.

Nesse sentido, têm, a fortiori, plena aplicação os conceitos emitidos, relativamente ao ensino médio (1º e 2º graus) por Valnir Chagas,³⁸ referindo-se à Lei nº 5.692, de 11.08.1971, que fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus (LDBL-2G):

"Neste particular, portanto, o que pretendemos tão somente é lançar as bases de um estilo que deverá impor-se em avanços graduais: no momento, ainda por via legislativa, e, de futuro, por exploração, cada vez mais ampla, de suas próprias virtualidades".

Doutrinariamente, entende o autor que as presentes virtualidades do Ensino Superior brasileiro, sobretudo o oferecido por suas Universidades, muitas das quais mantidas diretamente pelo Poder Público Federal, lhe permitiriam enfocar e bem resolver, pelo menos a médio prazo, o problema dos estágios supervisionados de treinamento ao nível dos seus cursos de graduação, por intermédio de políticas e procedimentos sistemáticos que se tornariam incompatíveis com

as normas legais que se ocupassem do assunto, por melhores que fossem na oportunidade de sua sanção e promulgação.

Dentro, porém, da atual conjuntura em que se situam normativamente os estágios supervisionados de treinamento, jungidos a uma legislação que o autor considera, em termos globais, pletórica e parcialmente superposta, quando não contraditória, cumpre reconhecer que a Lei nº 6.494/77, além de revestir-se do caráter de fato consumado, apresenta aspectos positivos, independentemente das restrições de que é suscetível sob outros ângulos.

Em seu favor, destaquem-se, desde logo, os seguintes aspectos:

1. Estabelece diretrizes importantes para a Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento, dentre as quais o autor ressalta as seguintes, diretamente relacionadas com o Ensino Superior de Graduação:

1.1 Amplia as áreas de realização dos estágios, ao reportar-se não só aos Órgãos da Administração Pública em geral e às Pessoas Jurídicas de Direito Privado (organizações privadas, inclusive as de feição empresarial), como também às próprias Instituições de Ensino Superior, públicas ou particulares (principalmente mediante a participação de estagiários em empreendimentos ou projetos de interesse social, compreendidos nas atividades da extensão). Note-se que, mesmo na área da Administração Pública, a Lei nº 6.494/77 se aplica mais extensivamente que o Decreto nº 75.778, de 26.05.1975, que a antecedeu e no qual se inspiram alguns de seus dispositivos, embora aquela lei não seja tão minuciosa quanto este último (aplicável que era, exclusivamente, à Administração Federal Centralizada e Autárquica, ao passo que, na área pública, a Lei nº 6.494/77 também se aplica às empresas públicas e às sociedades de economia mista federais, estaduais e municipais);

1.2 Refere-se à admissão de estagiários por organizações privadas, Órgãos da Administração Pública e Instituições de Ensino sempre em termos potestativos, isto é, simplesmente facultativa que aceitem estagiários. Desse modo, acertadamente não se envolve, nem mesmo indiretamente, na questão da obrigatoriedade da prestação de estágios, a qual se traduz na inclusão destes entre as atividades ou componentes curriculares, respeitando, assim, sob esse aspecto, a competência atribuída pela sistemática da Lei nº 5.540/68 ao Conselho Federal de Educação, competência que, se não exercida por este quando da aprovação do cur

rículo mínimo de determinado curso, se transfere às Instituições de Ensino Superior, na oportunidade em que elaboram o respectivo currículo pleno;

1.3. Prescreve que os estágios em geral devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano (conceito que corresponde ao defendido doutrinariamente há longo tempo pelo Ministério da Educação e Cultura para os estágios), exigências que enfatiza para os estágios explicitamente classificados como curriculares pelo Conselho Federal de Educação e/ou Instituições de Ensino Superior;

1.4 Conseqüentemente, qualifica de modo conveniente e simultâneo os estágios curriculares e extra-curriculares, assemelhando-os e atribuindo-lhes a devida importância na formação profissional e humana dos estudantes (o que coincide com o ponto de vista há muito manifestado pelo monografista, inclusive na versão preliminar deste estudo, elaborado antes da vigência da aquela lei, no sentido de que a distinção entre estágios curriculares e extracurriculares é muito mais formal que substancial);

1.5 Torna obrigatória a interveniência da Instituição de Ensino Superior na celebração do "termo de compromisso" entre o estagiário e a parte concedente do estágio, ato que não caracteriza vínculo empregatício de qualquer natureza. Com isso, assegura, na prática, condições às Instituições de Ensino Superior de zelarem efetivamente pela fidedignidade e eficácia dos estágios, curriculares ou extra-curriculares, já que o "termo de compromisso" que eventualmente não contenha a assinatura do representante legalmente credenciado pela Instituição de Ensino Superior deixará de legitimar o estágio, devendo, assim, o documento em tais condições configurar fraude, perante a fiscalização do Ministério do Trabalho e a Justiça Trabalhista.

2. Tem a evidente preocupação de valorizar a importância do papel das Instituições de Ensino Superior na implementação da referida Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento, aspecto descurodo pelo Decreto nº 75.778/75. Abre-lhes, assim, melhores perspectivas para coordenarem suas políticas específicas de estágios supervisionados de treinamento

com a emergente Política Nacional, por cuja formulação é principal responsável o Ministério da Educação e Cultura, representado pelo DAU e pela CODAE.

3. Pelo caráter eminentemente genérico e diretivo de suas disposições, tende a respeitar o mínimo de flexibilidade de que carece o sistema de estágios supervisionados de treinamento dos cursos superiores de graduação, além de possibilitar, por intermédio de seu Regulamento, que expressamente prevê, por não ser auto-executável: a) a revogação, tanto quanto possível expressa, da maior parte da desordenada e superposta legislação anterior sobre estágios, constituída principalmente por decretos sucessivamente baixados pelo Poder Executivo Federal; b) a aprovação de normas complementares às da Lei 6.494/77, se bem que de menor expressão para a corporificação da Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento para o Ensino Superior de Graduação, normas que, por simplesmente regulamentares, poderão ser alteradas, a todo o tempo, mediante decretos executivos, e ajustadas a novas necessidades daquela Política, sem que se torne preciso, assim, alterar com frequência a própria lei geral sobre estágios.

Quanto aos aspectos negativos da Lei nº 6.494/77, o autor destaca como principais os seguintes:

1. Não assegura aos alunos que precisam cumprir estágios curriculares a devida prioridade relativamente aos alunos que já os tenham satisfeito ou a eles não estejam obrigados, em razão da natureza de seus cursos e da composição dos respectivos currículos plenos;

2. Estabelecendo, em termos facultativos, que o estagiário poderá receber bolsa "ou qualquer outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária", a lei em exame provavelmente teve em vista prever as hipóteses de os estágios em empresas privadas serem financiados, parcial ou totalmente, por instituições de utilidade pública, Associações, Entidades de Classe e Órgãos Governamentais, casos em que aquelas empresas ficariam dispensadas, parcial ou totalmente, do pagamento de retribuição pecuniária aos estagiários.

Essa orientação, no entanto, parece ser temerária, em face das possibilidades que abriria no sentido de que os estágios passassem a disfarçar relações empregatícias estabelecidas em

tre empregadores menos escrupulosos e estudantes, lesivas a estes e prejudiciais a determinadas categorias profissionais.

Nessa temeridade não incidiu a Portaria Ministerial nº ... 1.002/67, a qual se limitou a prever "o valor da bolsa, oferecido pela empresa".

2.5.2. Sugestões

Nos termos do respectivo artigo 6º, a Lei nº 6.494, de 07.12.1977, deveria ter sido regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 30 dias, a contar da data de sua publicação oficial (DOU de 09.12.77).

Presentemente, processam-se, com esse objetivo e por recomendação da Presidência da República, entendimentos finais entre o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Trabalho.

Afigura-se ao autor que a demora se deve à complexidade de que reveste a elaboração do Regulamento em causa a fim de que se convierta em instrumento hábil para a consecução dos importantes objetivos da Lei.

O autor considera, no entanto, que existem aspectos fundamentais a serem necessariamente objeto de regulamentação adequada, dentre os quais menciona justificadamente os seguintes:

1. Os planos de estágios devem ser elaborados especificamente para cada um dos estagiários, mediante consenso entre as partes interessadas (isto é, a Instituição de Ensino Superior e a organização concedente do estágio), com a audiência do próprio estagiário. Desse plano deverão constar, entre outros elementos:

- a) a enumeração das disciplinas exigíveis especificamente para o cumprimento do estágio;
- b) as condições imprescindíveis à caracterização do conteúdo e da necessária qualificação do estágio;
- c) a especificação das atividades a serem desempenhadas pelo estagiário e o respectivo cronograma de execução;
- d) a sistemática de acompanhamento e avaliação do estágio.

2. Aos alunos que precisarem cumprir estágios explicitamente classificados como curriculares pelo Conselho Federal de Educação e/ou respectivas Instituições de Ensino Superior, desde que satisfaçam as condições para isso necessárias, deve ser

assegurada prioridade relativamente aos alunos que já os tenham cumprido ou a eles não estejam obrigados, em razão da natureza de seus cursos e da composição dos respectivos currículos plenos.

3. A existência de vínculo empregatício entre o aluno e de terminada organização, se iniciada antes da realização do estágio curricular, poderá justificar, excepcionalmente, que este seja cumprido na própria organização empregadora, com base em programação estabelecida em comum acordo entre esta última e a Instituição de Ensino Superior, mediante solicitação do aluno, devidamente justificada, desde que haja correlação entre as atribuições da função ocupada pelo aluno e as da profissão a que corresponde o seu curso de graduação e que o estágio curricular assim autorizado não exceda o tempo estritamente necessário à obtenção dos créditos a ele pertinentes.

4. Os estagiários deverão ser obrigatoriamente assistidos por supervisores graduados por cursos correspondentes ou afins aos freqüentados por seus supervisionados, sem prejuízo da orientação acadêmica que estes últimos receberão por parte de docentes das respectivas Instituições de Ensino Superior, para isso especialmente designados.

A justificação dessa sugestão já foi apresentada oportunamente pelo autor.

5. A jornada a ser cumprida pelo estagiário deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário estabelecido pela organização concedente do estágio para as respectivas atividades, não devendo ultrapassar 20 horas semanais. Esse limite deve ser estabelecido como máximo, e não mínimo, alterando-se, sob esse aspecto, a orientação adotada pelo Decreto nº 75.778/75, salvo nos períodos de férias escolares, em que poderá alcançar o máximo de 40 horas semanais, com a correspondente e proporcional majoração do valor da Bolsa de Estágio e desde que haja, nesse sentido, acordo expresso entre a parte concedente do estágio e o estagiário, com a interveniência da Instituição de Ensino Superior.

6. A duração do estágio, a ser ajustada entre as partes, com a interveniência da Instituição de Ensino Superior, levará em conta o currículo e a duração do curso a que se vincula o estagiário, bem como a programação da unidade onde será realizado o estágio, devendo ser observado o limite máximo de seis meses, prorrogáveis por igual número de meses, no máximo, desde

que se configure a conveniência da prorrogação e a ausência de preterição dos interesses da formação profissional de outro(s) aluno(s), ouvida, sobre esses aspectos, a Instituição de Ensino Superior.

Para os cursos cuja duração é de 2.700 horas (correspondentes, em geral, aos que tradicionalmente se completavam em quatro anos), os estágios curriculares compreendem normalmente 270 horas de atividades, no mínimo, sendo, assim, desempenháveis no decurso de um período letivo semestral (na base de 20 horas semanais de atividades). Para cursos de maior duração, os estágios curriculares podem realmente requerer mais de um período letivo semestral, uma vez que deverão ser cumpridos na base de 20 horas semanais de atividades.

Adotado o parâmetro correspondente aos estágios curriculares, os estágios em geral poderão alcançar doze meses de duração, no máximo.

7. Embora a Lei nº 6.494/77 se refira à concessão de "bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada", em termos potestativos ou facultativos, cumpre que haja previsão expressa, no Regulamento, da concessão de Bolsa de Estágio, silenciando-se sobre a possibilidade de outra forma de contraprestação que venha a ser acordada entre as partes convenientes, pelos motivos declinados no item 2.5.1. Quanto ao valor básico da Bolsa, o estabelecido pelo Decreto nº 75.773/75 para os estagiários alunos de cursos superiores de graduação (duas vezes o valor de referência vigente para a região ou sub-região em que estiver localizada a unidade organizacional onde se realizar o estágio), deve ser considerado como mínimo, além de automaticamente reajustável sempre que ocorrer o reajustamento do valor de referência. Desse modo, as organizações concedentes dos estágios poderão, a seu critério, comprometer-se, no "termo de compromisso", ao pagamento de importâncias superiores a duas vezes o valor de referência, como, de resto, já ocorre, sobretudo em empresas públicas e privadas e em sociedades de economia mista.

8. Deverão ser expressa e totalmente revogados o Decreto nº 66.546, de 11.05.70, e o Decreto nº 69.927, de 13.01.72, mencionados no Capítulo I, bem como derogadas todas as demais disposições da legislação anterior sobre estágios que contrariem as novas disposições da Lei nº 6.494/77.

9. Finalmente, o autor sugere que, tanto quanto possível, o regulamento da Lei nº 6.494/77 disponha em seções distintas sobre os estágios dos alunos dos cursos superiores de graduação (3º grau), de um lado, e de ensino profissionalizante de 2º grau e supletivo, de outro lado, tendo em ambos os casos a preocupação de resguardar o caráter potestativo ou facultativo de que se reveste a oferta de estágios por parte das instituições a que se reporta aquela lei, bem como, com relação aos alunos do ensino profissionalizante de 2º grau e supletivo, também a Lei nº 5.692/71 (art. 6º, parágrafo único).

Caso o regulamento da Lei nº 6.494/77 não enfatize suficientemente o caráter facultativo dos estágios a que se reporta, com a exceção que expressamente reconhece dos estágios curriculares dos cursos superiores de graduação, haverá o risco de desencadear-se um processo de demanda universal de estágios, que não encontraria satisfatória resposta por parte dos campos de estágios disponíveis, quer efetiva quer potencialmente.

10. Quanto à conveniência do tratamento dos estágios dos alunos de 3º e 2º graus em seções distintas do regulamento da Lei nº 6.494/77, o autor a justifica em função das seguintes circunstâncias: a) são diversos os fins e objetivos dos ensinos de 2º e 3º graus; b) as responsabilidades da União Federal em matéria de ensino superior são diretas, ao passo que tornam-se indiretas nos demais graus (disso resulta que, no MEC, as preocupações com os estágios supervisionados de treinamento a nível de 3º grau são absorvidas pelo DAU e pela CODAE, ao passo que a nível de 2º grau essas preocupações se localizam no Departamento de Ensino Médio (DEM) e no Departamento de Assistência ao Estudante (DAE).

Sob o ponto de vista dos preceitos constitucionais, cumpre considerar o seguinte:

1. nos termos do art. 8º da Constituição Federal, compete à União:

.....

XVII - legislar sobre:

.....

- q) diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sobre desportos;

r) condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas (vale dizer, as que correspondem ao ensino de 3º grau ou de nível superior);

2. acresce que, no caso de alínea g, a competência da União não exclui a dos Estados para legislarem supletivamente, ao passo que, no caso da alínea r, a competência da União é exclusiva (parágrafo único do referido art. 8º da Constituição Federal);
3. quer, assim, parecer ao autor que, já havendo a União legislado sobre as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (Lei Federal nº 5.692/71), vale dizer, nas expressões da Constituição Federal (artigos 176 e 178) para o ensino primário e o ensino médio, não haveria motivo plausível para votar-se nova lei federal que trouxesse inovações, na área do ensino de 2º grau, à matéria (estágios de seus alunos, já regulados, pelo menos quanto às empresas, na lei federal de bases e diretrizes do ensino de 1º e 2º graus);
4. sendo fato consumado a ingerência, pouco ortodoxa sob o ponto de vista constitucional, da Lei Federal nº 6.494/77 nos estágios de ensino profissionalizante de 2º grau e supletivo, o autor insiste em sua sugestão no sentido de que, pelo menos por motivos racionais e de técnica regulamentar, seções distintas do Regulamento tratem separadamente de cada um dos assuntos.

Notas ao Capítulo 2

1. O Ministério da Educação e Saúde desdobrou-se em Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 1.920, de 25.07.1953, regulamentada por decreto executivo elaborado por Comissão da qual o autor teve a honra de participar, por designação do Ministro Antônio Balbino, de quem foi colaborador na qualidade de Diretor do Pessoal do MES e do MEC, sucessivamente.
2. Resumo de disposições do Decreto-lei nº 200, de 25.02.1967, relativas às atribuições dos diversos Ministérios.
3. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Desenvolvimento e Educação: conferência do Ministro Ney Braga na Escola de Guerra Naval, em 30 de outubro de 1975. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.
- 3a. V. nota anterior.
4. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional Integrada de Educação: proposições preliminares para sua formulação (fundamentos; diretrizes; roteiro). Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.
5. O autor reconhece que não teria conseguido dar a este capítulo o desenvolvimento que apresenta se não tivesse contado com os valiosos subsídios dos autores desses trabalhos, alguns dos quais teve o prazer de entrevistar: professor Edson Machado de Sousa, Diretor Geral do DAU; professor Roberto Mauro Gurgel Rocha, Coordenador de Atividades de Extensão, e professora Ana Rita Dantas Suassuna, Assessora Técnica do DAU.
6. SOUSA, Edson Machado. O sistema de ensino superior. MEC/DAU, Goiânia, 1976.
7. V. nota anterior.
8. MARQUES, Juracy. Os caminhos do professor. Porto Alegre, Ed. Globo-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975, p.90-2.
9. V. publicação citada no item 6.
10. TOALDO, Olindo Antônio. Estratégia e operacionalização da extensão universitária como instrumento de formação humana. Tese para obtenção do título de Livre Docente de Filosofia da Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 1976, p.4-5..

11. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Projeto nº 23 - Integração da Universidade da Comunidade. s.d. p.1.
12. SUASSUNA, Ana Rita Dantas. O estágio face à extensão universitária. 1º Encontro Nacional dos Programas CRUTAC Norté/Nordeste, 1975 (mimeo.).
13. V. nota anterior.
14. V. tese citada no item 10.
15. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Brasília, 1975.
16. V. as seguintes publicações oficiais: a) BRASIL, Ministério do Interior. Projeto Rondon. Normas gerais para funcionamento de Campus. Brasília, s.d. p.3-4; b) BRASIL. Ministério do Interior. Coordenação Geral do Projeto Rondon. Projeto Rondon e sua dimensão atual. Brasília, s.d. p. 53.
17. LOPES, Onofre. Programa CRUTAC no Senado. Natal, Imprensa Universitária, 1974, p.23-4.
18. SAVI, Hamilton. "O estágio na integração escola-empresa-governo". Brasília, MEC/DAU. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária (nº 1). Departamento de Documentação e Divulgação, 1976, p. 35.
19. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Recomendações para implantação de curso integrado. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1975, p.1.
20. Documento a que se refere o item anterior.
21. Informações veiculadas pelo JORNAL DO BRASIL de 10.11.1975.
22. O nome do professor Valnir Chagas, da Faculdade de Educação da UnB e ex-Membro do CFE, integra a lista de entrevistados pelo autor anexa a esta monografia.
23. RAINIER, Robert C. Formação de pessoal: comunicação e treinamento. Coordenador Ed. de Brasília. Brasília, 1971.
24. O autor já teve ensejo de receber na UnB, a título de ampliação de suas responsabilidades de Coordenador de Estágios Supervisionados de Treinamento do Curso de Graduação em Administração, especialistas em seleção da PETROBRÁS, interessados em entrevistar prováveis formandos em Administração.

25. Prospecto obtido pelo autor junto ao CIE-E.
26. V. nota anterior.
27. CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIE-E). II Ciclo de Estudos sobre estágios de aprendizagem-habilitação de estudantes (com vistas à integração do estudante de sociologia na empresa). SENAC, Departamento Regional de São Paulo, 1975, p.4.
28. FAURE, Edgar et alii. Apprendre à être. Paris, FAYARD-UNESCO, 1972.
29. INTEGRAÇÃO universidade-indústria: hoje. Convênio IEL-ADESG, Rio de Janeiro, APEC, 1971, p. 71-2.
30. SUASSUNA, Ana Rita Dantas. Dados extraídos, com seu assentimento, de transparências que utilizou em palestras sobre a problemática dos estágios supervisionados de treinamento.
31. SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. "A importância do estágio na formação profissional". Educação (revista do MEC), Ano 5, nº 19 (jan.-mar. 1976), p. 83-92 (tema desenvolvido no III Encontro Nacional de Programas CRUTACs).
32. Apud BREJON, Moysés. Estágios: licenciatura, pedagogia, magistério de 1º e 2º graus, cursos normais. São Paulo, Pioneira, 1974, p. 107-10.
33. Obra citada no item 28, p. 224-5.
34. "Instituições de Ensino Superior: centros de excelência ou fábricas de profissionais?". Revista de Administração Pública, v. 8, nº 2 (abril-jun 1974), p. 91-101 (Conferência proferida na aula inaugural da EBAP/FGV no ano letivo de 1974).
35. JORNAL DO BRASIL de 03.10.1976, Suplemento Especial. Artigo sob o título "Os problemas urgentes da Educação", p. 5.
36. JORNAL DO BRASIL de 30.11.1978. Artigo sob o título "Condenação do continuísmo", p. 11.
37. SUASSUNA, Ana Rita Dantas. Dados extraídos, com seu assentimento, de transparência que utilizou em palestras sobre a problemática dos estágios supervisionados de treinamento.

38. Apud NISKIER, Arnaldo. Reforma de ensino de 1º e 2º graus: a nova escola. Rio de Janeiro, Bruguera, 1971, p.35

C A P Í T U L O 3

O MODELO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE TREINAMENTO EMERGENTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E AS PERSPECTIVAS DE SEU APERFEIÇOAMENTO GRADATIVO

SUMÁRIO ESPECÍFICO

- 3.1 - Visão panorâmica da Universidade de Brasília
- 3.2 - Aplicação específica à Universidade de Brasília da Política Nacional de Extensão Universitária e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária
- 3.3 - O Modelo de Estágio Supervisionado de Treinamento emergente nos Cursos de Graduação da Universidade de Brasília e sua congruência com a Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento para o Ensino Superior de Graduação.
- 3.4 - Tendências evolutivas e perspectivas de aperfeiçoamento do Modelo de Estágio Supervisionado de Treinamento da Universidade de Brasília

3. O Modelo de Estágio Supervisionado de Treinamento emergente nos Cursos de Graduação da Universidade de Brasília e as perspectivas de seu aperfeiçoamento gradativo.

Os objetivos específicos deste Capítulo consistem em:

- a) evidenciar a existência de um modelo emergente de estágios supervisionados de treinamento nos cursos de graduação da Universidade de Brasília, harmônico, em alto grau, com a emergente Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento para o Ensino Superior de Graduação;
- b) descrevê-lo em suas características principais;
- c) apresentar uma prospecção de suas tendências, considerando, inclusive, os diferentes elos (políticos, pedagógicos, financeiros, técnicos, jurídicos e administrativos) que vinculam a Universidade de Brasília a outras Instituições, notadamente ao Ministério da Educação e Cultura, sem prejuízo de sua autonomia (nos termos em que a definem a legislação especial do ensino superior e o art. 3º do Decreto-lei nº 900, de 29.09.1969, referente à Reforma Administrativa Federal).

3.1 - Visão panorâmica da Universidade de Brasília (UnB)

Considera-se indispensável à consecução dos objetivos desta monografia apresentar-se, na seção preliminar deste capítulo, visão panorâmica da Universidade de Brasília, inclusive de seu processo evolutivo, durante o qual afirmou o seu pioneirismo na deflagração da Reforma Universitária Brasileira, desde o seu surgimento até os dias de hoje, mas enfatizando-se sua feição presente, já que é no seu contexto e na perspectiva de seu desenvolvimento que se situa o tema central deste trabalho.

Visando a imprimir o maior cunho possível de objetividade a esta seção, o autor transcreve parcialmente ou resume atos e manifestações oficiais, ou mesmo, comentários constantes de pu

blicações cujo tema central tenha sido a Universidade de Brasília, tudo isso dentro do critério geral de selecionar, mediante pesquisa documental, matéria que ofereça relação evidente com este trabalho e se harmonize com o seu natural desenvolvimento, além de oferecer suas observações e contribuições pessoais.

A Fundação Universidade de Brasília (FUB) é uma instituição autônoma, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, e mantida pelo Poder Público Federal. Consoante o art. 4º da Lei 5540, de 28.11.68, as Universidades, quando oficiais, constituir-se-ão em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público. Neste último caso, a Universidade não constitui entidade da Administração Indireta, aplicando-se-lhe, entretanto, quando receber subsídios ou transferências à conta da União (como ocorre com a FUB), a supervisão ministerial de que tratam os artigos 19 a 26 do Decreto-lei nº 200, de 25.02.67 (Reforma Administrativa Federal), como dispõe o artigo 3º do Decreto-lei nº 900, de 29.09.69.

Os documentos básicos relacionados com a Universidade de Brasília são os seguintes:

a) Lei nº 3998, de 15.12.61, que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dar outras providências".

Dessa Lei, compre destacar algumas disposições fundamentais à instalação e ao funcionamento da UnB (dispensando-se o autor de mencionar, para economia de espaço e de tempo, as que se relacionem à garantia de recursos orçamentários, à constituição do patrimônio e à isenção de impostos, diretos e taxas alfandegárias, bem como à franquia postal-telegráfica e outros benefícios ou favores que a lei em epígrafe lhe concedeu).

"Art.13. A Universidade gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos dos Estatutos da Fundação e dos seus próprios estatutos".

"Art. 14. Na organização do seu regime didático, inclusive do currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo e no artigo 15".

O parágrafo único se refere à observância de determinados princípios para que seus diplomas possam conferir prerrogativas legais e o art. 15 defere ao Estatuto da UnB a organização da carreira do magistério¹.

"Art. 17. Os contratos de pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação e da Universidade reger-se-ão pela Legislação do Trabalho, podendo, também, ser para elas requisitado pessoal de serviço público e das autarquias".

Observe-se que:

1º - a Lei nº 3998/61 procura eximir a UnB da legislação geral, inclusive do ensino (salvo nas hipóteses que expressamente menciona, assim mesmo estabelecendo ressalvas ou condições especiais em favor da autonomia da UnB);

2º - A exclusão da legislação geral, visada pela Lei 3998/61, estender-se-ia à legislação geral que viesse a ser baixada até mesmo posteriormente à publicação daquela lei especial;

3º - a Lei nº 3998/61 é, de qualquer modo, anterior à Lei nº 4024/61, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas cujo Título IX - Da Educação de Grau Superior, que abrangia os Capítulos I - do Ensino Superior (arts. 66/78), II - Das Universidades (arts. 79/84) e III - Dos Estabelecimentos Isolados do Ensino Superior (arts. 85/87), foi totalmente revogado pelo artigo 19 do Decreto-lei nº 464/69, o qual estabeleceu Normas Complementares à Lei nº 5540/68; esta, por sua vez, plenamente em vigor e integrante da chamada Reforma Universitária de 1968, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

Ao sancionar a Lei nº 3998/61, o então Presidente da República definiu a missão da Universidade de Brasília nas seguintes palavras:²

"Na deliberação de trasladar a Capital da República para o Planalto Central, estava já implícito este ato de criação da Universidade de Brasília, órgão complementar indispensável para dar sentido espiritual e assegurar autonomia cultural ao conjunto de instituições que compõem a Cidade-capital.

"Não se tratava apenas de acrescentar uma universidade mais

às que já temos e nos esforçamos por ampliar e aprimorar. O desafio diante do qual se encontravam os poderes públicos bem como os intelectuais, os artistas, os professores e os estudantes universitários do Brasil, era o de conceber e planejar uma universidade modelada em bases novas, que, para todas as demais, constitui-se um estímulo e um complemento e que fosse capaz de assegurar à Capital da República a categoria cultural que ela precisa ter para o franco convívio e a integração com os outros centros culturais do País.

"Esta universidade nova é que hoje se institui. Planejada à luz da experiência nacional e internacional. Destinada a cumprir funções específicas de assessoramento aos poderes públicos em todos os campos do saber. Voltada para o cultivo da ciência e da técnica. Comprometida com o estudo e a procura de soluções para os problemas que afligem o nosso povo.

"Com o objetivo de assegurar à Universidade de Brasília os necessários meios para o cumprimento de tão alta missão cultural, os poderes públicos, através da lei que hoje sanciono, lhe asseguram recursos e regalias especiais. É instituída como uma Fundação para ter autonomia e ser capaz de responsabilidades indispensáveis a uma instituição universitária realmente livre. É dotada, pela União, de um patrimônio que lhe permitirá traçar seus próprios programas de expansão.

"O que esperamos da Universidade de Brasília e lhe indicamos como missão fundamental é que contribua para a integração nacional através da ampliação das oportunidades de educação asseguradas à juventude, trazendo para seus Institutos e Escolas a mocidade de todos os Estados da Federação. E que enriqueça as modalidades de formação superior ministradas no País, contribuindo decisivamente para o preparo dos cientistas e dos técnicos capazes de empreenderem a exploração racional do imenso patrimônio de recursos de que somos herdeiros, para colocá-lo ao serviço do desenvolvimento nacional. E é sobretudo, que constitua o centro cultural de Brasília, dotado da necessária criatividade para que esta cidade seja capaz de imprimir aos empreendimentos nacionais que aqui se conceberão o mesmo espírito inovador e o mesmo padrão de excelência que presidiram ao seu planejamento, fazendo da Capital da República um motivo de orgulho nacional".

b) Decreto nº 500, de 15.01.1962, que "institui a Fundação Universidade de Brasília e aprova o respectivo Estatuto".

Do Capítulo VI, que se refere especificamente à Universidade de Brasília, são destacáveis, para os efeitos deste trabalho, as disposições do art. 26, abaixo resumidas:

"A Universidade de Brasília é uma unidade orgânica constituída de Institutos Centrais de ensino e pesquisa, por Faculdades destinadas a (...) e por Órgãos Complementares, todos com atividades de difusão, extensão e intercâmbio, além de suas funções específicas".

Pode-se, assim, afirmar que as atividades de ensino, pesquisa e extensão foram previstas em termos de integração com a particularidade de que a extensão tornou-se, desde logo, atividade obrigatória para todas as unidades universitárias. Na verdade, a UnB antecipou, em vários anos, a aplicação do princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, que somente veio a ser reconhecida e proclamada pela Lei nº 5540/68.

Ressalve-se que os denominados "Órgãos Complementares" correspondem, segundo o vigente Regimento Geral, aos atuais Órgãos Suplementares, de que são exemplo a Biblioteca Central e a Editora UnB.

c) Atual Estatuto da UnB (aprovado pelo Decreto nº 66.541/70, alterado pelo Decreto nº 77.412/76) complementado pelo Regimento Geral (aprovado pelo CFE em 13.03.1970, com posteriores modificações, aprovadas em 03.12.1970).

O Regimento Geral é mais um instrumento valioso de integração das unidades componentes da UnB, as quais prescindem de regimentos específicos, com óbvias vantagens administrativas³.

Sobre a expressão da UnB no contexto educacional e cultura brasileiro, o Professor Edson Nery da Fonseca, atual Diretor da FA, oferece o seguinte depoimento, em publi

cação de sua autoria:⁴

"Menos por um acaso de que por uma fatalidade lógica, a única universidade brasileira (então) digna deste nome foi justamente a que mais sofreu. Sofreu a resistência dos conservadores satisfeitos com suas cátedras vitalícias. Sofreu a incompreensão natural contra tudo o que é inovador. Sofreu a injustiça dos que, de fora, consideravam-se subversiva e a traição dos que, de dentro, procuravam utilizá-la para fins rasteiramente políticos. Graças, entretanto, ao seu plano orientador - inspirado pelo mais puro idealismo e concebido em termos didáticos e jurídicos inatacáveis - ela só brevivu a todas as crises por que passou".

.....

"O que me encantava na Universidade de Brasília? Sua estrutura jurídica de Fundação, com a qual se libertava da interferência governamental e das cátedras vitalícias. Sua estrutura didática, essencialmente caracterizada pela integração curricular - vedada a duplicação de meios para fins idênticos - pelo sistema de créditos e conseqüente estabelecimento da unidade letiva semestral. Sua estrutura administrativa também integrada por um engenhoso sistema de órgãos colegiados. Para esse conteúdo ideal, um continente igualmente revolucionário em face da tradição universitária brasileira: o campus, constituído por edifícios antimonumentais, sem mãr more, alcatifas e cortinas de veludo. E os professores dando suas aulas em trajes informais".

É materialmente impossível sintetizar e comentar, nas dimensões deste capítulo, o conteúdo dos vigentes Estatuto e Regimento Geral da UnB.

Indicações essenciais com o auxílio, inclusive, de sucessivos catálogos da UnB, podem, no entanto, ser apresentadas, com comentários ou esclarecimentos, preferencialmente em relação a aspectos que não o tenham sido em parágrafos anteriores deste trabalho: indissociabilidade das atividades universitárias substantivas (ensino-pesquisa-extensão); integração e flexibilidade curricular; aspectos do sistema didático-científico; atividades acadêmicas; organização departamental; política de pós-graduação; integração das atividades universitárias adjetivas ou estrutura administrativa integrada por engenhoso sistema de órgãos colegados (nas expressões de Edson Nery da Fonseca):

1) Sistema didático-científico

Basicamente os princípios que norteiam o atual sistema didático-científico da UnB são os seguintes:

a) assegurar flexibilidade tal à composição curricular do semestre para que todos os alunos, tanto os de tempo integral, como os que só dedicam aos estudos parte de seu tempo, possam cursar a UnB sem os obstáculos do ensino seriado, tradicional nas universidades brasileiras;

b) possibilitar aos alunos, obedecidos os limites prescritos pelo CFE, concluir seus estudos em menos ou maior espaço de tempo (ritmos diversos, segundo condições individuais diversas);

c) dar como obrigatórias, desde o primeiro ciclo, apenas as disciplinas assim consideradas nos currículos mínimos do CFE, assegurando ao aluno ampla possibilidade de se pré-especializar dentro da UnB, enquanto realiza a sua graduação;

d) eliminar, de vez, a duplicação de cursos (correspondentes a disciplinas ou matérias de conteúdo iguais ou quase iguais), estabelecendo ampla integração das atividades didáticas dos departamentos;

e) reduzir, ao mínimo compatível, com as exigências pedagógicas, o número de pré-requisitos, notadamente os das disciplinas obrigatórias;

f) promover o aperfeiçoamento semestral dos currículos, facultando a incorporação de novas técnicas e novos conhecimentos, independentemente de ato do Conselho Federal de Educação; tornou-se isso possível com a redução, ao mínimo, das disciplinas obrigatórias, e com a abertura da possibilidade de especialização nos diferentes cursos ainda durante a permanência do aluno na UnB.

Almejando a participação integral do aluno nas atividades escolares, a UnB criou a monitoria e o estágio remunerado.

O estágio remunerado consiste na prestação de serviços, pelo estudante, à FUB ou a órgãos da União ou do Distrito Federal que, para tal fim, com ela mantenha convênios. A remuneração é estabelecida anualmente pela Reitoria, com base na hora de trabalho e na espécie de atividade a ser desenvolvida.

Note-se que o ato da Reitoria normativo desses "estágios remunerados" os considera, em princípio, extracurriculares e incumbe o Serviço de Mercado de Trabalho (MTR) da Diretoria de

Assuntos Comunitários, órgãos administrativos da estrutura da FUB, de administrá-los. Nem sempre esses estágios deixam de possuir qualificações que permita seu oferecimento a alunos que necessitem cumprir estágio curricular. Desde, porém, que os pressupostos de qualificação sejam atendidos, quanto ao conteúdo, por este ou qualquer outro tipo de estágio, originariamente não definido como curricular (as "Bolsas de Trabalho", por exemplo, em órgão do próprio MEC são, por vezes, correspondentes a estágios bem qualificados), o Departamento acadêmico competente, após dar-lhe o devido acompanhamento, poderá, a seu critério, reconhecer-lhes valor curricular. No caso, interessa mais a substância que a forma de que se reveste o estágio.

2) Organização departamental e suas vantagens⁵

Os departamentos constituem as unidades básicas de trabalho docente, de pesquisa e de assessoramento da Universidade.

São os módulos geradores dos Institutos Centrais e das Faculdades e abrangem área bem definida de conhecimentos que comportam certo número de disciplinas.

Substituindo a cátedra, garantem os departamentos o espírito de equipe - o autêntico espírito universitário - graças ao qual as atividades de uma disciplina não se processam isoladamente, mas em comum com outras afins, facultando a sua associação para trabalhos interdisciplinares e interdepartamentais.

As principais vantagens desse sistema em relação ao regime de escolas autônomas e de cátedras independentes, consistem em:

a) evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos e permitir a concentração dos recursos de pessoal;

b) adiar para um ou dois anos após o ingresso na Universidade a opção definitiva do aluno pela carreira, de modo a dar-lhe oportunidade a decidir-se quando mais amadurecido e melhor informado sobre os diferentes campos a que se poderia dedicar;

c) proporcionar modalidades novas de formação científica e de especialização profissional, mediante a combinação de certos tipos de formação básica, com linhas especiais de treinamento

mento profissional;

d) selecionar pessoal apto a preencher os quadros científicos e culturais do País, dentre os estudantes que freqüentem os Institutos Centrais e aí revelem especial aptidão para a pesquisa fundamental;

e) ensejar mais completa integração da Universidade com os setores produtivos que deverão aproveitar os técnicos por ela formados.

3) Pós-Graduação

Os cursos de pós-graduação atendem a um dos objetivos primordiais da universidade moderna, consignado no Plano Orientador da UnB, que é a educação continuada, a qual visa a propiciar estudos em nível de pós-graduação e extensão universitária.

Coube à UnB a iniciativa de introduzir no Brasil os cursos de pós-graduação para formar Mestres e Doutores, e ainda valorizar os respectivos títulos, tornando-os requisitos para a carreira universitária. Com esta finalidade, procurou a UnB, desde o início do seu funcionamento, recrutar professores, intelectuais e cientistas bem qualificados, e instituir bolsas de instrutores para os cursos de pós-graduação.

Selecionados entre os melhores alunos que demonstrassem aptidão para a carreira do magistério, pelos seus pendores, pelo estudo e pela pesquisa, os instrutores encetavam os cursos de Mestrado e, após concluí-los, poderiam ter acesso à docência no cargo inicial de professor-assistente. A antiga função de Instrutor (bolsista de pós-graduação) corresponde, aproximadamente, a atual função de Auxiliar de Ensino, com vínculo empregatício (art. 64 do vigente Estatuto).

4) Flexibilidade do regime didático-científico da UnB

A flexibilidade do regime didático-científico da UnB permite que determinados departamentos ou disciplinas se associem para compor cursos e currículos. Facultando-se ao aluno a opção entre certas disciplinas, enquanto outras são obrigatórias, é-lhe assegurada a possibilidade de ajustar os seus estudos aos interesses e aptidões que revela.

Essa é uma das características da universidade moderna ,

adotada na UnB, desde a sua fundação e vai-se estendendo à qua se totalidade das universidades brasileiras. As reformas universitárias realizadas nos últimos anos não alteraram o sistema da UnB, evidência de ser ele o que de melhor ainda se conhece no Brasil⁶.

5) Administração Universitária

Consoante o vigente Regimento Geral, a Administração Universitária se exerce:

I - a nível superior

II - ao nível de unidades e órgãos suplementares

No Esquema nº 1, procura-se condensar a composição e as atribuições dos Órgãos da Administração Superior e da Administração de Unidades e Órgãos Suplementares da UnB.

As atribuições de todos esses órgãos, quando envolvem, isolada ou simultaneamente, o ensino, a pesquisa e a extensão (atividades substantivas do Ensino Superior), estendem-se intrinsecamente aos estágios supervisionados de treinamento, já que estes constituem instrumentos de integração do trinômio de que aquelas atividades são termos componentes.

6) Outras disposições e atribuições estatutárias e regimentais de Órgãos da Administração Universitária

Destacam-se as que mais diretamente se relacionam com o presente capítulo desta monografia:

6.1 - A UnB utilizará os serviços existentes na comunidade, mantidos por instituições públicas ou privadas, para treinamento em situação real nos cursos que o requeiram. Quando, além do emprego de recursos existentes, tiver que manter serviços proprios de experimentação, demonstração e aplicação, estes serão organizados como partes das respectivas unidades e terão proporções correspondentes à missão universitária⁶.

Na primeira proposição, cujo caráter pioneiro merece ser sublinhado, abrem-se valiosas perspectivas para estágios externos à UnB, suficientemente qualificados e devidamente controlados (sejam, ou não, explicitamente curriculares). Na segunda proposição, estão implícitas perspectivas análogas, ou ainda melhores, sob o ponto de vista do conteúdo e da qualidade dos estágios ,

ESQUEMA Nº 1

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

(Regimento Geral, Título II)

I - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

Conselho Universitário: Órgão final deliberativo para traçar a política universitária e funcionar como instância de recurso.

Conselho de Administração: Órgão superior deliberativo e consultivo em matéria administrativa. Compreende:

- a) Câmara de Assuntos Administrativos e Financeiros
- b) Câmara de Assuntos Comunitários

Conselho de Ensino e Pesquisa: Órgão superior, deliberativo e consultivo em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Compreende:

- a) Câmara de Ensino de Graduação
- b) Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação
- c) Câmara de Extensão

ÓRGÃO EXECUTIVO

Reitoria

Reitor

Vice-Reitor

Decano de Assuntos Administrativos e Financeiros
(preside a Câmara respectiva)

Decano de Assuntos Comunitários
(preside a Câmara respectiva)

Decano de Ensino de Graduação
(preside a Câmara respectiva)

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação
(preside a Câmara respectiva)

Decano de Extensão
(preside a Câmara respectiva)

Mesa Executiva: constituída pelo Reitor, Vice-Reitor e Decanos, com a atribuição de integrar o plenajamento e a execução das atividades universitárias.

II - ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES E ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Conselho Departamental: órgão consultivo e deliberativo do Instituto ou Faculdade

Diretor: superintende, coordena e fiscaliza o funcionamento da Unidade (Instituto, Faculdade ou Órgão Suplementar)

Departamentos: menor parte da estrutura universitária, não comportando divisões para quaisquer efeitos. Compreendem disciplinas afins e são constituídos pela reunião do respectivo pessoal docente para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão.

em atividades internas.

6.2 - A UnB contribuirá, por intermédio de atividades de extensão, para o desenvolvimento material e espiritual da comunidade. A extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas e particulares, abrangendo cursos e serviços, que serão realizados no cumprimento de programas específicos. Mas a UnB abster-se-á de oferecer curso ou serviço de extensão que não possam definir-se como prolongamento de setor já instalado e em funcionamento para atividades de ensino e pesquisa.⁷

6.3 - Os serviços de extensão serão prestados sob formas diversas de atendimento de consultas, realização de estudos e elaboração e orientação de projetos, bem como de participação em iniciativas de qualquer setor do conhecimento.⁸

Note-se que os serviços de extensão, pelos quais a UnB se responsabiliza constituem ótimos campos de estágios. (curriculares e extracurriculares) para os alunos dos cursos de graduação, os quais poderão atuar como assessores ou auxiliares de professores e técnicos envolvidos nos respectivos projetos, inclusive porque sua alta qualificação é assegurada pelo fato de serem coordenados pelo órgão colegiado competente e possuírem sempre um professor diretamente responsável pelo respectivo projeto. Há, inclusive, possibilidade de serem esses estágios remunerados à conta de recursos do próprio projeto. Por outro lado, os cursos de extensão que incluam a divulgação de técnicas de trabalho podem ser incorporados a planos de estágios de determinados estagiários, dos quais representem, pelo menos, uma fase, ouvido o professor orientador do estagiário. Mesmo que não se trate de estágio curricular, nada impede que o estagiário receba essa orientação de seu professor orientador no curso, sistematicamente designado, uma vez que a UnB adota, em seus cursos de graduação, o regime de tutela.

6.4 - A Diretoria de Assuntos Comunitários (DAC), subordinada ao Superintendente Executivo da UnB (cargo cujo exercício é atribuído, pelo Regimento da Reitoria, ao Decano de Administração e Finanças) e vinculada ao Decanato de Assuntos Co

munitários, "compete o exercício das tarefas que visem a maior integração e eficiência da comunidade universitária"⁹.

Entre outros órgãos, lhe é subordinado o Serviço de Orientação e Mercado de Trabalho (MTR), dentre cujas atribuições convém destacar, no que se refere à área de estágios supervisionados de treinamento, as seguintes:

a) colaborar em atividades de aconselhamento vocacional e seleção profissional, quando solicitado pela Diretoria competente;

b) realizar levantamento sobre mercado de trabalho em Brasília, visando ao aproveitamento de alunos da UnB;

c) promover, no que lhe couber, estágio de treinamento de alunos;

d) manter entendimentos visando à obtenção de estágios e bolsas de trabalho para alunos e o seu encaminhamento profissional;

e) promover o recrutamento de estudantes para estágios e bolsas de trabalho;

f) acompanhar o desenvolvimento dos estágios e das bolsas de trabalho, avaliando-lhes o rendimento com os órgãos competentes;

g) promover estudos sobre o aproveitamento profissional de alunos que se diplomem.

Ressalte-se que as oportunidades de Estágios e Bolsas de Trabalho (os primeiros em geral sob a forma de Bolsa de Complementação Educacional), e conseqüentes procedimentos resultam, na maioria dos casos, de convênios da FUB com outras Instituições, públicas e privadas, e são objeto de normas do Poder Público Federal e das Instituições que se propõem, entre outros objetivos, a agenciar estágios para alunos dos cursos superiores de graduação (IEL, OPEMA, CIE-E etc).

Por intermédio do Serviço de Orientação e Mercado de Trabalho (MTR), com o qual devem articular-se permanentemente, os Departamentos Acadêmicos podem encontrar bons campos de estágio para seus alunos, trate-se, ou não, de estágios já classificados como curriculares e dar-lhes o indispensável acompanhamento.

Em se tratando de estágio curricular, todos os cuidados

serão necessários, a fim de assegurar aos estágios assim obtidos a necessária qualificação, assunto cuja decisão final é sempre do Departamento Acadêmico, responsável pelo Curso em cujo currículo figura a exigência. A coordenação, nesse sentido, entre o Departamento de Administração e o Serviço de Mercado de Trabalho (MTR) existe de modo plenamente satisfatório e está disciplinada em itens do Projeto de Regulamento de Estágios para alunos do Curso de Graduação em Administração da UnB, de autoria do monografista e que constitui o Apêndice nº 2 deste estudo.

6.5 - Com o objetivo de promover a maior integração do corpo discente no contexto universitário e na vida social, deverá a UnB, suplementando-lhe a formação curricular específica, entre outras providências, proporcionar aos alunos, por meio dos cursos e serviços de extensão, oportunidades de participação em projetos de melhoria das condições de vida da comunidade, bem como no processo de desenvolvimento regional e nacional.¹⁰

3.2 - Aplicação específica à UnB da Política Nacional de Extensão Universitária e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária

O Plano de Trabalho de Extensão Universitária, elaborado pelo Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do Ministério da Educação e Cultura,¹¹ constitui documento da mais alta importância para a estruturação e o funcionamento da extensão universitária em geral e, conseqüentemente, para a formulação e a implementação da emergente Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento para o Ensino Superior de Graduação.

No enunciado desse Plano, a ação extensionista se processa multiformemente: serviços especiais, projetos de ação comunitária, difusão de resultados de pesquisas, difusão cultural, cursos abertos à comunidade - que representam contribuições da função de ensino ao sistema de extensão - outras formas de atuação exigidas pela realidade da área geo-educacional onde a universidade se insere, e ainda, atendimento de exigências de ordem estratégica, ligadas ao desenvolvimento regional ou nacional.

Todas essas atividades ajustam-se ao seguinte preceito da Lei nº 5.540/68 (art. 40, alínea a):

"As instituições de Ensino Superior proporcionarão aos corpos discente e docente, por meio de suas atividades de extensão, oportunidades de participação em programas de melhoria de condições de vida da comunidade e seu processo geral de desenvolvimento".

O Quadro nº 10 - Fluxo de retroalimentação dos organismos específicos da educação, reflete a idéia da realimentação do Sistema de Extensão, inclusive quando este se instrumentaliza por intermédio de Estágios Supervisionados de Treinamento. Na coluna à esquerda, o organismo central - MEC - exerce a Coordenação Nacional da Política de Extensão Universitária, à qual compete:

- a) propor a política de extensão universitária;
- b) traçar diretrizes e normas nacionais;
- c) acompanhar a execução dos trabalhos de extensão, evitando que sejam criadas distorções que possam desfigurar a própria imagem da Instituição Universitária;
- d) proceder à avaliação contínua, objetivando o aprimoramento da extensão universitária;
- e) estimular o intercâmbio de experiência entre as várias Universidades;
- f) propiciar condições ao maior ajustamento de experiências existentes, face ao conceito de Extensão Universitária.

Torna-se oportuno lembrar, quanto à alínea f, que o estágio supervisionado de treinamento é uma das formas de atuação da extensão universitária, sobretudo quando ligado a serviços especiais e à ação comunitária.

A execução do Plano de Extensão Universitária cabê à CODAE, cujo objetivo geral - coordenar, a nível nacional, as experiências de extensão em andamento nas Instituições de Ensino Superior - será atingido na medida em que o sejam os seguintes objetivo específicos:

- a) supervisionar e avaliar as várias experiências desenvolvidas;
- b) programar atividades de extensão que levem à comunidade

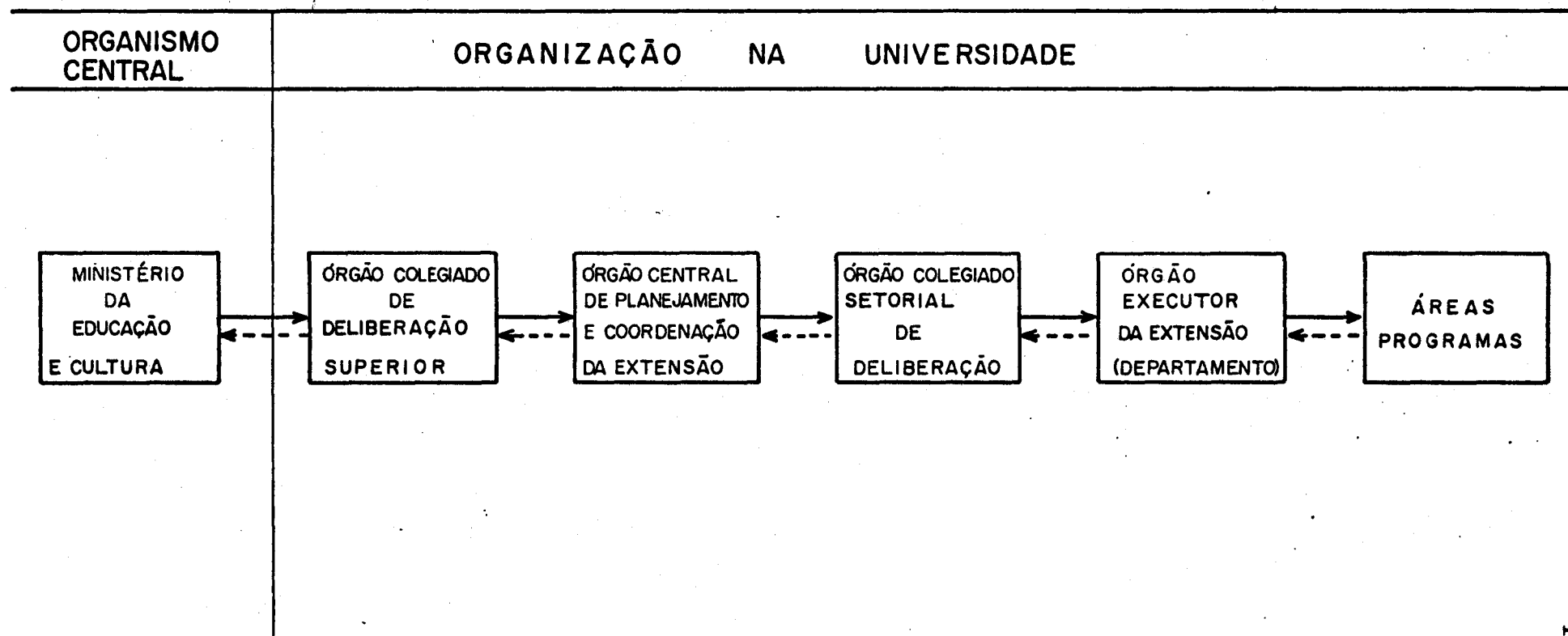
- o produto de pesquisas em áreas consideradas relevantes para o desenvolvimento tecnológico, social e econômico;
- c) promover a articulação, a nível de Instituição de Ensino Superior, das várias experiências existentes, estimulando o surgimento de polos de extensão universitária;
 - d) proporcionar a integração de Organismos, Programas ou Projetos que sirvam de fluxo à retroalimentação do sistema de ensino;
 - e) estimular as instituições de ensino superior a uma maior participação no processo de desenvolvimento, com a conseqüente mudança dos padrões atuais de demanda das comunidades e populações;
 - f) incentivar as instituições de ensino superior no sentido de novas experiências no âmbito da extensão universitária.

Considera o Departamento de Assuntos Universitários que a articulação das atividades de extensão em uma estrutura central, a nível ministerial (CODAE), representa uma forma de racionalização dos trabalhos, evitando-se a duplicação de esforços e a dispersão de recursos humanos, materiais e financeiros, e possibilitando maior articulação da extensão com os demais componentes do sistema universitário: ensino e pesquisa.

A atuação do DAU, por intermédio da CODAE, se fará basicamente em uma linha de assessoramento às Universidades, utilizando-se as seguintes formas:

- a) supervisão sistemática, com observação in loco do andamento das experiências
- b) avaliação periódica das experiências, utilizando-se como meios: registros, relatórios e encontros;
- c) contatos e encontros com organismos públicos e privados que atuem a nível nacional, regional e local, e que possam dar suporte às atividades de extensão desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior;
- d) manutenção de um fluxo contínuo de informação, através de ofícios, circulares ou boletins, de modo a possibilitar um intercâmbio permanente entre as várias IES;
- e) contatos com as Instituições de Ensino Superior, visando à implantação de novos Programas ou Projetos de Extensão.

FLUXO DE RETROALIMENTAÇÃO DOS ORGANISMOS ESPECÍFICOS DE EDUCAÇÃO



Reproduzido da publicação mimeografada: MEC - DAU - Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Brasília, 1975.

Prosseguindo na análise do Quadro 10, na coluna Organização da Universidade, considerem-se as seguintes equivalências, válidas no caso específico da UnB:

Órgãos Colegiados de Delegação Superior

Conselho de Ensino e Pesquisa da UnB

Regimento Geral.

Art. 79. O Conselho de Ensino e Pesquisa é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade em matéria de sua específica denominação, inclusive extensão.

Órgão Central de Planejamento e Coordenação da Extensão

Decanato de Extensão da UnB
Competência do decano de extensão:

Superintender, coordenar e fiscalizar as atividades universitárias na área respectiva, dentro das atribuições que lhe sejam delegadas (art. 12, alínea a, do Regimento Geral)

Note-se que o decano de extensão tem assento no Conselho de Ensino e Pesquisa, o que lhe dá voz, voto e condições de influenciar as decisões do mesmo Conselho na área de extensão, na qual é um especialista.

Órgão Colegiado Setorial de Deliberação

Conselho Departamental (de Faculdade ou Instituto) da UnB

Órgão executor da extensão

Departamento (acadêmico), sob a coordenação do diretor da Faculdade ou Instituto da UnB.

Cabe ao Departamento a atribuição de encargos de extensão ao

pessoal docente (inclusive na área de Estágios Supervisionados de Treinamento), nos termos do Regimento Geral art. 18, a linha c)

Cabe também ao Departamento a provar os planos dos Cursos de Extensão.

Áreas Programas

Na UnB as Áreas Programas cor respondem a todas as áreas abrangidas pela ampliação da função extensão, prevista desde a vigência do Decreto-Lei nº 3.998/61.

No caso particular dos Estágios Supervisionados de Treinamento, a Área Programa é o campo específico em que se desenvolvem as atividades esta giárias.

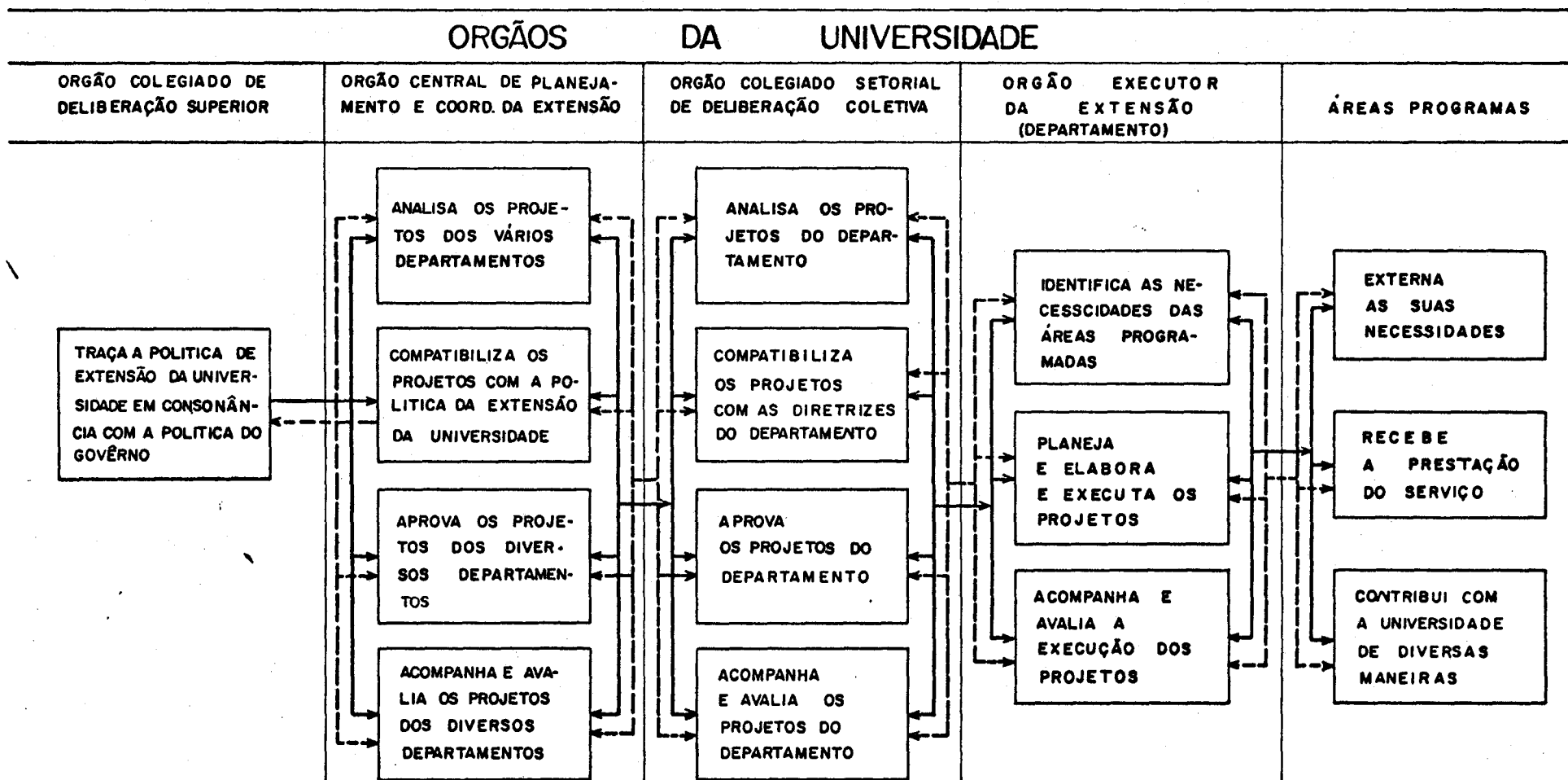
O Quadro nº 11 - Funções dos Organismos da Universidade é suficientemente compreensivo, a partir do esclarecimento preliminar de que as equivalências indicadas em relação ao quadro anterior (nº 10) para o caso da UnB lhe são também aplicáveis.

Ambos os quadros comportam o comentário inicial de que a estrutura do Sistema de Extensão da UnB, consideradas suas interfaces com os Sistemas de Ensino e Pesquisa, além de outras que serão oportunamente evidenciadas, oferece condições ideais de aplicação - e até mesmo de ampliação - na UnB, do Plano de Extensão Universitária do DAU ou dos que venham a ser elaborados na linha de sua continuidade.

Os seguintes comentários, relacionados com o Sistema de Extensão da UnB, confirmam a afirmação supra:

I - A Câmara de Ensino de Pesquisa cabe realmente traçar a política de extensão da UnB, obviamente em harmonia com a Política de Extensão do MEC, elaborada pela CODAE (inclusive, em linhas gerais, quanto à Política de Estágios Supervisionados de Treina-

FUNÇÕES DOS ORGANISMOS DA UNIVERSIDADE



Reproduzido da publicação mimeografada: MEC - DAU - Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Brasília, 1975.

mento);

II - Ao Decanato de Extensão cabe: a) analisar os Projetos de Extensão dos vários Departamentos acadêmicos (inclusive os projetos relacionados com Estágios Supervisionados de Treinamento); b) compatibilizar esses Projetos com a Política de Extensão da UnB; c) aprová-los, acompanhá-los e avaliá-los;

III - Aos Conselhos Departamentais (das Faculdades e Institutos) cumpre: a) analisar os Projetos de Extensão dos Departamentos (inclusive os que se refiram a Estágio Supervisionados de Treinamento; b) compatibilizar esses Projetos com as diretrizes específicas do Departamento e gerais da Unidades Universitária; c) aprovar os Projetos de seus diversos Departamentos, acompanhá-los e avaliá-los;

IV - A cada Departamento acadêmico cabe: a) identificar as necessidades de extensão, no respectivo âmbito de ação, das áreas programadas; b) planejar, elaborar e executar os seus Projetos de Extensão (inclusive nas partes em que se refiram a Estágios Supervisionados de Treinamento); c) avaliar e acompanhar a execução de seus Projetos (esta última confiada à responsabilidade de um ou mais de seus professores);

V - As áreas programas abrangidas pelas atividades de extensão do Departamento (inclusive atividades de Estágios Supervisionados de Treinamento) externam suas necessidades, recebem os benefícios das atividades extensionistas e contribuem, ainda que em termos de campos de observação, para a identificação dos respectivos problemas e para a realimentação das indissociáveis atividades substantivas do Departamento, em particular, e da UnB, em geral, de ensino, pesquisa e extensão.

O Plano de Extensão Universitária também enuncia que

"As atividades de extensão universitárias coordenadas pelo MEC são desenvolvidas presentemente através dos Projetos de Integração das Universidades nas Comunidades e Integração Escola-Empresa-Governo, ambos executados pelas Instituições de Ensino Superior",

reportando-se, conseqüentemente:

1º Aos Centros Regionais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTACs, cujas principais características fo

ram estudadas nos capítulos anteriores;

2º - Ao Projeto Integração Escola-Empresa-Governo (igualmente estudado em seus principais aspectos no Capítulo 2), cujos Núcleos Regionais são desenvolvidos com a cooperação do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), inclusive em Brasília, mediante o convênio FUB/IEL, pelo qual criou-se o 1º CENTRO DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE-INDUSTRIA DO DISTRITO FEDERAL (CIUNI-DF-I), convênio que constitui um dos desdobramentos do Convênio MEC/CNI/IEL, e existente em âmbito nacional e a que também se fez referência no capítulo anterior.

A inexistência, até agora, de CRUTAC junto à Universidade de Brasília pode ser explicada por diversas circunstâncias que lhe são específicas, cumprindo ressaltar a responsabilidade que a UnB já assumiu relativamente ao Campus Avançado do Médio Araguaia, cuja sede, em comparação com as de campi avançados mantidos por outras Universidades, é relativamente próxima do Distrito Federal, o que justifica, só por si, que a UnB não tenha diversificado até agora suas responsabilidades de ação comunitária e de prestação de serviços especiais em favor de outras áreas rurais.

O Campus Avançado do Médio Araguaia constitui, aliás, promissora área para o desencilamento de Estágios Supervisionados de Treinamento (curriculares e extracurriculares), quer para os Programas Especiais de Estágios da Fundação Projeto Rondon, quer para os programas dos Departamentos acadêmicos da UnB. Constituem exemplos destes últimos o Internato em Clínica Geral (rural) nas Unidades Integradas de Saúde de Aragarças/Vale dos Sonhos/Xaventina. Trata-se de estágios proporcionados pela Faculdade de Ciências da Saúde a alunos de medicina em áreas de atendimento médico, visando à aprendizagem integral para o exercício da medicina geral, com previsão de atividades complementares (externas às Unidades Integrantes de Saúde).

A articulação das atividades de extensão, a nível de Universidade, em uma estrutura central, intimamente relacionada com o ensino e a pesquisa, é considerada pelo Plano em exame, como polo de extensão, o qual poderá apresentar-se sob a forma de Pro-Reitoria, Superintendência, Câmara de Extensão, etc.

Os polos de extensão representarão experiências-piloto (o Plano as classifica em quatro grupos), dentre as quais cum pre destacar aquelas em que se fará o relacionamento da experiência de extensão com os mecanismos de estágio e com o sistema de bolsas. Serão escolhidas como polos de extensão, para esse tipo de atuação, as Instituições de Ensino Superior que contem com mecanismos de estágios já implantados ou em fase de implantação. Dever-se-á aproveitar a estrutura do sistema de bolsas, que representará uma forma de remuneração do estágio, levado a efeito de acordo com as perspectivas da extensão e do estágio.

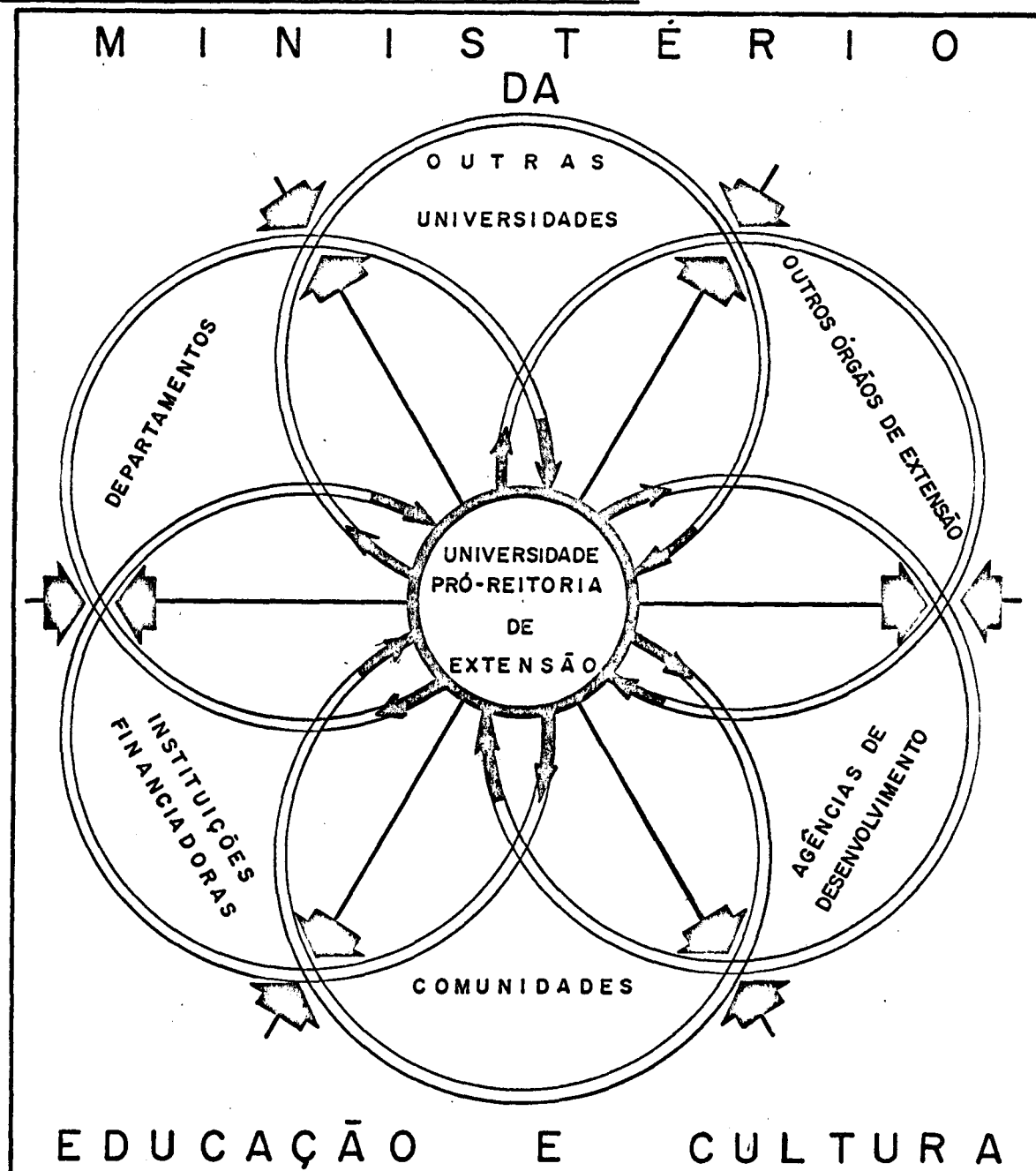
Os Gráficos 3 e 4 representam sugestões para a implantação, na Universidade Federal de Santa Maria, do Sistema de Extensão preconizado pelo DAU (CODAE), reproduzindo, assim, sob outra feição, os Quadros nºs. 10 e 11.

Torna-se possível prever que uma das Instituições de Ensino Superior que poderão ser escolhidas pelo MEC, dentro dos pressupostos do Plano de Trabalho de Extensão Universitária , como polo de extensão, sobretudo para "o relacionamento das experiências de extensão com os mecanismos de estágio e com o sistema de bolsa", será a Universidade de Brasília, considerando-se o grau de desenvolvimento que já atingiu o seu emergente Modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento e as amplas perspectivas do seu aperfeiçoamento gradativo.

Acresce que a UnB, como é notório, tem sido a maior inspirador da Reforma Universitária Brasileira, da qual assumiu a liderança e se tornou protótipo desde a sua criação. Os percalços que enfrentou, alheios à sua vocação institucional , não a afastaram dessa honrosa posição. A contraprova, se fosse necessário apresentá-la, residiria, sobretudo, no fato de que a Lei nº 5.540/68 não lhe acarretou inovações ou reajustamentos dignos de menção especial. Notadamente quanto à indissociabilidade das atividades substantivas do sistema de ensino superior (ensino-pesquisa-extensão), princípio que constitui a mais importante das inovações visadas pela Lei 5.540/68 (art. 11, alínea c, combinado com o art. 20), a UnB já o aceita e o vem implementando desde a data de sua inauguração (21.04.62) , o que concorreu decisivamente para o surgimento e a evolução

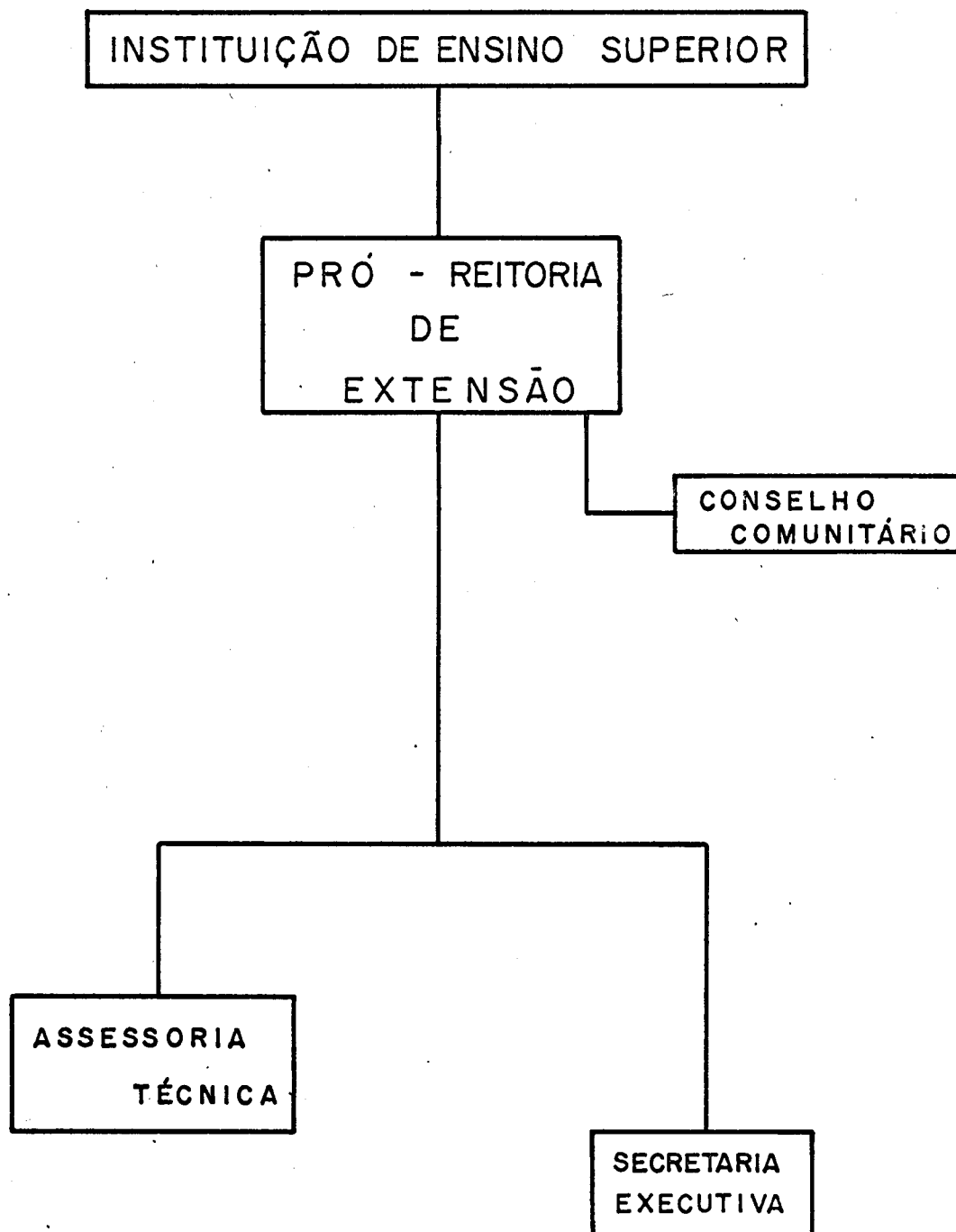
GRÁFICO Nº 3

INTERAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE E ORGANISMOS RELACIONADOS



Fonte: TOALDO, Olindo Antônio. Estratégia de Operacionalização da extensão universitária como instrumento de formação humana. Tese para obtenção do título de Livre Docente de Filosofia da Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 1976, p.158.

GRÁFICO Nº 4

ORGANOGRAMA TEÓRICO DE ÓRGÃO CENTRAL DE EXTENSÃO DE UNIVERSIDADE

Sugerido por: TOALDO, Olindo Antônio. Estratégia de operacionalização da extensão universitária como instrumento de formação humana. Tese de Livre Docência de Filosofia da Educação da Universidade Fed. Sta. Maria. RS, 1976, p. 165.

gradativa do seu Modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento, atividades que, por sua natureza, devem permear o triênio ensino-pesquisa-extensão.

O Plano em análise reconhece que as atividades de extensão das Universidades não se desenvolvem somente na perspectiva dos Projetos acima mencionados, afirmando que "muitas delas contam com experiências válidas que precisam ser apoiadas". Neste último caso encontra-se a UnB, especialmente quanto às atividades de estágios supervisionados de treinamento.

Consigna, também, que "além das experiências de extensão incentivadas pelo MEC (incluam-se nessa referência as experiências de Cursos Integrados ou de Educação Cooperativa, já mencionadas no Capítulo 2) e das iniciativas próprias das Universidades, existem algumas outras surgidas em função de interesses estratégicos, como é o caso dos 'Campi Avançados', que, pelo impulso assumido, não podem ser encarados como experiências exógenas às Instituições de Ensino Superior".

Quanto às iniciativas próprias da UnB na área de atividades diretamente ligadas a Estágios Supervisionados de Treinamento e, portanto, à Extensão, cumpre destacar:

I - As do Programa de Estágio Supervisionados de Treinamento que comporta o encaminhamento a Órgãos da Administração Federal, Direta ou Autárquica, em harmonia com as normas do Decreto nº 75.778, de 26.05.1975 (complementado pela Instrução Normativa nº 52, de 31.03.1976, do DASP), de alunos que estejam cursando um dos dois últimos períodos de seus cursos (sem prejuízo de outros critérios, adotados e aplicados por intermédio do Serviço de Orientação e Mercado de Trabalho, da Diretoria de Assuntos Comunitários, como aproveitamento escolar e conclusão do estudo de determinadas disciplinas mais diretamente relacionadas com as atividades que os estagiários deverão desempenhar).

No ano de 1976 vigoraram os seguintes convênios entre a FUB e Órgãos Públicos, com vistas à concessão de Bolsas de Complementação Educacional a alunos estagiários de Cursos de Graduação, no regime do Decreto nº 75.778/75:¹²

<u>I n s t i t u i ç ã o</u>	<u>Nº de estagiários</u>
1. Superintendência da Receita Federal	7
2. Delegacia do Ministério da Fazenda	28
3. Secretaria da Receita Federal	31
4. Juizado de Menores do DF	12
5. Conselho Nacional de Petróleo	12
6. Instituto Nacional do Livro	3
7. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	65
8. TELEBRÁS	35
9. Banco Nacional de Crédito Cooperativo	3
10. Ministério da Previdência e Assistência Social	2
11. Companhia Brasileira de Alimentos	14
12. Ministério do Interior	6
13. Companhia de Águas e Esgotos de Brasília	9
14. Senado Federal	6
15. Ministério da Saúde	2
16. IPASE	6
17. Outras Instituições	<u>23</u>
	264

A distribuição desses estagiários, segundo os respectivos Cursos, foi a seguinte¹³:

<u>C u r s o s</u>	<u>Nº de estagiários</u>
Administração	28
Arquitetura	18
Biologia	6
Ciências Sociais	1
Comunicação	18
Desenho e Plástica	1
Direito	20
Economia	29
Engenharia Agrônoma	10
Engenharia Civil	31
Engenharia Elétrica	22
Engenharia Mecânica	02
Estatística	2
Geologia	2

Geografia	2
Matemática	5
Pedagogia	5
Processamento de Dados	8
Psicologia	4
Química	4
Serviço Social	6
Sociologia	2
Biblioteconomia	<u>38</u>
	264

Os quantitativos acima apurados apresentaram o desejável crescimento a partir de 1977, porquanto em 1976 houve acentuada retração dos Órgãos da Administração Federal, Direta e Autárquica, quanto à celebração de convênios envolvendo a concessão de Estágios Supervisionados de Treinamento no regime do Decreto nº 75.778, de 26.05.75, cuja aplicação esteve sustada até a publicação da Instrução Normativa nº 52, de 31.03.76, do DASP;

II - A realização do Programa de Bolsas de Trabalho, cujas diretrizes operacionais constam do Decreto nº 69.927, de 13.01.72, e do conseqüente convênio MEC/FUB (como já se acentuou, algumas dessas Bolsas referem-se a atividades cuja qualificação pode permitir, a critério dos Departamentos acadêmicos competentes, o reconhecimento do valor curricular dos respectivos estágios para alunos cujos cursos incluam estágios com aquela característica).

No ano de 1976 vigoraram os seguintes convênios com vistas à concessão de Bolsas de Trabalho a alunos estagiários de Cursos de Graduação da UnB, no regime do Decreto nº 69.927/72 (situação que, em linhas gerais, se reproduziu em 1977/78):

<u>I n s t i t u i ç ã o</u>	<u>Nº de estagiários</u>
1. MEC (DAE/DAU/CAPES/PREMESU)	92
2. APC/MEC (Convênio MEC/FUB)	5
3. Estado Maior das Forças Armadas	3
4. Serviço Social da Indústria	3
5. Instituto Nacional do Livro	6

6. Associação Cristão de Moços	5
7. Conselho Nacional do Petróleo	43
8. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	31
9. UnB (MTR/SEC/BCE/CTU/ARPI/ANI)	89
10. Outras Instituições	<u>28</u>
	305

Note-se que nos itens I e II não estão computados numeros Estágios Supervisionados de Treinamento (em geral curriculares) resultantes de atividades não incluídas nos convênios cuja execução cabe ao Serviço de Orientação e Mercado de Trabalho , como os obtidos em consequência de entendimentos diretamente estabelecidos por Departamentos acadêmicos com organizações públicas (empresas públicas e sociedades de economia mista) ou particulares, que não mantêm com a FUB convênios que incluam a oferta de oportunidades de estágios.

Torna-se oportuno acentuar, em termos de perspectivas de ação do Serviço de Orientação e Mercado de Trabalho, que o Projeto Campus-UnB, elaborado pelo Decanato de Assuntos Comunitários em fins de 1976 e a ser implantado a partir de 1977, concebe que

"O bem-estar e a integração das pessoas e grupos que compõem a realidade comunitária, de que o campus (universitário) é a expressão espacial, há de se constituir em preocupação para a Universidade de Brasília, tendo em vista que o campus deve ser um centro dinâmico, de participação criativa, constituido em instrumento de formação integral de todos aqueles que compõem a comunidade universitária".

Quando cuida da Política e Programação Comunitária, o Projeto enfatiza a implementação, por intermédio do Serviço de Orientação e Mercado de Trabalho, da Diretoria de Assuntos Comunitários, dos seguintes itens:

I - realização de levantamento sobre o mercado de trabalho de Brasília, visando ao aproveitamento de alunos da UnB;

II - promoção de Estágios Supervisionados de Treinamen-

to e recrutamento de estagiários (em coordenação com os Departamentos acadêmicos, sobretudo quando os respectivos cursos reclamam o cumprimento de estágios curriculares);

III - promoção de estudos sobre o aproveitamento profissional de alunos que se diplomem.

Na área das "atividades de extensão surgidas em função de interesses estratégicos, como é o caso dos Campi Avançados", a UnB é diretamente responsável como já se acentuou, pelas atividades do Campus Avançado no Médio Araguaia, sediado em Aragarças (limite de Goiás com Mato Grosso), cujos programas de ação comunitária e prestação de serviços especiais abrangem diversos municípios daqueles Estados.

As atividades do Campus Avançado do Médio Araguaia são coordenadas por um Grupo de Trabalho (GPU) constituído por professores vinculados a diferentes unidades universitárias, cujas especializações e experiências são, assim, convenientemente diversificadas.¹⁴

Em 1976 participaram das atividades do Campus Avançado 88 Professores, 22 alunos de pós-graduação, 366 alunos de graduação, 26 servidores do Projeto Rondon e 13 servidores administrativos da FUB. Foram ministrados 42 cursos para a comunidade da região, em sua maioria por intermédio das atividades de Estágio Supervisionado de Treinamento promovidas por diversos Departamentos acadêmicos. No que diz respeito à prestação de serviços, foram desenvolvidas 65 atividades por vários Departamentos, de acordo com necessidades da comunidade e seus respectivos planos. Realizaram-se, também, em caráter experimental, atividades de difusão cultura.

Em linhas gerais, esse ritmo de atividades foi mantido no biênio 1977/78.

3.3 O Modelo de Estágio Supervisionado de Treinamento emergente nos Cursos de Graduação da UnB e sua congruência com a Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento para o Ensino Superior de Graduação.

As seções 3.1 e 3.2 conduzem às seguintes inferências sobre o surgimento do Modelo em epígrafe:

1. Como seria de esperar, o pioneirismo multiforme da Universidade de Brasília (inovações que se anteciparam à própria Reforma Universitária iniciada no Sistema de Ensino Superior em 1968, supressão do sistema de cátedras, organização departamental e suas conseqüências, efetiva implementação do princípio da indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão etc) expressou-se, também, na sistematização e implementação das atividades estagiárias dos alunos de seus cursos de graduação;

2. A ampla e quase irrestrita autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar que lhe foi assegurada pela ficção jurídica segundo a qual a Universidade de Brasília é mantida pela Fundação de igual denominação adredemente criada pela Lei Federal nº 3.998/61, também lhe ensejou flexibilidade para que seu ímpeto criativo se manifestasse vigorosamente na área dos estágios supervisionados de treinamento.

3. Quanto à extensão de sua autonomia didática, recorde-se que, por via daquela lei especial e do conseqüente ato do Poder Executivo que a instituiu como pessoa jurídica de direito privado, a UnB ficou liberta das exigências da legislação geral do ensino, inclusive para a organização, pelo menos em seus primórdios e no período tipicamente experimental de sua existência, dos currículos de seus cursos de graduação, flexibilidade que obviamente compreendeu a faculdade de incluir estágios obrigatórios, ou mesmo facultativos, nos currículos de seus cursos de graduação voltados para a formação profissional e acadêmica nas áreas científica, tecnológica, artística e literária.

4. Sua imanente vocação nacional e as altas responsabilidades que, desde logo, assumiu, legal e factualmente, de asses

soramento dos Poderes Públicos no campo do conhecimento científico e tecnológico também vieram contribuir para o surgimento de condições extremamente favoráveis à estruturação de dinâmico e inovador sistema de estágios supervisionados de treinamento, curriculares ou extracurriculares, para os alunos de seus cursos de graduação.

5. O fato de a UnB ter sido definida, pelo decreto executivo que a instituiu, com a devida autorização legislativa, como unidade orgânica, constituída por Institutos Centrais de Ensino e Pesquisas, por Faculdades voltadas sobretudo para a formação profissional de nível superior e por Órgãos Complementares (atuais Órgãos Suplementares), todos obrigatoriamente com atividades de difusão, extensão e intercâmbio, a nível nacional e até mesmo internacional, concorreu apreciavelmente para que prosperassem, no mesmo ritmo de suas demais atividades, os projetos e programas de sua área de extensão, que inclui a ação comunitária (externa e interna), os serviços especiais (como definidos pela Lei nº 5540/68), o assessoramento de Órgãos Públicos e a assistência técnica em geral, sempre capazes de oferecer oportunidades de participação efetiva e multiforme, inclusive a título de estágios supervisionados de treinamento, aos alunos dos cursos de graduação.

6. As virtualidades do sistema didático-científico da UnB também concorreram aprecialmente para que despontassem e se afirmassem crescentemente algumas das características essenciais do Modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento emergente ao nível de seus Cursos Superiores de Graduação;

6.1 A real operacionalização da flexibilidade ensejada pela Lei nº 5.540/68 e por resoluções do Conselho Federal de Educação quanto à duração efetiva dos cursos, possibilitando que sejam realizados em ritmos diversos, segundo condições individuais diversas, pode abranger, obviamente, o ritmo de cumprimento dos estágios, quando curriculares (que se tornaram, assim, suscetíveis de concentração em um só período letivo, ou de distensão para dois ou três períodos letivos, já que, na prática, sua duração excede às horas conversíveis em créditos curriculares);

6.2 A redução ao mínimo compatível com as exigências pedagógicas do número de pré-requisitos, notadamente os das disciplinas obrigatórias, orientação que se transpõe para os estágios curriculares, permitindo que os alunos os iniciem com certa antecipação relativamente à conclusão de seus cursos de graduação, desde que, ao se matricularem nessas atividades (para isso codificadas pelo Centro de Processamento de Dados, como as disciplinas), com a anuência de seus professores orientadores (ou tutores), já tenham cursado, com aprovação, disciplinas de finidas como indispensáveis e apurem o total de créditos curriculares previamente estabelecidos como o mínimo exigível (em termos percentuais sobre o total de créditos correspondentes ao tempo útil do curso);

6.5 O aperfeiçoamento semestral (contínuo, portanto) dos currículos plenos, neles incorporando-se novas técnicas e novos conhecimentos, ou adequando-os a novas habilitações específicas, orientação que abrange seu enriquecimento, mediante a previsão, por iniciativa da UnB (endogenamente, portanto), de estágios supervisionados de treinamento explicitamente curriculares;

6.4 A institucionalização, semprejuízo de outras modalidades, de estágios remunerados sob a responsabilidade financeira da Fundação UnB, consistentes na prestação de serviços pelo estudante à própria Fundação ou a Órgãos da Administração Federal (ou do Distrito Federal), que mantenham, para aquele fim, convênios com a FUB (em cuja estrutura existe a Gerência de Convênios, vinculada à Assessoria de Planejamento e Controle), sendo a remuneração estabelecida, sob a forma de Bolsa-Estágio (ou de Bolsa de Complementação Educacional), pela Reitoria, com base nas horas de trabalho e na espécie de atividade a ser desenvolvida (nada impedindo que, desde que satisfeitas as exigências substantivas e adjetivas atinentes aos estágios curriculares, coordenados pelos Departamentos acadêmicos, essas atividades venham a integrar planos de estágios com aquela qualificação);

7. O êxito obtido pela UnB na implantação e no funcionamento de sua organização departamental, em que os Departamentos constituem as unidades básicas de trabalho docente, de pesquisa, de extensão e de assessoramento de órgãos técnicos e adminis

trativos do complexo FUB/UnB, equivale a mais um fator positivo para a configuração e a operacionalização de seu emergente Modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento;

7.1 Facilitando o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares e interdepartamentais, a estrutura departamental da UnB torna-se automaticamente estimuladora do desenvolvimento, qualitativo, de atividades estagiárias curriculares ou extra-curriculares, as quais são intrinsecamente multidisciplinares e constituem eficazes instrumentos de integração não só entre disciplinas e departamentos, como também entre atividades substantivas representadas pelo trinômio ensino-pesquisa-extensão;

7.2 Em sua mais moderna concepção, sintetizada em magistral estudo de Valnir Chagas¹⁵,

"O departamento é o órgão de estudo e pesquisa que se organiza como: a) um conjunto de disciplinas; b) uma congregação de professores que as cultivam; c) um serviço administrativo.

7.3 Com vistas a evidenciar a extraordinária influência exercida pela organização departamental da UnB na consubs-tanciação do Modelo em estudo, resumem-se e consolidam-se, tan-to quanto possível, as principais considerações e informações contidas naquele trabalho:

a) Considerando as melhores experiências conhecidas, pode-se estimar entre 30 a 40 o mínimo de departamentos de uma universidade em que nem se hipertrofiem reduzi-das parcelas de um sub-campo de estudos, nem se atrofi-em grandes áreas que por si mesmas devem ser individualizadas. Assim entendido, o departamento será a única unidade de existência real, já que atua ao mesmo tempo nos planos da estrutura e do funcionamento;

b) Um número muito elevado de microdepartamentos conduz a um número também elevado de faculdades, para cuja integração se exige a criação de órgãos setoriais, além da Administração Superior, num total de quatro ní-veis. A coordenação tende então a entorpecer-se, como também se entorpece na estrutura oposta, em que os depar-

tamentos se ligam diretamente à Administração Superior. Na primeira hipótese, o trânsito da base à cúpula se torce quase impossível, gerando-se, no mínimo, o emperramento burocrático; e na última, a excessiva proximidade leva ao sufocamento do nível mais alto. A solução não é nem a criação de órgão setorial, nem a extinção da faculdade, mas a redução da quantidade de departamentos e faculdades em consequência do aumento de sua amplitude.

c) Há, também, no Brasil Instituições de Ensino Superior que tendem cada vez mais a uma efetiva "concentração", princípio que, juntamente com o de "não duplicação" (de recursos humanos e materiais) inspira a legislação da Reforma Universitária;

d) A UnB tem hoje 33 departamentos para todos os campos de Ciências e Humanidades, nas linhas de conhecimento puro e aplicado. A sua coordenação é feita por 9 unidades (Institutos e Faculdades), em vez das 17 existentes até 1969, tudo levando a crer que este número (de Institutos e Faculdades) ainda venha a reduzir-se à medida que se alcancem índices mais altos de integração¹⁶;

e) No esquema tradicional (Instituições de Ensino Superior com 150 departamentos e 35 escolas ou faculdades, por exemplo), a extrema fragmentação do nível de departamental origina, em sucessivos escalões de coordenação, uma tal distância da base à cúpula que a mensagem ou não a percorre, ou a percorre muito lentamente, e sempre se deforma no trânsito;

f) no moderno esquema adotado pela UnB, obtém-se uma distância de equilíbrio em que nem o nível superior se desliga da base departamental, nem esta o envolve pela proximidade.

7.4 A organização departamental da UnB induz, assim, seus 33 departamentos a desenvolver, por sua iniciativa e desconcentradamente, atividades pertinentes a estágios supervisionados, obrigatórios ou facultativos, mas, de qualquer modo, capazes de concorrer para a melhor formação profissional e humana

de seus alunos de graduação, sob a responsabilidade imediata, por delegação da chefia departamental, de um Professor Coordenador de Estágios (ou Grupo Coordenador de Estágios, Coordenadoria de Estágios, Comissão Especial de Seleção e Avaliação de Estágios ou expressões equivalentes), podendo essas atividades, de que participam, no âmbito de suas atribuições, Professores Orientadores designados em cada caso, abranger até mesmo estágios extracurriculares, sobretudo nos cursos em que não tenha sido explicitada a exigência de estágios curriculares;

7.5 Note-se que a circunstância de os departamentos serem estruturalmente indivisíveis não impede que, no plano funcional, se estabeleçam coordenações para entrosagem de determinadas sub-áreas que, ocasionalmente, exijam maior esforço integrador¹⁷.

7.6 A coordenação administrativa dos estágios supervisionados de treinamento nos níveis sucessivamente superiores aos Departamentos é exercida pela Direção e pelo Conselho Departamental de cada Faculdade ou Instituto, pelos Decanos das diferentes áreas em que se desdobram as atribuições da Reitoria, já que os estágios, em razão de suas interfaces, podem envolver atribuições distintas do decano de ensino de graduação, do decano de extensão, do decano de assuntos comunitários e do decano de assuntos administrativos e financeiros, assim como das respectivas Câmaras. Sua coordenação didática nos níveis superiores aos Departamentos cabe sucessivamente às Congregações de Carreiras dos Cursos de Graduação e ao Decanato de Ensino de Graduação.

8. Do pioneirismo da UnB na área da Pós-Graduação também resultam, direta ou indiretamente, importantes contribuições ao Modelo em análise. Professores e alunos de pós-graduação, muitos destes já na qualidade de Auxiliares de Ensino, dedicam-se, em regime de trabalho de dedicação exclusiva, às suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, convivendo e interagindo diuturnamente com os alunos de graduação, todos eles candidatos efetivos ou potenciais ao desempenho de atividades estagiárias, intrinsecamente ligadas ao trinômio ensino-pesquisa-extensão.

8.1 Como adverte Rogério Cezar de Cerqueira Leite¹⁸,
"O ambiente de pesquisa e criatividade (que neces

sariamente envolve as atividades de pós-graduação, expli
cite-se) é o estímulo indispensável, embora difuso, pa
ra a formação do estudante. A atitude de indagação do
pesquisador é o principal legado que pode levar o estu
dante de sua passagem pela Universidade. Essa atitude
só é transferível pelo contato pessoal e exemplo coti
diano. É a vivência muito pessoal do artista que melhor
pode influir o aprendizado. (!..) A separação entre en
sino e pesquisa mediatiza aquele que ensina e deixa de
despertar anseios salutareos nos estudantes".

8.2 Acresce que a pós-graduação constitui o celeiro de
futuros professores, que normalmente aderirão ao regime de tra
balho de dedicação exclusiva, em cujo desempenho poderão dedicar
parte de suas preocupações e de seu tempo aos problemas do está
gio supervisionado em geral e à orientação, quando não à coorde
nação do mesmo.

9. As atividades de extensão a que se dedica a UnB tam
bém concorrem para o enriquecimento de seu emergente Modelo de
Estágios Supervisionados de Treinamento, já que o atendimento de
consultas, a realização de estudos, a elaboração e a orientação
de projetos - atividades decorrentes de obrigações por ela assu
midas em convênios ou ajustes com outras Instituições - consti
tuem preciosas fontes de novas alternativas e oportunidades de
estágios supervisionados de treinamento oferecidas aos alunos
de graduação, os quais, na qualidade de estagiários, poderão
atuar como assistentes ou auxiliares de professores, especialis
tas e técnicos envolvidos nos respectivos projetos, com a vanta
gem adicional de serem estes últimos executados por professores
especialmente designados e coordenados pelo órgão colegiado com
petente;

10. Outras opções que, pela sua freqüência a expressão
no conjunto das atividades estagiárias, se incorporam ao Modelo
em causa são constituídas pelos estágios supervisionados de trei
namento decorrentes: a) de convênios da Fundação UnB com Órgãos
Públicos, ultimamente disciplinados pelo Decreto nº 75.778/75
(já que a execução da Lei nº 6.494/77 depende de sua regulamen
tação, em fase final de estudos) e cuja execução é atribuída ao

Serviço de Mercado de Trabalho (MTR), da Diretoria de Assuntos Comunitários (DAC); b) de entendimentos deste último órgão com Instituições de caráter altruístico que incluem em seus objetivos o incentivo e a intermediação de ofertas de estágios a alunos de cursos superiores de graduação por empresas privadas e entidades públicas. Dentre aquelas Instituições, convém citar, pela sua atuação em Brasília, o Instituto Euvaldo Lodi - inclusive o respectivo Centro de Integração Universidade-Indústria (CIUNI-DF), resultante de convênio do IEL com a FUB -, a Operação Mauá (OPEMA) e o Centro de Integração Escola-Empresa (CIE-E).

11. O minucioso estudo sobre a aplicação específica à UnB da Política Nacional de Extensão Universitária e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária (Seção 3.2 deste Capítulo), ambos creditáveis ao Ministério da Educação e Cultura, proporciona ampla verificação e cabal confirmação de que as diversas formas e alternativas de estágios supervisionados de treinamento decorrentes da implementação daquele Plano e da Política que o informa já foram incorporadas, ou são facilmente suscetíveis de assimilação, ao Modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento emergente na UnB. Confirmam-no, direta ou indiretamente, as ilustrações constituídas pelos Quadros nºs 10 e 11, já convenientemente comentados e interpretados pelo autor, bem como os dados numéricos e estatísticos apresentados em relação ao biênio 1976-77 e a título meramente exemplificativo, do dinamismo e das potencialidades daquele Modelo;

12. Por outro lado, o Gráfico nº 3 - Interação do Órgão Central de Extensão da Universidade e Organismos Relacionados - aplica-se integralmente à UnB (bastando que em seu círculo central se altere a expressão Pró-Reitoria para Decanato de Extensão), já que permite visualizar os principais e variados elos que ligam as suas atividades de extensão (e, portanto, também estagiárias) simultaneamente: a) aos Departamentos acadêmicos; b) a outros órgãos da UnB que participam das atividades de extensão; c) às comunidades: não só à própria comunidade uni

versitária, constituída pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo, como às comunidades de Brasília, do Distrito Federal, em geral, e, ainda, à comunidade nacional; d) mencione-se, ainda, e em especial, as comunidades dos municípios compreendidos na área de influência e atuação do Campus Avançado do Médio Araguaia: Bom Jardim, Aragarças, Belisa e Montes Claros (em Goiás) e Barra do Garças, General Carneiro e Torixoréu (em Mato Grosso), localidades em que alunos de graduação da UnB têm prestado e poderão prestar futuramente serviços especiais e de ação comunitária, incorporáveis, quando atendidos os necessários requisitos, a seus planos de estágios supervisionados de treinamento, sobretudo quando em férias escolares; e) a Agências de Desenvolvimento; f) a Instituições Financeiras; g) a outras Universidades congêneres, do Brasil e do Exterior; h) ao MEC, em geral, e ao DAU e à CODAE, em particular;

13. Em suma, torna-se manifesto que: a) as características fundamentais da Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento, sintetizadas pelo autor no Capítulo 2, Subseção 2.4.1, incorporam-se, real e dinamicamente, ao Modelo de Estágio Supervisionado de Treinamento emergente nos Cursos de Graduação da UnB, endossando-o e assegurando-lhe condições de viabilidade, desenvolvimento e cristalização; b) existe notável congruência e harmonia em alto grau entre este Modelo e a Política.

3.4 - Tendências evolutivas e perspectivas de aperfeiçoamento do Modelo de Estágio Supervisionado de Treinamento na UnB.

A curto prazo, senão imediatamente, urge que a UnB amplie as dimensões e dinamize seu sistema de estágios supervisionados de treinamento a fim de que possa assumir e desempenhar eficazmente suas novas e desafiadoras responsabilidades, decorrentes da Lei nº 6.494/67 e de sua já agora iminente regulamentação.

Destacou-se no Capítulo 2, Seção 2.4 (Exame crítico da Lei nº 6.494, de 07.12.1977, e sugestões sobre aspectos fundamentais de sua regulamentação) o relevo que passam a ter, por expressas disposições legais, as atribuições e responsabilidades das Instituições de Ensino Superior na implementação da Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento, cujas diretrizes estão expressas por aquela Lei.

De qualquer modo, convém insistir nos seguintes aspectos fundamentais:

a) O conjunto de exigências legais que envolvem a configuração dos estágios destinados aos alunos dos cursos superiores de graduação atribuí, na realidade, a todos eles, quanto ao conteúdo, planejamento, acompanhamento e avaliação, status equivalente ao dos estágios curriculares, exigíveis atualmente apenas para uma parte dos cursos superiores de graduação, consoante resolução do Conselho Federal de Educação, ou mesmo, das Instituições de Ensino Superior;

b) O cumprimento da Lei nº 6.494/77 e de sua regulamentação exigirá, assim, em breve, a multiplicação dos recursos e esforços atualmente dispendidos por intermédio dos departamentos acadêmicos e órgãos que os coordenam nos níveis superiores em favor de relativamente reduzida clientela de estágios explicitamente curriculares;

c) A interveniência obrigatória das Instituições de Ensino Superior na celebração dos "termos de compromisso" entre estagiários e organizações que se propõem a ser campos de estágios situa aquelas Instituições diante da responsabilidade legal e

moral de zelarem pela adequação, qualificação e eficácia de cada um dos estágios e pelos interesses da formação profissional e humana dos estagiários, cumprindo-lhes recusar seu endosso aos que não se revistam dos requisitos estabelecidos legalmente, hi pótese em que perderão eles a sua caracterização legal, inclusive perante os órgãos e fiscalização do Ministério do Trabalho;

d) Acredita o autor que essas graves e críticas responsabilidades conduzirão a UnB, bem como outras Instituições de Ensino Superior, a instituir uma Coordenadoria Geral de Estágios, que, ao nível dos Decanatos, coordene as atividades ligadas aos estágios supervisionados de treinamento nos diferentes cursos de graduação e departamentos por eles responsáveis, onde se instituirão Coordenadorias ou Comissões Coordenadoras de Estágios (ou se reformularão as atualmente existentes).

É também previsível, como já se acentuou na Seção 3.2 que se constitua na UnB um dos polos de extensão a que se refere o Plano de Trabalho de Extensão Universitária (elaborado pelo MEC com âmbito nacional), em cujas atividades se incluirão experiências-piloto voltadas para as atividades estagiárias, análogas às experiências-piloto dos cursos integrados (educação cooperativa) analisadas minuciosamente no Capítulo 2, Subseção 2.2.3 e cujos resultados poderão proporcionar novos enriquecimentos ao Modelo de Estágio Supervisionado de Treinamento emergente na UnB e concorrer para delinear-lhe outros rumos e descortinar-lhe no vas e estimulantes perspectivas.

Como também já se mencionou na Seção 3.1, a UnB cuida de promover estudos sobre o aproveitamento profissional de seus ex-alunos de graduação (Projeto Campus-UnB, elaborado pelo Decanato de Assuntos Comunitários -1976/77).

Os resultados desses estudos poderão igualmente converter-se em importantes contribuições para o contínuo aperfeiçoamento e a futura cristalização do Modelo, cujas características fun damentais o autor procurou identificar e analisar.

Notas ao Capítulo 3

1. O primeiro Estatuto da UnB, ao organizar a Carreira do Magistério, nenhuma menção fez à existência de cátedras ou professores catedráticos, havendo-a escalonado do seguinte modo: Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular. A UnB antecipou-se, pois, no Brasil, à extinção das cátedras ou cadeiras no Ensino Superior, o que somente veio a ser determinado por lei posteriormente (art. 33, § 3º, da Lei nº 5.540/68, combinado com o art. 10 do Decreto-lei nº 464/69), já na vigência da Constituição Federal promulgada em 24.01.1967 (e alterada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17.10.1969), a qual, não havendo mantido o regime de cátedras vitalícias, limitou-se, pelo art. 194, a assegurar a vitaliciedade aos professores catedráticos e titulares de cargos da justiça nomeados até 15.03.1967.
2. Plano Orientador da Universidade de Brasília. Editora UnB. Brasília, 1962, p.2
3. Consoante o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 5.540/68, a aprovação dos Regimentos das Unidades Universitárias passará à competência das Universidades (e não mais do Conselho Federal de Educação), quando estas dispuserem de Regimentos Gerais, aprovados pelo CFE. No caso da UnB, fazem parte de seu Regimento Geral, com expressa aprovação do CFE, como seus Anexos, os currículos plenos dos seus cursos de graduação (envolvendo matérias, disciplinas e estágios curriculares obrigatórios), o que enseja seu permanente estudo em conjunto, facilita a aplicação do princípio da não duplicação de disciplinas e recursos e permite maior dinamização na atualização dos currículos (flexibilidade curricular).
4. FONSECA, Edson Nery da. Martírio e restauração de uma universidade: depoimento pessoal publicado no décimo aniversário da Universidade de Brasília. São Paulo, Ed. do autor, 1972
5. DIAS, Caio Benjamin. "A estrutura da Universidade de Brasília". Acrópole, n. 369-70 (jan.-fev. 1970): ed. especial da Universidade de Brasília, p.3

6. Cf. com o art. 88 do Estatuto da UnB
7. Cf. com os artigos 53 e 54 do Estatuto da UnB
8. Cf. com o § 2º do art. 104 do Regimento Geral da UnB.
9. Art. 36 do Regimento da Reitoria da UnB, aprovado pelo Conselho Diretor da FUB em sua 151ª. Reunião, realizada em 12.12. 1975
10. Cf. com o art. 141, alínea d, do Regimento Geral da UnB
11. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Assuntos Universitários. Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Brasília, 1975. 18p. (mime)
12. UnB - Relatório Geral de Atividades, 1976, p. 284-6
13. Idem, p. 285
14. O autor já integrou o GPU, na dupla qualidade de seu Membro e Assessor Administrativo, e participou pessoalmente de atividades no próprio Campus Avançado do Médio Araguaia, após haver concluído o Curso de Especialização em Organização Comunitária, promovido pela UnB e pela Fundação Projeto Rondon.
15. CHAGAS, Valnir. "O departamento na organização universitária", in UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISS). Salvador, 1977, p.11-5 (a primeira publicação, sob o mesmo título, foi realizada em 1971, por iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras).
16. Os dados numéricos apresentados por Valnir Chagas em 1971 apenas diferem de 31 para 33. O monografista atualizou esse dado em relação aos departamentos da UnB.
17. V. nota nº 15
18. JORNAL DO BRASIL de 20.03.1978, p. 11. Artigo sob o título "A Universidade e a forma sonata".

C A P Í T U L O 4

APLICAÇÃO DO MODELO EMERGENTE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DE TREINAMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINIS TRAÇÃO

Sumário Específico

4.0. Considerações Gerais

4.1. Objetivos dos estágios supervisionados de treinamento do Curso de Graduação em Administração

4.1.1. Objetivos gerais

4.1.2. Objetivos comportamentais

4.2. Planos específicos de estágios

4.3. Pesquisa sobre formação profissional e Mercado de Trabalho e suas conclusões e recomendações

4. Aplicação do Modelo Emergente na Universidade de Brasília aos Estágios Supervisionados de Treinamento do Curso de Graduação em Administração

Este capítulo tem por principal objetivo destacar, a título exemplificativo de suas frutíferas potencialidades, os principais resultados, já obtidos ou esperados, da aplicação do modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento emergente na Universidade de Brasília, ao seu Curso de Graduação em Administração, responsável pela formação acadêmica dos Bacharéis em Administração e profissional dos Técnicos de Administração, em cujo currículo mínimo figura obrigatoriamente a atividade de "Estágio Supervisionado", por decisão do Conselho Federal de Educação.

A circunstância de haver o currículo mínimo dos Cursos de Graduação em Administração Pública e em Administração de Empresas, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1966, consignado, desde logo, a obrigatoriedade de estágio supervisionado de treinamento, resolução posteriormente estendida a novas habilitações específicas do mesmo curso, conduziu o Departamento de Administração, da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UnB a voltar permanentemente suas vistas e dedicar especial atenção à problemática daqueles estágios curriculares (o Esquema nº 2 consolida essas sucessivas resoluções, inclusive as disposições atinentes aos estágios curriculares).

Nesse sentido, uma das primeiras providências adotadas pelo Departamento de Administração foi a designação de um Coordenador de Estágios, função que nos últimos anos tem sido exercida, sem prejuízo de outros encargos, pelo autor desta monografia, cujo crescente interesse pelo assunto tem transcendido o âmbito do Curso de Graduação em Administração.

Em consequência dessa sua motivação especial pelo assunto, o autor tem procurado ajustar a sistemática de estágios do Curso de Graduação em Administração não só às normas específicas sobre estágios curriculares, emanadas fundamentalmente do Conselho Federal de Educação (mas suscetíveis de adequação às peculiaridades da UnB e do seu Curso de Graduação em Administração), como também à conveniência de ampliar os campos de estágios na área da Administração pelo aproveitamento de múltiplas oportunidades de estágios habitu-

E S Q U E M A N.º 2.*

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Habilitações específicas:

- 1.1 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 1.2 - ADMINISTRAÇÃO EM EMPRESAS
- 1.3 - ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR
- 1.4 - COMÉRCIO EXTERIOR

1.1 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e 1.2 - ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
(mínimos de conteúdo e duração)

Parecer n. 307/66, aprovado pelo CFE em 08.07.1966, e consequente
Resolução:

O Presidente do Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 9º (letra e) e 70, da Lei de Diretrizes e Bases, e tendo em vista o Parecer n. 307/66, resolve:

Art. 1º - O currículo mínimo do Curso de Administração, que habilita ao exercício da profissão de Técnico de Administração, será constituído das seguintes matérias:

Matemática

Estatística

Contabilidade

Teoria Econômica

Economia Brasileira

Psicologia (aplicada à Administração)

Sociologia (aplicada à Administração)

Instituições de Direito Público e de Direito Privado (incluindo Noções de Ética da Administração)

Legislação Social

Legislação Tributária

Teoria Geral de Administração

Administração Financeira e Orçamento

1.3 - ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR

(mínimos de conteúdo e duração)

Parecer n. 788/73, aprovado pelo CFE em 04.06.1973, e consequente Resolução n. 18, de 12 de julho de 1973:

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de atribuição legal e tendo em vista o Parecer n. 788/73, homologado pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, resolve:

Art. 1º - Fica criada a habilitação em Administração Hospitalar, que integrará o curso de graduação em Administração.

Art. 2º - A habilitação em Administração Hospitalar terá os seguintes mínimos de conteúdo:

a) Matérias Básicas

Matemática

Estatística

Contabilidade

Teoria Econômica

Psicologia Aplicada à Administração

Instituições de Direito Público e Privado

Legislação Social

Legislação Tributária

Teoria Geral de Administração

b) Matérias Profissionais Comuns

Administração Financeira e Orçamento

Administração de Pessoal

Administração de Material

c) Matérias Profissionais Específicas

Fundamentos da Administração da Saúde

Administração Hospitalar

Legislação Hospitalar e da Previdência Social

Documentação Médica

Psicologia e Ética Médico-Hospitalar

Custos Hospitalares

Prática Profissional

Administração de Pessoal
Administração de Material

Parágrafo único - A esse elenco de matérias se incorporará obrigatoriamente o Direito Administrativo, ou a Administração de Produção e a Administração de Vendas, segundo a opção do aluno.

Art. 2º - Para obterem o diploma, os alunos do Curso de Administração serão obrigados a realizar um estágio supervisionado de seis meses, junto a órgãos do serviço público ou a empresa privada, segundo a sua opção, respeitando o disposto no art. 2º, parágrafo único, letra c, da Portaria Ministerial n. 159/65.

Art. 3º - O curso de Administração será ministrado no tempo útil de 2.700 horas-aula, fixando-se para sua integralização anual o seguinte quadro de referência, de acordo com a Portaria Ministerial n. 159, de 14 de julho de 1965.

- a) Limite mínimo - 338 horas-aula
- b) Limite médio - 675 horas-aula
- c) Limite máximo - 772 horas-aula

Parágrafo único - Para efeito de enquadramento do diploma-do no serviço público federal, a duração fixada neste artigo corresponde a quatro anos letivos.

Art. 4º - Poderão obter a graduação em Administração os diplomados em Economia, Engenharia, Direito, Ciências Sociais e em Cursos de Contador e de Atuário, desde que venham a cursar as matérias do currículo de Administração que não tenham figurado em seu curso anterior.

Parágrafo único - Caberá às escolas estabelecer critérios flexíveis de aproveitamento de preparo obtido pelo aluno em seu curso anterior, especialmente quanto aos programas de estudos, com a respectiva duração e nível.

Art. 5º - Quando feito na forma prevista no artigo anterior, o curso deverá ser ministrado no tempo útil de 1.350 horas-aula, observando para integralização anual o quadro de referência estabelecido no art. 3º. Deolindo Couto, Presidente.

Parágrafo único - Além das matérias do currículo mínimo estabelecidas neste artigo, são obrigatórias:

Estudo de Problemas Brasileiros
Educação Física (Prática Desportiva)

Art. 3º - A obtenção do diploma estará condicionada a realização, no último semestre do curso, de estágio supervisionado em hospital aprovado pelo Conselho de Educação competente.

Art. 4º - O curso de Administração (modalidade hospitalar) terá sua duração fixada em 2.700 horas-aula, a ser integralizada no mínimo de 3 (três) e no máximo de 7 (sete) anos.

Art. 5º - Poderá também obter a habilitação em Administração Hospitalar o diplomado em outros cursos superiores, mediante o aproveitamento de estudos regularmente realizados e o desenvolvimento de currículo especial, de modo que ao graduar-se haja o aluno sido aprovado em todas as matérias relacionadas no artigo 2º desta resolução.

§ 1º - Quanto realizado na forma prevista no "Caput" deste artigo, o curso de Administração Hospitalar deverá ter sua duração mínima fixada em 1.350 horas-aula, observando-se na integralização anual a referência estabelecida no artigo 4º.

§ 2º - Somente poderão ser aproveitados para os fins deste artigo os estudos realizados em escola ou universidade reconhecida ou autorizada a funcionar na forma da lei, excluídos os chamados "cursos livres".

Art. 6º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conselho Federal de Educação, em 12 de julho de 1973.

(a) - Roberto Figueira Santos.

1.4 - COMÉRCIO EXTERIOR

(mínimos de conteúdo e duração)

Parecer n. 1.081/73, aprovado pelo CFE em 06.07.1973, o consequente Resolução n. 21, de 15 de agosto de 1973:

O Presidente do Conselho Federal de Educação, na forma do

que dispõe o art. 26 da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1962 , tendo em vista as conclusões do Parecer n. 1.081/73, homologado pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, que a esta se incorpora, resolve:

Art. 1º - Fica criada a habilitação em Comércio Exterior, que integrará o curso de graduação em Administração.

Art. 2º - A habilitação em Comércio Exterior terá o currículo mínimo seguinte:

a) Matérias básicas - correspondentes ao curso de Administração:

Matemática

Estatística

Contabilidade

Teoria Econômica

Psicologia Aplicada à Administração

Direito Público e Privado

Economia Brasileira (Atualidade Econômica Brasileira)

Legislação Tributária

Teoria Geral da Administração

Sociologia Aplicada à Administração

b) Matérias de formação profissional:

Economia Internacional

Teoria e Prática Cambial

Direito de Navegação

Direito Comercial

Transportes e Seguros

Mercadologia

Legislação Aduaneira Comparada

Sistemática do Comércio Exterior

Parágrafo único - Serão obrigatórios:

a) o ensino de, pelo menos, duas línguas estrangeiras modernas, dentre Inglês, Francês, Espanhol e Alemão;

b) o Estudo de Problemas Brasileiros;

c) Educação Física.

Art. 3º - O curso de Administração, com habilitação em Comércio Exterior, terá sua duração fixada em 2.700 horas-aula, a ser integralizada no mínimo de 3 (três) e no máximo de 7 (sete) anos.

Art. 4º - Poderá também obter a habilitação em Comércio Exterior o diplomado em outros cursos superiores, mediante o aproveitamento de estudos regularmente realizados e o desenvolvimento de currículo especial, de modo que ao graduar-se haja o aluno sido aprovado em todas as matérias relacionadas no artigo 2º desta resolução.

Parágrafo único - Somente poderão ser aproveitados para os fins deste artigo os estudos realizados em escola ou universidade reconhecida ou autorizada a funcionar na forma da lei, excluídos os chamados "cursos livres".

Art. 5º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conselho Federal de Educação, em Brasília, DF, 15 de agosto de 1973.

(a) - Roberto Figueira Santos.

* Textos transcritos da publicação: BRASIL, Ministério da Educação Cultura. Conselho Federal de Educação. Currículos mínimos dos cursos de nível superior. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1974, p. 50/1, 56/7 e 59.

almente oferecidos sob a denominação de "estágios extracurriculares", mas que realmente são suscetíveis de qualificação ao nível dos considerados explicitamente curriculares, ampliando, assim, as opções dos alunos do Curso de Administração a ponto de, frequentemente, realizarem, com proveito, dois ou mais estágios, convenientemente classificados.

Fundamentalmente, pode-se afirmar que o aspecto mais expressivo da experiência do Departamento de Administração na área dos estágios supervisionados de treinamento reside em que tem procurado aproveitar ao máximo as potencialidades do Modelo emergente nos cursos de graduação da UnB, cuja análise minuciosa foi efetuada no Capítulo 3.

A sistemática dos estágios supervisionados de treinamento, objeto deste Capítulo, está incorporada ao "Projeto de Regulamento dos Estágios Supervisionados de Treinamento dos Alunos do Curso de Graduação em Administração da UnB", que constitui o Apêndice nº 2 a esta monografia e representa trabalho inédito do autor.

Resumidamente, os procedimentos previstos, já agora também aplicáveis aos estágios do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, pelo qual este Departamento também passou a ser predominantemente responsável, são os seguintes:

1. Preenchimento, pelos alunos do ciclo profissional dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis, que já tenham cursado a disciplina Organização (código nº 181021), da ficha de Registro Cadastral e Acompanhamento;
2. Recrutamento ou seleção (ou pré-seleção) de estagiários para determinadas oportunidades de estágio;
3. Acompanhamento do estágio;
4. Frequência e remuneração do estagiário;
5. Avaliação do estágio;
6. Assistência aos estagiários pela Comissão de Seleção e Avaliação de Estágio, em qualquer das fases acima referidas.

As normas específicas que passaram a disciplinar a matrícula nos referidos estágios e o registro de seus resultados finais, quando explicitamente curriculares, em face da necessidade de serem controlados por processamento eletrônico de dados, na previsão do rápido aumento do número desses estágios em todos os cursos de gradua

ção da UnB e também preocupações com os custos operacionais daquele controle, estão condensadas no Esquema nº 3.

Diversas outras indicações sobre os estágios supervisionados de treinamento coordenados pelo Departamento de Administração constam, sobretudo, do Capítulo 1, porque os problemas de ordem geral então abordados e suas soluções foram objeto de exemplos e ilustrações em que o autor utilizou dados especificamente pertinentes ao Curso de Graduação em Administração, não se justificando, assim, sua repetição neste capítulo.

Não obstante, considera-se indispensável mencionar três aspectos relevantes que continuam a merecer especial preocupação do Departamento de Administração e de cujos desenvolvimentos poderão surgir novos rumos para os seus procedimentos relativos aos estágios supervisionados de treinamento que deve proporcionar aos alunos dos Cursos de Graduação em Administração e em Ciências Contábeis.

Esses aspectos são especificados nas seções seguintes:

4.1. Objetivos dos estágios supervisionados do Curso de Graduação em Administração

Por ocasião dos estudos realizados na UnB com o fim de identificar os objetivos gerais e específicos das disciplinas que constituem os currículos plenos de seus cursos de graduação, o autor procurou estender aqueles estudos às atividades curriculares que correspondem aos estágios do Curso de Administração.

Partindo de diretrizes que obtive do Representante do Departamento de Métodos e Técnicas, da Faculdade de Educação, nos trabalhos de levantamento da pesquisa que será mencionada na Seção 4.2, o autor identificou os seguintes objetivos a serem alcançados pelos estagiários do Curso de Administração:

4.1.1. Objetivos gerais:

a) ampliar a área de integração da Universidade com as organizações públicas e privadas, de sorte que reciprocamente se beneficiem e contribuam, em esforço conjugado, para a aceleração do desenvolvimento nacional;

b) promover a participação ativa dos estudantes no processo de desenvolvimento econômico e social do País;

E S Q U E M A N º 3*

A Congregação de Carreira do Curso de Administração, tendo em vista a proposta do Departamento de Administração, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º da Resolução do Conselho de Ensino e Pesquisa nº 07/71.

R E S O L V E:

Art. 1º - O Estágio Supervisionado, código 181404-A, previsto em caráter obrigatório no vigente currículo pleno do Curso de Graduação em Administração como equivalente a 18 créditos (00-18-00), será realizado em, no máximo, três parcelas, com as seguintes denominações:

	<u>Código</u>	<u>Créditos</u>
Estágio Supervisionado 1	- 181404-A	- 0-6-0
Estágio Supervisionado 2	- 181412-A	- 0-6-0
Estágio Supervisionado 3	- 181421-A	- 0-6-0

§ 1º - Os alunos do ciclo profissional do Curso de Graduação em Administração, desde que tenham cursado com aprovação, como pré-requisito, a disciplina Organização (código 181021-A), poderão optar, ouvidos os respectivos orientadores e o professor responsável pela coordenação de estágios do Departamento de Administração, por qualquer das seguintes alternativas para efetuar suas matrículas em Estágio Supervisionado, cabendo ao aluno o pedido de registro destas matrículas nos dois primeiros itens abaixo relacionados:

a) em três períodos letivos sucessivos (regulares ou especial);

b) em dois períodos letivos sucessivos (para obtenção de seis ou doze créditos em cada período regular e de unicamente seis

créditos em período especial);

c) em um único período letivo regular.

§ 2º - A matrícula em Estágio Supervisionado 2 não exige como pré-requisito Estágio Supervisionado 1; analogamente, a matrícula em Estágio Supervisionado 3 não exige como pré-requisito Estágio Supervisionado 2.

§ 3º - Em qualquer das alternativas previstas no § 1º, o número total de créditos correspondentes às matrículas efetuadas em disciplinas e em Estágio Supervisionado não poderá exceder a trinta (em período regular) e a quinze (em período especial).

Art. 2º - Os Estágios Supervisionados do Curso de Graduação em Administração a que se refere esta Resolução serão realizados em instituições públicas ou privadas, em harmonia com a sistemática aprovada pelo Departamento de Administração em articulação com os órgãos universitários competentes, e objetivarão a aplicação prática, em situações reais de trabalho compatíveis com as necessidades do treinamento profissional, dos conhecimentos proporcionados pelo curso.

Art. 3º - Ressalvadas as hipóteses de cancelamento e cancelamento de matrículas, com prévia concordância dos professores orientadores e do coordenador de estágios, as menções e os créditos correspondentes a Estágio Supervisionado constarão exclusivamente das listagens emitidas pelo Centro de Processamento de Dados para cada período letivo, as quais serão visadas pelo coordenador de estágios à vista de pareceres conclusivos dos professores orientadores dos estágios, aprovados pela Comissão de Seleção e Avaliação de Estágios do Departamento de Administração.

*Extraído da Resolução nº 01, de 06/10/1975, da Congregação de Carreira do Curso de Graduação em Administração da Universidade de Brasília.

c) concorrer para a complementação didática dos currículos profissionais, possibilitando a verificação e a aplicação prática do conteúdo teórico e especulativo do estudo acadêmico.

4.1.2. Objetivos comportamentais:

a) propiciar aos estagiários conhecimento dos métodos de trabalho e de pesquisa empregados na área da Administração, bem como participação intensiva em sua aplicação;

b) imprimir à formação profissional dos Técnicos de Administração, a título de aprimorá-la, o sentido de realismo e objetividade que o ensino formal e teórico não lhes oferece suficientemente;

c) proporcionar aos estagiários oportunidades de praticar, em organizações públicas ou privadas, o exercício de atividades próprias da profissão de Técnico de Administração;

d) constituir-se, eventualmente, em instrumento de recrutamento e seleção de Técnicos de Administração, para organizações públicas e privadas, mediante o reconhecimento da equivalência de estágios supervisionados de treinamento a estágios probatórios ou períodos de experiência.

4.2. Planos específicos de estágios

As preocupações com os objetivos dos estágios conduziram o respectivo Coordenador no Departamento de Administração a conceber as seguintes normas, cuja idéia central é incorporar aos planos de estágios a previsão dos objetivos gerais e comportamentais que devem ter em vista alcançar em cada situação concreta:

O padrão dos planos específicos de estágios será elaborado pela Comissão de Seleção e Avaliação e submetido à aprovação da Chefia do Departamento de Administração, devendo consignar, entre outros elementos que os compatibilizem com a necessidade de sua eficácia: a) objetivos do estágio; b) plano de trabalho, definindo seu conteúdo; c) previsão da duração total do estágio, expressa em horas, e de sua distribuição por períodos letivos, se for o caso; d) instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio.

4.3. Pesquisa sobre formação profissional e Mercado de Trabalho e suas conclusões e recomendações

Trata-se de pesquisa realizada em Brasília, sob a responsabilidade dos seguintes órgãos:

a) Comissão de Avaliação de Ensino, da Câmara de Ensino de Graduação; b) Departamento de Métodos e Técnicas, da Faculdade de Edcação; c) Departamento de Psicologia, do Instituto de Ciências Biológicas.

Havendo resultado do cumprimento de convênio celebrado entre a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do MEC, consistiu fundamentalmente no levantamento da congruência entre planos de ensino de cinco habilitações profissionais da UnB (Psicologia, Engenharia Eletrotécnica, Licenciatura para o 2º grau de ensino, Administração Escolar e Administração Pública) e as características do desempenho profissional no Distrito Federal de diplomados naquelas habilitações.

Seus objetivos foram os seguintes:

I - Desenvolver análises ocupacionais em termos de operações e informações técnicas, gerais e profissionais, referentes ao desempenho profissional nas cinco referidas habilitações;

II - Levantar os objetivos e conteúdos programáticos correspondentes dos planos de ensino das disciplinas obrigatórias e das op^xrativas indicadas pelos respectivos departamentos nas habilitações mencionadas;

III - Verificar a congruência entre as operações desempenhadas no mercado de trabalho do Distrito Federal e as informações a ela relacionadas, de um lado, e os objetivos que dão direção ao curso das habilitações profissionais em questão e informações correspondentes, de outro lado.

O problema investigado recebeu a seguinte formulação:

"Obter informações sobre as operações e os conhecimentos constitutivos do desempenho profissional no mercado de trabalho e verificar sua relação com os objetivos e conteúdos programáticos descritos nos planos de ensino das disciplinas cursadas pelos alunos nas habilitações indicadas, em cursos de graduação da Universidade de Brasília".

Destacam-se, a seguir, as conclusões da pesquisa que mais diretamente se relacionam aos objetivos desta monografia:

I - No tocante à aplicação prática dos resultados encontrados, existem dois enfoques: um refere-se à adequação dos currículos examinados tendo em vista o desempenho profissional e uma dada ocupação, e o outro refere-se ao grau em que as atividades profissionais de uma dada ocupação estão refletindo o aperfeiçoamento tecnológico conforme inferido através das disciplinas incluídas no currículo dessa ocupação. Portanto, os resultados desta pesquisa são de interesse tanto de educadores quanto de profissionais conscientes. O exame das tabelas de saída, onde é apresentada a comparação dos resultados das análises ocupacional e de currículos, proporciona esse tipo de subsídios.

II - Os resultados encontrados, conforme apresentados nas tabelas de saída, já podem ser de grande utilidade prática, tanto para a Universidade quanto para os responsáveis pelo desempenho profissional de uma dada ocupação. Cabe aos Departamentos acadêmicos, cujos currículos foram estudados, aprofundar a análise dos dados apresentados nessas tabelas e efetuar as modificações que se tornarem indicadas, tendo em vista tanto a não correspondência entre uma disciplina oferecida e as operações levantadas, quanto a existência de operações que não se relacionam com as disciplinas existentes.

III - Por outro lado, compete às entidades responsáveis pelo exercício profissional de uma dada ocupação (conselhos, sindicatos ou associações profissionais) proceder a uma análise minuciosa dos resultados referentes a essa ocupação e propor as medidas corretivas cabíveis, através de encontros, seminários, publicações, cursos e quaisquer outros meios de comunicação e persuasão.

Relativamente à conclusão I, cumpre notar que as tabelas de saída onde é apresentada a comparação dos resultados das análises ocupacional e de currículos não apresentam dados relativos especificamente a Estágios Supervisionados de Treinamento, uma vez que somente se incluíram nos levantamentos dos objetivos e conteúdos programáticos as disciplinas curriculares (havendo, assim, sido omitidos, nessa pesquisa inicial, os objetivos e conteúdos programáticos correspondentes às atividades de Estágios Supervisionados de Treinamento, dada a dificuldade; na época da apresentação da pesquisa, da obtenção sistemática de dados que consignassem, em um só

documento, como ocorre com os planos de ensino das disciplinas, aqueles elementos informativos).

A dificuldade acima apontada não atingia, porém, o Curso de Graduação em Administração, em relação a cujos Estágios Supervisionados de Treinamento já havia documentação básica capaz de fornecer seus objetivos e conteúdo programático.

De qualquer modo, a sugestão contida na conclusão II, no sentido de que os Departamentos acadêmicos mais diretamente responsáveis pelos cursos de graduação cujos currículos foram estudados (inclusive o curso de Administração Pública) aprofundem a análise dos resultados apresentados pela pesquisa inicial e efetuem as modificações que se tornem indicadas, poderá ensejar não só valiosas informações para a identificação dos objetivos e conteúdos programáticos dos Estágios Supervisionados de Treinamento, cuja feição multidisciplinar os habilita a suprir as deficiências apuradas em relação ao conjunto das disciplinas curriculares, como também permitirá a inclusão dos novos dados, pertinentes aos Estágios Supervisionados de Treinamento, em futuras pesquisas que venham a ser realizadas na mesma linha de preocupações da pesquisa inicial.

A conclusão nº III poderá conduzir ao envolvimento dos órgãos legalmente competentes para orientar e disciplinar o exercício das profissões de nível superior no problema da defasagem entre a formação acadêmica e a demanda, eminentemente mutável, do mercado de trabalho, a fim de que participem dos estudos e sugestões que conduzam às correções que se tornem aconselháveis e factíveis. Esse envolvimento poderá estender-se às correções de que careça, especificamente, o sistema de Estágios Supervisionados de Treinamento, assim como ao acompanhamento dos estágios, o que ofereceria, ainda, a vantagem de dar maior expressão pragmática às atribuições e à ação daqueles órgãos. Nesse sentido, o professor Paulo Vieira da Silva, do Departamento de Administração da UnB, tem-se manifestado enfaticamente, em diversas oportunidades, no caso específico dos Conselhos (Federal e Regionais) dos Técnicos de Administração e dos estágios curriculares do Curso de Graduação em Administração.

S U M Á R I O

Partindo das premissas, devidamente evidenciadas, de que os Estágios Supervisionados de Treinamento (curriculares e extracurriculares) são de importância fundamental para a formação profissional dos alunos dos Cursos Superiores de Graduação, o que torna crescente a sua demanda e evidente sua tendência à universalização, o autor se propõe a:

1. Estudar sistematicamente, em seus aspectos conceituais, normativos, educacionais, políticos, administrativos e pragmáticos aqueles estágios, bem como suas diversas formas e mais importantes campos em que se desenvolvem, e, finalmente, as Instituições que se propõem a incentivar e intermediar sua concessão (atribuindo o autor ênfase aos estágios pertinentes aos Cursos de Graduação em Administração);

2. Analisar os fundamentos teóricos e identificar as diretrizes e os mais importantes aspectos, em termos de planejamento e implementação, da emergente Política de Estágios Supervisionados de Treinamento no contexto da Política Nacional de Ensino Superior, cujo objetivo fundamental é a execução e o aperfeiçoamento da Reforma Universitária Brasileira (consubstanciada, sobretudo, pela Lei nº 5.540/68) e pela qual é principal responsável o Ministério da Educação e Cultura, convenientemente articulado com as Instituições de Ensino Superior;

3. Evidenciar a existência de um Modelo emergente de Estágios Supervisionados de Treinamento nos cursos de graduação da Universidade de Brasília (harmônico, em alto grau, com a Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento), descrevê-lo em suas características principais e apresentar uma prospecção de suas tendências, considerando, inclusive, os diferentes elos (políticos, pedagógicos, financeiros, técnicos, jurídicos e administrativos) que vinculam a Universidade de Brasília, sem prejuízo de sua autonomia, a outras Instituições, notadamente ao próprio Ministério da Educação e Cultura;

4. Destacar, a título exemplificativo de suas frutíferas potencialidades, os principais resultados, já obtidos ou esperados, da aplicação do Modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento emergente na Universidade de Brasília ao seu Curso de Graduação em Administração, responsável pela formação acadêmica dos Bacharéis em Administração e profissional dos Técnicos de Administração, em cujo currículo figura obrigatoriamente a atividade de "Estágio Supervisionado", por decisão do Conselho Federal de Educação.

As conclusões vinculam-se essencialmente: a) à Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento para o Ensino Superior de Graduação; b) aos estágios supervisionados de treinamento proporcionáveis aos alunos dos cursos superiores de graduação, em geral, e dos cursos de Administração, em especial; c) ao Modelo de Estágios Supervisionados emergente na Universidade de Brasília e à sua aplicação ao Curso de Graduação em Administração.

CONCLUSÕES

As conclusões desta monografia são a seguir apresentadas em harmonia com os seguintes critérios gerais:

a) decorrem do seu contexto (ou parte demonstrativa), constituído por quatro capítulos, na medida em que efetivamente as comporta, motivo pelo qual dispensam nova fundamentação e considerações adicionais;

b) são apresentadas, tanto quanto possível, na ordem decrescente de sua importância ou de sua abrangência, segundo os elementos de convicção apresentados no referido contexto;

c) não pretendem exaurir o assunto, considerando-se implícitas as que, além de já se terem tornado óbvias, não são indispensáveis à avaliação da consecução dos objetivos a que se propôs o autor.

I - Conclusões pertinentes à Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento para os Cursos Superiores de Graduação

1. A Política Nacional de Ensino Superior, voltada para a implementação e o aperfeiçoamento da Reforma Universitária Brasileira e por cuja elaboração e execução é principal responsável o Ministério da Educação e Cultura, tem sido objeto, sobretudo por intermédio do Departamento de Assuntos Universitários e do Conselho Federal de Educação: a) de estudos sistemáticos, em profundidade e amplitude, que lhe proporcionam o devido conteúdo doutrinário; b) de diretrizes e planos de ação, que visam à sua implementação, em coordenação com as Instituições de Ensino Superior, em geral, e, em particular, com as Universidades oficiais ou reconhecidas;

2. O princípio da indissociabilidade das atividades substantivas do Ensino Superior (ensino-pesquisa-extensão), consignado na Lei nº 5.540/68, incorpora-se devidamente àquela Política, às suas diretrizes de ação e a seus projetos específicos;

3. Erige-se em imperativo categórico, porque essencial ao efetivo e harmonioso aperfeiçoamento do Ensino Superior, em termos sobretudo de sua eficácia a ser expressa preferencialmente por variáveis qualitativas, a conscientização não só da importância do princípio da indissociabilidade do trinômio ensino-pesquisa-extensão,

como também do que significa sua implementação para o desenvolvimento nacional integrado. Sendo este o mais relevante objetivo a atingir em âmbito nacional, cumpre às Instituições de Ensino Superior preparar seus alunos, inclusive por intermédio da dinamização das potencialidades do Estágio Supervisionado de Treinamento, para assumirem, em plenitude, suas responsabilidades profissionais, cívicas, sociais e humanas. E isso somente será factível pelo exercício eficaz das três atividades-fim ou substantivas por parte do Sistema de Ensino Superior, vale dizer dos elementos que o integram em seus diferentes níveis, destacadamente as Instituições de Ensino Superior e seus Departamentos acadêmicos, unidades estruturais indivisíveis, responsáveis afinal pela operacionalização integrada de todas aquelas atividades substantivas;

4. Importantes estudos doutrinários sobre a problemática do Ensino Superior, elaborados sob a responsabilidade do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do Ministério da Educação e Cultura, ou de seus dirigentes e assessores, constituem parte substancial do ideário da Política Nacional de Ensino Superior e contêm algumas diretrizes, formulações e indicações pertinentes especificamente aos Estágios Supervisionados de Treinamento, reconhecendo-os como valiosos instrumentos da formação profissional e humana dos alunos dos cursos superiores de graduação;

5. Inexiste, ainda, não obstante, uma formulação completa, em termos sistemáticos e em harmonia com a Política Nacional do Ensino Superior, de uma Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento para o Ensino Superior de Graduação;

5.1. Apesar dessa atual deficiência, já se torna possível, mediante meticoloso trabalho de pesquisa documental e de observação, envolvendo aquelas contribuições doutrinárias, bem como, o estudo e o desenvolvimento dos planos de ação que mais recentemente têm sido elaborados pelo MEC, por intermédio do DAU e de sua Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), identificar e sumariar as características de uma emergente Política de Estágios Supervisionados de Treinamento para os Cursos Superiores de Graduação;

5.2. Nesse sentido, o autor apresenta no Capítulo 2, suas contribuições pessoais, resultantes de árduas e minuciosas pesquisas e de seus esforços sistematizadores, os quais, no entanto, não excluem o normal exercício, em termos racionais, de sua criatividade;

6. Os Estágios Supervisionados de Treinamento que se proporcionam nos setores públicos e privado, quer em caráter explicitamente curricular, quer em caráter extracurricular, aos alunos dos cursos superiores de graduação, devem, como principal e indispensável atributo, concorrer efetivamente, se bem que não exclusivamente, para a melhor capacitação profissional de nível superior;

7. Os cursos integrados, baseados na idéia da educação cooperativa e implantados no Brasil pelo DAU em convênio com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), para a execução do Projeto Integração Escola-Empresa-Governo, do I e II Planos Setoriais de Educação e Cultura, constituem inovadoras e eficazes formas de Estágios Curriculares, que a emergente Política de Estágios Supervisionados de Treinamento tende a incrementar nos cursos e áreas geo-educacionais que efetivamente já os comportem;

8. Os resultados dos estudos e do cumprimento dos planos de ação da CODAE, no que se referem à área específica de Estágios Supervisionados de Treinamento, são extremamente importantes e prenunciam mais intensivo desenvolvimento, a partir de 1979 e, em comumhão de vistas com as Universidades e demais Instituições de Ensino Superior, da emergente Política de Estágios Supervisionados de Treinamento, em colaboração, inclusive, com as Instituições altruísticas que continuem a dedicar-se, desde que também coordenadamente, a incentivar e intermediar a concessão, por entidades privadas e públicas, de estágios supervisionados de treinamento aos alunos dos Cursos Superiores de Graduação.

II - Conclusões pertinentes aos aspectos normativos dos Estágios Supervisionados de Treinamento proporcionados a alunos de cursos superiores de graduação, em geral, e dos cursos de Administração, em particular

1. A ausência de sistematização e aprovação, em termos globais, de uma Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento para os Cursos Superiores de Graduação é a principal responsável pelo surgimento desordenado de normas oficiais, freqüentemente superpostas, contraditórias, heterogêneas e substancialmente incompletas, constantes principalmente de sucessivos decretos federais, em parte ainda vigentes, dada a excessiva demora na regulamentação da Lei nº 6.694/77, e que se propõem a disciplinar os estágios de

estudantes, de nível superior (e freqüentemente também de 2º grau ou médio) em organizações públicas e privadas;

1.1. Essas normas voltam-se, principalmente, para os aspectos formais ou adjetivos dos estágios, revelando-se muito pouco operacionais e relativamente ineficazes;

1.2. Embora esses decretos não se refiram diretamente à questão dos efeitos curriculares dos estágios, que é da competência legal do Conselho Federal de Educação (originariamente) e das próprias Instituições de Ensino Superior (secundariamente), a qualificação de todos os estágios destinados aos alunos dos cursos superiores de graduação, por ser indispensável à sua formação profissional e humana, mesmo quando os currículos dos respectivos cursos superiores de graduação, por ser indispensável à sua formação profissional e humana, mesmo quando os currículos dos respectivos cursos não explicitam sua obrigatoriedade, deve ser extremamente enfatizada no sistema normativo de estágios. Nesse sentido, é mister que a regulamentação da Lei nº 6.494/77 seja suficientemente enfática, valendo-se do fato de que a mesma lei procura assemelhar, em sua sistemática, em termos de qualificação e demais exigências, os estágios extracurriculares dos explicitamente classificados como curriculares pelo sistema geral do ensino superior.

2. A consolidação e o aperfeiçoamento das sucessivas normas baixadas pelo Poder Executivo Federal sobre Estágios Supervisionados de Treinamento, que se vinha tornando urgente foi finalmente objeto da Lei nº 6.494/77, que se deve completar, inclusive em seus aspectos inovadores, por intermédio de sua regulamentação iminente e sobre a qual o autor já apresentou suas opiniões, dentre as quais insiste notadamente nas seguintes:

a) não interferir na definição do caráter curricular dos estágios supervisionados de treinamento, assunto que já está apropriadamente regulado pela Lei nº 5.540/68 (competência do CFE e/ou das Instituições de Ensino Superior);

b) dispor separadamente sobre os estágios supervisionados de treinamento destinados aos alunos dos cursos superiores de graduação, contornando, tanto quanto possível, os inconvenientes da Lei nº 6.494/77, que abrange simultaneamente estes estágios e os dos alunos dos cursos médios de 2º grau, e dos cursos supletivos, o que compromete o conceito e a qualidade dos estágios oferecidos por algumas organizações a alunos de cursos de graduação, além de se re

vestir das impropriedades apontadas pelo autor no Capítulo 2.

c) preferência para os alunos dos cursos superiores de graduação que devam cumprir estágios curriculares em relação aos que, em razão da estrutura dos respectivos cursos, não estejam sujeitos a essa exigência.

3. A competência legal (Lei nº 5.540/68) do CFE para a aprovação de mínimos de conteúdo e duração dos currículos dos cursos superiores de graduação estende-se à previsão de estágios curriculares obrigatórios e à fixação de sua duração mínima, embora possa o CFE abster-se de tomar decisões de âmbito nacional nesse sentido, deixando-as a critério das Instituições de Ensino Superior.

3.1. As múltiplas, crescentes e graves atribuições e responsabilidades que assoberbam o CFE (demonstradas na pesquisa documental que se converteu no Apêndice nº 1 - vinculado ao Capítulo 2), não lhe permitem tomar decisões suficientemente orientadoras relativamente a estágios curriculares. Torna-se, assim, preferível que o CFE, salvo em casos excepcionais, reserve este tipo de decisão às Instituições de Ensino Superior, as quais as podem tomar ao ensejo da aprovação ou da reformulação dos currículos plenos de seus cursos de graduação, neles incluindo a obrigatoriedade de estágios, desde que disponham de condições para assegurar-lhes os devidos pressupostos de autenticidade e qualificação. A tendência de o CFE prestigiar essa orientação (endôgena em relação às Instituições de Ensino Superior) está demonstrada na Seção das "Tendências descentralizadoras do CFE no Processo Decisório relativo aos Estágios Curriculares".

3.2. Incorporam-se a estas conclusões as soluções preconizadas no Capítulo 2 sobre: a) a aplicação do princípio da homologia às quatro habilitações específicas do Curso de Graduação em Administração, a fim de sanar omissões ou contradições identificadas nas normas sobre estágios supervisionados constantes dos respectivos currículos mínimos; b) os diversos aspectos sob os quais poderão ser analisadas e resolvidas questões atinentes à duração dos referidos estágios, bem como, por analogia facilmente adotável, de estágios curriculares de outros cursos de graduação.

III - Conclusões pertinentes ao Modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento emergente na UnB e à sua aplicação ao Curso de Graduação em Administração

1. A Universidade de Brasília, inspiradora da Reforma Universitária Brasileira e pioneira de sua implementação, dispõe de condições que a habilitam especialmente a cooperar na evolução da emergente Política de Estágios Supervisionados de Treinamento para os Cursos Superiores de Graduação e participar intensivamente de sua efetiva aplicação. Inclui-se naquelas condições sua vocação nacional, que lhe permite estabelecer, como ótica básica do seu ensino, a abordagem dos problemas brasileiros, objetos preferenciais de suas atividades de pesquisa;

2. Nesse sentido, já se identificam características e tendências fundamentais no Modelo de Estágio Supervisionado de Treinamento emergente em seus Cursos de Graduação, as quais são manifestamente congruentes com a Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento, parcialmente identificável no contexto da Política Nacional de Ensino Superior,^e já agora, na sistemática da Lei nº ... 6.494/77;

2.1. Universalização dos Estágios Supervisionados de Treinamento, no sentido de que são oferecidos, a título obrigatório ou facultativo, aos alunos de todos os Cursos de Graduação da UnB, quer estes consignem, quer não, em seus currículos mínimos, a obrigatoriedade da prestação daqueles estágios;

2.2. Oferta de Estágios Supervisionados de Treinamento em quantidade suficiente ao atendimento da demanda dos cursos de graduação e dos respectivos alunos, bem como em grau de qualificação compatível com o conceito e os objetivos daqueles estágios, sobretudo quando já explicitamente curriculares;

2.3. Orientação tanto quanto possível endógena relativamente à institucionalização da obrigatoriedade curricular da prestação de Estágios Supervisionados de Treinamento, em harmonia, aliás, com o princípio de autonomia universitária, em seu aspecto didático (um dos princípios cardeais da Reforma Universitária da qual a Lei nº 5.540/68 é o principal instrumento).

2.4. A importância atribuída pela UnB, desde a sua criação, à Política de Pós-Graduação e o grau de desenvolvimento que têm os respectivos cursos, isto porque os docentes pós-graduados, recrutados ou formados pela UnB, recebem preparo profissional e acadêmico suficientemente profundo e amplo, capaz de conscientizá-los plenamente da importância de suas múltiplas e complexas atividades universitárias, em cujo contexto estão habilitados a adotar atitudes e comportamentos condizentes com a valorização, em igual nível de importância, das três atividades-fim ou substantivas do Ensino Superior. Acresce que os professores pós-graduados em regra geral aderem definitivamente ao regime de trabalho de dedicação exclusiva, ideal para que aquelas atividades sejam plena e harmonicamente planejadas e executadas. Em suma, a formação em nível de pós-graduação do corpo docente da UnB representa fator sumamente importante para a consecução dos fins e objetivos do ensino (no sentido lato), dos quais participa uma positiva Política de Estágio Supervisionado de Treinamento para os Cursos de Graduação;

2.5. Articulação e interrelacionamento do seu Sistema de Estágios Supervisionados de Treinamento, de cuja estrutura participam integralmente as Câmaras e Decanatos de Extensão, Ensino e Pesquisa, os Departamentos acadêmicos e diversos órgãos administrativos (notadamente o Serviço de Orientação e Mercado de Trabalho e a Gerência de Convênios da Assessoria de Planejamento e Controle) com a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do Ministério da Educação e Cultura.

2.6. Acentuada tendência para a aprovação sistemática de Planos Básicos de Estágios Supervisionados de Treinamento (sobretudo quando explicitamente curriculares), dos quais constem seus objetivos gerais e principais objetivos comportamentais, bem como outras indicações que os equiparem, em termos de planejamento e avaliação, aos planos de ensino das disciplinas curriculares e concorram para que os estágios, em geral, sejam melhor executados, acompanhados e avaliados. Sob esse aspecto o autor se reporta às considerações constantes do Capítulo 3 e às normas inseridas no Apêndice nº 2.

2.7. Controle das matrículas e dos resultados finais dos Estágios Supervisionados de Treinamento (quando já definidos como curriculares), por intermédio do Centro de Processamento de Dados e da Diretoria de Assuntos Acadêmicos, ensejando que se incremente a tendência à universalização dos estágios supervisionados de treina

mento e à sua paulatina classificação como Estágios Curriculares, sem que disso resultem despesas operacionais excessivas no controle do sistema.

3. O Modelo de Estágio Supervisionado de Treinamento emergente nos Cursos de Graduação da UnB tem sido aplicado, em toda a sua potencialidade, ao Curso de Graduação em Administração, em cujo currículo o estágio supervisionado é obrigatório, havendo-se revelado operacionalmente eficiente e eficaz, além de proporcionar, pela sua extrema flexibilidade, condições de expansão, em termos quantitativos, e de aperfeiçoamento, em termos qualitativos.

4. Incorporam-se a estas conclusões, como perspectivas da evolução do Modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento emergente nos Cursos de Graduação da UnB, as conclusões parciais apresentadas pelo autor, ao aprofundar o estudo do posicionamento dos Estágios Supervisionados de Treinamento na Política Nacional do Ensino Superior e, conseqüentemente, no contexto desta última, da própria Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento, da qual aquele Modelo constitui expressiva concretização, digna das observações das Instituições congêneres à Universidade de Brasília.

IV - Conclusões parciais e específicas dos diferentes capítulos que integram o contexto desta monografia, mas que reclama, ainda que mediante rápidas remissões, algumas referências (a fim de que o silêncio do autor sobre elas nestas conclusões gerais não concorra para desmerecê-las).

Capítulo 1:

Conclusões sobre a tendência à universalização dos estágios supervisionados de treinamento e suas conseqüências.

Capítulo 2:

a) objetivos e vantagens, em termos ideais, dos estágios supervisionados de treinamento a nível dos Cursos Superiores de Graduação e conclusões sobre a defasagem entre eles e a situação realmente existente no País (exemplo concreto de formalismo);

b) críticas e sugestões pertinentes à Política de Estágio Supervisionado de Treinamento (em âmbito nacional);

- c) Síntese, com feição conclusiva, da Política Nacional de Estágios Supervisionados de Treinamento;
- d) Exame crítico, com conclusões específicas, da Lei nº 6.494/77 (algumas das conclusões se referem à orientação básica que deve presidir à iminente regulamentação da lei):

Capítulo 3:

Conclusões sobre as características fundamentais do Modelo de Estágios Supervisionados de Treinamento emergente nos Cursos de Graduação da UnB e sua congruência com a Política Nacional de Estágios, identificável no contexto da Política Nacional de Ensino Superior.

Capítulo 4:

Conclusões sobre objetivos dos estágios supervisionados do Curso de Graduação em Administração e respectivo plano-padrão.

Ao encerrar este estudo, o autor se confessa convicto de que o seu tema central comporta inúmeros complementos e desdobramentos, inclusive sucessivos estudos sobre os estágios, específicos em sua problemática, dos cursos superiores de graduação, os quais correspondem, em seu conjunto, as diversas áreas das ciências, da tecnologia, das artes e das letras.

Neste sentido, endossa, com humildade intelectual, as palavras lapidares de Marialice M. Foracchi (op.cit. p. 6):

"Deve-se ter em mente que a investigação científica jamais se fecha sobre si mesma, tornando-se definitiva, mas opaca. Os resultados que procura obter autenticam-se mais pelos horizontes que descortinam do que pelas 'verdades' que contêm."

B I B L I O G R A F I A

- I - Livros
- II - Teses e Monografias (inclusive trabalhos de
feição monográfica)
- III - Artigos
- IV - Publicações Avulsas
- V - Instrumentos Normativos Relacionados com Está-
gios
- VI - Legislação pertinente a Estágios
- VII - Documentos

B I B L I O G R A F I A

I - LIVROS

- BLOOM, Benjamim S. et alli. Taxionomia de objetivos educaionais: domínio afetivo. Trad. de Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre, Globo, 1973. 199p.
- _____. Taxionomia de objetivos educaionais: domínio cognitivo. Trad. de Flávia Maria Sant'Ana. Porto Alegre, Globo, 1973. 179p.
- BRASIL. Leis, decretos etc. Ensino superior: legislação e jurisprudência. Seleção, organização e notas de Guido Ivan de Carvalho. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1975. 4v.
- BREJON, Moysés. Estágios: licenciatura, pedagogia, magistério do 1º e 2º graus, cursos normais. São Paulo, Pioneira, 1974. 157 p. (Manuais de Estudo)
- CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton Lobo. Profissões regulamentadas. São Paulo, Atlas, 1971. 558p.
- CHAGAS, Valnir. Formação do magistério: novo sistema. São Paulo, Atlas, 1976. 161p.
- COOMBS, Philip H. La crise mondiale de l'éducation. Paris, Presses Universitaires de France, 1968. 332p.
- _____. Qu'est-ce que la planification de l'éducation? Paris, Institut Internacional de la Planification de l'Éducation, 1970. 72p.
- COSTA, Carlos Augusto Rodrigues. Manual de profissões: cursos de nível superior. 2 ed. Rio de Janeiro, APEC, 1976. 289p.
- DEBELLÉ, Jean & DREZE, Jacques. Conceptions de l'université. Paris, Ed. Universitaires, 1968. 136p.
- DEFORGE, Yves. L'éducation technologique. Paris, Casterman, 1970. 174p.

DETHIER, Robert & LAMBINET, François. Hommes et organisations. Bruxelles, Ed. Vie Ouvrière, 1972. 204p.

DEWEY, John. Vida e educação. São Paulo, 6 ed. Melhoramentos, 1967. 112p.

FAURE, Edgar. Apprendre à être. Paris, Unesco, 1972. 368p.

FERREIRA, Paulo Pinto. Treinamento de pessoal: a técnico-pedagogia do treinamento. São Paulo, Atlas, 1975. 229p.

FONSECA, Edson Nery da. Martírio e restauração de uma universidade: depoimento pessoal publicado no décimo aniversário da Universidade de Brasília. São Paulo, Ed. do autor, 1972. 42p.

FORACCHI, Marialice M. O estudante e a transformação da sociedade brasileira. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 318p.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. 502p.

INTEGRAÇÃO universidade-indústria: hoje. Convênio IEL-ADESG, Rio de Janeiro, APEC, 1971. 252p.

KOONTZ, Harold. Avaliação de executivos. Trad. de Antônio Garcia de Miranda Netto. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1974. 181p.

LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.

LIMA, Lauro de Oliveira. O impasse na educação. Petrópolis, Vozes, 1968. 382p.

LODI, João Bosco. Desenvolvimento de executivos: a experiência brasileira. São Paulo, Pioneira, 1968. 229p.

_____. A entrevista: teoria e prática. São Paulo, Pioneira, 1971. 176p.

_____. Recrutamento de pessoal. São Paulo, Pioneira, 1967. 175p.

LOEN, Reymond O. Administração eficaz. Trad. de Edmond Jorge, Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 338p.

LOZANO, Simón Romero & MARTIN, Sebastian Ferrer. O planejamento da educação. Tradução de Hélio Pontes. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1973. 306p.

MACHADO, Marina Brandão. O ensino de administração pública no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966. 300p. (Administração Pública, 10)

MAGER, Robert F. Objetivos para o ensino efetivo. Trad. e adaptação da Divisão de Ensino do Departamento Nacional do SENAI. 3 ed. Rio de Janeiro, SENAI, 1973. 62p.

MARQUES, Juracy C. Os caminhos do professor. Porto Alegre, Globo e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.

NISKIER, Arnaldo. Reforma do ensino de 1º e 2º graus: a nova escola. Rio de Janeiro, Bruguera, 1971. 190p.

NOVAES, Paulo. Planejamento e recursos humanos. Rio de Janeiro, Renes, 1973. 143p.

OLIVEIRA, Américo Barbosa de & CARVALHO, José Zacarias Sã. A formação de pessoal de nível superior e o desenvolvimento econômico: análise dos problemas da formação e da adequada expansão dos quadros de nível superior em face das exigências do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, CAPES, 1960. 231p.

PACAUD, Suzanne. Seleção profissional. Trad. de Edilson Alkmin Cunha. Rio de Janeiro, Bloch, 1966. 151p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Empresários e administradores no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1974. 238p.

REGNIER, Robert C. Formação de pessoal: comunicação e treinamento na empresa. Brasília, Coordenadora Ed. de Brasília, 1971. 170p.

REGO, Marion Villas Boas Sã. Treinamento de professores do 1º grau: tarefas metódicas, estágio supervisionado. Rio de Janeiro, Livro

Técnico, 1975. 140p.

ROSAS, Paulo. Orientação e seleção profissionais. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1969. 64p.

ROWLEY, C. D. Les aspects politiques de la planification de l'éducation dans les pays en voie de développement. Paris, Institut International de Planification de l'Éducation, 1971. 64p.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. Sociedade e política no Brasil. São Paulo, Difusora, 1973. 237p.

RUSCOE, G. C. Planification de l'éducation: les conditions de réussite. Paris, Institut International de la Planification de l'Éducation, 1970. 50p.

SÁ, Paulo. A avaliação das escolas superiores. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977. 80p.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 4 ed. Belo Horizonte, Interlivros, 1974. 301p.

SANTOS, Oswaldo de Barros. Psicologia aplicada à orientação e seleção profissional. São Paulo, Pioneira, 1963. 223p.

SILVA, Mário Rodrigues da. Vade mecum do técnico de administração. Porto Alegre, Sulina, 1968. 207p.

VARGAS, Julie S. Como formular objetivos comportamentos úteis. Trad. de Mary Lou Paris. São Paulo, EPU, 1974. 193p.

WALTHER, Léon. A orientação profissional e as carreiras liberais: ensaio psicológico. Trad. de Vera de Araujo Fernandes Weil e Pierre Weil. São Paulo, Melhoramentos, 1962. 117p.

II - TESES E MONOGRAFIAS (inclusive trabalhos de feição monográfica)

ALBUQUERQUE, Nivaldo Rodrigues. A evolução da universidade brasileira: análise crítica e tentativa de estabelecimento de uma estru-

tura para as universidades federais. Monografia de mestrado em Administração Pública aprovada pela EBAP/FGV. Rio de Janeiro , 1974. 155p.

BAUZER, Riva. Formação para a administração pública: seleção de candidatos ao curso superior de graduação da EBAP. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1965. 28p. (Cadernos de Administração Pública, 56).

_____. Formação para administração pública - II: aspectos da formação universitária para o exercício das mais altas funções de administração pública no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966. 159p. (Cadernos de Administração Pública , 63).

BRASILEIRO, Ana Maria. O assessoramento legislativo. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1968. 200p. (Cadernos de Administração Pública, 72).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. INSTITUTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. CENTRO DE INFORMAÇÃO E PESQUISA OCUPACIONAL. O administrador. Rio de Janeiro, Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1972 . 24p. (Cadernos de Monografias Profissionais).

MACHADO, Marina Brandão. Estágios de treinamento para estudantes de administração: a experiência da EBAP. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1970. 170p. (Cadernos de Administração Pública, 75).

MIRA Y LOPEZ, E. A profissiografia do administrador: estudo psicotécnico de alguns aspectos do problema. 2 ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966. 40p. (Cadernos de Administração Pública, 30).

SILVA, Benedicto. A era do administrador profissional. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1955. 94p. (Cadernos de Administração Pública, 19).

_____. Gênese do ensino de administração pública no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, s.d. 42p. (Cadernos de Administração Pública, 49).

SILVA, Paulo Vieira da. African and latin american graduate students' assessment of situations related to their academic life in the United States. Tese de doutorado em educação aprovada pela Universidade do Sul da Califórnia, EUA, 1974, 280p.

TOALDO, Olindo Antônio. Estratégia de operacionalização da extensão universitária como instrumento de formação humana. Tese para a obtenção do título de Livre Docente de Filosofia da Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 1976. 179p.

TRISTÃO, Gilberto. Planejamento tridimensional. Monografia de mestrado em Administração Pública aprovada pela EBAP/FGV. Rio de Janeiro, 1976. 149p.

III - ARTIGOS

AZEVEDO, Lahir Short de. "A evolução do processo decisório e as organizações". Revista do Serviço Público, Vol. n. 101 (jul. - dez. 1968), p. 33-57.

BARRAUX, Jacques. "Politique de Stages et Grandes Ecoles" Enseignement e Gestion n. 8. (Juin 1974), p. 13-28 (Cahiers de la Fondation Nationale pour l'Enseignement de la Gestion) p. 13-28.

DIAS, Caio Benjamin. "A estrutura da Universidade de Brasília". Acrôpole, n. 369-70 (jan.-fev. 1970): ed. especial da Universidade de Brasília.

DURAND, José Carlos Garcia. "A serviço da coletividade - Crítica à sociologia das profissões". Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6 (nov.-dez. 1975), p. 59-69.

GONÇALVES, Newton T. "A extensão como uma das funções básicas da universidade". Brasília, MEC/DAU. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária (n.1). Departamento de Documentação e Divulgação, 1976, p. 7-18.

LISANTI FILHO, Luis. "Bolsas de estudo e estágios técnicos". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v. 47, n. 105, p. 116-128

(jan. - mar. 1967).

MORENO, Márcio Quintão. "Pesquisa e extensão". Brasília, MEC/DAU. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária (n. 1). Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1976, p. 19-26.

MOTTA, Paulo Roberto. "Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância". Revista de Administração Pública. v. 6, n. 3, p. 39-53 (jul. - set. 1972).

OLIVEIRA, Evaldo Macedo de. "Instituições de ensino superior: centros de excelência ou fábricas de profissionais"? Revista de Administração Pública, v. 8, n. 2 (abr. - jun. 1974) p. 91-101.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. "A extensão face aos programas de estágio" Brasília, MEC/DAU. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária (n. 1). Departamento de Documentação e Divulgação, 1976, p. 27-33.

SAVI, Hamilton. "O estágio na integração escola-empresa-governo". Brasília, MEC/DAU. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária (n. 1). Departamento de Documentação e Divulgação, 1976, p. 35-56.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. "A importância do estágio na formação profissional". Educação (publicação oficial do Ministério da Educação e Cultura). Ano 5, n. 19 (jan. mar. 1976), p. 83-92 (tema desenvolvido no III Encontro Nacional de Programas CRUTACs).

IV - PUBLICAÇÕES AVULSAS

AZEVEDO, Lahir Short de. O professor e o chefe como agentes da educação. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1963. 50p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Recomendações para implantação de curso integrado. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1975. 19p. (adaptadas do Manual do Curso Integrado apresentado pelo Instituto Euvaldo Lodi, entidade que colabo

rou com o Departamento de Assuntos Universitários na execução do projeto 16 - Integração Escola/Empresa/Governo, do II Plano Setorial de Educação e Cultura).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Universidade Federal da Bahia. Reforma universitária: avaliação da implantação: Universidades federais. Salvador, 1975.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIE-E). II Ciclo de estudos sobre estágios de aprendizagem-habilitação de estudantes: com vistas à integração de estudantes de sociologia na empresa. SENAC, Departamento Regional de São Paulo, 1975. 10p.

CADERNO DE PROFISSÕES: as 71 opções universitárias para sua escolha Rio de Janeiro, JORNAL DO BRASIL e SHELLBRASIL, 1976. 31p.

CADERNO DE PROFISSÕES UNIVERSITÁRIAS. 3 ed. Rio de Janeiro, JORNAL DO BRASIL e SHELL BRASIL, 1978. 31p.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Extensão universitária (tema central da XXIII reunião plenária realizada de 29 a 31 de julho de 1976, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte). 60p.

FERREIRA LIMA, João David. Princípios gerais de planejamento universitário. Florianópolis, Imprensa Universitária, 1969. 44p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto de Seleção e Orientação Profissional. Centro de Informação Ocupacional. Monografias sintéticas de profissões de nível superior. Rio de Janeiro, 1976. 128p.

LOPES, Onofre. CRUTAC E CINCRUTAC; treinamento rural universitário: prestação de serviço à comunidade. Natal, Imprensa Universitária, 1972. 107p.

RABELLO, Ophelina. O estudante universitário. Campinas, Universidade de de Campinas, 1971. 128p.

RABELLO, Ophelina. Universidade e trabalho: perspectivas. UNICAMP, INEP. 1973. 120p.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Considerações sobre o planejamento do CRUTAC. Brasília, Ed. Universitária, 1974. 11p. (trabalho apresentado e discutido no II Encontro Nacional dos Programas dos Centros Rurais Universitários de Ensino e Ação Comunitária).

SAVI, Hamilton et alii. Implantação de coordenadoria de estágio na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1973.

SOUSA, Edson Machado. O sistema de ensino superior. MEC/DAU, Goiânia, 1976, 13p.

SUASSUNA, Ana Rita Dantas. O estágio face à extensão universitária. João Pessoa, 1º Encontro Nacional dos Programas CRUTAC Norte-Nordeste. 1975 (mim.)

V - INSTRUMENTOS NORMATIVOS RELACIONADOS COM ESTÁGIOS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Política nacional integrada da educação: proposições preliminares para sua formulação; fundamentos; diretrizes; roteiro. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1975. 72p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Currículos mínimos dos cursos de nível superior. 2 ed. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1975. 345p.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE SÃO PAULO (CIE-E). Estatutos. São Paulo. s.d. 10p. (mim.)

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE SÃO PAULO (CIE-E). I - "A mecânica" da concessão de estágios através do CIE-E; II - Políticas empresariais de concessão de estágios; III - "O recrutamento para estágios" ou "Os estágios como instrumento para recrutamento". SENAC, Departamento Regional de São Paulo. s.d. 12p.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE SÃO PAULO (CIE-E). Esquema de acompanhamento de estagiários. SENAC, Departamento Regional de São Paulo. s.d. 17p. (mim.)

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE SÃO PAULO (CIE-E). Divisão

de Estágios. Esquema de pagamento de bolsas-auxílio a estagiários. São Paulo. s.d. 14p. (mim.)

INSTITUTO EUVALDO LODI. Estatutos. Rio de Janeiro, 1969.

INSTITUTO EUVALDO LODI. Estratégia de ação. Rio de Janeiro, s.d. 13p.

INSTITUTO EUVALDO LODI. Núcleo Regional. Projeto-tipo. Rio de Janeiro, 1970. 26p. (mim.)

INSTITUTO EUVALDO LODI. Manual de Estágio. Rio de Janeiro, s.d. 27p. (mim.)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Assuntos Universitários. Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Brasília, 1975. 18p. (mim.)

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal. Administração de estágios: instruções. 1973 (mim.)

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal. Manual do estagiário. 1973 (mim.)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO. Dicionário de Graduação da UnB. Brasília, 1973. 104p.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Normas internas sobre estágios oriundas de diversos órgãos colegiados. (mim.)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Regimento Geral: Anexos constituídos pelos currículos plenos e normas curriculares dos cursos de graduação.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Convênios celebrados com outras instituições relacionados com oportunidades de estágios para alunos de seus cursos de graduação.

VI - LEGISLAÇÃO PERTINENTE A ESTÁGIOS

Lei nº 4.024, de 20.12.61 - Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 5.540, de 28.11.68 - Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média.

Lei nº 5.537, de 21.11.68 (alterada pelo Decreto-Lei n. 872, de 15.09.69) - Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação .

Lei nº 5.842, de 06.12.72 - Dispõe sobre o estágio nos cursos de graduação em Direito.

Lei nº 6.310, de 15.12.75 - Transforma o Projeto Rondon em FUNDAÇÃO PROJETO RONDON.

Lei n. 6.494, de 07.12.1977 - Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências.

Decreto-lei nº 464, de 11.02.69 - Estabelece normas complementares à Lei 5.540, de 28.11.68.

Decreto-lei nº 547, de 18.04.69 - Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração.

Decreto-lei nº 863, de 12.09.69 (alterado pela Lei n. 5.731, de 08.11.71) - Autoriza o Poder Executivo a instituir, nos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, um Programa Especial de Bolsas de Estudo a acadêmico de medicina de Faculdade oficial ou reconhecida.

Decreto-lei n. 916, de 07.10.69 - Cria a COMISSÃO INCENTIVADORA DOS CENTROS RURAIS UNIVERSITÁRIOS DE TREINAMENTO E AÇÃO COMUNITÁRIA (CINCRUTAC).

Decreto n. 63.258, de 19.09.68 - Dispõe sobre o projeto especial prioritário do Programa Estratégico para o Desenvolvimento, de nominado "Operação-Escola".

Decreto n. 63.281, de 25.09.68 - Dispõe sobre o planejamento dos recursos humanos para o desenvolvimento.

Decreto n. 64.902, de 29.07.69 - Aprova o Regimento do Conselho Federal de Educação.

Decreto n. 64.918, de 31.07.69 (alterado pelo Decreto n. 65.525, de 21.10.1969) - Cria a OPERAÇÃO MAUÁ (OPEMA).

Decreto nº 66.315, de 13.03.70 - Dispõe sobre programa de participação do estudante em trabalhos de magistério e outras atividades dos estabelecimentos de ensino superior federal.

Decreto nº 66.546, de 11.05.70 - Institui a Coordenação do "Projeto Integração", destinada à implementação de programas de estágios práticos para estudantes do sistema de ensino superior de áreas prioritárias.

Decreto n. 67.506, de 06.11.1970 - Cria o PROJETO RONDON.

Decreto n. 69.927, de 13.01.72 - Institui, em caráter nacional, o Programa "Bolsa de Trabalho".

* Decreto n. 70.763, de 26.06.72 - Regulamento para Programa de Bolsas de Estudo em Hospitais Militares.

Decreto n. 70.892, de 28.07.72 - Dispõe sobre a participação de servidores públicos nos programas universitários dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC).

Decreto nº 75.778, de 26.05.75 - Dispõe sobre o estágio de estudante de estabelecimento de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau, no Serviço Público Federal. (complementado pela Instrução Normativa nº 52, de 31.03.76, do DASP).

VII - DOCUMENTOS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. COMISSÃO DE ESTUDO DE DOCUMENTAÇÃO. Referências bibliográficas: normas brasileiras. Projeto. Rio de Janeiro, 1970. 41p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. Normalização de documentação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1964. 127p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. II Plano Setorial de Educação e Cultura: 1975/1979. Brasília, Departa-

mento de Documentação e Divulgação, 1976. 62p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Desenvolvimento e educação: conferência do Ministro Ney Braga, na Escola de Guerra Naval, em 30 de outubro de 1975. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1975. 48p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Universitários. Coletânea de documentos sobre a extensão universitária (n. 1). Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1976. 65p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Estatutos. Rio de Janeiro, 1967. 20p.

INSTITUTO EUVALDO LODI. Relatório preliminar. Rio de Janeiro, 1970. 30p.

INSTITUTO EUVALDO LODI. Núcleo Regional de Goiás. Levantamento preliminar da situação universitária. Goiânia, 1970. 31p.

INSTITUTO EUVALDO LODI. Convênio MEC/IEL. Projeto Integração Escola-Empresa-Governo. 3º relatório trimestral. Rio de Janeiro, 1974. 43p.

INSTITUTO EUVALDO LODI. Projeto Integração Escola-Empresa-Governo. Convênio MEC/IEL. Relatório de atividades. Rio de Janeiro, 1974. 125p.

INSTITUTO EUVALDO LODI. Relatório de atividades. Rio de Janeiro, 1975. 65p.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DOS INDUSTRIÁRIOS. Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942 - Cria o SENAI; Decreto-lei n. 4.936, de 7 de novembro de 1942 - Amplia o âmbito de ação do SENAI; Decreto n. 494, de 10 de janeiro de 1962 - Aprova o Regimento do SENAI.

SENAI. DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. Evolução das empresas Industriais e situação da mão-de-obra. Brasília, SENAI, 1974. 45p.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC). Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946 - Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Regulamento: aprovado pelo Decreto n. 57.375, de 2 de dezembro de 1969. Rio de Janeiro, Serviço de Comunicações do Departamento Nacional do Sesi, 1969. 74p.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Regulamento: aprovado pelo Decreto n. 61.836, de 5 de dezembro de 1967.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Estatuto e Regimento Geral. Brasília, 1972.